

**DIÁRIO DE
UMA REPÓRTER
NO PANTANAL**

**CLÁUDIA

GAIGHER**



DIÁRIO DE UMA REPÓRTER NO PANTANAL



O Documenta Pantanal produz livros, documentários, campanhas e outras iniciativas voltadas à proteção do Pantanal e à difusão de suas riquezas e urgências. No campo editorial, colabora para construir uma biblioteca de referência sobre a história, a cultura e a natureza pantaneiras, reeditando obras fundamentais e criando ou apoiando publicações que revelem ângulos e aspectos relevantes dessa paisagem brasileira singular.

**DIÁRIO DE
UMA REPÓRTER
NO PANTANAL**

CLÁUDIA GAIGHER

DOCUMENTA

PANTANAL



APRESENTAÇÃO

Desde que foi criado, em 2019, o Documenta Pantanal trabalha para ampliar a base de conteúdos disponíveis e estimular o acesso às melhores informações que são produzidas hoje sobre o bioma. Não foi por acaso, portanto, que nosso caminho cruzou quase que de imediato o de Cláudia Gaigher. Em uma terra de interesses conflitantes e muita intempérie, foi um alento conhecer alguém tão disposta a ouvir todos os lados das complexas questões relativas à proteção e ao desenvolvimento da região pantaneira.

Cláudia, que há quase 25 anos se mudou para Campo Grande e abraçou o Pantanal – como paisagem, como pauta e como causa –, desenvolve um trabalho conhecido por muitos. Olhar informado, curiosidade insistente e disposição para mergulhar em profundidade são marcas das reportagens e dos programas especiais com que vem consistentemente mapeando as mazelas crônicas do bioma, apontando urgências e difundindo soluções e iniciativas importantes.

Excelente contadora de histórias, Cláudia mostra aqui mais do que cabe no contorno rígido dos formatos televisivos, submetidos ao ritmo do noticiário e aos cruéis vetores tempo/espaço. Convidada a desvelar os bastidores de suas investidas e a compartilhar casos curiosos, a jornalista acaba por oferecer testemunho, também, do desafio de navegar por águas ainda desconhecidas e percorrer sendas ainda pouco trilhadas. Além de uma terra de homens, como o Pantanal tradicionalmente foi, são essas sendas que ela vem desbravando, ao especializar-se no campo fundamental das interações entre ambiente, desenvolvimento social e sustentabilidade.

Documenta Pantanal



INTRODUÇÃO

ESCUTE O SOM DA VIDA

Assim meu pai me ensinou a não ter medo de caminhar no mato. As minhas mais tenras lembranças têm cheiro de orvalho e o frescor do aru.

Lembro que, quando chegava o fim de semana, meus pais acordavam a filharada cedo pra pegar a estrada e ir pra roça. A alegria era tanta que a gente disputava até o lugar perto da janela pra já ir sentindo o ventinho com cheiro de mato.

Eu nasci na terra da Mata Atlântica. Meu pai desde sempre nos levava pra serra para aproveitarmos os dias de folga nos aventurando na natureza. No Espírito Santo tudo é perto, ir à serra ou à praia era uma questão fácil de decidir. Meia hora de viagem; uma hora, no máximo.

Éramos cinco.

Meus pais, meus irmãos e eu. Um quinteto afinado na paixão pela vida ao ar livre. Sou do tempo em que não existia celular ou *notebook*, muito menos TV a cabo. A diversão era se lançar no mundo e descobrir. Papai não estudou muito, mas aprendeu na vida. Mamãe também. Era assim que eles nos ensinavam os valores essenciais. Para nós, era tudo uma farra. Os piqueniques, banhos de cachoeira, acampamentos ou caminhadas na mata. Esperávamos ansiosos pelo fim de semana. Eu, na minha inocência, mergulhava nas histórias. A cada passeio, papai ia contando causos e mostrando flores, árvores, “piando” pra chamar as aves ou simplesmente nos encorajando a entrar no rio reverenciando as correntezas e cuidando pra não despencar nas pedras escorregadias.

Mamãe era parceira e se divertia como criança. Mosquito, umidade, lama, nada incomodava. Até a chuva inesperada era celebrada sem correria. Deixávamos a natureza nos banhar e lavar a alma.

São tantas lembranças...

No caminho para Maratáizes havia a matinha – a rodovia atravessa o meio da mata. Só de chegar perto já dava pra sentir o vento mais

gelado e cheiroso. Eu, pequena, achava que era a floresta de João e Maria, e, com o coração acelerado e passos curtos, quase corria pra acompanhar os meus irmãos nas trilhas de folhas úmidas. E eles, divertidos com os meus olhos de coruja e bochechas vermelhas de esforço, emitiam sussurros ou grunhidos pra me fazer acreditar que o Curupira estava nos espreitando.

A mata tem um quê de mistério. De tão puro, o ar pesa nos pulmões e deixa na boca um gosto diferente. O corpo reage e transpira, jogando pra fora o suor, expurgando das nossas entranhas as impurezas de uma vida urbana. Eu sentia meu cabelo colar na nuca e ficar molhado como as folhas. Ali aprendi sobre fotossíntese. Ali, quase que por osmose, entendi o que significa regulação de temperatura, controle de umidade.

No meio da floresta entendemos o que é sincronicidade mesmo antes de essa palavra se tornar tão comum. Hoje sei, mas naquela época apenas sentia na alma que o equilíbrio da vida era exatamente assim: um lugar onde os seres se complementam e convivem na troca silenciosa de serviços, energia e vibrações.

Eu pisava naquele colchão melequento de folhas em decomposição e o cheiro ocre não me incomodava, só aguçava a minha curiosidade de tentar ver além do que o lugar mostrava. Descobri na prática a mágica do mimetismo. O que parecia folha seca era uma mariposa... O galho fino de repente saía andando! O bicho-pau ignorava os meus olhos surpresos.

Papai e o meu irmão do recheio, o do meio, sabiam imitar os cantos dos pássaros, e com os pios de madeira eles falavam a linguagem das aves, que chegavam pertinho pra conhecer aqueles novos companheiros.

A cada farfalhar de folhas e galhos, eu parava num sobressalto e tinha a plena certeza de que os moradores da floresta estavam nos observando. O medo inicial sumia com o toque carinhoso do papai no meu ombro fazendo “ssshhhhhh”. Baixinho, ele dizia: “Escute no silêncio o som da vida...”

E parávamos ali, sob a sombra das árvores da Mata Atlântica, para serenar o coração e nos conectar com aquele ambiente sagrado. Lembro-me de tentar ver além das folhas. E foi desse jeito que percebi

que os galhos não estavam balançando com o vento: eram monos-carvoeiros agindo como sentinelas, nos seguindo do alto das árvores. Eles têm cheiro adocicado de pelo molhado misturado com seiva.

Na minha terra, os troncos e pedras são cobertos de musgos e líquens, guardam pontos coloridos das mais diversas flores de orquídeas... As bromélias eram intrigantes, porque eu, criança, queria saber quando aquele abacaxizinho vermelho que brotava no meio delas amadureceria. A pergunta inocente era motivo de gargalhada geral. Aí vinha mamãe e falava: “Não é de comer, minha filha...”. Meu lado Magali fazia um muxoxo emburrado. Logo o papai já resolvia o impasse gastronômico tirando da fava um caroço que parecia envolvido em algodão: “Come, filha, mas não morde o caroço, só rói a parte branca”. Ahhh, ainda posso sentir o gostinho do ingá saboreado ali mesmo, na mata, anunciando que um rio estava pertinho.

Com os meus irmãos, disputávamos pra ver quem colhia mais morangos silvestres. Meus dedos viviam cortados, porque a cada pontinho vermelho eu ia logo metendo a mão no mato. Era assim que eu pegava as frutinhas azedinhas – e, de quebra, uns espinhos enfiados nas pontas dos dedos...

Embrenhar-se na floresta e aprender a viver com ela era a lição dos meus pais. Nunca tivemos fazenda ou dinheiro para viajar, mas o nosso mundo ali perto de casa era tão vasto que eu cresci sem sentir falta de atravessar oceanos ou passar férias em cantos diferentes do país. Até porque nem cogitávamos a possibilidade; não seria possível, mesmo... e pra quê? Tínhamos tanto a descobrir logo ali em Vargem Alta, Venda Nova, Castelo, Burarama, Itapemirim, Piúma, Iriri... nomes indígenas que pra nós eram tão familiares.

Anos se passaram. Meu pai voltou para a terra e se integrou ao sistema doando o corpo para ser árvore, ser húmus, ser vida. Ele se foi, mas seu espírito está em mim. Sinto a sua presença e as suas palavras cada vez que entro no mato. Chego a arrepiar e me virar rápido, porque tenho a nítida sensação de vê-lo pisar suave, caminhando na minha frente. Vejo-o, de relance, sumindo entre as samambaias e as folhas tremulantes das dezenas de plantas em volta das árvores. Ele está ali.

Um dos momentos mais inesquecíveis que vivi foi um passeio que fizemos em Matilde, região serrana do Espírito Santo. Ainda tinha Mata Atlântica bem preservada naquela época. Nossa expedição familiar nos levou ao meio da mata. Papai abria caminho na frente com os meus primos e irmãos, e eu, caçula do grupo e única menina metida a Jane, ia entre eles porque tinha de cuidar onde pisava. Já tinha sido alertada sobre as cobras venenosas que diziam existir na mata. Nunca fui picada, mas na família temos algumas histórias – assunto para outro texto.

Naquele dia quente de fevereiro, saímos cedo e prometemos voltar para o almoço. Mamãe e minhas tias estavam assando carne no forno a lenha. Papai nos guiou até um lugar secreto. Com voz solene, parou em frente a uma árvore bem alta e disse: “Esta aqui é uma raridade. Madeira dura que nem cupim fura! Dura mil anos! Olha a cor desse tronco! Quase preto! Bom pra fazer um armário, vai durar pra sempre! Mas esse aqui não pode cortar, não! Porque, pra crescer assim, deve ter brotado quando seu avô era pequeno!”. Com esse jeito piadista e simples, meu pai nos apresentou ao jacarandá-da-baía, raridade fincada no coração da mata capixaba.

Meu pai adorava sair com os amigos pra pescar e até caçar, coisa que na minha infância eu não sabia que era proibido. Eles viajavam pelo Brasil em expedições que duravam um mês. Cresci ouvindo as histórias do rio Azul, no sul do Pará, onde um dia meu pai infartou e teve de ser resgatado às pressas... Temos fotos das cachoeiras do rio Teles Pires, em Mato Grosso, onde ele, ainda adolescente, pescava sozinho quando deixava o grupo dos tios e seguia em outro barco. Essas cachoeiras não existem mais. Construíram uma hidrelétrica no lugar e o Teles Pires foi represado. Ouvi muitas histórias sobre os macucos no Pantanal e na Amazônia, os jacarés-açus com olhos maiores que bolas de tênis no rio São Benedito, no Pará, as sucuris gigantes que espreitavam os pescadores nos rios cristalinos da Amazônia original. Quando menina, sonhava um dia fazer essas viagens com o meu pai, meu irmão e meus tios. Mas isso nunca aconteceu...

Já mudamos de século, já não sou mais menina e meus irmãos e primos estão vivendo a quase 2 mil quilômetros de mim. A vida me

trouxe para o Centro-Oeste e, por acaso, como jornalista, acabei visitando alguns desses lugares que povoaram as histórias da minha infância. Como eu queria poder contar ao meu pai tudo que estou vendo! Ainda hoje fecho os olhos nesses domingos de sol e sinto o frescor dos banhos de floresta em família nos finais de semana da minha infância.

Sou o que sou porque aprendi com meus pais que a energia vital que me fortalece e revigora é verde, banhada por águas puras de rios cristalinos. Está ali nos parques, nas reservas, nas unidades de conservação e até nos cantinhos das cidades. E é de graça. É só calçar um tênis ou uma botina, se embrenhar numa trilha e se conectar, se permitir ficar em silêncio, ouvindo a vida pulsar respirando liberdade.

O que a minha família aprendeu por instinto, o mundo hoje prescreve como cura.



VENI, VIDI, VICI

Era madrugada de um dezembro calorento.

Ao descer do avião, o bafo quente avisava que eu tinha chegado na terra com temperaturas de deserto e umidade baixa, bem diferente do meu litoral. Nas ruas, silêncio. Todos dormiam. Deu-me pânico e vontade de chorar ao ver Campo Grande de madrugada naquele 1998.

Assim eu fui recebida por Mato Grosso do Sul. A minha primeira vez no Centro-Oeste do Brasil! Eu desafiei todos. Deixei a família, as raízes, o meu mar.

Vim.

Decidi aceitar os desafios da chefia carioca da TV Globo, que, ao me enviar para o Centro-Oeste, me convidou também a desbravar o meu mundo. Segui o conselho de Carlos Henrique Schroeder: “Você precisa trabalhar com o olho novo, com a cabeça aberta e sem imagens preconcebidas. Só assim você vai conseguir fazer reportagens marcantes mostrando ao brasileiro uma parte do Brasil que muitos não conhecem!”. Essa frase martelava na minha mente, fortalecendo minha determinação de morar tão longe de tudo o que eu conhecia. Eu era a forasteira por aqui.

Lembro da minha estreia no Pantanal.

A pauta, sugestão do repórter cinematográfico Ronaldo Balla, foi sobre a convivência das pessoas com os animais silvestres. Fomos de carro até o Refúgio Ecológico Caiman, uma fazenda histórica no município de Miranda. Achei tudo muito diferente. Acostumada ao relevo acidentado, cheio de montanhas do Sudeste, aqui eu entendi o que significa a frase “segue reto toda vida...”. A rodovia que atravessa o Pantanal é plana e com muitos quilômetros de retas, numa monotonia que me embalou naquela viagem.

Chegamos à Caiman e fomos recebidos na sede antiga. Os arcos arredondados da varanda, a construção quase centenária, tudo me

impressionou. Ali, no início do século XX, existia uma das maiores fazendas de produção de carne do Centro-Oeste brasileiro, a Miranda Estância, que pertencia a um grupo de investidores ingleses. Logo após a Segunda Guerra Mundial, a imensa propriedade foi vendida para empresários brasileiros. Hoje a Caiman pertence a Roberto Klabin, pioneiro no turismo de natureza no Pantanal sul. Abriu as portas para os visitantes que eram acompanhados por guias locais, pantaneiros que trabalhavam na fazenda, muitos deles nascidos e criados ali. Inovou ao aliar o conhecimento tradicional ao científico, quando uniu aos guias locais jovens biólogos, engenheiros florestais, veterinários que vinham de todo o Brasil trabalhar como guias na Caiman, no Pantanal.

Na minha primeira reportagem pantaneira, conheci esse sistema de visitação, e levamos ao *Jornal Nacional* esse movimento de tratar o Pantanal também como uma região de produção de natureza, oferecendo o turismo de experiência. Foi o meu primeiro encontro com os jacarés do Pantanal, que se amontoavam nas pedras embaixo da ponte de um córrego na fazenda. E também foi onde eu conheci a arara-azul! Eu me apaixonei pelas aves com penas azul-cobalto. Gravamos os trabalhos da bióloga Neiva Guedes, que estava estruturando a base de pesquisa na Caiman. Meu encantamento foi tamanho que pedi à pesquisadora para tirar uma foto com um filhote de arara-azul. Ela passou o filhotão para o meu braço, mas não me avisou das garras... Ele firmou as garras no meu braço para não cair, e eu, inexperiente e sem conhecer nada do Pantanal, levei um susto, achei que a arara iria me bicar e suas garras iriam furar minha pele. Instintivamente, soltei um grito e puxei o braço rapidamente. O pobre filhote se desequilibrou e, ao cair, conseguiu bater as asas já quase totalmente emplumadas para depois pousar no chão, tão assustado quanto eu. O bichinho não se machucou, mas dei o meu primeiro fora pantaneiro... Carinhosamente, a pesquisadora me explicou que os filhotes de arara-azul são inofensivos, e me ensinou a segurá-los com segurança.

Em meu primeiro ano no Mato Grosso do Sul tive de superar outro desafio: voar num pequeno avião.

Dessa vez a pauta era bem longe, no meio do Pantanal, onde, naquela época, não dava pra chegar de carro. Se fôssemos de barco, poderíamos

não encontrar a fazenda onde iríamos ficar, já que muitos caminhos se perdem nos emaranhados de braços de rios que se formam a cada estação chuvosa.

Decolamos de Campo Grande no monomotor da TV. Uma hélice, uma chance. Ali decidi dormir antes de decolar. Vai que...

Chegamos numa fazenda antiga, chamada Firme. Depois seguimos para outra fazenda, chamada Lourdes, na região da Nhecolândia.

A hospitalidade é o costume mais lindo do Pantanal. Tem sempre um prato de comida, uma cama pra dormir. E eu ainda criei uma máxima pessoal: se parar numa sede de fazenda com banheiro, aproveite. Se oferecerem matula com comida, aceite. A viagem tem sempre hora pra começar, mas nunca se sabe como ou quando vai acabar.

A viagem era pra acompanhar uma retirada de gado em fazendas às margens do rio Taquari.

Vi.

O lugar se chamava Porto Rolon. O nome do embarcadouro de gado levava o sobrenome do dono do porto, Seu Sebastião Rolon Filho. Já fora um lugar extremamente movimentado em meados do século XX. Na década de 1950, antes do grande ciclo de cheias e secas, atravessavam por esse porto mais de 150 mil cabeças de gado por ano. Boiada gorda levada em comitiva de Coxim até São Paulo; quase 1.200 quilômetros montado em lombo de burro, milhares de cabeças de gado – foi o que o próprio Sebastião Rolon me relatou numa conversa ali à beira do Taquari. Nem consigo imaginar a odisseia... meses de viagem.

Devia ser pura diversão, aventura misturada com exaustão. O tal porto, em meados do século passado, era como um oásis no Pantanal isolado. Tinha um bolicho, como eles chamavam o armazém na roça, que vendia de tudo um pouco para as comitivas se abastecerem.

Nas rodas de conversa, eu sempre acho que o peão está tirando sarro da minha cara quando eles contam essas histórias. O humor deles é um caso à parte. Tudo é motivo de piada.

E a criatividade pra dar nomes aos lugares?

Fiquei intrigada com a região chamada Nhecolândia. Pensei que fosse brincadeira, mas é real. Depois dessas primeiras viagens, fui

pesquisar nos arquivos históricos e conversar com os pantaneiros antigos pra entender sobre a ocupação daquela região.

Foi quando eu conheci o senhor Abílio Leite de Barros. Liguei pra ele em Campo Grande e me convidei para um café, pedindo que me contasse as histórias do povoamento do Pantanal. Ele mesmo, descendente dos pioneiros que vieram de Cuiabá para estruturar as fazendas de pecuária, se dedicava a estudar a história da região. Eu ficava curiosa, porque ia de uma fazenda a outra e todos se conheciam ou eram parentes. O Pantanal parecia ser uma vila, um ponto de encontro e mistura de poucas famílias que se casavam entre si... e era mesmo!

Seu Abílio me contou que, no século XIX, as lavras de ouro que levaram os primeiros nobres portugueses e famílias colonizadoras para a então província de Cuiabá estavam exauridas. Muitos haviam perdido suas fortunas e estavam vivendo em condições que beiravam a pobreza. Joaquim José Gomes da Silva, antes de receber o título de barão, chegou a viver como mascate... Os registros históricos contam que seu casamento foi por “roubo de moça”. Fugiu com Maria da Glória Pereira Leite Gomes da Silva, sua prima e herdeira da famosa Fazenda Jacobina, a mais rica e bem-sucedida fazenda na então província de Mato Grosso. Essa imensa fazenda ficava em Vila Maria, hoje Cáceres, no Pantanal norte. Os dois se casaram e, em 1847, vieram para a porção sul do Pantanal, se instalaram em Corumbá e fundaram a Fazenda Piraputangas na vila de Albuquerque. Era a responsável pelo abastecimento de Corumbá, além de ser a mais rica e bem-equipada.

Somente em 1862 Joaquim José recebeu de Dom Pedro II o título de barão, passando a ser conhecido como Barão de Vila Maria. Expandiu terras, fundou praticamente um império de gado, abriu muitas fazendas na região corumbaense – terras muitas vezes requeridas ao Império, que as repassava para quem solicitasse.

Mas veio a Guerra da Tríplice Aliança. Brasil, Argentina e Uruguai se aliaram contra o Paraguai e lutaram de 1864 a 1870. Os paraguaios reivindicavam aquela região pantaneira e invadiram o território brasileiro, entrando na então província de Mato Grosso. Com um exército de 3.200 homens, os paraguaios chegaram pelo rio e atacaram o Forte de Coimbra. A pequena guarnição brasileira, com pouco mais de 150

militares, resistiu por dois dias, até que, sem munição e diante da iminente captura pelos inimigos, saiu em retirada.

Estive no Forte de Coimbra por diversas vezes nesses anos como repórter em Mato Grosso do Sul. Muitas lendas povoam o episódio histórico. Uma delas conta que existia um túnel embaixo do altar da pequena capela, por onde os brasileiros conseguiam chegar secretamente à margem do rio sem que os invasores percebessem, e assim reabasteciam o forte de água. Não vi o tal túnel, mas me espantei com as celas das prisões, que tinham escotilhas de navio no lugar de janelas e foram construídas num declive, de modo que toda a água da chuva escoava pelo telhado do Forte para dentro, deixando os prisioneiros debaixo d'água em períodos de muita chuva.

O Forte de Coimbra foi tomado em 1864 e o exército paraguaio avançou rumo a Albuquerque e Corumbá, marchando nos domínios do Barão de Vila Maria, que juntou a família, alguns escravos, funcionários e muitos bens e saiu em viagem ao Rio de Janeiro para avisar o imperador Dom Pedro II sobre o avanço dos paraguaios. A viagem foi tão rápida que virou manchete nos jornais da época: a comitiva saiu do Centro-Oeste do Brasil em lombo de cavalo e em 47 dias estava na Corte!

O exército do Paraguai ficou por dois anos ocupando a cidade de Corumbá. As tropas paraguaias também invadiram Aquidauana, Miranda, Nioaque, Coxim, Bela Vista e tantas outras regiões. Batalhas foram travadas perto do rio Apa, na região de Porto Murtinho, das quais ouvimos falar por causa do Visconde de Taunay, que estava no exército brasileiro e escreveu sobre a retirada da Laguna.

Essa guerra, a mais sangrenta que o Brasil travou, não começou da noite pro dia. Foi apenas a gota d'água depois de séculos de disputas diplomáticas e enfrentamentos.

Puxar esse fio nos remete aos séculos XVI e XVII, quando foi firmada a União Ibérica (1580-1640), que unificou as Coroas de Portugal e Espanha pelo casamento estratégico dos herdeiros. Foi um período turbulento, no qual aconteceram as invasões holandesas e francesas no litoral brasileiro e a ampliação das expedições portuguesas para além da linha demarcatória definida no Tratado de Tordesilhas. Portugal

avançou pelo interior do Brasil e, no que eu chamo de jogada de mestre, conseguiu fazer valer o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a posse de um território é daquele que o coloniza, anulando o que tivesse sido demarcado por acordos anteriores. E foi assim que conseguiram derrubar o Tratado de Tordesilhas.

No século XVIII, a Coroa espanhola não estava nada satisfeita com a perda de territórios para o Reino de Portugal. Com a assinatura do Tratado de Madri por ambos os reis, em 1750, a fronteira das terras disputadas foi delimitada mais a oeste, deixando aos portugueses toda a região que hoje corresponde ao Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A professora de história Maria do Carmo Brazil, da UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados), esclarece as disputas relacionadas ao domínio da navegação pelo rio Paraguai¹. Em texto de 2011, a professora resgatou documentos históricos que mostram o quanto os espanhóis, já em 1793, cobiçavam o rio, considerado um dos melhores e mais estratégicos para a navegação. Na carta de Félix Azarra², primeiro comissário da terceira divisão de limites, enviada ao vice-rei da Espanha, fica bem clara a indignação da Coroa espanhola pela perda de domínio nessa região: “Não é possível que não tenhamos as minas de Cuiabá e Mato Grosso quando podemos atacá-las com forças competentes, levadas pelo melhor rio do mundo, sem que os portugueses possam detê-las nem chegar a elas, exceto pelo estreitamento obstruído do rio Taquari, em canoas e com os trabalhos que ninguém ignora”^{*}.

Ainda no início do século XIX, 61 anos antes da invasão de Solano López, os espanhóis tentaram tomar o Forte de Coimbra e, dessa forma, obter o controle da navegação no rio Paraguai. Mas conta a história que um indígena aliado dos portugueses avisou sobre o avanço dos barcos espanhóis, dando tempo aos militares do Forte de Coimbra para se prepararem e impedirem a invasão.

* *No es posible que no tengamos las minas de Cuyabá y Mato-Groso, cuando las podemos atacar con fuerzas competentes, llevadas por el mejor río del mundo, sin que los portugueses puedan sostenerlas ni llegar a ellas, sino por el embudo obstruido del río Taquarí, en canoas y con los trabajos que nadie ignora.*

Vivenciando o dia na região, fui movida pela curiosidade de entender mais a fundo essa história de guerra contra o Paraguai. A disputa pela livre navegação no rio Paraguai e pelas terras nas margens se arrastou desde o Brasil Colonial até o Segundo Império. Acordos diplomáticos; o reconhecimento da independência do Paraguai, em 1844; a preocupação com o governo argentino, que podia monopolizar trechos do rio na bacia do Prata; as eleições no Uruguai, que levaram ao poder o Blanco, partido nacionalista contrário às diretrizes do Império do Brasil... tudo isso promoveu anos de instabilidade e indefinições quanto aos limites fronteiriços. A gota d'água foi a decisão de Solano López de invadir o Brasil e ampliar a hegemonia sobre a navegação no rio Paraguai – e, conseqüentemente, na bacia do Prata³.

A guerra deixou marcas profundas na região. Só compreendi a dimensão da coisa depois que vim morar em Mato Grosso do Sul. Não aprendi nada disso nos livros escolares.

Os brasileiros retomaram suas fazendas com a derrota paraguaia. Quando voltou para o Pantanal, depois da guerra, o Barão de Vila Maria encontrou saqueadas as terras que haviam sido suas. Reconstruiu a fortuna e morreu 14 anos depois de receber o baronato, aos 51 anos – na época, a expectativa de vida era baixa. Quem herdou o título foi o filho caçula, de apenas 22 anos: Joaquim Eugênio, o Nheco, que viria a se casar com Maria das Mercês Leite de Barros. Nheco foi dono de terras que hoje correspondem a quase metade do Pantanal sul, além de fundador da Fazenda Firme.

Consegue adivinhar o porquê do nome da fazenda?

A primeira construção feita na propriedade não resistiu a uma cheia e foi preciso construir outra, 24 quilômetros distante da primeira, em “terra firme”, onde a cheia pantaneira não chegava. E assim entrou para a história a Fazenda Firme, que deu início à colonização da região.

Nessa imensidão de terras, Nheco criou gado e fez história como um dos maiores pecuaristas pantaneiros do século XIX. Resultado: toda a região ficou conhecida como Nhecolândia!

Que lugar é esse? Eu, recém-chegada, achava tudo tão diferente; me sentia num *set* de filmagem, de tão inusitadas que eram aquelas cenas.

Nem pareciam reais em pleno século XX. Mas era assim desde sempre no Pantanal.

Nunca vi peão tocar rebanho de canoa. Só aqui! Os bezerros cansados de nadar eram puxados pelas orelhas e focinhos e jogados no barco pelos peões canoeiros, que assim impediam que os bichinhos exaustos fossem levados pela correnteza.

Passamos horas zingando pelos alagados. Aprendi que zinga é um pedaço de pau comprido que o peão firma no fundo do alagado e empurra o barco. Era tudo novidade, e eu, uma deslumbrada.

Acordei do meu torpor com o peão me olhando cerimoniosamente. Eu, capixaba e caçara, percebi que tinha me esquecido de levar filtro solar ou chapéu. *Imagine, acostuada ao sol do litoral.*

Ele me disse: “Dona, a senhora vai assá!”.

Eu realmente parecia um pimentão maduro. Mal sabia ele que eu estava de biquíni por baixo da roupa de repórter, louca pra pular na água! Mas o cinegrafista me falou baixinho que a praia estava longe e que moça direita não pulava no rio de biquíni no meio da peãozada. Achei meio fora de contexto – e machista, até –, mas resolvi encarar aquela etiqueta social pantaneira como mais uma situação divertida e respeitei.

Claro que naquele dia eu não tomei banho de rio. Mas logo ganhei coragem de me jogar na água. O biquíni eu aposentei não por pudor, mas por segurança mesmo. Apesar de hoje conhecer as águas pantaneiras, ainda prefiro tomar banho de rio de roupa por causa dos lambaris que insistem em dar umas beliscadas na gente embaixo d’água... Nesses anos todos, eu aprendi a entender os sinais desse mundão pantaneiro.

Nas curvas de estradas e de rios descobri amigos, me empolguei e busquei me aprofundar na história do meu país. Conheci outro Brasil.

Meu coração ficou maior.

Venci.

CHÃO SEM FIM

O carro chacoalhava na estrada de areia... nem sinal de cidades. Meu corpo sentia as três horas de solavancos. O pescoço doía, a coluna não tinha mais posição. Nunca desejei tanto um tapa de vento fresco, mas nem pensar em abrir a janela: a poeira fina impregna até na alma! Não podíamos ligar o ar-condicionado da caminhonete porque a câmera estava no banco de trás – quando o equipamento fica a uma temperatura mais baixa que a do ambiente externo e é exposto de repente, a lente condensa, criando uma nuvem de microgotas por dentro que embaça tudo, como quando a gente respira e embaça os óculos. Aí, tem de esperar um bom tempo pra secar essa umidade e começar a filmar. Já tínhamos passado por isso no dia anterior. Perdemos belas cenas de animais e natureza por causa dessa nuvem de umidade dentro da lente. Decidimos enfrentar o forno dentro do carro para garantir boas imagens logo adiante.

Para quem foi criada perto da praia, o horizonte sempre é a linha infinita do oceano. Depois da curva aparece o mar! Durante toda a viagem eu tive a impressão de que, quando virássemos, lá adiante eu veria a praia... Mas o que eu via era um mar verde de folhas e matizes diversos. Nem cheiro de maresia; o cheiro era de terra misturada com folhas em decomposição. Um cheiro meio agridoce que eu começava a reconhecer e a gostar.

A paisagem lá fora valia o desconforto.

Minha primeira vez viajando de carro pelo Pantanal, um lugar tão inóspito, tão longe da minha conhecida e úmida Mata Atlântica. O ano era 1998 e um produtor da TV Morena ofereceu ao jornal a pauta sobre o boi de piranha.

Teríamos de percorrer mais de 400 quilômetros de estradas, tanto pelo asfalto da rodovia como em estrada de chão. Aquela paisagem

passando pela janela era quase hipnotizante... Voei mentalmente para os meus tempos de menina em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Sair em expedições pela mata no litoral, pisar naquele chão cheio de folhas molhadas e sentir o pé afundar na mistura pastosa e marrom é uma lembrança de infância. E eu adorava, para desespero dos adultos, que temiam os animais ali refugiados... alguns podem ser venenosos! “Olhe onde pisa!” era o conselho do meu pai. Quem disse que eu me preocupava com isso? Queria mesmo era viver a aventura de me embrenhar na floresta no faz de conta do naufrago. Na minha fantasia, eu era a versão menina de Robinson Crusoe. Mania de sonhar que me fez passar a infância pensando em *kits* de sobrevivência: eu sempre levava na mochila uma caixa de fósforos, água, uma fruta ou biscoito, um canivete e curativos. Uma inocente visão de primeiras necessidades, de que isso seria tudo o que eu precisaria em uma ilha deserta! Ainda tenho na minha bolsinha o meu tesouro salva-vidas, que é mais eficiente depois de ganhar experiência em andanças pelo mundo. Não pode faltar água, castanhas, frutas secas, frutas com casca grossa (pois não amassam facilmente), canivete, uma muda de roupa, papel higiênico e *kit* de remédios. Sempre.

Porteira à vista: fim do devaneio! Um bafo quente quase me derruba quando abro a porta e saio do carro. No Pantanal não existem estradas pavimentadas, são só caminhos trilhados entre as fazendas. Tudo muda com a chuva e a cheia... e a referência é no olho mesmo.

Seguimos pela terra batida e chegamos a uma esquina! Sim, o trieiro some em uma curva – e tudo parecia ainda mais igual...

A natureza, aqui, de tão exuberante, chega a ser agressiva.

Eu não conhecia nada do Pantanal. Seguimos primeiro pela estrada-parque. Estranhei os nomes das referências que me foram passados pelo produtor, até pensei que eram pegadinhas pra novata que tinha chegado do litoral. Na pauta lia-se: “Seguir em direção a Corumbá pela BR-262 e, depois de passar pela cidade de Miranda, entrar no Buraco das Piranhas, seguir pela estrada de chão até o Passo do Lontra, uma comunidade de pescadores que fica na margem do rio Miranda, e depois continuar até a Fazenda Santa Clara”.

Seguimos assim: Giba, apelido do repórter cinematográfico Gilberto Juvenal; José Reinaldo, nosso assistente; e eu, que me sentia uma

menina, achando tudo muito diferente, me surpreendendo com os nomes dos lugares e dos animais e estranhando as distâncias. A pauta era encontrar uma comitiva que estava retirando o gado desses campos ainda alagados para outras pastagens mais altas, que não tinham sido engolidas pelas águas. E o que foi oferecido de inusitado para essa reportagem que seria enviada ao *Jornal Nacional*, além das imagens mostrando a rotina do peão pantaneiro, foi a promessa de contar a história do boi de piranha. Eu já tinha ouvido falar que nos alagados pantaneiros as piranhas ficavam represadas nos campos e, vorazes, devoravam qualquer coisa que entrasse naquelas águas. Novata, acreditei que conseguiríamos mostrar essa “técnica” de sacrificar a vaca ou o boi que vai na frente da comitiva pra saciar a fome das piranhas e o resto do rebanho passar em segurança. Achei horrível a ideia daquele banquete sádico, mas naquela época eu não conhecia ninguém e acreditei que encontraríamos tal situação pra registrá-la. A pauta havia sido oferecida, e eu teria de entregar a reportagem.

Rodamos mais de mil quilômetros de estradas, a maioria de terra. Entramos na tal fazenda citada como referência na pauta e nada...

Subimos até um trecho conhecido por Curva do Leque e nem sinal de boiada, e muito menos de algum peão pra confirmar a tal prática do boi de piranha. Cansados e famintos, paramos na única vendinha que existia naquele mundão. A cidade mais próxima era Corumbá e levaríamos mais de três horas pra chegar lá. Na tal vendinha de paredes de madeira, pouca luz e um balcão antigo, feito de pranchão de árvore, conheci o Seu Quequé – ele mesmo pediu pra ser chamado assim, não sei seu nome até hoje. Ali comemos um salgado e um refrigerante que custaram o preço de uma refeição das boas na cidade. Comentei com os meus colegas de viagem que achei tudo caro demais, mas que era o único lugar para comprar qualquer coisa num raio de mais de 100 quilômetros. Muitos anos depois, descobri por que o apelido Quequé. Disseram que o dono da vendinha botava o preço que queria, porque sabia que não tinha concorrência, e costumava dizer: “Quem quer, quer, e paga!”. Se essa explicação é verdade, ele nunca me confirmou. Perguntei uma vez e ele deu um sorriso enigmático; disse apenas que o povo inventava cada uma... Não negou nem confirmou. Achei pitoresco e aceitei.

Voltando à saga do boi de piranha, rodamos um dia inteiro e não achamos absolutamente nada nem ninguém que confirmasse essa história. Voltamos sem reportagem. E ali aprendi a primeira lição pantaneira: por mais intrigantes que sejam as informações, é fundamental estabelecer fontes junto aos moradores locais antes de se lançar numa aventura pelo Pantanal. Naquela época não tinha energia na maior parte da planície, muito menos telefone, então não era fácil fazer uma ligação pra apurar uma história – só indo pessoalmente conferir. Eu era novata, tinha chegado havia menos de um mês em Mato Grosso do Sul e acreditei na tal pauta. Foi a única vez que viajei e não voltei com a reportagem esperada. Pra não perder a viagem, pedi ao Giba pra gravar as imagens nos alagados cheios de aves. Descobri que muitos cardumes ficam represados quando os campos começam a secar depois da cheia, e essa fartura se transforma num banquete para as aves, que se amontoam em bandos enormes e passam o dia se alimentando. Essas cenas renderam uma linda matéria. E ainda bem que a tal prática do boi de piranha, se existiu, foi num passado bem distante.

Nessa minha primeira viagem, chacoalhando de carro pelas estradas e me surpreendendo com as descobertas, me apaixonei pelo Pantanal. Uma paixão colegial, daquelas que fazem o coração disparar quando o objeto de desejo se mostra diante dos seus olhos! A imensidão me faz palpitar, meus olhos brilham quando o céu se desmancha em cor, um sorriso se abre quando os donos do pedaço – as araras, os jacarés, os tamanduás – resolvem dar o ar da graça...

Anos depois, já mais escaldada pelas surpresas pantaneiras, me lembrei dessa primeira viagem com várias “perdidas” – matérias frustradas – pelo caminho. Dessa vez viajávamos por outra região, mas ainda inseguros, porque estávamos na dúvida se era o caminho certo.

Atravessamos a ponte sobre o rio Negro, ao lado da Fazenda Barra Mansa. Lá, depois da prosa boa e recheada de histórias com o cicerone Guilherme Rondon, dono daquelas terras, seguimos sua orientação pra chegar à Fazenda Baía das Pedras. Estávamos produzindo um *Globo Repórter* e uma parte do programa era sobre antas. Por isso queríamos gravar com a pesquisadora Patrícia Medici, cuja base ficava na tal

fazenda. Referência no assunto, Patrícia monitora a espécie há mais de quinze anos.

Seguir em frente parecia ser o melhor negócio. Pegamos o corredor de gado, uma imensa faixa de areia fina e branca parecendo uma rodovia natural, onde não dá tempo de nascer capim de tanto pisoteio do rebanho. É por ali que os peões passam com as comitivas das fazendas para retirar os animais dessa região do Pantanal. Margeando o corredor, veem-se as porteiras para se embrenhar pelas fazendas na Nhecolândia. Algumas têm placas indicando o início do caminho para chegar até a sede; outras não têm nada, só uma porteira levando a mais um recanto desconhecido. Seguimos. Desde o início da viagem, quando deixamos o aterro na Fazenda Retirinho, em Aquidauana, contei: abrimos 32 porteiras.

O Guilherme, lá na Fazenda Barra Mansa, uma hora antes, havia dito: “Quando passar a terceira porteira no corredor do gado, vira à direita. Segue a batida. Vai atravessar a vazante e seguir até a Fazenda Primavera”. Lá fui eu, cheia de certezas, guiando a equipe. Mas a cada bando de animais eu pedia pra parar e filmar. Chegamos na tal Fazenda Primavera pra pedir informação. Já passava das três da tarde e eu não queria anoitecer na estrada. Ali recebemos mais uma dica do funcionário, que afirmou que não tinha erro pra chegar na Fazenda Baía das Pedras: “Só tem que seguir a batida na estrada. Só tem uma. Aí passa pelo Retiro São Luiz e segue. Chegou na bifurcação da estrada, pega a direita”. É aí que está o problema... esse tal de seguir a batida porque não tem outro caminho é coisa de pantaneiro, porque tem tantos outros caminhos e batidas de carro que a gente se sente num labirinto! Nesse dia, eu de copilota sugeri ao Eric virar à direita e...? Nós nos perdemos.

Mas não tem perda melhor que a dos campos pantaneiros. Tem sempre uma surpresa no caminho. Tem sempre um bicho lindo no galho retorcido, tem sempre uma vazante ou um corixo inundando a passagem...

Aprendi rápido o vocabulário local. Vazante é um curso d'água temporário, que enche na estação chuvosa e seca completamente na estiagem, deixando uma graminha baixa onde o gado pasta. E as vazantes muitas vezes se comunicam com leitos de rios onde despejam

suas águas empoçadas na estação das cheias. Já os corixos são, muitas vezes, leitões antigos dos rios que mudaram de rumo, mas que na estação das chuvas mantêm a água, geralmente com uma borda de mata ciliar em volta.

A paisagem no Pantanal parece sempre igual, mas quando os olhos vão sendo treinados pelos anos de viagens a gente começa a reconhecer as características de cada lugar.

Nessa viagem, a caminho da Fazenda Baía das Pedras, eu tinha a impressão de que já conhecia aquele capão. Capão é como os pantaneiros chamam as ilhas verdes com árvores, muitas vezes espécies do Cerrado, pequenas matas que ficam no meio da pastagem plana. É como se alguém tivesse plantado aquele amontoado de árvores pontilhando a planície. Nunca entendi como a natureza caprichosa escolhia onde essas ilhotas verdes nasceriam, em meio a um mar de capim...

Foram tantas paradas para gravar imagens de cervos, veados, capivaras pulando na água, que já nem sabíamos mais qual era a direção da fazenda.

Eis que, quando o sol ameaçava se esconder, avistei de longe um carro parado no meio do campo e um homem chapeludo encostado na cerca. Era o meu amigo Dóio, dono da Fazenda Baía das Pedras. Ele já me olhou rindo: “Vim te buscar porque toda vez que você vem pra cá você se perde nesse finalzinho de estrada!”. Deu uma risada divertida de quem sabe que está certo... e seguimos viagem escoltados pelo Dóio. O areal se transformou numa armadilha e o Eric, que nunca tinha dirigido por ali, passou aperto pra atravessar a estrada. Atolamos algumas vezes e perdemos quase uma hora pra desatolar a caminhonete “sentada” na areia. Só conseguimos usando folhas de acuri pra ancorar as rodas e criar um terreno mais firme no meio da areia. Seguimos pelo pasto aproveitando o capim.

O dia estava terminando quando o Dóio parou no meio do pasto e falou alto: “Cuidado pra não atropelar a sucuri!”. Como ele viu uma cobra rastejando no mato naquele lusco-fusco? Saímos todos do carro e lá estava ela: amarela, linda, se mimetizando no capim forrageiro. Eu, claro, pedi ao João Carlos, repórter cinematográfico, pra gravar aquela cena. Nós, parados na batida da estrada, esperando a sucuri passar.

Nunca tive medo, sempre achei lindas essas cobras gigantes. Aquela era jovem, não tinha mais de 2 metros. Ainda assim, o movimento sinuoso entre as folhas úmidas gerava um brilho hipnotizante naquele couro rajado e lindo. Tomei coragem e deitei no chão pra fazer uma foto. Minha primeira foto de sucuri.

Seguimos viagem e chegamos na sede da fazenda já à noite, mas foi naquela esquina, naquela estrada de areia fina no meio do campo verde que cortava a região do Pantanal, perto do rio Negro, onde mais uma vez eu me deslumbrei com o infinito a desvendar. O Pantanal me levou pra dentro de mim. Aqui eu encontrei minha alma.

O MENESTREL E A FORASTEIRA

Ainda em 1998, voltei ao Pantanal pra fazer uma reportagem sobre os paraquedistas que saltavam na região do rio Negro. A matéria era pro *Jornal Nacional*. Sugeri ao William Bonner, editor-chefe, uma reportagem especial sobre o Pantanal visto pelos olhos dos pássaros, utilizando paraquedistas como meio de fazer as gravações. Ninguém havia feito isso antes. Não existiam drones ou câmeras GoPro pra facilitar a captação de imagens.

Pra captarmos do alto as lindas paisagens e seus diferentes tons de verde, podíamos sobrevoar e gravar em pequenos aviões sem muita aproximação do solo ou dar um jeito de fazer alguma gambiarra. Optamos pelas duas alternativas.

O paraquedista era filho de pantaneiros e tinha uma fazenda na margem do rio Negro. Nosso destino era a Fazenda São Pedro. José Henrique Rondon era um paraquedista experiente; adorou a ideia de saltar de paraquedas no Pantanal e chamou os amigos pra participar da reportagem.

Para conseguir as tais imagens e mostrar os ângulos vistos pelos pássaros ao voar sobre a planície pantaneira, o Giba pregou uma câmera de mão pequena, daquelas que as pessoas usavam pra gravar festinhas de aniversário, com fita adesiva no capacete do José Henrique. Voávamos em um monomotor. O piloto se chamava Ítalo, mas eu só pensava no Ícaro, aquele da lenda grega que teve as asas postizas derretidas pelo calor do sol. Eu não estava acostumada a voar em pequenos aviões e já tinha embarcado meio desconfiada e com medo. Novata, recém-chegada ao Centro-Oeste, comecei a perceber que muitas distâncias pantaneiras só eram vencidas pelo ar, e que os tais aviões pequenos eram bem comuns na região.

Sáimos de Campo Grande de avião e paramos no aeroclube de Aquidauana pra retirar as portas do pequeno monomotor, necessário

para os paraquedistas saltarem. Ali mesmo na pista, antes da decolagem, o Giba fez o milagre de pregar com fita adesiva a tal câmera no capacete do paraquedista e disparar a gravação segundos antes do salto sobre o rio Negro.

Lá fomos nós. A poeira e o vento quente invadiram o interior da aeronave. Eu estava no banco da frente, ao lado do piloto. Menos de dez minutos depois, ele me olhou e, com um sorriso maroto, soltou: “Tá no rumo, vou dar uma cochilada. Me lembra se acontecer alguma coisa!”. Arregalei os olhos e me desesperei. Ele deu uma risada e disse pra eu não me preocupar, que ele conhecia o Pantanal todo e que, se precisasse pousar, tinha muito campo aberto. Claro que eu fiquei puxando assunto e não deixei o piloto fechar os olhos. Até hoje não sei se ele estava falando sério ou se era uma piada para a novata que estava chegando ao Pantanal...

Sobrevoamos o rio e eu fiquei sem fôlego ao ver tamanha beleza. Estávamos em fevereiro e tinha muita água. Os campos alagados; o leito sinuoso do rio parecia uma imensa serpente zigzagueando pela mata. Quando chegamos na região das salinas, não acreditei no que os meus olhos estavam vendo: dezenas de lagoas com diferentes formatos. A água variava em tons de verde. Verde-claro com as microplantas aquáticas, verde-bandeira e até um verde escuro como garapa. O reflexo dos raios de sol brilhava, criando linhas prateadas na água. Havia bordas de matas que pareciam rendas emoldurando as lagoas. As salinas são assim chamadas por terem água salobra. Às vezes surgem praias de areia branca e fininha com um halo em volta d'água. Os formatos são surpreendentes: um coração, uma pera, um tacape. Fiquei hipnotizada por aquela paisagem estonteante.

Saí do meu torpor quando o José Henrique, que atendia pelo apelido de Jacaré e tinha muita experiência em saltos de paraquedas, chamou o piloto. Estávamos sobrevoando a fazenda quando ele avisou ao piloto e aos amigos paraquedistas que tínhamos chegado e era hora de saltar. O Giba disparou a câmera amarrada no capacete do paraquedista e se firmou dentro do avião para gravar o salto. Lá foram eles.

O avião pousou, e claro que não deu tempo de gravar o pouso dos paraquedistas; então eu pedi pra eles saltarem de novo. Imagine a

cena: os paraquedas abertos no meio do pasto e eles enrolando aquela seda cheia de fios e se divertindo com o meu pouco conhecimento sobre o Pantanal e sobre o paraquedismo. Dessa vez o Giba ficaria em solo pra gravar a descida de baixo.

Tudo estava perfeito: céu azul, zero nuvens e aqueles paraquedas coloridos dançando no vazio, se aproximando do ponto onde combinamos que seria o pouso. Eis que uma rajada inesperada de vento obrigou dois dos paraquedistas – o José Henrique entre eles – a pousar na outra margem do rio, distante de onde tínhamos previsto. Começou ali a nossa corrida pra resgatá-los. Na minha inexperiência de recém-chegada, eu não tinha previsto na produção da reportagem um barco pra navegar pelo rio, caso fosse preciso. E nos vimos então num impasse: o repórter cinematográfico e eu, de um lado do rio, e os paraquedistas do outro. Como buscá-los?

Foi nesse momento que vi de longe um barquinho a motor vindo lentamente pelo rio Negro. Dei um assovio daqueles bem altos. O piloto ouviu e veio em nossa direção.

Sem camisa, de óculos de sol, chapéu de palha, barba por fazer e um sorriso simpático no rosto, o moço do barco perguntou o que a gente estava fazendo ali na margem do rio parados. Eu expliquei que era repórter e estávamos gravando com paraquedistas que tinham acabado de saltar sobre o rio. Mostrei a ele o rumo onde os nossos colegas estavam. Perguntei: “O senhor tá muito ocupado? Está fazendo o quê?”.

Pergunta mais besta, essa... O cara de barco, com varas de pescar no meio do Pantanal, claro que não estava preocupado com tempo. Ele me olhou, tirou os óculos de sol e deu aquele sorriso largo. Respondeu: “Tô só pescando, tô de férias...”.

Foi a minha deixa. Pedi emprestado o barco – e o moço como piloto – pra buscar meus colegas na outra margem. Muito educado, ele aceitou.

Enquanto navegávamos lentamente, perguntei a ele sobre a região e aprendi que aquele é um rio especial, que não tem vaivém de turistas porque nasce e morre dentro de fazendas, e só navega ali quem tem terras na região. E deixou claro que eu dei sorte de tê-lo encontrado, porque o silêncio normalmente imperava ali.

Ele me contou que tinha construído um pequeno pesqueiro nas margens do rio e estava morando por uma temporada no Pantanal, aproveitando que os filhos eram pequenos e podiam curtir toda a simplicidade de crescer em contato com a natureza. Sou muito distraída e não perguntei seu nome, apenas o chamava de Moço. Boa-praça, ele parecia se divertir com a novata falante que perguntava tudo. No canto do barco tinha umas frutinhas que pareciam goiabas, que ele me ofereceu e eu prontamente aceitei.

Como ele estava solícito, pedi que fosse mais pra frente da curva onde os paraquedistas estavam pra gravar umas imagens do rio. Ainda pedi que pilotasse devagar ao passar na margem pra filmar o jacaré tomando sol. Enfim, abusei da boa vontade do Moço, que realizou todos os meus pedidos antes de buscar os paraquedistas.

Pegamos os colegas e seus paraquedas. Todos no barquinho, voltamos pra sede da Fazenda São Pedro.

Ao aportar o barco na margem, chamei o Moço para almoçar conosco, como um jeito de agradecer a gentileza dele de passar metade da manhã fazendo as vontades da repórter que queria filmar o rio Negro e não tinha pensado em alugar um barco pra isso...

Gentilmente, o Moço desceu do barco e aceitou o convite. O almoço não estava pronto e fazia um calor de lascar. Foi quando todo o grupo decidiu dar um mergulho nas águas cor de chá do rio Negro pra se refrescar até que a comida estivesse na mesa. Eles se divertiam com a repórter novata que não queria entrar na água porque tinha certeza de que seria devorada por um cardume de piranhas! Mas o José Henrique me acalmou, dizendo que tinha passado a infância tomando banho naquele rio e nunca fora atacado por bicho pantaneiro nenhum. Claro que eu não tinha roupa de banho na mochila, então peguei uma bermuda emprestada da esposa dele e lá fomos nós para dentro d'água. O Moço ficou com a gente. Passamos uma meia hora nos refrescando e papeando só com a cabeça pra fora da água, literalmente jacarezando no rio Negro. Era o meu primeiro banho num rio pantaneiro. Meu batismo.

Nosso descanso nas águas quentes foi quebrado pelo som do sino da sede, que anunciava que o almoço estava na mesa. Saímos todos do rio e fomos almoçar.

A cozinheira e os outros funcionários da fazenda pareciam conhecer o Moço. Todos o cumprimentavam com aquele sorriso camarada de quem já se encontrara mais de uma vez por aqueles campos e rios.

O Moço vestiu uma camisa, tirou os óculos de sol e sentou à mesa conosco. Comemos a comida pantaneira, deliciosa, e o calorão do início de tarde era um convite pra deitar numa rede e “sestear”.

Sentamos todos. Eu deitei na rede, o Moço sentou na cadeira em frente e acendeu um cigarro de palha, a equipe e os paraquedistas por perto e todos papeando descontraidamente.

Eu me sentia num cenário de filme. Tudo tão inóspito, aquela casa de madeira antiga, na beira de um rio, a mais de cinco horas de carro da cidade mais próxima. Lembrei do meu pai, que sempre gostou de mato e todo domingo acordava os filhos pra assistir a um programa que se chamava *Som Brasil*. O Rolando Boldrin era o apresentador, e desde criança fiquei com a música de abertura na cabeça, porque era uma lembrança saborosa que me levava pra perto do meu pai. Ali, naquela rede, eu só pensava que ele adoraria estar comigo no Pantanal.

Comecei a cantarolar a música da abertura do programa: “Amanheceu, peguei a viola, botei na sacola e fui viajar...”.

O Moço parou de falar, me olhou nos olhos e perguntou: “Você gosta dessa música?”.

Eu respondi: “Não muito, só sei o refrão, mas ela me remete ao meu pai, que adorava esse programa de domingo. Lembrei dele e sei que ele adoraria estar aqui comigo agora”.

Com um sorriso carinhoso no rosto, o Moço me falou: “Eu gostei dessa música desde quando o Renato [Teixeira] me mostrou, e eu gravei!”.

Nesse momento, senti um frio na barriga. Os meus colegas começaram a rir, e eu, com cara de quem cometeu uma gafe, perguntei pro Moço: “Como assim gravei? O senhor é cantor? Qual o seu nome?”.

Em meio às gargalhadas de todos, que já tinham percebido que eu não identificara quem era o tal pescador que me serviu de piloto durante uma manhã inteira, o Moço, sorridente, falou: “Eu me chamo Almir Sater!”.

Com uma expressão de vergonha e ao mesmo tempo divertida, dei uma risada e falei: “O Pirilampo! A minha mãe é apaixonada por

você!!!”. Ela era mesmo apaixonada pelo personagem da novela *O rei do gado* interpretado pelo Almir Sater.

Mais uma gafe e mais uma explosão de gargalhadas.

Pacientemente, o Moço, agora com nome e sobrenome, continuou: “É... não me chamam assim por aqui. E você, conhece as minhas músicas?”.

Eu expliquei que conhecia alguma coisa, mas não muito, porque eu era capixaba e estava chegando ao Centro-Oeste, e lá na minha terra a gente não ouvia muito as músicas dele... Diante da minha honestidade, ele deu outra risada e disse: “Então precisamos resolver isso”.

Dias depois, eu já de volta a Campo Grande, recebi uma ligação. Era o Moço me convidando pra ir a um *show* dele. Eu, toda envergonhada, aceitei o convite. Quando eu vi e ouvi aquele vozeirão cantando no palco, com centenas de fãs lotando o teatro, me senti ainda mais boba por não tê-lo reconhecido naquele dia no Pantanal. Que mancada! Mas ele adorou esta repórter novata, cheia de curiosidade pelo Pantanal e sem maldade na forma de lidar com as descobertas. Ali nasceu uma das mais duradouras amizades que eu fiz nesses anos todos no Pantanal.

“O menestrel e a forasteira” até podia ser o nome de uma música, mas é a minha história com o cantor e compositor Almir Sater, o Moço, que conheci pescando e fiz dele o meu piloteiro, que se tornou um amigo querido desde o meu primeiro ano de Pantanal. Até hoje, quando a gente se encontra, nos chamamos assim: “Oi, moço! Oi, moça!”.

E não é história de pescador. Tenho fotos desse encontro pra provar que, no dia em que eu encontrei um pescador no Pantanal e pedi carona no barco dele, encontrei um artista sensacional e ganhei um amigo pra vida.

UM DINOSSAURO NO RIO

Meu coração batia acelerado. Eu tinha esperado tanto por aquele encontro e agora sentia medo e ansiedade. Estávamos em maio, quando a chuva já passou, o céu fica muito azul e sem nuvens. A luz é limpa, linda. É a minha época favorita pra gravar no Pantanal. Não à toa que o Almir Sater compôs a música Mês de Maio: “Olhos vão se abrir pra tanta cor, é mês de maio, saio e vou ver o sol se pôr...”. Bem isso: maio é o mês das cores pantaneiras. Sem poeira no céu tudo fica mais intenso e vívido.

Nós nos encontramos em Aquidauana, a porta de entrada para aquele pedaço de Pantanal sul. No pequeno aeroporto, a pista de terra batida se transforma num vendaval empoeirado a cada decolagem. A nuvem vermelha impregna os poros e quase nos sufoca. Faz calor!

O avião monomotor está lá nos esperando. O piloto vê a nossa bagagem e diz: “Tem peso demais!”. Temos de desmanchar tudo, colocar as roupas misturadas em uma mala só e diminuir equipamentos. Difícil é decidir o que não é necessário. Tudo é importante, mas temos de escolher. E ainda tem as câmeras, o material de mergulho, uma tralha de primeira.

Piloto experiente, Amadeu ajeitava daqui e dali e distribuía a carga de modo a equilibrar a aeronave. Estávamos tão pesados que quando ele acelerava o avião na pista eu prendia a respiração. Não por medo, mas na ilusão de que ficaria mais leve com menos ar nos pulmões...

Parece que vai faltar pista! Ele acelera e o aviãozinho ainda está no chão. Nós nos olhamos ansiosos e em silêncio. Estamos sem porta pra fazer imagens aéreas. A poeirada entra e mal conseguimos abrir os olhos em meio à nuvem de terra e vento.

Como em um milagre, decolamos! E o bravo aviãozinho planou suavemente, o ar ficou frio, lá embaixo a cidade se despedia e o verde molhado dominava.

A chuva de verão em 2012 não foi suficiente para transbordar os rios, mas as vazantes encheram. São os rios temporários. A simplicidade do povo resumiu em uma palavra o fenômeno: quando a época da chuva termina no Pantanal e o sol começa a arder forte, sem nuvens, o calor chega, anunciando que a estiagem logo virá. Os campos começam a “vazar” e a água escoar rápido, reabastecendo os rios de vida e fartura.

Imensos braços de água parecem rios e os campos inundados ligam terra firme ao leito original. São as vazantes! O reflexo do sol brilha e revela a inundação em diferentes tons. Matizes esverdeados, avermelhados, uma pintura abstrata em riscos sinuosos de cores impactantes. É a dança das plantas aquáticas... No ano anterior, havia acontecido a maior vazante das últimas cinco décadas.

Pra realizar esse encontro, a paciência e a observação são fundamentais. O olhar treinado do guia de campo Carlinhos era o termômetro. Ele era que dizia se era hora de ir. E o momento chegou. Uma janela de três dias, apenas. Recebemos a mensagem de que tínhamos de montar a expedição e partir pra Fazenda Barra Mansa, cortada pela Vazante do Castelo, às margens do rio Negro. Nessa terra de extremos, a natureza tem pressa. Quando a chuva para, o sol esquenta e os campos secam rápido. É quando os cardumes ficam represados nas águas das vazantes. Os jacarés se banqueteam. Por isso estávamos lá: pra filmar jacarés do Pantanal embaixo d'água.

Esse bicho sempre me intrigou. As placas duras nas costas transformam o corpo em armadura. Quadradas e pontiagudas, elas formam um mosaico numa carapaça complexa, mais parecem células fotossensíveis, daquelas que captam de luz do sol pra transformar em energia. Os jacarés são o que os cientistas chamam de ectotérmicos; têm sangue frio, precisam do calor do sol para se aquecer. E eles realmente ficam jacareizando, parados no sol, regulando a temperatura do corpo. Mais uma lição de adaptação no processo evolutivo. Como não regula a temperatura do corpo e precisa do ambiente pra isso, o jacaré não gasta a energia gerada pelo consumo de alimentos na manutenção da temperatura corporal constante, e assim sobra energia vital pra garantir o funcionamento dos órgãos. Usando o calor do sol, não se esforça e não se enfraquece. Para digerir o que comem, os jacarés precisam elevar a

temperatura do corpo a mais de 30 graus; por isso ficam ao sol. A temperatura da água e do ambiente onde as fêmeas fazem a postura dos ovos também influencia no sexo dos filhotes que vão nascer.

As pesquisas já avançaram a ponto de os cientistas saberem que o jacaré do Pantanal também tem múltipla paternidade. Numa mesma postura de ovos, a fêmea que copulou com diferentes machos pode botar ovos fecundados por diferentes pais – um jeito esperto de manter a variabilidade genética das futuras gerações. Fiquei surpresa também ao saber da linguagem dos jacarés. Os filhotinhos soltam gritos finos, vocalizam, emitindo sons para a mãe ainda de dentro do ovo, avisando que vão nascer. Engana-se quem pensa que os jacarezinhos nascem prontos e independentes, assim como as tartarugas, que saem do ovo e correm sozinhas pro mar. O jacaré do Pantanal depende do cuidado parental. Os filhotes ficam praticamente um ano sendo cuidados pelos pais até estarem prontos pra desbravar o mundo. Já vi, na estrada-parque, uma mãe jacaré atravessando a pista com onze filhotinhos amontoados no lombo. Coisa mais linda!

Outra cena bem divertida no Pantanal é ver os insetos pequeninos conseguindo tirar os imensos jacarés do sério. Eu fico a postos pra tentar flagrar esses momentos. Quando estão se aquecendo ao sol, abelhas, besouros, mutucas e até borboletas incomodam os jacarés, pousoando em seus focinhos em busca de sais minerais. Ver aquele bicho sendo incomodado pelos pequenos a ponto de sair correndo e se jogar na água é quase uma redenção!

Nessas minhas andanças, o jacaré do Pantanal sempre foi uma companhia silenciosa nos rios e baías. Ele fica à espreita, curioso e discreto. Um dos comportamentos mais surpreendentes é a paquera. Os machos emitem o som do acasalamento. Isso mesmo! Os machos são bem exibidos, se mostram pras fêmeas emitindo um sinal infrassônico, também chamado de vibração subaudível – nome complicado pra dizer que, quando quer fazer sexo, o macho levanta a cauda e a cabeça e deixa só o dorso submerso. De repente, solta na água uma vibração muito intensa, que produz um chuvisco, uma “tremidinha” com ondas. Esse sinal infrassônico desperta a fêmea, que escolhe o parceiro assim. Quanto mais potente o som, mais viril o macho.

Por outro lado, jacarés são extremamente dependentes da condição do meio onde vivem. Se faz calor e precisam se resfriar, procuram sombra e água; se está frio e precisam se aquecer, correm para o sol. Hoje, a maior preocupação é com a possibilidade de extinções de grupos de jacarés do Pantanal por falta de água e comida.

Observar o comportamento dos animais sempre me fascinou. A cada viagem ao Pantanal, as descobertas me surpreendem e me encantam. Conversando e lendo os artigos da pesquisadora Zilca Campos, da Embrapa Pantanal, consigo buscar assuntos novos sobre um réptil tão interessante e tão mostrado nas reportagens.

Esse animal impressionante tem estratégias de sobrevivência que beiram a ficção científica.

Primeiro, fiquei intrigada quando vi os jacarés andando desengonçados no solo. Nas pesquisas feitas ao longo de mais de trinta anos estudando jacarés, Zilca descreveu esse comportamento raro de movimentação em terra firme, algo único, que só se encontra entre os grupos de jacarés do Pantanal. É uma migração em busca de água e alimento, e tem sempre um macho dominante que comanda o grupo, ditando o ritmo da marcha. Os mais jovens seguem o líder. Eles andam – e muito. Já houve registro de jacarés monitorados por chips que andaram de dezoito a vinte quilômetros. A Zilca me explicou que o gatilho pra saírem e buscarem novos território alagados vem com as chuvas e relâmpagos. Quando a natureza avisa que a seca está terminando, os jacarés entendem que é chegada a hora de buscar novos territórios com melhores condições.

Pude ver essa migração em dezembro de 2021. Estávamos gravando um *Globo Repórter* na região das fazendas às margens do rio Negro. Tudo muito seco, apesar de ser a estação das chuvas. Em uma das viagens de volta à nossa base de apoio, a equipe dormindo, o assistente técnico Misael Maciel, condutor da vez, freou bruscamente. Era noite e ele tinha avistado de longe um jacaré caminhando na estrada, quando o orvalho refrescou o campo. E nos dias seguintes, quando os primeiros pingos de chuva começavam a cair, vimos em diferentes estradas no meio das fazendas vários jacarés saindo ou entrando no mato, caminhando apressados, porque sabiam que logo a água estaria disponível em baías e rios.

Certa vez, estive na região da Fazenda Nhumirim, estação de pesquisa da Embrapa Pantanal, no período de seca – a maioria dos campos já esturricada, e de umidade tinha uma ou outra poça de lama. Gravávamos no campo e eis que pisei numa coisa que se mexeu. Levei um susto quando vi dois olhos me olhando do meio da lama – era um jacaré!

O bicho mal se manifestou. Na hora perguntei aos pesquisadores se ele estava morto, porque parecia pele e osso, com dois olhos grandes. E ali aprendi mais uma: em períodos de estresse hídrico, quando a água vai secando e não há mais campos alagados, os jacarés do Pantanal mantêm um comportamento que vem de seus ancestrais pré-históricos. Eles se enterram entre as folhas e na lama perto das poças. O nome desse comportamento é estiva. Ficam ali estivando quietos por meses. Diminuem o metabolismo pra não gastar energia e vão literalmente se consumindo, sobrevivem com as reservas de gordura do corpo, por isso ficam pele e osso até a próxima chuva inundar tudo de novo. Achei sensacional!

Vê-los assim, de fora, não dá medo. Eles fogem quando andamos na margem dos rios ou nas praias de areia. Sentem a aproximação e pulam na água. Mas quando navegamos, vemos só a cabeça do jacaré boiando, focinho e olhos. Debaixo d'água a história é outra. E eu me preparo pra invadir esse território. A roupa de mergulho comprida, braços e pernas cobertos, nem de longe é garantia de proteção.

Caminhamos sob plantas aquáticas. O barulho dos pés atolados na água na altura das canelas quebra o silêncio daquela imensidão. É como andar sob um tapete felpudo encharcado.

A água morna, cor de chá, é de uma beleza singela. Tem cheiro forte e o gosto é agridoce. O curso d'água não é muito fundo; foi o que sobrou das chuvas que alagaram os pastos. Eu mergulho e vejo os raios de sol entrando por esse filtro natural, iluminando com uma luz de âmbar o fundo de areia fina.

É tão novo e tão lindo.

Um silêncio inesperado me invade. Encontro paz naquele jardim submerso. Cardumes minúsculos de cascudos ficam no fundo revirando a areia fina em busca de comida. Os grãos cristalinos parecem

diamantes brilhando, e os peixinhos, com matizes dourados, dançam contra a corrente e não saem do lugar. Esqueço-me por instantes dos jacarés e fico observando a vida em miniatura que nada frenética. Um cardume de mato-grosso, um peixinho vermelho de uns 3 ou 4 centímetros, parece uma flâmula que nada. Um ramo verde se sacode no ritmo da água e lambe meu rosto. Preciso me concentrar; não posso me distrair com os pequenos habitantes desse recanto submerso.

Hoje não tem peixe grande, mas tem ramos de uma planta intrigante, folhas vermelhas bailando ao sabor das águas. Já enxerguei cabeleiras de fogo no leito molhado. Espero. Ao longe vejo a cauda comprida. Lá está ele, parado, deitado no leito verde da água clara.

Meu coração acelera. Mesmo embaixo d'água, ouço o pulsar das veias carregadas de adrenalina latejando no pescoço. Tenho medo. O fotógrafo Luciano Candisani me chama, faz sinal para eu me aproximar lentamente. Hesito. Faço sinal. Não vou! Não me mexo! Mas a tranquilidade dele me dá segurança e finalmente obedeco. Nado com cuidado. No instinto de proteção, diminuo a respiração e tento ficar calma. Mas sei que os meus olhos arregalados estão em alerta máximo. Paro ali, atrás dele. Não é tão grande, mas é um jacaré embaixo d'água! O encantamento me acalma. É lindo ver aquele corpo de placas assimétricas cuidadosamente emendadas e curiosamente espichadas em pontas espinhentas. A água é uma lente de aumento: realça os detalhes, que parecem ainda mais próximos. Olho as patas com os dedos e unhas pontiagudas apoiadas na areia. Sim, ele é um dinossauro! Os braços pequenos parecem não ter muita utilidade; penso que são assim porque pararam no tempo longínquo da evolução dos gigantes para os sobreviventes de hoje. Não tem nada que confirme isso, mas foi essa a impressão. A vontade é tocar naquele corpo imóvel. Mas ele percebe. Foge, arisco, e me brinda com mais uma imagem surpreendente: a cauda musculosa é um motor propulsor! Em movimentos sinuosos, o jacaré nada rápido e foge, sumindo na vegetação aquática.

Aquele instante se quebra com o movimento brusco. Sinto um esbarro fortuito: era outro jacaré nadando rápido em minha direção. Por instinto, eu paraliso. Ele me dá uma rabadada e sai nadando apressado. O encontro dura segundos, e a descarga de adrenalina traz um gosto

amargo à boca. Quase enfarto. O outro jacaré não me viu; deve ter pensado que eu era um tronco.

Subi à superfície, tirei a máscara e respirei fundo. Precisava de muito ar nos pulmões!

Sorrindo de nervoso, comemorei o batismo. Candisani deu uma risada e disse: “Acho que ele levou tanto susto quanto você!”. E me explicou o segredo da segurança embaixo d’água: “Nunca tocar nos jacarés nem fazer movimentos bruscos. Controle a ansiedade e observe esse animal espetacular!”.

Foi o que fiz. Controlei a emoção. Com a câmera e a caixa estanque nas mãos, mergulhei de novo sentindo-me mais protegida; era o meu escudo, e assim me aproximei. Colei a lente a um centímetro do focinho do jacaré. Ele fingiu que não percebeu e ficou ali, com a bocarra aberta. Os dentes são tão brancos, parecem escovados. Pontiagudos como punhais. Se ele resolver me morder, não tenho como escapar!

Mas não resisto àquela beleza bruta. Começo a observar os detalhes. Os olhos sem brilho são protegidos por uma membrana chamada nictitante. É uma terceira pálpebra que abre e fecha na horizontal, como uma porta de correr, e faz o papel de máscara de mergulho. É assim que os jacarés enxergam embaixo d’água. Será que ele me vê? Claro, mas não se incomoda comigo.

A língua rosa, pontilhada, áspera; a mandíbula forte, aberta. Parece estar se fingindo de morto. Os peixes passam dentro da boca e ele não se mexe – até passar aquele que será o peixe do dia.

Perguntei aos pesquisadores que dedicam a vida a estudar os jacarés do Pantanal o porquê desse comportamento. Eles me explicaram que o jacaré não engole água quando está submerso devido a uma válvula na garganta que se fecha e impede a passagem de água; por isso, ele fica com a boca aberta esperando o peixe passar. Mas como ele escolhe qual peixe vai abocanhar? Vi vários peixinhos passando entre as mandíbulas abertas sem que o jacaré fechasse a boca pra comê-los... Não descobri como ele seleciona suas presas aquáticas.

Os cientistas explicam particularidades sobre os jacarés que só embaixo d’água eu pude ver na prática. Os pulmões do bicho são soltos e se movimentam dentro do corpo como boias. Enchem-se de ar e se

movem para os lados pra mudar de direção, e quando o bicho vai emergir os pulmões ficam mais perto da cabeça. Coisa mais maluca...

Quando submersos, se apoiam na cauda, firmam as patas traseiras no fundo do rio e ficam só com a cabeça e os olhos atentos pra fora d'água. Caiu por terra a minha ideia de que, quando vemos a cabeça do jacaré na superfície, seu corpo estaria na horizontal, submerso, boiando... que nada, os jacarés ficam em pé e alertas!

Nesse encontro tão esperado, entendi um pouco mais sobre as estratégias da natureza. Eu estava ali, diante de um enorme predador. Um réptil que pouco mudou desde a era dos dinossauros, que carrega tantas características dos ancestrais que há mais de 60 milhões de anos corriam na região que hoje corresponde ao Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Entrei no mundo deles, e eles não me atacaram. Claro que a preparação pra gravar essa reportagem foi muito cuidadosa. Pesquisei muito, li artigos científicos e conversei com os pesquisadores pra saber até onde eu poderia ir sem colocar a minha vida e a vida dos animais em risco. Respeitamos a distância e os limites um do outro.

Descobri que embaixo d'água há um Pantanal inexplorado, desconhecido e deslumbrante, onde o tempo parece dar uma trégua e os traços da evolução das espécies podem ser vistos como um lindo filme, desfilando na nossa frente.

UMA MÃO PRÉ-HISTÓRICA

Como seria a pessoa que lambuzou a mão na tinta vermelha e carimbou aquele paredão de pedra no meio do Cerrado milhares de anos atrás?

Poderia ser membro de uma tribo nômade, coletora de alimentos nas florestas, que vez ou outra comia carne? Isso, claro, se conseguisse caçar um dos animais da megafauna que disputavam as cavernas com os primeiros humanos que viveram na região. Minha hipótese fictícia poderia muito bem caber nos livros de história sobre o Planalto Central, mais especificamente sobre a região de Alcinópolis, em Mato Grosso do Sul.

Os pesquisadores confirmam que os primeiros humanos a habitar as Américas já circulavam na região há mais de 30 mil anos, bem antes do evento chamado Último Máximo Glacial, por volta de 26 a 19 mil anos atrás, quando o clima da Terra era bem mais frio. Já se sabe também que as mudanças climáticas traçaram o caminho para a presença humana nas Américas¹.

Era a primeira vez que eu via uma pintura rupestre no Brasil. Fazíamos uma reportagem nessa área de Cerrado nativo na divisa de Mato Grosso do Sul com Goiás. Sítios arqueológicos foram descobertos em fazendas da região de Alcinópolis, a prefeitura convidou arqueólogos para pesquisar que sinais seriam aqueles e nós fomos acompanhar esse inventário pré-histórico. Eu jamais poderia imaginar que iria mergulhar num mundo completamente desconhecido e repleto de informações surpreendentes sobre a presença do ser humano no Centro-Oeste brasileiro.

A reportagem foi em 1998. Marquei a viagem para entrevistar um pesquisador e ganhei um amigo, o professor Gilson Martins, arqueólogo e professor na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). E ele, por sua vez, me apresentou à Emília Kashimoto, também

arqueóloga e professora na mesma instituição. Ambos se tornaram minhas fontes para reportagens sobre os primeiros que por aqui passaram, os povos originários e os achados arqueológicos.

Nessa primeira reportagem tivemos como guia o Cotonete, apelido do Edilson de Oliveira Gomes, um querido e incansável defensor da região, que já enxergava um imenso potencial turístico e a necessidade urgente de um projeto para identificar, datar e criar unidades de conservação daqueles importantes sítios arqueológicos.

Fomos até a Serra do Barro Branco. Subimos a pé, porque não existia ainda qualquer infraestrutura com estradas para levar visitantes. Chegando à gruta de mesmo nome, nossa surpresa foi imensa. Não conseguia processar tanta informação estampada diante dos meus olhos. A rocha avermelhada e os traços deixados ali há milhares de anos eram um desafio para a minha percepção. Mesmo sabendo que não era permitido tocar, não resisti ao impulso infantil de me conectar àquelas pessoas...

Delicadamente passei os dedos refazendo os contornos da pintura de uma mão esquerda, perfeita, quase do tamanho da minha. Seria de uma mulher? Uma criança? Ou os homens daquele tempo eram menores e tinham mãos pequenas? Por que uma única impressão da mão esquerda? Desejei fervorosamente ter poderes de me transportar no tempo e voltar àquele instante em que alguém teve a ideia de imprimir sua mão na rocha. Como viviam, o que sentiam, o que pensavam? Antes mesmo da invenção do alfabeto, eles já sentiam o desejo de se diferenciar, de se fazer entender e deixar seu legado.

É muito difícil saber o significado ou a razão pela qual eles faziam essas pinturas. A comunidade científica trabalha com diferentes hipóteses. Uns acreditam ser uma forma de se comunicar; outros pensam que podem ser representações cerimoniais ou até religiosas. O enigma permanece. Eu prefiro a minha versão: que eles queriam se fazer lembrados. O professor Gilson me explicou que aquela cor avermelhada era um pigmento muito usado pelos grupos de caçadores-coletores, à base de óxido de ferro presente nos minerais da região – por isso o tom vermelho. Dali eles tiravam também o pigmento amarelo. Mas como eles descobriram que aquelas rochas tinham óxido de ferro? Como sabiam

que sangue, pastas de plantas, restos de carvão das fogueiras podiam ser usados como tinta? Cada explicação que eu recebia gerava novas perguntas na minha mente.

A descoberta dos sítios arqueológicos colocou Alcinópolis no mapa das pinturas pré-históricas. Mãos em positivo, quando a pessoa pinta a mão e carimba a rocha, foram encontradas em diversas regiões do mundo: Indonésia, França, nos lados colombiano e brasileiro da Floresta Amazônica, nos sítios arqueológicos no Piauí, em Pernambuco e por aí vai. Na Patagônia argentina tem até um sítio arqueológico chamado Cuevas de las Manos, com dezenas de mãos gravadas nas rochas – só que são pinturas negativas, quando a pessoa apoia a mão na rocha e sopra pigmentos por cima, fazendo o contorno. São manifestações artísticas de pessoas que passaram por esses lugares há mais de 11 mil anos! Só de pensar nesse espaço de tempo e em tudo que aconteceu há milhares de anos, eu me arrepio. Temos tanto a descobrir ainda...

Os sítios arqueológicos são um elo que nos conecta aos nossos ancestrais que povoaram o continente e são fundamentais para a compreensão dos ciclos migratórios desses primeiros *Homo sapiens* que por aqui pisaram. No caso de Alcinópolis, o conhecimento gerado pelos pesquisadores de diferentes universidades e institutos foi decisivo na criação de duas unidades de conservação para proteger esses locais. O mais interessante de tudo foi a iniciativa da pequena cidade no interior do Brasil de valorizar sítios arqueológicos e criar parques municipais para preservar essa riqueza. Em 2003, com recursos do ICMS Ecológico, o município de Alcinópolis criou o Monumento Natural Serra do Bom Jardim e o Parque Municipal Templo dos Pilares, hoje abertos para visitação. O reconhecimento da importância da região gerou mudanças na pequena cidade de menos de dez mil habitantes. Os moradores hoje se orgulham de ter em seu quintal sítios arqueológicos que estão entre os mais importantes do Brasil. A valorização cultural já começa a gerar oportunidades de trabalho com serviços de guia, hotelaria e educação ambiental. E tive o privilégio de ver nascer essa iniciativa e todo o movimento de valorização desse passado.

Recentemente voltei a Alcinópolis para gravar em outros sítios arqueológicos. Na Serra do Bom Sucesso, me deparei com a Gruta do

Pitoco. Depois de caminhar pela vegetação preservada de Cerrado, chegamos até uma subida com rochas instáveis. A cada passo rolavam pedriscos e eu caminhava quase engatinhando pra não despençar do alto da subida íngreme, mas valeu a pena vencer a trilha escorregadia. O abrigo nas rochas é impressionante. No teto há um imenso painel com pinturas em formas geométricas, em diferentes tons. Vermelho, amarelo, branco. Essas representações, chamadas pelos arqueólogos de tradições, não foram feitas pelos mesmos povos nem nas mesmas épocas – uma prova de que, durante milhares de anos, aquela caverna serviu de moradia temporária para vários grupos de pessoas. Eram provavelmente nômades que se protegiam das baixas temperaturas, já que naquele período o clima por aqui devia ser mais frio.

No Templo dos Pilares, a primeira impressão é de cruzar uma passagem para um mundo paralelo, sem a cronologia das eras. As pilastras gigantescas são tão perfeitas que parecem ter sido esculpidas a mão pra sustentar o teto rochoso de uma moradia primitiva, cheia de galerias e fendas. Nas paredes, os moradores ancestrais deixaram inscrições rupestres em diferentes tons de vermelho, alaranjado e branco, as quais os pesquisadores da UFGD datam de dez a sete mil anos atrás, quando o primeiro grupo habitou o local. As outras gravuras nas rochas, de outra leva de habitantes primitivos, têm por volta de 3 mil anos.

Lancei-me naqueles labirintos sem medo, com a adrenalina de quem desbrava o desconhecido. A cada fenda ultrapassada, o feixe de luz que insistia em romper as barreiras de pedra criava um ambiente misterioso, e o coração disparava ao encontrar espaços úmidos e com odor de terra e mofo. Nem o incômodo do cheiro forte exalando dos musgos e do guano dos morcegos me fez desanimar. As perguntas fervilhavam na minha cabeça, e eu nem ouvi o chamado do repórter cinematográfico Chico Gomes pra voltar e gravar com os nossos companheiros de viagem. Por mim, ficaria ali até o anoitecer. Dormiria sob aquelas rochas pra tentar ao menos experimentar os sentimentos daquelas pessoas do passado.

As noites em lugares distantes das cidades são inexplicavelmente intensas. Os sons dos animais noturnos, o cheiro da terra resfriando com o orvalho... As batidas do coração podem ser ouvidas naquele silêncio.

Uma solidude que acalenta a alma numa conexão com os nossos mais primitivos instintos de sobrevivência. Naquele sítio de Cerrado nativo, experimentei um despertar.

Em Alcinoópolis há mais de 3 mil grafismos identificados e reconhecidos pelo Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nos sítios arqueológicos também foram encontrados lascas de rocha e cacos de cerâmica. As marcas enegrecidas e petrificadas revelaram o que restou de uma fogueira milenar, e a datação feita com carbono-14 confirmou a ocupação humana entre 10.735 e 3 mil anos atrás. Ainda não se sabe de onde vieram esses humanos pré-históricos, mas como a bacia Platina, que atravessa o Mato Grosso do Sul, tem cabeceiras que interligam os rios à bacia Amazônica, há uma hipótese de que essa migração pode ter ocorrido no sentido norte-sul.

Alcinoópolis é uma das mais importantes áreas para estudo de pinturas rupestres do Brasil. E olha que quem me disse isso foi a arqueóloga Niède Guidon, quando fui entrevistá-la na Serra da Capivara, no Piauí.

Lá, a paisagem é mesmo diferente. Os morros de arenito vermelho, que se erguem solitários e isolados na planície coberta por uma vegetação de mata fechada, parecem ter sido construídos. É desafiador ficar observando e identificando as formas esculpidas durante milhares de anos pela ação dos ventos e das chuvas.

Nos abrigos rochosos, os diferentes traços são misteriosos. Alguns só podem ser vistos quando nos deitamos no chão, olhamos pro teto ou pro paredão e esperamos os olhos se acostumarem. Tive a impressão de que o artista pré-histórico se deitou pra pintar.

À primeira vista parecem rabiscos infantis sem sentido, mas quando os olhos se acostumam, tudo parece saltar da rocha e dançar diante da gente, desafiando os sentidos. São figuras geométricas, representações de pessoas, animais. Vi um desenho que parecia um jacaré, outro que lembrava uma onça-pintada, peixes, tartarugas.

No Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim, fui apresentada à pata da onça, uma pintura rupestre branca idêntica a uma pata do maior felino das Américas. Sim, as onças-pintadas que hoje circulam pelo Brasil têm um ancestral em comum com os outros grandes felinos do planeta.

Mas a nossa onça-pintada é tão especial que, há 3 milhões de anos, cruzou com outros grandes felinos e trouxe traços genéticos dos parentes distantes. A estabilização da população de onças-pintadas nas Américas só ocorreu 30 mil anos atrás. O primeiro artigo científico sobre o sequenciamento genético da onça-pintada foi publicado em 2017 e envolveu pesquisadores de sete países, entre eles Eduardo Eizirik, professor na Faculdade de Biociências da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Conversei com o Eduardo em 2020 e ele me explicou como é o estudo e quais são as perguntas que a ciência busca responder na corrida pela conservação da onça-pintada.

Na primeira fase da pesquisa, os cientistas caracterizaram o genoma de uma onça-pintada e compararam-no com o de outros grandes felinos do mesmo gênero, o *Panthera*, que compreende o leão, o tigre, o leopardo e o leopardo-das-neves. Descobriu-se que eles têm um ancestral comum que viveu milhões de anos atrás, e ficou confirmado que houve muita hibridação no passado, porque os genomas desses três grandes felinos são mosaicos de histórias evolutivas diferentes. Leão, leopardo e onça-pintada têm uma mistura genética – em tempos remotos, eles cruzaram e tudo virou uma sopa de genes.

O genoma tem mais de 3 bilhões de bases de DNA, que são letras, e mais de 25 mil genes. Por isso o recorte que os pesquisadores fizeram na primeira fase do estudo para mapear o genoma da *Panthera onca* cruzou os dados de mais de 13 mil genes dos grandes felinos já codificados por diferentes pesquisadores no mundo. O que eles encontraram foi um verdadeiro quebra-cabeça evolutivo que intrigou os cientistas.

As amostras foram coletadas de uma onça-pintada do Pantanal chamada Vagalume, que nasceu em 1997 e, ao perder a mãe, ainda bebê, foi criada no zoológico de Sorocaba, interior de São Paulo. Os cientistas sequenciaram o genoma desse indivíduo, cruzaram as informações com os sequenciamentos de grandes felinos de outros continentes e descobriram que os milhões de anos de seleção natural favoreceram o genoma do nervo óptico da onça, que parece ter herdado um gene do leão. Ainda se está pesquisando o quanto essa mistura genética aprimorou a visão da onça-pintada.

Os cientistas também descobriram que a vida num ambiente cuja base da alimentação eram animais com carapaças duras, como tartarugas e jacarés, fez com que a onça-pintada desenvolvesse um crânio maior e uma das mais potentes mordidas entre os grandes felinos da atualidade.

Essa pesquisa, importante pra esclarecer a variabilidade genética da onça-pintada, pode ajudar também na criação de estratégias de conservação, em face das mudanças ambientais em curso, e até na avaliação do impacto humano nas populações que ainda vivem livremente na natureza. Na Mata Atlântica, por exemplo, os pesquisadores já confirmaram uma perda de variabilidade genética – as onças por lá vivem em pequenos fragmentos de mata e acabam cruzando entre parentes. Assim, perde-se a mistura genética em favor da endogamia, quando os ancestrais são parentes diretos e próximos. Os pesquisadores já encontraram partes iguais no genoma das onças-pintadas da Mata Atlântica. Uma população com pouca variabilidade genética tem poucas condições de se adaptar, fica exposta a doenças e a mudanças que requerem mais resistência e pode não sobreviver. Se todas as onças são iguais, todas podem morrer caso algo surja na região onde vivem².

Seria aquela pata primitiva estampada na parede de pedra uma onça-pintada como as que correm livres pelo Pantanal hoje em dia? A figura da Deusa Mãe claramente representa uma mulher parindo um bebê. Quanto mais me prendo àquelas pinturas ancestrais, mais me absorvo na fascinante aventura de descortinar o passado.

Já mais perto do Pantanal, em Rio Negro, na caverna Serra Brava, duas pinturas vermelhas, representando aves com asas abertas, são tão perfeitas que dá até pra ver os contornos das penas. Pra mim, são tuiuiús, pois ficam exatamente na mesma posição, secando as penas nos alagados pantaneiros. Desenhadas apenas em vermelho, essas pinturas foram identificadas pelos arqueólogos como pertencentes à tradição Planalto. Detalhe: pinturas parecidas também foram encontradas no Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Bahia.

Aprendemos na escola que Corumbá, fundada em 1776, é uma das mais antigas cidades do Pantanal. Para quem pensa que os europeus foram os primeiros a pisar na região, engano total. Os ancestrais dos

pantaneiros já estavam no local há mais de 8 mil anos. Em Ladário (pertinho de Corumbá), Aquidauana, Miranda, Corguinho e Rio Negro, os arqueólogos e historiadores encontraram cerâmicas, machadinhas, esqueletos e outros sinais da presença desses povos originários.

O Pantanal era uma área usada por grupos de caçadores-coletores em tempos pré-históricos, quando o clima era completamente diferente e a região fazia parte de um imenso peabiru, caminho de grupos nômades que percorriam a América do Sul. Está mais pra uma encruzilhada ancestral que esses primeiros moradores precisavam conhecer bem, assim como os ciclos de cheias e secas, a fim de encontrar abrigo, comida, saber aonde ir em cada estação. Peabiru ou *peabeyu* é uma palavra tupi e significa algo como “antigo caminho de ida e volta”. O que essas inscrições rupestres sinalizavam ainda é uma incógnita, mas gosto de pensar que podem ser sinais de sobrevivência, que aqueles povos marcavam referências sobre o cotidiano e indicações de onde ir e o que encontrar. Seriam verdadeiros mapas pré-históricos, revelando um pouco da intimidade e do estilo de vida de milhares de anos atrás.

Conversei muitas vezes sobre isso com o Gilson Martins e também com José Luiz dos Santos Peixoto, outro pesquisador e professor da UFMS. Os dois, bem como seus parceiros e parceiras de pesquisa, sempre me inspiraram. Eles dedicam suas vidas aos vestígios do passado, a buscar informações para montar o mapa da presença humana no Centro-Oeste. E são tantas descobertas! A cada conversa ou leitura das publicações desses profissionais, eu me interesso e me apaixono ainda mais pela história desse pedaço de Brasil. No caso de Ladário e Corumbá, os arqueólogos encontraram um esqueleto cuja datação de carbono-14 revelou ser de alguém que viveu há 8.400 anos e pode ter vindo dos Andes ou do Chaco. Ou seja: a origem dos povos que primeiro andaram por aqui ainda é uma incógnita.

E como seriam esses primeiros habitantes? As hipóteses remontam ao achado do crânio de Luzia, em 1975. A primeira brasileira teria traços negroides e viveu em Lagoa Santa, Minas Gerais. Então, uma das teorias é que esses humanos seriam mais parecidos com os aborígenes que com os atuais indígenas.

Entre 12 e 17 mil anos atrás, no período Pleistoceno, chegou ao fim a última Era Glacial, que mudou todo o clima no planeta. Começava o Holoceno, que se deu entre 12 e 8 mil anos atrás. Imagine que, nessa época, transitavam pelas terras onde hoje é o Centro-Oeste aqueles animais enormes da megafauna. Preguiças-gigantes, tigres-dentes-de-sabre, gliptodontes (animais parecidos com tatus com mais de um metro de altura e carapaça cascuda)... Sabe-se hoje que a megafauna entrou em extinção não só devido à caça, mas principalmente por conta das alterações climáticas. Há registros da convivência dos povos nômades com esses animais gigantes. Imagine a descarga de adrenalina de encontrar um tigre-dentes-de-sabre ou de achar que está entrando numa caverna e descobrir que é um túnel escavado pelo parente pré-histórico do tatu? Acho isso fascinante.

No Pantanal, o clima, a flora e a fauna de hoje só se estabilizaram por volta de dez a seis mil anos atrás, num processo que os arqueólogos e geólogos chamam de *optimum* climático, mas ainda há muitas lacunas nessa teoria. Alguns afirmam que a alteração climática provocou estiagem extrema – e, sem água, grupos abandonaram a região amazônica e migraram para locais com mais abundância de água e alimento, como a região central do Brasil e outras³.

O que houve não sabemos ainda, mas que o Pantanal, as regiões de Cerrado nas bordas pantaneiras e as margens do rio Paraná e seus afluentes nunca foram terras desabitadas, isso é fato já consolidado. Muitos grupos pré-colombianos passaram pela região e desapareceram antes mesmo da chegada dos portugueses. Os vestígios cerâmicos encontrados pela equipe do professor Gilson indicam que a maior parte dos grupos indígenas que povoaram a região na pré-história já conseguia montar aldeias com centenas de pessoas, inclusive com normas de produção e padrões de relações sociais e produção de alimentos. Eram diferentes sociedades indígenas, e por isso os pesquisadores encontraram cerâmicas com traços tão distintos. Assim foi possível traçar, por meio dos sítios arqueológicos, um mapa de onde esses ancestrais viviam. Na região da Serra da Bodoquena, o professor Gilson encontrou restos de cerâmicas e pequenas estatuetas completamente diferentes das que foram feitas pelas etnias que conhecemos, indicando que

foram, portanto, de um povo extinto antes da chegada dos portugueses e espanhóis.

Uma vez, fazendo uma reportagem sobre turismo na região de Corumbá, desenhos em baixo relevo nas pedras me chamaram a atenção. A rocha avermelhada parecia mesmo um rio de lama que em algum momento petrificou e ficou ali, esparramado na paisagem. Ao fundo, uma cadeia de montanhas, as mais altas do Pantanal, emolduravam o horizonte como uma crista. A Morraria do Urucum, imponente e predominante na paisagem, foi assim batizada pelos índios por causa da cor avermelhada do solo, e é puro minério de ferro. As jazidas de bauxita são exploradas desde 1906 no Pantanal.

Na época dessa viagem aos pés da morraria, não tínhamos drone. Mas já dava pra perceber que aquela “língua” de solo avermelhado era diferente. Meu amigo e fonte Paulo Boggiani, geólogo, já estudou muito a região nos tempos em que lecionava na UFMS, prosseguindo com a pesquisa mesmo quando se transferiu para a USP (Universidade de São Paulo). Boggiani me explicou que o solo laterítico, rico em óxidos ferrosos, resulta de uma reação química. São as intempéries, como chuvas, ventos e secas, que promovem essa reação, criando um tipo de argila que aglomera e petrifica parecendo um tijolo, uma crosta ferruginosa avermelhada – tanto que “laterítico” vem do latim *later*, que significa tijolo. Que nome diferente para definir uma laje de pedra no meio do Pantanal!

Na viagem, andando sobre as rochas, percebi alguns desenhos em baixo relevo, mas não dava pra ver direito quais eram as formas. Não tínhamos tempo pra gravar e seguimos viagem. Eu jamais me esqueci daquele lugar.

Um tempo depois, voltei. Levei comigo giz de escola para delinear os tais símbolos. Aquilo me fez sentir como se o tempo tivesse voltado milhares de anos. Nas lajes de pedras na estrada-parque e nas pedras às margens do rio Paraguai, perto do Morro do Caracará, na Serra do Amolar, vi formas circulares e geométricas. São círculos perfeitos, às vezes um dentro do outro, como se fossem alvos. Outros são a representação do sol. Essas formas têm o nome científico de petroglifos⁴.

São enigmas que ninguém decifrou ainda. Há os que acreditam serem sinais deixados por extraterrestres que escolheram vagar por este planeta incógnitos – essa hipótese eu já ouvi em conversas com ufólogos ou simpatizantes da ufologia. Outros dizem que são sinais da presença de povos antigos que ainda não tinham desenvolvido a escrita e se expressavam por meio de representações nas rochas. Seja como for, esses sinais misteriosos nos lembram que outros vieram antes de nós e nos deixaram o Pantanal para ser redescoberto e conservado.

Mas nem sempre temos tempo pra isso... Algumas regiões onde havia sítios arqueológicos estão submersas pelos lagos das hidrelétricas do rio Paraná. Cerâmicas, artefatos de lascas de rocha, registros de acampamentos de povos caçadores, coletores e pescadores e tantos outros objetos foram recolhidos, catalogados, identificados e datados pelos arqueólogos da UFMS. O acervo está no MuArq, Museu de Arqueologia da UFMS, criado em 2008⁵.

A pesquisa feita antes do reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta levou à descoberta, só na margem direita do rio Paraná, de 26 sítios. Em 2011, coordenados pela Emília Kashimoto, os arqueólogos do MuArq fizeram escavações nas margens de um dos seus afluentes, o rio Sucuriú, no município de Paraíso das Águas. Ali encontraram vestígios que a datação com carbono-14 confirmou serem de 12.660 anos atrás! Os resíduos de carvão de uma fogueira acesa há milhares de anos ajudaram a descobrir que, muito antes das primeiras caravelas aportarem no litoral brasileiro, essa região era, sim, bastante utilizada por grupos nômades⁶.

Em 1998, visitei sítios arqueológicos no local onde hoje está o reservatório e pude acompanhar o trabalho de garimpagem de tesouros do passado. Não pensem em ouro ou prata, mas na cultura, na língua, nos hábitos de povos ancestrais que mal sabemos de onde vieram. Os pesquisadores encontraram recipientes, alguns completamente preservados, feitos pelos antepassados dos indígenas Guarani, na região do rio Paraná – cerâmicas que não são mais produzidas pelos Guarani atuais. Uma característica desses artefatos, que eram usados como panelas, é o formato meio arredondado, enfeitado com marcas de cordas e de unhas. Foi encontrada também uma cuia, muito parecida com a

guampa de tereré usada hoje pra tomar o mate gelado. Tais descobertas levaram os arqueólogos a afirmar que foram esses antepassados dos Guaraní que começaram a usar a erva-mate na água pra beber. As peças estão expostas no MuArq.

A longa convivência com os arqueólogos me ensinou que qualquer cerâmica indígena que tenha alça já configura a chamada arqueologia de contato – quando os indígenas tiveram contato com os europeus e viram as alças das xícaras, passaram a reproduzi-las em seus artefatos, por exemplo.

Na primeira vez em que tive contato com o trabalho dos arqueólogos, descobri minha segunda paixão: a arqueologia. Fiquei impressionada ao ver a alegria daqueles pesquisadores quando encontraram, na parede de uma vala de um metro e meio de profundidade, uns sinais enegrecidos que formavam uma pequena mancha na terra marrom. Ali estava a luz a iluminar uma trajetória de dedicação e perseverança. O que para mim parecia ser apenas a mancha de alguma rocha eram, na verdade, restos de uma fogueira pré-histórica que mostrava que a ocupação ali é bem mais antiga do que imaginávamos. E tudo pode mudar com futuras descobertas. O passado sempre se faz presente.

ROCHAS QUE CONTAM HISTÓRIAS

“Vem ver os estromatólitos!”

Foi com esse chamado estranho que o geólogo Paulo Boggiani me apresentou ao fantástico mundo das rochas que contam histórias.

Era o ano de 2004. Eu tinha sido convidada pelo Boggiani pra acompanhar um grupo de geólogos de seis países numa expedição pelo Centro-Oeste em busca de vestígios que pudessem comprovar a teoria *snowball*. Milhões de anos atrás, com temperaturas abaixo de -50 graus – incluindo áreas hoje de clima tropical –, a Terra teria virado uma “bola de neve” completamente coberta por uma espessa camada de gelo e neve, e a superfície dos oceanos, congelada, teria mais de 4 quilômetros de espessura.

A explicação pra todo esse congelamento se baseia em registros paleoclimáticos que apontam que houve uma diminuição de CO₂ na atmosfera, resfriando o clima na Terra. Em vez de aquecer o solo, os raios de sol refletiam na superfície branca, gerando um efeito estufa ao contrário. A teoria ganhou forma quando os cientistas encontraram em região de latitude baixa, perto da linha do Equador, afloramentos de rochas glaciais do mesmo tipo das que existem na Antártica e no Polo Norte.

Ali, na mina subterrânea de manganês, Claudio Gaucher, professor do departamento de Geologia da Faculdade de Ciência da Universidade do Uruguai, me chamou a atenção para as diferenças entre as rochas. Na parede da mina havia um imenso bloco branco isolado no meio de uma camada preta de manganês. Uma evidência importante. Aquele bloco teria ido parar ali depois do congelamento, quando mais uma vez o planeta se aqueceu e o gelo todo derreteu.

Mas como as rochas glaciais foram parar em meio ao minério?

O professor Gaucher explicou que a rocha mais clara não se formou no fundo do mar, tampouco poderia ter sido transportada por outros

processos que não o gelo. Durante o congelamento, o oxigênio da atmosfera não chegava ao fundo do mar por causa da espessa camada de gelo – e, sem oxidação, os minerais se acumularam no piso marinho. Depois, na época do degelo, os *icebergs* carregavam as rochas, que caíam sobre essa lama de minérios no fundo do mar. Por isso o bloco branco estava incrustado na parede de manganês, ainda com sinais de queda. “Sabe quando jogamos uma pedra na lama e ela atola? É mais ou menos assim. Ela fica com as marcas de ter ‘atolado’ na lama, que, milhares de anos depois, petrificou, virando jazida de minério.”

A teoria da bola de neve foi apresentada pela primeira vez pelo geofísico Joseph Kirschvink em 1992, quando encontrou rochas glaciais na Oceania. E em 1998 o pesquisador Paul Hoffman, da Universidade de Harvard, reforçou a teoria com novos dados científicos. Cientistas brasileiros também estavam nessa corrida por vestígios e se uniram no início dos anos 2000 pra complementar os estudos.

E o que Mato Grosso do Sul tem a ver com isso?

Mais uma vez descobri que até as rochas pantaneiras são cheias de histórias pra contar. As entranhas da Terra resolveram se mostrar justamente na região de Corumbá, no meio do Pantanal, um dos poucos lugares no planeta onde os geólogos têm como estudar rochas mais antigas, com mais de 2 bilhões de anos, que sofreram poucas alterações. Essas rochas se encontram no que eles chamam de crátons, regiões estáveis do planeta que ficaram preservadas das deformações que ocorrem com as movimentações das placas tectônicas.

A gente aprende nas aulas de geografia que o Brasil está sobre rochas antigas, estáveis. Não temos vulcões ativos nem grandes terremotos. Nosso país está sobre quatro crátons, que além de estáveis são muito antigos – por isso não temos aquelas montanhas altas como o Himalaia e a Cordilheira dos Andes, que são mais jovens e ainda sofrem processos de transformação geológica. A região do Mato Grosso do Sul está praticamente na divisão de dois maciços, o cráton Amazônico e o cráton Rio da Prata. Além das rochas antigas, ainda temos outras camadas de relevo mais recente, como no Pantanal.

A expedição com os geólogos durou dez dias. Interessante era ver que todos ali não se empolgavam com as belezas comuns do Pantanal;

o encantamento era com as diferentes rochas e principalmente com os fósseis de animais primitivos, coisa difícil para um simples mortal identificar. Enquanto nós nos deliciamos com os rios, os bichos e a vegetação, esse grupo se joga no chão ao primeiro sinal de uma rocha um pouco diferente ou de vestígios do que um dia foi o supercontinente Rodínia (quando todas as massas continentais do planeta estavam juntas num bloco só, há 2 bilhões de anos).

Os pesquisadores acreditam que novas movimentações das placas tectônicas provocaram um racha monumental na crosta terrestre por volta de 600 milhões de anos atrás. Mais uma vez, massas se separaram e começaram a se juntar de novo, formando o Pangea, outro supercontinente. O bloco onde hoje está a Amazônia ficava separado da América do Sul por um mar raso, no qual proliferaram colônias de cianobactérias que formavam os tais estromatólitos que encontramos petrificados no meio das camadas de rochas. Esse mar teria secado uns 500 milhões de anos atrás.

Por um capricho do Universo, as movimentações das placas tectônicas mudaram, de novo, toda a configuração dos continentes. Mais ou menos 200 milhões de anos atrás, a placa Africana se separou da placa Sul-Americana – e o início dessa separação pode ter se dado numa fenda encontrada no Rio Grande do Norte. Por pouco o atual Nordeste brasileiro não continuou agarrado na África! Com essa nova movimentação surgiram dois grandes continentes, Gondwana e Laurásia, e um novo oceano começou a se formar no meio, aquele que hoje conhecemos por Atlântico. A distribuição atual dos continentes só teria se consolidado depois da deriva continental, com pedaços da crosta terrestre vagando pelos oceanos.

E não é que no Centro-Oeste temos importantes remanescentes do tal supercontinente?

Bem às margens do rio Paraguai, em Porto Morrinho, fui apresentada aos meus queridos estromatólitos. Na rocha, que parecia um bolo cheio de camadas, uma parte do “recheio” era pontilhada, parecida com aquelas barras de chocolate aerado que a gente compra no mercado. Ali, o professor Gaucher me deu uma verdadeira aula. Explicou que aquele recheio aerado eram os estromatólitos, colônias de

cianobactérias fossilizadas, os primeiros seres que fizeram fotossíntese no planeta quando a atmosfera não era rica em oxigênio puro – esse que respiramos e que foi fundamental pra evolução da vida. A região onde estávamos tinha sido o fundo de um mar, com colônias de algas que eliminavam oxigênio através da fotossíntese. Essa atividade gerava muita precipitação de carbonato de cálcio, que soterrava as algas, e elas morriam sem oxigênio. Assim começava um novo processo de colonização com mais algas. “Aqui você pode ver: uma orgânica, uma de calcário, uma orgânica, outra de calcário”, ele explicava.

O Boggiani, complementando, me mostrou que cada camada daquelas era “um intervalo de tempo, como se fosse uma página da história da Terra”. Como sempre me atraí pelas diferentes formas e cores das rochas, depois de conhecer mais essa particularidade vivo procurando estromatólitos nas pedras do caminho.

A teoria da bola de neve defende que, durante a glaciação, a água parada acumulou grande quantidade de nutrientes, e quando a crosta de gelo começou a derreter, essa oferta de nutrientes pode ter provocado uma explosão de vida no período Cambriano.

Nessa expedição, pude conviver com alguns dos mais renomados geólogos e paleontólogos do mundo. E eles não perdem a motivação de descobrir, de aprender, mesmo com décadas de pesquisa. Estavam ali com olhos de primeira vez. Com martelinho e lupas nas mãos, esses senhores pareciam crianças em parque de diversões. Eles se deitavam no chão, martelavam as camadas de rochas, se reuniam em grupinhos para discutir as impressões... e eu ali, no meio deles. Lá pelo terceiro dia de viagem, a convivência estreita virou brincadeira.

“Cloudina”, me chamou com seu sotaque carregado o paleontólogo norte-americano Thomas Fairchild, enquanto descascava uma camada de rocha da pedreira em Ladário. “Vem ver o fóssil do primeiro ser que criou uma carapaça e é um elo que nos permitiu traçar a evolução da vida na Terra.” Era o ancestral dos seres com exoesqueletos, que viveu há mais de 500 milhões de anos. Thomas, muito querido, me mostrou um pedacinho de pedra com uns riscos minúsculos. Com o auxílio de uma lupa, explicou que aqueles foram os primeiros seres a formar um tipo de concha, parecida com um cone invertido bem pequeno.

“É uma forma de inovação estratégica para a sobrevivência.” Fairchild, do Instituto de Geociências da USP, foi um dos primeiros a descrever esse microfóssil corumbaense, em 1985.

Gerard Germs, paleontólogo, foi quem descobriu o importante fóssil *Cloudina* na África do Sul, em 1972. Ele o batizou e o descreveu. Germs, em entrevista, me explicou que fósseis de *Cloudina* também foram encontrados na China, Canadá, Estados Unidos e outras regiões do planeta. “E quando encontramos a *Cloudina* na formação do Tamengo, aqui em Corumbá, reforçou a nossa teoria de que tudo estava unido por meio de um oceano ou mar sobre um grande continente, milhões de anos atrás.”

Outro gigante da paleontologia viajava conosco: Hans Hofmann, professor em grandes universidades canadenses que dedicou a vida a pesquisar os fósseis do período Pré-Cambriano. Ele também descreveu uma espécie de *Cloudina*. Suas pesquisas, reconhecidas pela Academia Nacional de Ciências como grandes contribuições para o entendimento da evolução da vida na Terra, partem dos fósseis descritos por ele até o surgimento dos seres multicelulares.

No lugar chamado Saladeiro, atual Porto Sobramil, às margens do rio Paraguai, também foi encontrado e descrito outro fóssil de micror-organismo que viveu nesse período em que o planeta estava em ebulição: o *Corumbella*. Esse mais parece uma minhoca, pode medir até dez centímetros e só existe ali e em outro sítio no Paraguai. Foi descoberto por Detlef Walde, professor da UnB (Universidade de Brasília), que batizou o fóssil como “a bela de Corumbá”.

A expedição contribuiu pra que esses cientistas aprofundassem as informações e resultou em muitos artigos científicos e publicações internacionais. E eu ali, aprendendo paleontologia e geologia com aqueles que descrevem os fatos e inspiram alunos em todo o mundo. De tanto perguntar sobre cada detalhe, eles brincaram que eu já podia ter “um fóssil pra chamar de meu”. Durante a viagem, só me chamavam de “Claudina”, numa referência ao tal fóssil ancestral.

Era como se eu carregasse uma enciclopédia geológica para o campo. Qualquer dúvida eu corria pra eles, que pacientemente me ajudavam a traduzir as informações científicas para os textos das

reportagens. Eles me explicavam, eu escrevia e depois lia pra eles antes de gravar. Ali nas rochas de Corumbá, Argemiro Barros, que filmava a expedição, José Reinaldo, o assistente técnico, e eu presenciamos descobertas que nos permitiram acreditar que um dia tudo foi de fato interligado. E assim fui fazendo uma série de reportagens que foi ao ar nos telejornais da TV Morena, além de uma reportagem especial para a qual o Renato Machado, então editor-chefe do *Bom Dia Brasil*, reservou mais de 4 minutos, de modo que desse pra explicar todas essas descobertas sobre a evolução da vida.

Nesse esquentar, esfriar, separar e juntar, o relevo da Terra foi sendo moldado. Basta ver o mapa de relevo que a gente nota claramente que o Pantanal é uma depressão, um afundamento. A força do soerguimento da Cordilheira dos Andes abriu uma depressão, um grande ralo pra onde escoar a água dos rios do planalto. Essa planície é o Pantanal.

Em 1998, os pesquisadores da Embrapa Pantanal João Silva e Myrian Abdon publicaram um artigo definindo as sub-regiões do Pantanal. São onze pantanais no mesmo bioma, variando de acordo com relevo, vegetação e biodiversidade. Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço estão na porção do Mato Grosso, e, na área do Mato Grosso do Sul, Pantanal do Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho.

Ao longo de todos esses anos, aprendendo a cada viagem, já consigo distinguir as regiões pantaneiras. E cada uma parece esperar sua vez de se mostrar mais exuberante, porque os períodos de cheias e secas não coincidem. Com as minhas fontes entre pesquisadores e moradores da região, fui aprimorando o olhar e aguçando os ouvidos para aproveitar cada instante.

MONTANHA ENCANTADA

Quando vejo o céu assim, se enfeitando com as cores da vida, acredito em milagres.

Certa vez eu li que o crepúsculo e a aurora são os momentos em que os mundos se comunicam. Um portal. A alma voa ao encontro dos seus pedaços espalhados pelo Universo.

Uma reunião de experiências, alegrias, tristezas, vivências.

Tem uma nostalgia silenciosa naqueles instantes finais de luz. Sinto como se o Universo prendesse a respiração numa benevolência paciente e nos permitisse transitar pelos seus mistérios.

Sutilmente nos mostra que marcar o tempo foi uma invenção humana na egoica pretensão de controle.

Passado, presente e futuro são relativos, o espírito viaja além da nossa compreensão...

E é no crepúsculo pantaneiro que eu mais sinto esse poder de transmutar.

O ar pesa, as luzes dançam e o balé de cores nos hipnotiza, num ritual veloz de viver e morrer em segundos. Podemos até escutar os pássaros revoando para os galhos-dormitórios fazendo uma algazarra na disputa. Os seres da noite começam a se ouriçar e os arroubos dos encontros podem ser ouvidos à distância.

Nos alagados, rãs, sapos, grilos, jacarés, capivaras e outros seres aquáticos tocam a baderna numa sinfonia descompassada que zonzeia.

Aproveito a loucura da bicharada no entardecer pantaneiro e crio na mente diálogos improváveis. Os grilos chamam histéricos perto das rãs, tão irritantes que elas se unem num arroubo de poder e mostram que têm goelas mais potentes e graves.

Ganham essa disputa literalmente no grito. Imitam perfeitamente o som dos carros de Fórmula 1.

Mas a festa no alagado termina com a chegada dos jacarés... Metidos, arrotam alto, tocando o terror e botando todos pra correr.

Pra mim, o Pantanal resume o que deve ter sido a tal explosão de vida depois que o planeta descongelou. Esse lugar tem um fascínio realista fantástico desde sempre. As estrelas espoucam aqui e ali, e piscam cintilantes como vaga-lumes no firmamento. Em noites sem lua, a gente consegue de verdade ver a Via Láctea no céu do Pantanal. É um céu tão escuro que a ausência das luzes urbanas cintila nas constelações bem demarcadas. A ironia é saber que as estrelas morreram e ainda brilham no seu tempo-espaço distante, e nos instantes finais trazem a beleza mística que nos enamora. Aquele céu pontilhado na verdade é o último esforço dos astros pra manter a energia e nos lembrar que eles estão ali.

É como se a vida mandasse um recado de que tudo recomeça, termina e renasce.

Ciclos precisam ser encerrados para o novo chegar. A surpresa é renascer independente da nossa vontade, apesar da nossa vontade. E mais: renascer diferente. Não temos o controle. Por isso o entardecer pantaneiro é tão enigmático. Nunca igual, sempre surpreendente.

As sombras da noite ainda não chegaram e a luz do dia cansado se arrasta numa tentativa inútil de esticar os raios e clarear o horizonte. Uma disputa de poder que ressoa nos sentimentos que desperta.

Pra uns, esse espetáculo de força oprime e assusta. Nem todos estão prontos pra sentir o pulsar do Universo de um jeito tão explícito; carnal, até. O calor exaure o corpo borbulhando gotas de suor, umedecendo o corpo, salgando a pele. Um jeito silencioso de mostrar que nunca teremos o controle; não aqui.

Pra outros, é um renascer, é o despertar de uma percepção inexplorada e desconhecida. Mergulhar em si, diluir-se nas águas e no suor até se misturar àquele lugar, como um substrato que traz vida e faz a semente germinar. O Pantanal é assim.

Em cada lugar o espetáculo de luzes é diferente. Mas nada se iguala ao pôr do sol nas regiões do rio Negro e na Serra do Amolar. São tão exibidos, parecem surreais.

Nesse intervalo em que os mundos se encontram, muitos dizem estar a magia pantaneira.

Prefiro acreditar que a distância das cidades faz os dias mais intensos no Pantanal, obrigando a gente a olhar para uma coisa de cada vez. Essa característica dos lugares isolados desperta em nós a impressão de que o tempo passa mais devagar, em câmera lenta, porque na nossa desaceleração a gente consegue ouvir. Ouvir o coração, ouvir os pensamentos, ouvir os sons da natureza.

Escutar se tornou algo raro entre as pessoas, sempre tão apressadas e ocupadas. Mal têm tempo de perceber os sinais do corpo e da alma.

Na Serra do Amolar o silêncio ecoa nas rochas que testemunham o passar de milhões de anos. Parecem guardiães de um mundo fantástico. Tenho mania de ficar olhando o relevo e desenhando mentalmente os contornos de um mundo paralelo, na expectativa de confirmar que a cadeia de montanhas com formas arredondadas na verdade guarda uma surpresa. Espero ver um gigante despertar e levantar dali como se as curvas das serras fossem, na verdade, os contornos de um ser adormecido.

Não é aleatório o fato de os expedicionários dos séculos XVI e XVII terem instalado ali, às margens das baías Gaíva e Uberaba, o tal Puerto de Los Reyes – uma referência que consta em muitos mapas históricos do Pantanal e que sempre traz consigo descrições de tribos diferenciadas. Orejones e Xaraés, hoje extintos, auxiliaram os primeiros europeus a abrir caminho pelas águas e matas da região centenas de anos atrás.

Para os mais místicos, seria um portal. Um local de concentração de energia por onde seres vindos de outras dimensões entram e saem. Bem na nossa cara. Tanto que os estudiosos de ufologia consideram a Serra do Amolar um local estratégico. São muitos os relatos de pessoas que navegavam pelo rio Paraguai e viram luzes diferentes seguindo a embarcação, ou que viram objetos estranhos voando sobre a serra, ou combinações luminosas que não podiam ser balões meteorológicos, satélites, avião... luzes que surgem e somem em segundos.

“Você está vendo o mesmo que eu?” sempre pergunto a quem estiver do meu lado pra ter certeza que não estou imaginando nada.

Estávamos na Serra do Amolar no início de 2021. Os incêndios estavam contidos e a reportagem iria mostrar se o Pantanal estava dando

sinais de regeneração logo após os primeiros meses com chuva. Depois de um dia de gravação num um calor danado e milhões de mosquitos nos incomodando, a bióloga e médica veterinária Paula Santa Rita, o médico veterinário Giovani e eu decidimos dar uma relaxada na piscina da Fazenda Acurizal. No século XX, antes de se tornar base de pesquisa e conservação do Instituto Homem Pantaneiro, a fazenda foi uma rica fazenda de pecuária com sede e piscina construídas no coração da serra. A piscina tinha sido restaurada para os hóspedes relaxarem depois das horas ao sol e das longas caminhadas dos programas de turismo de experiência. Estávamos ali naquela noite. Não tinha lua e o céu estava bem escuro, pontilhado de estrelas.

Eu vi; os dois também viram. Estrelas cadentes, duas. Em seguida, um ponto luminoso parado parecia mais uma estrela. De repente subiu rápido na vertical, parou de novo e disparou na horizontal. Sumiu num piscar de olhos. Eu pensei que era um golpe de vista, mas os três viram a mesma coisa. A Paula ainda brincou: “Aqui na Serra do Amolar é uma confusão de luzes. Se você ficar à noite e até durante o dia vigiando o céu, vai ver cada coisa...”

Moradores ribeirinhos, pescadores, pesquisadores, fazendeiros, militares durante manobras e exercícios na região... não é difícil achar alguém contando uma história sem explicação lógica, envolvendo luzes e objetos vistos no céu pantaneiro perto daquelas formações rochosas. Eu não acredito nem descreio. O lugar tem mesmo uma força e uma energia diferentes, e quem sou eu pra questionar se guardam ou não os segredos da Terra.

Aquelas rochas protegem, sim, tesouros moldados em milênios de evolução. Jazidas de ametista, de minérios, de pedras preciosas. Aquele solo sustentou os pés de exploradores e de povos originários que travaram batalhas e banharam a terra de sangue e de lágrimas. Vidas foram ceifadas, etnias foram extintas, sonhos foram interrompidos, amores nasceram e floresceram naqueles recantos. Nada mais natural do que concentrar a energia vital em cada centímetro.

Se houver mesmo uma passagem, um portal, a Serra do Amolar seria o lugar perfeito pra isso. A cidade mais próxima fica a mais de seis horas de barco, não tem estrada pra chegar de carro, e pousar de avião

só é possível em duas ou três fazendas por ali. É o lugar mais isolado do Pantanal.

Sempre dedico umas horinhas à noite pra vigiar o céu quando estou no Amolar. Estrelas cadentes caem aos montes. A Via Láctea pode ser vista sem telescópio, uma aura de mistério ronda aquelas rochas cobertas de matas, e aqueles labirintos de água se perdem e se encontram no leito do rio Paraguai. Nas eras de transformações, o planeta caprichou ao esculpir esse lugar.

O PANTANAL FOI MAR?

Eis uma pergunta que muita gente faz quando chega por aqui. De certa forma, faz sentido: quando vemos aquele horizonte verde a perder de vista, a sensação é que, realmente, ali existia um mar.

Há quem jure de pé junto que o Pantanal foi o Mar dos Xaraés, um mar interior onde viviam indígenas gentis, organizados em aldeias muito desenvolvidas, que receberam os forasteiros com hospitalidade, acolhendo-os na casa do rei. Usavam adornos em prata e ouro e encantaram os primeiros europeus a chegar, nas décadas entre 1520 e 1540.

Agora imagine como devem ter ficado os europeus cortesãos do início do século XVI ao ouvir os mitos e lendas sobre o Novo Mundo, que versavam sobre uma cidade de prata e ouro no coração das terras recém-colonizadas!

Os espanhóis ainda não tinham chegado a Potosí, a região das minas de prata na Bolívia, descoberta em 1545. Mas havia rumores de uma cidade de prata entre os povos originários da América pré-colombiana, com o rei Sol e suas montanhas de prata. A corrida pra encontrar riqueza fez das bacias do Prata e do Alto Paraguai verdadeiros caminhos fluviais, por onde as expedições de portugueses e espanhóis navegavam com milhares de soldados e embarcações, sempre guiados pelos povos locais. Muitas dessas expedições não teriam tido sucesso se não fosse o cultivo de mandioca, batata e raízes comestíveis, bem como a caça e pesca, tudo fornecido pelas etnias mais benevolentes.

Os primeiros europeus a chegar ao Pantanal foram o português Aleixo Garcia e o espanhol Sebastián Caboto, lá pelos idos de 1520 a 1540. Tanto que o mapa da região apresentado em 1544 na Europa já registrava os caminhos das águas e a Laguna de los Xarayes. Os registros dos censos feitos pelos espanhóis no século XVI já descreviam

que seis grandes aldeias com mais de 8 mil indígenas formavam o que batizaram de Província de los Xarayes.

Mais de quatro séculos depois, a versão por aqui é outra: em vez de laguna, criaram o mito do Mar dos Xaraés – e eu, recém-chegada ao Centro-Oeste, acreditei. Era o ano de 1999.

Embarquei nessa pauta e a minha suspeita de que o Pantanal fora um mar se reforçou quando fui gravar pela primeira vez na região do rio Negro, na Nhecolândia. As lagoas com água doce, abundantes no local, são chamadas de baías; e os tais lagos de água salobra e areia fina são chamados de salinas.

É uma paisagem intrigante na imensidão pantaneira. As salinas e baías só existem na região específica da Nhecolândia e ficam perto umas das outras, nas terras entre os rios Negro e Taquari. Para mim sempre foi um mistério entender como é que existe uma salina com água bem salobra a poucos metros de uma baía com água doce. E mesmo quando seca tudo, ou quando o Pantanal alaga e as águas se espalham, emendando os leitos dos rios com os campos inundados, as lagoas voltam a ter água doce e as salinas voltam a ter água salgada, como num passe de mágica.

Não tive dúvidas: voltei pra Campo Grande depois desse batismo de encantamento nas lagoas da Nhecolândia e comecei a pesquisar sobre a história do mar. Sou repórter da escola das antigas, apuro as informações exaustivamente, ouvindo todos os lados possíveis, pra fechar o contexto de uma pauta, e não contava com nenhum produtor para me auxiliar com as apurações. Foi assim que criei minha rede de fontes. Ligava pros pantaneiros e pesquisadores na cara de pau, puxava conversa, perguntava tudo sobre o assunto que eu queria citar em uma reportagem. Com a chegada das facilidades da internet, passei a ser uma consumidora de artigos científicos. Assim, fiz muitas amizades com fontes que hoje se tornaram amigos de vida.

Eu já podia até imaginar o Bonner lendo a chamada da reportagem no *Jornal Nacional*: “Você já ouviu falar do Mar dos Xaraés? Pesquisadores buscam respostas para saber se há milhares de anos o Pantanal foi um mar. Veja na reportagem de Cláudia Gaigher”. Eu tinha certeza de que faria uma linda reportagem sobre o tal mar.

Foi quando consegui o contato do Paulo Boggiani. Liguei para ele e fui me apresentando. “Bom dia, professor! Aqui é Cláudia Gaigher, repórter. Tudo bem? Estou ligando porque estou fazendo uma reportagem contando a história de que o Pantanal foi mar. Queria pedir sua ajuda com mais informações e uma entrevista sobre o assunto.”

Do outro lado da ligação reinou o silêncio... Alguns segundos depois, Boggiani respondeu em tom divertido: “Olha, podemos até fazer uma reportagem, mas eu sinto te informar que o Pantanal nunca foi mar...”.

Foi um balde de água fria. Na primeira frase ele acabou com as minhas ilusões de contar uma linda história recheada de lendas e passagens pitorescas. Indaguei, assustada: “Como assim o Pantanal nunca foi mar? E aquelas lagoas de água salgada, aquelas conchas e caramujos que a gente acha no meio da areia?”.

Boggiani deu uma risada e disse: “Olha, geologicamente falando, o Pantanal é bem jovem e no máximo pode ter sido um deserto antes do clima na Terra sofrer alterações e ficar mais úmido. A paisagem que conhecemos hoje ali se formou uns quinze, vinte mil anos atrás. É uma bacia de sedimentos, um depósito da areia que vem com o sobe e desce das águas e fica depositada na planície. Essa lenda do Mar dos Xaraés é coisa do Monteiro Lobato!”.

Aí ele deu um nó na minha cabeça. O que o pai da Emília e da Narizinho tinha a ver com o Pantanal?

Boggiani explicou que muitos pesquisadores, a maioria geólogos, estudaram esse mito em busca de confirmações geológicas de uma possível existência de petróleo no Pantanal. Fui pesquisar e encontrei muitos registros explicando que tudo começou mesmo nos idos de 1930, quando Monteiro Lobato publicou *O poço do Visconde*. Nesse livro, ele escreveu sobre a formação do petróleo, sua origem fóssil e seu vínculo com o mar.

O que pode parecer historinha infantil com dados geológicos na verdade revela uma grande aposta econômica do escritor. Na década de 1930, Monteiro Lobato foi sócio-fundador da Companhia Petróleos do Brasil, que começou a prospectar o ouro negro em várias regiões brasileiras no início do século XX. Ele também se tornou sócio, em 1938, da Companhia Matogrossense de Petróleo, em Corumbá, e até conseguiu

do então presidente Getúlio Vargas uma autorização pra perfurar áreas no Pantanal. O Decreto nº 3.099, de 22 de setembro de 1938, autorizava, “a título provisório e sem prejuízo das disposições legais que vierem a ser decretadas, o cidadão brasileiro Vitor Amaral Freire, por si ou pela Companhia Matogrossense de Petróleo, em organização, a pesquisar petróleo e gases naturais em dez (10) unidades de área, ou sejam vinte mil (20.000) hectares de terras, área esta definida por um retângulo compreendendo o Porto Piúva, o Porto Esperança e a sede da Fazenda Santa Branca, às margens do rio Paraguai”.

A tese de que o Pantanal foi mar – e que, por isso, devia ter petróleo em seu subsolo – foi aceita pelos políticos da época. Em meados do século XX instalaram até uma torre de metal vinda da Alemanha pra bombear o petróleo, mas, claro, não encontraram nada. Detalhe: nos anos seguintes perfuraram até 400 metros de profundidade e só encontraram areia.

Mas, afinal, o tal Mar dos Xaraés não existiu?

Toda essa movimentação no passado gerou um rebuliço que reverbera até hoje por aqui. E a cada nova pesquisa os cientistas aprofundam suas descobertas.

Em 2010, um grupo de cientistas da USP e da UFMS analisou as águas das salinas do Pantanal. Descobriu-se que elas vêm do lençol freático e que sua salinidade se deve às altas concentrações de potássio, magnésio e cálcio no solo (motivo pelo qual as salinas são chamadas pelos cientistas de “lagos de soda”). Apesar da presença das águas, o Pantanal é uma região muito seca, onde há mais evaporação do que chuva. Em tempos de estiagem, a concentração dessas substâncias aumenta e a água fica mais salgada ainda!

Outra curiosidade: numa escala de 1 a 14, o pH da água das salinas pantaneiras chega a 11, o que contribui pra alimentar o sistema e a vida na região. Quase não se veem peixes, mas a água salgada ajuda a nutrir os animais que se arriscam a bebê-la. No caso das capivaras, é divertido observar as que se banham nas salinas. Essa composição faz da água um descolorante natural, e eu já tive crises de riso ao ver capivaras ruivas saindo das salinas. O pelo marrom-escuro clareia depois de banhos e mais banhos naquelas águas sob o sol escaldante.

Os cientistas catalogaram mais de 7 mil lagos de água doce e 1.500 salinas de água salobra. Sobrevoando as fazendas Jacuí, Barranco Alto e Rio Negro, eu me delicio identificando os formatos dessas salinas. São ovaladas, algumas mais redondas; tenho até a minha favorita, em formato de coração. A cor da água varia em diferentes tons de verde – claro, musgo ou escuro – e resulta da atividade das cianobactérias, que resistem às condições extremas da água alcalina. Em períodos secos, elas se reproduzem em grande quantidade, e quando morrem entram em decomposição e tingem o solo de cores vibrantes, criando uma cobertura multicolorida – do alaranjado nas areias até o verde mais escuro nas águas.

Mais recentemente, em 2018, um grupo de pesquisadores, entre eles Ivan Bergier, da Embrapa Pantanal, fez uma descoberta intrigante: um elo perdido, um vírus gigante até então desconhecido da ciência. Seu genoma foi mapeado e comparado com o de outro vírus semelhante, encontrado a mais de três quilômetros de profundidade no oceano Atlântico. Batizado de *Tupanvirus*, não oferece risco à vida humana e muito menos às espécies que vivem na região, os cientistas garantem. Além disso, sua complexidade genética pode ser mais uma peça no imenso quebra-cabeças que é a busca por informações sobre o surgimento da vida na Terra. Os dois vírus gigantes sobrevivem em ambientes inóspitos: um, nas profundezas do oceano; outro, nas salinas pantaneiras.

Depois de tantas pesquisas, os únicos consensos são: as salinas pantaneiras não têm nada de mar e não encontraram petróleo no Pantanal.

E eu, bem, ainda me pego sonhando com a maravilhosa história da reportagem que não fiz. Falei sobre o assunto, esclarecendo o mito do Mar de Xaraés, num *Globo Repórter*. Boggiani veio de São Paulo e gravamos na Fazenda Barranco Alto toda essa explicação sobre a salinidade das águas em algumas lagoas pantaneiras.

Dessa aventura, além de confirmar mais uma vez que só uma apuração rigorosa pode nos levar às grandes pautas, também descobri que tenho sangue doce pra alguns vampiros pantaneiros. Durante gravações às margens de uma salina, sentada no chão pra aprender como é feita a medição da salinidade e do pH das águas, fui infestada por

micuins. Eles são carrapatos minúsculos. Meu corpo coçava inteiro e tive de parar de gravar pra catar os carrapatos. Parei de contar em 52... e me cocei durante dias.

E faço aqui uma confissão: as margens do rio Negro, onde ficam as salinas, são uma das mais lindas regiões pantaneiras, o meu recanto preferido em todo o Pantanal. Com ou sem mar!

CHUVA DE MANGA

Nem adianta pensar que alguém subiu na mangueira e ficou brincando de tiro ao alvo com as mangas quase maduras. Essa é mais uma expressão do dialeto pantaneiro!

“Chuva de manga” é o jeito de explicar que a chuva no Pantanal tem pontaria. Acerta o alvo com uma precisão intrigante. Sempre onde ela quer, e não onde as pessoas esperam...

Nas andanças pelo Pantanal, aprendi a sentir o cheiro da chuva. E que perfume! O aroma se anuncia antes da água. Cansei de ouvir a frase “corre que a chuva vem chegando!”.

Na primeira vez achei que era mais uma das muitas lendas pantaneiras. Mas a cena é real: sol de um lado, arco-íris do outro e, no meio, uma chuva despencando das nuvens cinza.

A chuva no Pantanal é temperamental, geniosa como a natureza do lugar. Um das cenas mais surpreendentes é ver a coluna de água no horizonte sobre um único ponto, sem vento algum pra empurrar a nuvem chuvosa pra outros cantos.

Agora, por que manga, vai saber... não descobri ainda.

O Pantanal tem seus enigmas, e as pessoas insistem em interferir nessas planícies, achando que têm o domínio e as respostas. Só que a natureza anda perdendo a paciência por aqui...

De repente o céu se enfeza e fecha a cara com nuvens cinza ameaçadoras. Os riscos de luz rasgam o horizonte em descargas frenéticas, numa profusão de raios que não vi em nenhum outro lugar. E os estrondos? Cada trovão de dar inveja aos filhos de Odin.

As tempestades estão cada dia mais extremas. Tanta água fora de hora deixou o pulso de inundação em descompasso. Uma arritmia desesperada. Em tempo de cheia, o fogo tem se alastrado na imensidão e queima onde deveria estar inundado. Tem sido assim nos últimos anos.

Ainda não sabemos se será *o novo normal* ou se voltaremos aos ciclos regulares de enchentes e estiagens, mas até em seus momentos de fúria o Pantanal consegue ser lindo. Depois que a confusão atmosférica se acalma, sair pelos campos é outra experiência sensorial. A terra, encharcada. O mato molhado transpira orvalho em plena luz do dia, os bichos saem dos esconderijos e seguem pelos trieiros pra retomar a vida.

Não se surpreenda se encontrar uma ximbuva* ou um manduvi** rachados e esturricados... Os raios vez ou outra fritam uma árvore por aqui.

* Ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*): árvore grossa de 8 a 18 metros de altura, copa larga, perde as folhas na estação seca. Floresce de setembro a novembro, produz frutos de agosto a novembro e a semente é espalhada pela fauna silvestre.

** Manduvi ou amendoim-de-bugre (*Sterculia apetala*): árvore que se distribui pelo México, Caribe e América do Sul. De grande porte, entre 24 a 40 metros de altura, é muito utilizada pelas araras-azuis para a nidificação.

NA TERRA DAS ÁRVORES TORTAS

O campo estava coberto de soja até onde a vista alcançava. O ano era 1998. A produção batia recordes e as colheitadeiras trabalhavam até a noite pra colher toneladas de grãos. Essa era a reportagem: colheita noturna. Viajamos pro sul do Mato Grosso do Sul, municípios de Maracaju, Sidrolândia e Dourados, onde há grandes fazendas de produção de grãos.

Pra quem foi criada na Mata Atlântica, cheia de montanhas, aquele terreno plano era uma novidade. Fomos até uma fazenda encontrar o produtor. Meu primeiro choque foi deparar com aquela lavoura enorme, com quilômetros de pés de soja secos. A imagem me assustou. Acostumada a visitar fazendas de café no Sudeste, não entendi por que ali as plantas estavam mortas. Comentei com o produtor, preocupada: “Nossa... que prejuízo! O senhor perdeu toda a sua lavoura! Tá tudo seco!”.

Ele me olhou com uma expressão surpresa e divertida e perguntou: “Você nunca viu uma plantação de soja?”. Pegou e abriu uma vagem, mostrando vários grãos redondos, dourados, graúdos. “Olha aqui a riqueza! Não tem nada perdido. Na soja a gente tem de aplicar dissecantes nos pés pra secar tudo, e daí passar a colheitadeira pra recolher os grãos. Depois a gente volta e planta de novo outra cultura sobre a palhada morta no solo”.

Pra quem até então fazia reportagens sobre a produção de café no Espírito Santo, onde as lavouras produzem por anos a fio sem que os pés sejam cortados, o fato de a produção de soja e algodão exigir plantar, esperar as plantas crescerem e produzirem e depois matá-las pra colher foi meu primeiro aprendizado sobre produção de *commodities* com a agricultura de precisão no “celeiro do Brasil”.

A alegria daquele produtor que estava colhendo uma supersafra despertou em mim sentimentos contraditórios. Orgulho de ver toda

aquela fartura, de saber como avançamos na pesquisa científica a ponto de estarmos no pódio da produção mundial. Incômodo ao constatar que a prosperidade nos campos cobra um preço ambiental que eu ainda não sabia dimensionar.

Nos anos que se seguiram percorri milhares de quilômetros no Centro-Oeste e vi o avanço das lavouras e pastagens. O agronegócio, tão celebrado pelos superávits na balança comercial nas exportações, levou riqueza ao interior do Brasil e fez brotar cidades onde antes existia apenas vegetação nativa. Temos de considerar esse feito. Muitos produtores têm uma conexão com a terra e sabem respeitar os limites da produção sustentável. Ao mesmo tempo, não podemos aceitar que outra balança, a da conservação dos recursos naturais, esteja descompensada, pendendo pro lado do imediatismo econômico. Uma frase que ouvi de um amigo querido resume o que sinto: “Não quero que os meus filhos e netos herdem um celeiro... Quero que eles tenham água pura pra beber, ar sem poluição pra respirar, terra fértil, matas ricas em biodiversidade e comida sem veneno”.

Com o olhar de novata, estranhei os quilômetros de lavouras sem uma árvore (ou uma, solitária, no meio da plantação). Não me soava bem a falta de diversidade. Depois, com o passar dos anos, observei campos e mais campos sendo abertos onde antes havia vegetação nativa. Tudo sendo revertido em lavoura. As reservas legais de matas eram mantidas, mas se tornavam pequenas ilhotas verdes, despertando em mim um sentimento de desolação. Comecei a sentir falta até do para-brisa do carro sujo de besouros mortos. Antes, nas viagens, tínhamos de parar duas ou três vezes durante o trajeto pra lavar o vidro. Hoje isso não acontece mais.

É muita terra nas mãos de um ou outro grupo. Muitas plantações de uma cultura só. Uma monotonia às vezes quebrada pelo pontinho verde-escuro de uma árvore solitária. Fiquei imaginando como devia ser essa região cinquenta, cem anos atrás. Minha surpresa foi ver, num livro de Claude Lévi-Strauss, uma fotografia do antropólogo atravessando a cavalo uma estradinha de terra no meio de uma imensa floresta, com árvores enormes. A legenda informava que o registro tinha sido feito na região de Dourados, na década de 1930. Era exatamente onde

eu estava naquele momento, e nem de perto a paisagem se assemelhava ao que havia na antiga foto...

O projeto MapBiomias analisou todas essas transformações durante os últimos 36 anos, de 1985 a 2020, e publicou o estudo *Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil*. Os 82 milhões de hectares que perdemos de vegetação nativa, em todos os biomas, praticamente correspondem à expansão da agropecuária, que no mesmo período avançou 850 mil quilômetros quadrados no país – área equivalente aos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Espírito Santo juntos.

Os cientistas já alertam há algum tempo que o modelo de produção adotado em larga escala está matando a galinha dos ovos de ouro, e não é nem preciso viajar até os estados produtores pra constatar o óbvio. Basta observar o calor acima da média, a crise hídrica, o excesso de químicos em várias lavouras. Quem vive no Centro-Oeste não só acompanha a transformação da paisagem como também sente seus efeitos.

Vi muitas cidadezinhas do interior enriquecerem com o agronegócio. Importante ter essa produção e geração de renda, mas tudo tem seu preço. Nessas mesmas cidades, muita gente não tem condições de construir uma casa, comprar comida ou pagar a escola dos filhos. Muitos não têm terras. Isso me lembra o modelo feudal, no qual os senhores têm tudo e em volta deles há muita pobreza e dificuldade.

Precisamos cuidar do que restou do Cerrado brasileiro. Ele está no centro do país, pulsando no coração da nossa terra, espalha-se por onze estados e se conecta com outros quatro biomas: Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Caatinga. Eu, que vim do litoral, me encantei no primeiro encontro com as árvores tortas, de cascas grossas, enrugadas. Veredas com buritizais avançando por quilômetros.

Meu primeiro encontro com o Cerrado foi em Costa Rica – a nossa, incrustada na divisa com Goiás. Eu tinha acabado de chegar, e aquelas paisagens tão diferentes me despertavam a alegria de uma criança num parque de diversões. E foi uma brincadeira que me levou àquele lugar. O repórter cinematográfico Ronaldo Balla me instigou, dizendo que no Cerrado existiam lagoas de profundidade desconhecida, onde você pode pular que não afunda.

Pensando que era outra pegadinha com a novata, lá fui eu fazer as gravações. O *Jornal Nacional* aceitou a pauta pela curiosidade. Chegamos na tal Água Santa, em Costa Rica, e o que eu vi foi um poço não muito grande, no meio de uma mata rala. A água limpa parecia estar fervendo – e o povo chamava mesmo o lugar de fervedouro. As borbulhas levantavam uma camada de areia. Quando ficávamos em silêncio, a água se acalmava; se batíamos palma, a água voltava a fervilhar. A coisa mais esquisita que eu já tinha visto até então! E não foi só isso... Enfiei um remo de madeira bem comprido na água pra tentar descobrir a profundidade, mas, para minha surpresa, parecia que tinha algo no fundo que empurrava tudo pra cima! Não alcancei meu intento, e ainda presenciei a nascente refugar violentamente o remo.

Meio desconfiada e com medo de ser sugada para as entranhas da Terra, aceitei o convite pra entrar na água. A adrenalina de experimentar algo desconhecido me fez ter cautela. Fui devagar até pular no meio da nascente borbulhante. Foi como cair na areia fofa, pois não afundei na água e ainda fui “cuspida” pra fora! Depois do susto, resolvi aproveitar. Fiquei ali sentada, flutuando e sentindo o corpo ser massageado pela areia e pela água que borbulhava intensamente. O fenômeno se chama ressurgência: a água do lençol freático encontra uma passagem no solo rochoso e sai pelas fendas com muita pressão. A força contrária não permite que a gente mergulhe, está sempre empurrando pra cima os corpos estranhos que ali entram. No Jalapão, estado do Tocantins, também tem um poço assim.

Cientistas consideram o Cerrado um dos mais antigos sistemas biogeográficos do planeta, porque seu processo de evolução e a distribuição das espécies começou há 65 milhões de anos. Já a consolidação do jeito que a gente conhece, em diferentes paisagens, tem aproximadamente 40 milhões de anos. É uma história evolutiva com transformações, privações, adaptações.

Cansei de ver o Cerrado arder em chamas e rebrotar meses depois. Algumas espécies até precisam do fogo pra germinar. Certas sementes resistem a temperaturas acima dos 200 graus sem perder a viabilidade – o que não significa que podemos sair ateando fogo, pois a frequência dos incêndios é que ameaça a resiliência do ambiente.

Há quem veja o Cerrado como um bioma meio “sujo”, com formações aparentemente desencontradas, sem a imponência da Floresta Amazônica nem o charme do Pantanal, mas ele sustenta a força por ser a savana mais rica em biodiversidade do mundo: são mais de 12 mil espécies de plantas já catalogadas. Para se ter uma ideia do que isso representa, o Pantanal tem pouco mais de 3 mil espécies de plantas identificadas.

Percorrer áreas de Cerrado é ser surpreendido pelas estratégias de adaptação da natureza. Tem mata de galeria, mata seca, cerradão, cerradinho, veredas, campos sujos e por aí vai. Talvez por ser assim, tão diverso e heterogêneo, tenha sido o bioma escolhido para o sacrifício. Em suas áreas, a ciência da produção desenvolveu tecnologias pra correção de solo e sementes adaptadas, e nos anos 1980 a região de ocorrência do Cerrado se tornou o celeiro do Brasil – tanto que metade do bioma já não existe mais. No Mato Grosso do Sul restaram algumas manchas com Cerrado nativo, mas tais fragmentos não fazem jus à importância desse bioma, que é uma verdadeira biblioteca natural gravada na flora, na fauna e no solo, com informações preciosas sobre a evolução da vida em nosso continente.

Minha mania de querer voltar no tempo sempre me leva a devaneios. Conecto-me em silêncio pra sentir os aromas do campo, identificar os sons dos animais, perceber a energia que emana da terra, imaginar como as coisas eram antes de as máquinas chegarem. Por mais que tudo pareça estar à vista, a natureza surpreende ao esconder entre chapadas cachoeiras vigorosas, cavernas cinematográficas, campos dourados que mais parecem saídos de um conto de fadas. Não é inóspito; é apenas um lugar para os mais fortes. Onde parece seco brotam flores coloridas, numa provocação silenciosa.

Em 2009, as fronteiras agrícolas avançavam sobre áreas de Cerrado em diferentes estados. Fui escalada pra fazer um *Globo Repórter* percorrendo áreas no Centro-Oeste e no Sudeste e mostrando pesquisas, comunidades tradicionais e alterações na paisagem. Foi minha primeira visita ao Parque Nacional das Emas, em Goiás. Compunham a equipe a produtora Ana Dornelles, o repórter cinematográfico William Torgano, o assistente técnico Luiz Fernando dos Santos, o diretor Rogério Marques e eu. As gravações seriam no parque e, por isso,

dormimos na casa de pesquisa dentro da unidade de conservação. O primeiro susto foi constatar como a estrutura carecia de atenção. Uma unidade federal meio esquecida pelo poder público; as construções estavam precisando de reformas urgentes. Ali eu já percebi que o Cerrado não recebia mesmo a atenção que merecia... mas, acostumados a encarar desafios pelo Brasil, seguimos gravando.

O Parque Nacional das Emas é uma ilha no meio de lavouras de soja. Impressionante observar que basta atravessar a cerca pra sair da unidade de conservação e cair dentro das plantações. Emas, tamanduás e todos os animais que se refugiavam no que restou de Cerrado naquela região atravessavam campos de cultivo repletos de soja. Pensei: e os agrotóxicos usados nas lavouras, como será que influenciam a biodiversidade dentro do parque? Essa ilhota verde de Cerrado cumpre sua função de conservar a vida naquele ecossistema?

O Parque Nacional das Emas é um retrato de como o Brasil trata suas reservas. Trata-se de uma porção preservada pressionada pelo cerco de lavouras ou pastos. Há tempos os pesquisadores tentam mostrar que o importante é um planejamento integrado entre áreas públicas e reservas privadas, ordenando as áreas de reserva legal das propriedades pra que se integrem às áreas das propriedades vizinhas e criando corredores ecológicos para passagem das espécies e a preservação da biodiversidade.

Dez anos antes dessas gravações, em 1999, foi criado o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, localizado em Alcinópolis e Costa Rica, justamente pra preservar nascentes e a vegetação nativa de Cerrado na transição para o Pantanal. Essa unidade estadual dista 12 quilômetros do Parque Nacional das Emas, mas ainda assim as lavouras e pastagens a cercam. Ano a ano noticiamos incêndios que devastam as áreas em volta e dentro dos parques – uma frequência de fogo que os pesquisadores já tinham alertado que poderia comprometer o ambiente.

“Todo sistema natural tem uma certa tolerância, que chamamos de resiliência. É a capacidade de retornar ao estado inicial depois de um distúrbio. O problema é quando a frequência com que esses distúrbios ocorrem é alterada. Alguns dados indicam que a incidência

natural do fogo no Cerrado, por exemplo, variava entre cerca de oitenta e quarenta anos. Hoje temos áreas de Cerrado que queimam a cada um ou dois anos. Quando a frequência aumenta, diminui a capacidade do sistema de se recuperar e voltar ao seu estado inicial.” Quem diz isso é a bióloga e pesquisadora Mercedes Bustamante, professora e pesquisadora na UnB.

Mercedes foi minha entrevistada para esse *Globo Repórter*. Na época, ela já era uma das principais referências em estudos do Cerrado, e hoje, além de diversas premiações pela importância do conhecimento científico produzido por ela, Mercedes está entre os sete cientistas brasileiros eleitos para fazer parte da Academia Nacional de Ciências dos EUA, além de integrar a Academia Mundial de Ciências.

Generosa, Mercedes me levou pra gravar em áreas de Cerrado no Distrito Federal. Logo no começo da conversa, com uma expressão solene e um olhar divertido, ao perceber meu entusiasmo nas dezenas de perguntas que fazia, ela me surpreendeu. Perguntou o que eu estava vendo naquele campo de Cerrado nativo. Inocentemente descrevi que via umas árvores pequenas, umas com folhas mais ásperas e grandes, outras com galhos mais generosos, cobertos de pequenas folhas finas, árvores com troncos não muito grossos cobertos por cascas caracarentas, arbustos, capim...

O que a professora Mercedes explicou em seguida mudou completamente minha compreensão sobre o Cerrado. Ela disse que o que se vê de vegetação na superfície não revela a imensa “floresta invertida” que existe embaixo da terra. Essa particularidade faz com que apenas um terço das plantas do Cerrado seja visível – o restante está no subsolo. Confesso que fiquei alguns minutos digerindo a informação, tentando entender o que ela dizia.

Primeiro, as raízes profundas buscam água lá embaixo. Depois, essa água é eliminada pelas folhas e volta para a atmosfera. A planta busca água na seca, lança umidade na atmosfera, regula o clima e, quando vem a temporada de chuvas, as raízes funcionam como uma esponja, retendo água no subsolo e formando uma verdadeira galeria de distribuição para abastecer os aquíferos, lençóis freáticos e rios. É por isso que as plantas do Cerrado têm um papel muito importante na

circulação da grande reserva de água subterrânea e são um elo fundamental no sistema de armazenagem de água no subsolo. Elas prestam um serviço natural de abastecimento, que perdura por meses depois do fim da estação chuvosa e garante água quando a estiagem chega.

Como se não bastasse, é no Cerrado que ficam as nascentes de oito das doze principais bacias hidrográficas do Brasil, como as nascentes dos rios São Francisco, Paraná, Paraguai e Araguaia. Além disso, o bioma ainda está estrategicamente localizado sobre três aquíferos. Quem me contou tudo isso foi o Jorge Werneck Lima, da Embrapa Cerrado. O pesquisador me levou à Estação Ecológica de Águas Emendadas, no Distrito Federal, onde gravamos o encontro das águas, que começa bem tímido no meio do capim. Lima estuda as bacias hidrográficas e faz uma comparação que facilita a compreensão da importância dos serviços prestados por esse bioma: a água do Cerrado está para o Brasil assim como o sangue está para o ser humano. “Um pequeno córrego que vai pro rio Tocantins atravessa cerca de 2 mil quilômetros do território brasileiro, ajudando comunidades, fornecendo água.”

Os cientistas costumam fazer outra analogia, bastante ilustrativa, entre os biomas brasileiros e o corpo humano: a Amazônia é o cérebro; a Mata Atlântica, o pulmão; e o Cerrado, o coração. E estamos atacando exatamente o coração das riquezas naturais brasileiras. Meu coração disparou. Por que o Cerrado foi o escolhido para o sacrifício?

Se um dos mais importantes sistemas de recarga dos rios e aquíferos do Brasil está no Cerrado, parece uma contradição escolher justamente essa região pra abrir fronteiras agropecuárias sem definir limites que garantam a manutenção da vegetação nativa e a armazenagem de água. Porque, quando a vegetação nativa é desmatada pra dar lugar a pastagens e lavouras com plantas de raízes rasas, superficiais, a chuva apenas lava o solo e carrega uma camada para os rios. A principal função da cobertura vegetal não se cumpre, que é reter umidade e reabastecer o sistema hídrico. Sem contar que a quantidade de chuva, essencial para as lavouras produzirem, diminui.

Já conhecemos o resultado dessa destruição a médio e longo prazos: “O solo seca, a capacidade de armazenar água diminui e a quantidade de água disponível tanto para a região de Cerrado quanto para

o restante do Brasil vai diminuir”. Até pareceu que o pesquisador Werneck falava num tom de profecia, porque escutei essa frase em 2009, e o que está acontecendo é exatamente isso: falta de água em áreas onde antes existia o Cerrado. Os pesquisadores já estão exaustos de anunciar que o efeito dominó será dramático se a velocidade da devastação do Cerrado seguir como está, mas o conhecimento científico e o apelo dos cientistas não ecoam nos ouvidos dos brasileiros (e muito menos nos dos gestores públicos).

O Cerrado não é reconhecido como patrimônio natural pela legislação brasileira e, por conta das regras ambientais em vigor, é permitido desmatar de 75 a 80% de suas áreas nativas nas propriedades. No entanto, o mundo reconhece o Cerrado: junto com a Mata Atlântica, o bioma está na lista dos 36 *hotspots* do planeta, que são regiões cuja preservação é considerada prioritária devido à riqueza em biodiversidade, às espécies exclusivas e aos serviços ecossistêmicos prestados, fundamentais para a manutenção do equilíbrio no planeta. Das mais de 12.200 espécies de plantas do Cerrado, pelo menos 4 mil são endêmicas, ou seja, só existem ali. Além disso, dezenas de princípios ativos nelas identificados já foram isolados em pesquisas e poderão ser bases da produção de medicamentos no futuro.

Não há como não se apaixonar pelo Cerrado depois de conhecê-lo. Passei a buscar além do óbvio para tentar mostrar minhas descobertas nas reportagens. Os sabores fortes e exóticos das frutas me ampliaram os sentidos. Também a percepção da chuva que se anuncia antes de chegar, os fortes ventos que uivam entre os galhos e fazem os campos secos farfalharem como flâmulas enlouquecidas, o solo seco e esturricado que na primeira chuva vira lama e gruda nos pneus dos carros, nas solas dos sapatos.

O Cerrado grudou em mim. Invadiu-me tão violentamente que não tive tempo de pensar ou questionar; apenas me desnudei e me permiti acessar a imensidão dessa manifestação de força e poder da natureza. Eu, que sempre fui fã de Guimarães Rosa, repassava mentalmente os diálogos do livro *Grande sertão: veredas* nas minhas andanças. Certo trecho retratava exatamente o que eu estava sentindo: “Tem horas que eu penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas, e as coisas, não são de verdade”¹.

Mas era tudo real ali. No interior de Minas Gerais gravamos no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e arredores. Conhecer o lugar que nos anos 1950 inspirou Guimarães Rosa a escrever uma das mais importantes obras da literatura brasileira foi a realização de um sonho. O autor descreveu como poucos as paisagens, a vida, os hábitos, as pessoas da região. Se eu fechasse os olhos até podia ouvir os galopes do bando, a poeira levantada nas estradas secas, a busca por água e proteção perto das veredas... Esse *Globo Repórter* foi especial pra mim porque, sem que meus chefes soubessem, eles me enviaram ao universo da minha adolescência, quando lia quieta no quarto a obra do Rosa. Gosto tanto dos seus textos e já os li tantas vezes que me permiti certas liberdades, como tratá-lo desse jeito íntimo, como se fosse alguém da família.

No parque que foi batizado em homenagem ao escritor, bem como nas vilas do entorno, conheci comunidades tradicionais que há séculos tiram o sustento do que a natureza oferece e ao mesmo tempo conservam o Cerrado. Há gerações eles praticam o que hoje chamamos de sustentabilidade. Ali eu perdi o fôlego quando nos embrenhamos numa vereda e vimos buritis gigantes, com cachos carregados e maduros. A casca avermelhada tem um tom rubi e é cheia de pequenas escamas, e a polpa é de um amarelo bem vivo. O nome buriti vem do tupi e significa “árvore da vida”, porque dessa palmeira imensa tudo se aproveita, além de ela ser um indicativo de presença de água.

Também foi no Cerrado, já em Goiás, que experimentei uma fruta nativa deliciosa e poderosa: a cagaita. Parece uma ameixa de casca amarela; é doce e carnuda. O segredo é comer as que caíram de maduras. O nome já diz tudo – e aprendi por experiência própria. Para quem tem um intestino temperamental e tímido foi uma grande descoberta; meus dias de enfezada acabaram com aquela delícia.

Percorrer o Cerrado me deixou tão impressionada que decidi reler livros antigos e revisitar descrições que não mais poderiam ser feitas. Imagino como seria alarmante se os antropólogos Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro, ou o escritor Guimarães Rosa, que percorreram áreas de Cerrado na primeira metade do século XX, refizessem suas expedições nos tempos atuais. Lembro-me de um trecho de *Tristes trópicos* no

qual Lévi-Strauss fala sobre o nome do estado do Mato Grosso: “É, pois, exatamente ‘grande mato’, e nenhum termo poderia ser mais apropriado a essa região selvagem e triste, mas cuja monotonia apresenta qualquer coisa de grandioso e de exaltante”². Hoje, o autor falaria sobre a ineficiência das gerações que não se preocuparam em entender a dinâmica do meio e passaram a corrente para progredir. Pior: ao longo dos anos, fiscais e policiais flagraram a repetição de padrões que nos causam estranheza - trabalhadores em situação análoga à escravidão, crianças trabalhando em carvoarias, monopólio de poder e indiferença quanto aos recursos naturais.

Ao longo desses mais de vinte anos percorrendo o Centro-Oeste para fazer reportagens, fui testemunha de grandes mudanças. Infelizmente, lugares que eu conheci cobertos pela vegetação nativa hoje são áreas de cultivo. Grandeza oprimida pela ganância. O Cerrado agoniza e a conta começou a chegar. Muitas das regiões que viraram lavouras e pastagens estão sofrendo com a crise hídrica e enfrentando eventos extremos, como nuvens de poeira que engolem cidades e cujos ventos ultrapassam os 50, 60 quilômetros por hora.

Em tempos de emergência climática, entender a evolução do uso do solo e dos recursos naturais é essencial pra definir o que é preciso ajustar a fim de garantir à humanidade mais tempo num planeta habitável. Os cientistas apontam alternativas viáveis e sustentáveis, recomendam a criação de unidades de conservação em regiões estratégicas, programas de recuperação de áreas degradadas e plantio e restauração de regiões onde a vegetação nativa foi desmatada. A manutenção do Cerrado nativo precisa ser quantificada, e os donos das terras, recompensados pelas boas práticas, mas ainda não existe no Brasil uma política consistente que reconheça a conservação como um ativo, como um investimento. Ainda vivemos na onda da produção e do consumo sem planejamento a longo prazo, sem levar em consideração o legado que deixaremos às futuras gerações.

Mais uma vez me vem à mente uma frase do Rosa: “O sertão não chama ninguém às claras; mas, porém, se esconde e acena. Mas o sertão de repente se estremece, debaixo da gente³...”. Pois é, Guimarães Rosa, no Brasil de hoje os que entendem o próprio papel e sabem que

podem fazer a diferença ainda são em menor número. Nessa conta de subtração, todos acabam pagando pelos erros de alguns.

Ainda tenho esperança de ver sua frase ser posta em prática: “Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior é o que a vida me ensinou”⁴. Por enquanto, somos uma multidão de desafinados... E, nessa toada, a maioria segue o ritmo das máquinas ceifando as colheitas, enquanto o nosso Cerrado está sumindo de vez.

MEU POETA

Um sorriso tão grande e lindo que não cabe no rosto. Olhos de menino na face enrugada...

Quando o encontrei pela primeira vez, já era fã. Era a inauguração da Fundação Manoel de Barros, em Campo Grande. Eu me aproximei, tímida, e sorri. Ele devolveu a gentileza e eu me encorajei. Cheguei bem perto e disse: “Sou sua fã!”. Ele sorriu, galanteador, e disse: “Eu também sou seu fã”. Fiquei encantada e lisonjeada. Estava grávida do meu filho e a barriga já aparecia. Ele perguntou: “Quem está vindo?” Falei: “É o Pedro”. Ele mais uma vez sorriu e disse: “Eu também tenho um Pedro”.

Ali nasceu um carinho maior e um desejo: sonhava entrevistá-lo sem as formalidades de um microfone intimidador. Sempre pedia a ele uma entrevista e ele sorria, negando com a mesma justificativa: “Sou tímido... não gosto de câmeras”.

Um belo dia, oito anos e dezenas de não sorridentes depois, encontrei por acaso na rua seu filho, João. Conteí essa história e ele falou: “Então vai ser hoje. Pega a câmera que eu vou com você de surpresa pra casa do meu pai”.

Assim foi. Tocamos a campainha e fomos recebidos pela Dona Stella. Ela já olhou pro filho com olhos divertidos e avisou que não sabia se o Manoel daria entrevista, mas que era pra gente entrar e tomar um café com chipa. Ele me viu e deu uma gargalhada. “João, você me pegou de jeito agora.” E ele disse sim.

Sentamos na sala da casa dele, de braços dados, como grandes amigos. Papeamos sobre tudo. Vida, obra, sonhos, devaneios. Ele, um galanteador. Gentil, de fala mansa e olhos vívidos. Despretensiosamente. Dona Stella, ali ao lado, sorria das estrepolias do marido e nos recebia com a hospitalidade tão especial dos pantaneiros.

Ele estava prestes a completar 90 anos. Eu tinha oferecido a pauta com o Manoel de Barros pro *Jornal Nacional*. Argumentei que seria especial fazer essa homenagem enquanto ele estava vivo e lúcido. O Bonner topou.

Na entrevista, Manoel disse que “envelhecer não tem muita graça, bom mesmo era não fazer aniversário, ser como as árvores que mesmo velhas continuam frondosas”. Eu disse que queria que ele fosse uma sequoia, um jequitibá-rosa, pra viver milhares de anos...

Era o ano de 2006. Ele tinha vivido nove décadas, mas se sentia com alma de menino de nove anos. “É na infância que gravamos as nossas mais ricas impressões. Eu me vejo na minha meninice e trago comigo esse frescor das descobertas.” Assim ele me mostrava sua alma.

Falou comigo sobre como suas mãos comandavam o lápis na folha em branco. Autografou livros e se lembrou do meu Pedro. Perguntou como ele estava e com que idade. Conteí que ele estava com quatro anos.

Nesse papo de amigos, a entrevista ficou linda e intimista. Ele gravou poesia e eu realizei um sonho. Nequinho, como era carinhosamente chamado pelos familiares, me presenteou com uma tarde inesquecível, cheia de graça, autógrafos e boa conversa. Resultou em duas reportagens, para o *Jornal Nacional* e para o *Jornal da Globo*.

Anos depois, meu filho, já na escola, me perguntou quem era aquele poeta maluquinho que mandara livros pra ele. Disse que não entendia muito os poemas estudados em sala de aula, mas achava legal o jeito de ele falar do Pantanal. Sim, Manoel falava com a alma e os olhos de descobertas. Encantava porque via nas pequenas coisas a grandiosidade dessa terra. E, como poucos, conseguiu retratá-la em seus poemas.

Quanta saudade! Jamais olhei pra um jatobá gigante sem imaginá-lo ali. Vejo na copa frondosa sua cabeleira agora verde... No tronco largo, a sua vitalidade; nos passarinhos cantando, a sua voz.

Manoel, você virou mesmo árvore e espalhou mudinhas pelos cantos. Esta tonta palavrosa aqui quase virou João-de-barro pra poder compartilhar o galho e continuar nossa prosa...

ESTAÇÃO DAS CORES INDECISAS

O outono pra mim é um suspiro. É como se a natureza nos avisasse que a festa do sol chegou ao fim e veio o momento de poupar energia. É tempo de se preparar!

Quando o sol de rachar dá uma trégua, as nuvens rechonchudas dominam o céu e vez ou outra despencam em água. Uma deliciosa surpresa com os seus matizes diversos: ora vibrantes, ora reclusos.

É a estação das árvores peladinhas... jogam as folhas fora e se preparam para a renovação. Nessa época, o frio começa a fazer visitas de médico. Vem e vai logo e nos lembra que chegará para uma temporada mais longa.

Outono no Pantanal é a estação do meio. Ela não tem a sensualidade quente e brilhante dos longos dias de verão, nem a exuberância e a fertilidade da primavera, e muito menos a personalidade avassaladora do inverno. O outono devia ser a temperança.

Chegar de mansinho, soprar em sussurro e embalar as folhas até se soltarem, esvoaçantes. O calor já não arde na alma, e as noites frescas arripiam a pele. Mas o outono nos trópicos traz mistério e promessas. Oscila, temperamental, enganando os sentidos. Desperta a sensação de iminência; algo pode acontecer...

Nesse encontro gestado as tardes são incertas. Os dias silenciosamente se encurtam e revelam fins dramáticos de céu e sol se desmanchando em cores. É tempo de a natureza fazer carícias provocantes. Maliciosa, nos convida à entrega.

Por aqui temos um outono temperamental: ora esfria e gela; ora aquece, resseca, arde. Uma confusão de sentidos na zonzeira dos dias irrespiráveis. Falta ar, sobra confusão. Ventos e poeira e fuligem e cinzas. Até os ipês ficam inseguros e florescem sem desapegar das folhas. A contradição é o prenúncio do desconhecido.

O outono chega sem alarde, como os amores inesperados. Quando se percebe, já se encantou.

Este ano algumas paineiras não floresceram. Na chuvarada passada raízes foram expostas, barrancos se desestruturaram nas margens irregulares.

Eu gosto da companhia do Rosa, o Guimarães. Em seus escritos ele sussurrou o que me instiga. Escreveu no século passado o que tomo por definição do outono em tempos de emergência climática: “Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece há um milagre que não estamos vendo”¹.

O Universo testemunha o caos da humanidade com suas escolhas irracionais. O outono no Brasil central tem o dourado das folhas caídas, o verde das árvores regadas a temporais insanos, a secura dos galhos exauridos pelo calor.

O corpo não acompanha a velocidade das transformações e a alma anseia flunar nos espaços reconhecidos de tempos vividos. Mas a dúvida confunde a vida que se debate nas lufadas dessa estação do meio. Hora de se recolher na preparação para o inverno.

À tarde o sol abriu espaço no céu branco, mostrou a borda azul e brilhou tímido, sem amarelar. A noite chegou rosa. O outono é realmente a estação das cores indecisas.

FARMÁCIA E SABORES DO MATO

O Pantanal me fez filosofar: eu amo o pôr do sol e o amanhecer. Sempre silêncio e tiro um tempo pra perceber os instantes com nuvens tingidas de luz refletindo cores quentes e primárias, deixando o vermelho ativar os sentidos mais primitivos. Não é à toa que vermelho é paixão, sexualidade, poder. Os batimentos cardíacos aceleram, é sangue pulsando! O céu vermelho, dizem, atrai sorte e felicidade. Por enquanto descobri que são partículas de poeira, mesmo, dando o tom do fim do dia...

Agora, se o amarelo é a cor da concentração, do otimismo, da alegria e do bom humor, no Pantanal é também o sinal da saúde. No meio dos aguapés tem as flores roxas com um baita ponto amarelo no meio das pétalas. É o ponto de néctar: uma placa de trânsito natural guiando os polinizadores ao local exato onde a flor guarda o pólen que precisa ser espalhado. Se abelha e besouro enxergam colorido, isso é coisa pra cientista explicar, mas garanto que no Pantanal esses bichinhos intrometidos enxergam, sim, uma aquarela!

Por falar em pintar a paisagem, na floração dos paratudos os caminhos se polvilham de pétalas amarelas como a esperar a noiva passar. E, se não tem casamento, pelo menos tem tanino na casca, trazendo o amargor que cura dor de estômago.

O paratudo é para tudo mesmo! Esse tipo de ipê, cientificamente chamado de *Tabebuia aurea*, só existe no Pantanal e no Cerrado e tem uma farmácia na casca. O chá serve até pra matar verme e curar dor de barriga e males da digestão.

Eu estava com a equipe, gravando a lida numa tarde de primavera no Pantanal do Miranda. Ficamos horas e horas no campo e minha água tinha acabado. Estávamos a cavalo e eu tinha deixado a garrafa reserva no carro. O peão, solidário, sacou o cantil e me ofereceu a água dele. Dei uma golada gulosa e levei um susto, engasguei. A água amarga

com um gostinho de terra agarrou na garganta numa bolha que quase me fez cuspir. Em respeito à bondade pantaneira, tomei. Mas reclamei. “Nossa, que água amarga!” O peão deu uma risada e me contou que a água estava batizada com casca de paratudo. O amargo era o tanino que ajuda a curar tudo mesmo, disse o pantaneiro.

Em outra viagem tive experiência parecida, mas dessa vez a dor no estômago me incomodava havia dois dias. Em todas as andanças pelo Pantanal sempre levo uma maletinha de primeiros-socorros. Tem de tudo um pouco, de curativos a remédio pra gripe, dor de cabeça, dor de barriga, alergia... Quase nunca usei, mas sempre emprestei pros colegas. Dessa vez eu tinha me esquecido de levar remédio pra gastrite – sim, tenho gastrite. Era mais um dia com um sol pra cada um, expressão que o pessoal usa no Mato Grosso do Sul pra dizer que o dia está quente demais. Minha pele queimava por fora e o meu estômago ardia por dentro.

Comentei com a cozinheira da estação de pesquisa da UFMS, instalada na estrada-parque, que eu não estava muito bem, que minha gastrite tinha dado sinal de vida. Ela apenas me olhou e disse: “Tenho um remédio”. Saiu pro terreno que rodeia a estação e voltou um tempo depois com umas cascas na mão. “Vou fazer um chá e você vai ver como a dor passa rápido.”

Ela ferveu água, colocou as cascas em infusão e me ofereceu. Amargo que só, chegou a trincar na boca. Mas tomei, meio receosa por não saber o que era. Sempre aprendi que plantas medicinais são eficazes; o que diferencia a intoxicação da cura é a dose. Mas aquela senhora, com pele curtida e sorriso largo, viva e confiante de que iria me curar, me transmitiu segurança.

Cada vez mais aprendo com os pantaneiros que o que precisamos pra ter saúde está ao alcance das mãos, brotando nos campos. Quase toda casa de fazenda ou de ribeirão tem uma hortinha medicinal com plantas pantaneiras usadas como remédio. Nas reportagens fui conhecendo as pessoas e aprendendo com elas as receitas caseiras. Difícil imaginar quem foi o primeiro a usar essas ervas.

Certa vez, estava acompanhando uma comitiva de gado. Gravávamos um *Globo Repórter* sobre plantas medicinais e queríamos mostrar como

os pantaneiros que moram a centenas de quilômetros da farmácia mais próxima se cuidam quando adoecem. Foram tantas descobertas...

No acampamento da comitiva, o cozinheiro preparava o jantar. Curiosa, comecei a papear e perguntei como ele tratava os males do corpo e da alma durante essas longas viagens. O cozinheiro, então, me olhou com olhos desconfiados e brilhantes e me disse: “Tudo que eu preciso eu trago aqui dentro”. Era uma caixa de couro que ficava bem acomodada no lombo do burro. Ele abriu a caixa e me mostrou um monte de ramos, raízes, plantas secas e moídas, cascas, tudo cuidadosamente separado.

E logo me ofereceu um “café pantaneiro”, que não é do grão moído como se conhece. No Pantanal usa-se o fedegoso, planta comum na região, pra fazer o “café”. Achei meio estranho no início porque ele não fica muito escuro, é mais amarronzado, mas o gosto se assemelha muito. O fedegoso é um arbusto tóxico para o gado, mas que o pantaneiro usa com frequência. Ele torra a semente e mói, fazendo o pó de café de fedegoso.

O cozinheiro ainda me mostrou outras plantas que eu nem imaginava que eram medicinais. As cascas do jenipapo e da laranjinha são usadas como anti-inflamatório. Ele também mostrou um potinho com resina de pau-santo, usado pra cicatrizar feridas. O maracujá-bravo até teve comprovação do seu efeito calmante.

O tal chá que a senhora me ofereceu era de cascas de paratudo. Esse chá é adstringente e ajuda muito nas dores de estômago. O amargo vem do tanino em excesso. Só posso dizer que o tal chá acabou com as minhas dores naquela viagem.

Todo esse conhecimento tradicional foi parar nos laboratórios, e muitos remédios do mato estão sendo estudados. No caso do paratudo, não há mais dúvidas. O pesquisador Arnildo Pott, que há mais de trinta anos estuda as plantas do Pantanal, já publicou livros e artigos sobre o assunto. Em 2009, quando fiz uma reportagem para o *Jornal Nacional*, ele me deu uma entrevista sobre essa árvore e disse: “Pra dor de barriga, pra febre, pra estômago, pra todas as coisas ela serve; por isso chama paratudo!”.

Não se surpreenda ao ver um pantaneiro mascando um naco de casca de paratudo. É amargo de trincar os dentes, mas o conhecimento

tradicional e a distância das farmácias fazem o povo daqui se curar com o que a natureza oferece. Tem muito peão que sai pra lida com cascas de paratudo curtindo no cantil com água. Eles sabem que ali tem um santo remédio para picada de cobra.

Anos depois das experiências com a água e o chá de casca de paratudo, voltei ao Pantanal pra gravar mais um *Globo Repórter* sobre esse tipo de ipê que floresce aos montes por aqui. Estávamos na região da estrada-parque, perto da estação de pesquisa da UFMS.

Os pesquisadores Mônica Toffoli Kadri e Alexandre Carollo levaram amostras de plantas pantaneiras ao laboratório pra estudá-las e buscar a comprovação científica daquilo que os pantaneiros usam como remédio. Perguntei pra Mônica por que eles pesquisavam o paratudo, e ela disse que os pantaneiros relatam que a planta tem propriedades antiofídicas. “Se eles estiverem no campo e sofrerem um acidente com uma serpente, eles maceram essa casca junto com alguma coisa que estejam levando pra cozinhar. Pode ser banha, óleo. Eles colocam em cima do local da picada.”

Entramos no meio do campo repleto de paratudos e os pesquisadores pegaram o facão pra mostrar onde se esconde o composto químico. Primeiro tiraram a casca morta do tronco, de cor mais acinzentada e áspera. Depois, chegaram a uma camada mais profunda, onde a casca é bem branca e lisa. O Carollo cortou uma lasca e me deu pra experimentar: “Mastiga e sente o gosto!”. Eu já tinha me esquecido daquela experiência longínqua da água amarga e masquei a lasca – tudo isso sendo gravado para o *Globo Repórter*. O amargor é tão forte que não consegui evitar a careta e a vontade de cuspir. Eu me segurei pra não fazer feio no programa, mas caí de novo no conto do tanino do paratudo...

O paratudo foi o campeão de boas notícias. Após testes em laboratório, os cientistas comprovaram o que os pantaneiros já sabiam por instinto: o ipê-amarelo do Pantanal tem, sim, propriedades antiofídicas. E não é que ele seja útil contra o veneno de uma cobra qualquer... trata-se da boca-de-sapo (*Bothrops mattogrossensis*), a mais temida e venenosa cobra pantaneira, responsável pela maioria dos acidentes ofídicos fatais ou que resultam na perda de membros do corpo, devido à necrose dos tecidos.

A natureza pantaneira tem senso de humor e adora brincar de esconde-esconde. Tanto que desenvolveu na casca do paratudo uma enorme concentração de iridoídeos, que neutralizam a enzima do veneno da boca-de-sapo. Tanto o elixir quanto a pomada aliviam a dor e paralisam a hemorragia e a necrose da pele e dos músculos no local da inoculação. Com isso, ganha-se mais tempo até a cidade mais próxima, a umas quatro ou cinco horas dali, pra vítima tomar o soro antiofídico e não perder nenhuma parte do corpo. E quando perguntei por que a planta produz essa substância e a guarda na casca, a resposta foi surpreendente: pra evitar infestação de formiga e cupim. A madeira tem tanto tanino que nem as pragas aguentam!

O equilíbrio da euforia de luzes nos dias pantaneiros é o alaranjado. Aqui, em forma de cachos minúsculos pendurados em árvores pelo campo, conheci a canjiqueira. É uma frutinha muito sem graça; chega a apodrecer nos campos, ninguém dá nada por ela. No entanto, os cientistas descobriram que, além de vitamina C, a canjiqueira é rica em flavonoides, substância com ação anti-inflamatória e rejuvenescedora. Nos embrenhamos no canjiqueiral nativo e o Carollo mais uma vez me pregou uma peça. Eu, querendo saber o gosto da canjiqueira, pedi pra experimentar. Ele me deu uma bolinha laranja. Mordi com vontade e a polpa adstringente grudou na boca. Não é bom, não! Mas tem potencial, porque a frutinha tem mais resveratrol que a uva, tão famosa pela ação antioxidante... Será esse o segredo da longevidade pantaneira?

As surpresas da natureza são tantas que onde eu via campos com flores amarelas os pesquisadores viam um potente enxaguante bucal com ação anti-inflamatória. A planta de nome jateí-kaá, rica em flavonoides que tingem as flores de amarelo-vivo, tem ação bactericida e anti-inflamatória. É muito usada pra fazer bochechos e evitar cáries e problemas nas gengivas.

Depois desses aprendizados todos, passei a olhar com “olhos de enxergar” as plantas pantaneiras. No caminho pra Corumbá, tem uma laje de pedra imensa aos pés das jazidas de minério. Ali não cresce quase nada, exceto uma planta que parece capim e que sempre está esturricada. Mas ela só se finge de morta: você joga água e, um tempo depois, ela fica verde de novo. Ressuscita. A tal planta foi levada ao laboratório

e a descoberta surpreendeu o mundo científico: a *Selaginella sellowii*, que nasce como mato no Pantanal, desenvolveu uma capacidade de resistência às mudanças de temperatura e de condições que pode salvar vidas. Ela guarda cristais de açúcar nas folhas minúsculas, uma reserva estratégica pra enfrentar tempos de privação de água e nutrientes. Como se não bastasse, esses cristais têm substâncias que estimulam o sistema imunológico de camundongos com leishmaniose. O resultado foi uma eficácia de 100% no controle do parasita que provoca a leishmaniose tegumentar (na pele) e de 98% no tratamento da leishmaniose visceral. A doença, endêmica em cães do Mato Grosso do Sul, volta e meia infecta seres humanos, e saber que um tratamento natural e eficaz pode existir no próprio Pantanal é animador.

A cultura pantaneira é tão rica que em cada viagem experimento um sabor novo nas misturas que os nativos me ensinam. Numa viagem para a Serra do Amolar, descobri os campos de arroz selvagem de um bordô extasiante. As mulheres saem de canoinha pra bater o arrozal nativo e jogam no fundo do barco a colheita do dia. Só num curto período no inverno elas colhem esse arroz. Saboroso e marcante, comi com galinha na casa da Dona Irene, bem na beira do rio Paraguai. Essa pantaneira de riso fácil adorava compartilhar as receitas que aprendeu com a mãe e a avó. Ela me ensinou um jeito de não sofrer enfezada em viagens a lugares sem banheiro: pega a semente do jatobá maduro, passa na peneira e toma aquela farinha misturada no leite ou na água. Nunca mais tive prisão de ventre nas viagens. É uma delícia e regula o intestino que é uma beleza!

O trabalho dos pesquisadores Ieda Bortolotto e Geraldo Damasceno, também da UFMS, uniu o conhecimento tradicional a possibilidades de geração de renda. Dona Irene já nos deixou, mas jamais esqueço aquele rostinho enrugado pelo sol e olhos brilhantes. Pequena e ágil, ela me levou pro quintal da sua casa e mostrou seu tesouro: o acuri, palmeira típica do Pantanal, que frutifica em cachos lindos. É o alimento preferido das araras-azuis. Dentro do pequeno coco tem uma água estéril que eu mesma já usei como colírio pra tirar um cisco que estava me arranhando o olho. Dona Irene me ensinou a usar a farinha de acuri para fazer mingau – sustância no café da manhã –, para colocar no ensopado de peixe e para empanar os pescados e fritar. Uma delícia!

Plantar horta não é costume dos ribeirinhos. Eles se nutrem daquilo que a natureza oferece. A bocaiuva é uma das frutas preferidas; eles ficam com aquela bolota na boca como se fosse uma bala... Fazem também a tal farinha de bocaiuva ou usam a polpa no arroz. A cor é amarela e alaranjada bem forte, e o sabor é doce. Não muito, pro meu paladar. Na pesquisa de alimentos pantaneiros, foi confirmada em laboratório uma grande concentração de betacaroteno e vitamina A. Bocaiuva faz bem pra vista!

Das frutas pantaneiras, duas são de dar água na boca: bacupari-do-cerrado e coroa-de-frade. Encontro-as só no fim do ano, quando vou ao Pantanal. Amadurecem na época das chuvas e ainda não existe produção em larga escala pra ser fácil de achar nos supermercados. É mais um capricho pantaneiro: nos fazer sonhar e esperar o tempo certo de experimentar suas delícias.

Apreendi com os pantaneiros que algumas plantas são lindas, mas temos de evitar. O pau-de-novato é uma delas. Arvorezinha bonita que, no calor, parece ser uma boa pedida pra descansar na sombra. Mas o nome diz tudo: só os forasteiros chegam perto, porque o tronco normalmente é recheado de formigas, daquelas que dão ferroadas ardidadas e podem incomodar – e muito.

Nesse Pantanalzão onde os biomas se misturam, a flor amarela do cambará enfeita os campos e o mandacaru espinhento também aparece sem dizer de onde veio. Até as vitórias-régias se espalham preguiçosamente pelas margens do rio Paraguai, na Serra do Amolar. A riqueza da biodiversidade pantaneira está nessa mistura. Plantas do Cerrado, da Amazônia, da Caatinga e... do Pantanal. Dependendo da região, a paisagem é completamente diferente.

Quanto mais me embrenho, mais descubro que pouco sei. E esse é o mistério que alimenta minha paixão: uma viagem ao Pantanal nunca é igual a outra. Nem o entardecer. Cada dia é uma aquarela diferente nos convidando a olhar para o céu e contemplar o espetáculo fugaz.

JEITO PANTANEIRO DE SER

Ôôôô, boiada!

No meio da vegetação, a maior ave do Pantanal, com suas penas brancas, cabeça preta e bico longo, revirava o alagado em busca de peixinhos. Eu observava a cena, vidrada, e despertei do encanto ao ouvir a frase solta que o peão mandou pra mim: “Dona, olha o tuiuiú!!! Aproveita pra telefonar pra casa!”. A frase ecoou no campo e todos caíram na gargalhada. Explico: no início dos anos 2000, em muitas cidades do Mato Grosso do Sul foram espalhados telefones públicos com o formato de bichos pantaneiros, inclusive o tuiuiú.

Estávamos gravando na Fazenda São Miguel, às margens do rio Taquari, na região do Paiaguás, em Corumbá. Toda a equipe montada, tínhamos cavalgado mais de seis horas. Meu corpo dava sinais de que seria uma noite dolorida... Eu era a única mulher no grupo e a peãozada me testava o tempo todo. Calados, observam tudo e, quando você menos espera, eles soltam uma pérola. A do tuiuiú foi a primeira do dia e serviu de senha pra mostrar que eu tinha sido aceita por eles.

O homem pantaneiro tem um GPS no cérebro. A ligação com o Pantanal é tão profunda que eles reconhecem árvores, paisagens, baías, num senso de direção impressionante. Não erram o caminho nem quando as estradas somem nos alagados. Pelo cheiro sabem se tem bicho perto, se tem fruto ou se vai chover. Uma simbiose que me fez descobrir a essência do lugar: ser humano e natureza se complementam aqui.

Nesse dia os peões estavam reunindo o rebanho, e fiquei curiosa quando eles me contaram que o único bicho que eles matam pra comer é o porco-monteiro. Não é um animal silvestre, é o porco doméstico que em algum momento fugiu e se perdeu no mato, se reproduziu, adquiriu características selvagens e, por não pertencer à fauna silvestre,

sua caça é permitida. O peão avisou: “Dona, tem um ali que não tá inteiro, a gente pode pegar ele e mostrar pra senhora!”.

Eles chamam de inteiro o porco-monteiro que ainda não foi castrado (no Pantanal eles falam “capado”). Esse, se for abatido, tem glândulas que deixam um gosto forte e ruim na carne. O pantaneiro não come porco-monteiro inteiro. Primeiro eles escolhem um animal no campo, laçam e capam, curam o corte dos testículos e soltam o bicho pra engordar. Pra saber qual porco já foi capado, eles também cortam uma pontinha da orelha e o rabo, e assim o identificam de longe, no meio da vara de porcos-monteiros. Achei cruel e me embrulhou o estômago, mas quem sou eu pra questionar décadas de vivência e sobrevivência nesses campos tão isolados?

Eu estava a cavalo quando começou a correria pra laçar o porco. O animal acuado passou correndo por baixo do meu cavalo – nas imagens só dá pra ouvir o meu grito e ver as minhas pernas levantadas e o bicho passado perto de mim. Foi a única vez que acompanhei uma caça ao porco-monteiro. Apesar de a carne ser deliciosa, aquela perseguição, o ato de capar, cortar rabo e parte da orelha... tudo isso foi demais pra mim. Fiquei com dó do bicho.

Acompanhar uma comitiva de gado no Pantanal é um evento cheio de surpresas e aprendizado. Ao longe, uma nuvem de poeira anuncia que tem comitiva grande chegando. Nas fazendas é comum haver corredores de areia fina, com cercas dos dois lados, parecendo estradas: são os caminhos delimitados pra passagem da boiada. O corredor boiadeiro por si só já é uma imagem impressionante. É uma imensa faixa de areia branca, ora atravessando os capões e as matas, ora cortando os pastos. O pisoteio dos animais não deixa nascer um matinho sequer.

Na minha primeira reportagem sobre o assunto, estávamos gravando na Nhecolândia, região bem no interior da planície. Logo de cara notei como os peões são vaidosos. Capricham no visual, gostam de cor. Camisa lisa ou de tecido quadriculado, lenço no pescoço. Sobre as calças *jeans* usam a guarda, uma proteção de couro que vai da cintura até os pés, fundamental pra cavalgar no pasto “sujo” (com arbustos cheios de espinhos que rasgam o *jeans*). Na cintura usam a guaiaca, um cinto de

couro onde levam revólver, balas e, mais recentemente, um bolso de couro pro celular. Ainda na cintura, amarram a faixa pantaneira ou faixa paraguaia, tecida manualmente em fios coloridos, pra dar firmeza à coluna. Nas costas, atravessam na guaiaca e encaixam o machete com faca e uma chaia (amolador). Chapéu de palha ou feltro e botas completam a produção. Criativos, vi muito chapéu de peão enfeitado com lacres das latinhas de alumínio ou com uma pena colorida.

Cavalos e burros também recebem uma indumentária especial. As tralhas, como eles chamam as peças de montaria, são bem-cuidadas e cheias de detalhes. Além do peitoral, freios e boqueira, argolas enfeitam os cavalos. Lembra um pouco aquelas fotos antigas dos vaqueiros dos sertões mineiros e nordestinos. E as partes do arreio foram pensadas para dar praticidade aos peões no campo.

O momento de encilhar o animal segue várias regras, parece até um ritual. Primeiro vem o baixeiro, manta de lã trançada que vai sobre o lombo do cavalo para absorver suor. Sobre o baixeiro vai uma proteção de couro que muitos chamam de carona – funciona como isolante para o suor do animal não molhar a sela. Aí vem o basto, assento feito a mão nas cutelarias das cidades vizinhas, muitas vezes enfeitado com tachinhas, a depender do gosto do peão. A armação de madeira do assento é recoberta de couro, com a charneira mais alta na frente formando um encaixe perfeito para as pernas. Embaixo do assento, duas bandas que parecem almofadas de pelica para amortecer o peso do cavaleiro e do arreio no lombo do animal. Presa ao assento vem a chinchá, uma faixa de couro reforçada e com argolas nas pontas para colocar os estribos. Mais uma chinchá de tira grossa de couro com argolas para passar a barrigueira e prender a sela.

O ritmo da marcha é lento, e, como as distâncias percorridas são muito longas, o conforto na montaria é fundamental. Por isso, sobre a sela, o peão pantaneiro coloca o pelego, um couro de carneiro tingido de laranja bem forte. Depois vem a baldrana, uma capa de couro com bolsos laterais para guardar fumo de rolo, guampa, erva de tereré. Por fim, eles passam mais um travessão de couro com argolas nas extremidades para prender a baldrana e o laço. Quando a comitiva sai, a gente entende a função de cada detalhe – tudo é feito para dar agilidade ao peão.

Parece uma coreografia. Um rebanho com mais de mil cabeças, todos da raça nelore, branquinhos, andando no mesmo ritmo, é uma pintura em movimento. De repente um som grave, numa nota nostálgica e comprida, toca a alma da gente. É o som do berrante chamando a boiada para iniciar a marcha. E o gado obedece! O toque do berrante ressoa ao longe e só é interrompido por um estalo seco: tááá!

Eu assustei. Pareceu um tiro!

Procurei com os olhos arregalados de onde teria vindo aquele estalo. A cena me paralisou: um peão ziguezagueava a cavalo no meio da boiada, girando a toda velocidade sobre a cabeça o que parecia ser um laço, mas era um pedaço de corrente de ferro com tiras de plástico amarradas na ponta. Eu nunca tinha visto aquilo! O peão rodava a corrente tão rápido e com tanta força que o deslocamento de ar ecoava. Quando o peão baixava bruscamente o braço, a corrente estalava no ar: tááá! O tal chicote de corrente é chamado de areiador ou areador, e o estampido é pra amansar boi bravo. Fiquei impressionada com a habilidade do peão. Se ele tivesse perdido o ritmo do giro daquela corrente, poderia ter machucado alguém.

Tocar o gado pelos campos pantaneiros é tarefa árdua e demorada. Em tempos secos, a poeira fina que sobe com a passagem do rebanho parece uma nuvem, sufoca a gente. O nariz, os olhos, a boca ficam ressecados e com essa poeira impregnada. O calor escaldante mina as forças. Quando a comitiva sai na época das chuvas, antes da inundação, a água empoçada nos pastos reflete a luz do sol e exala um vapor quente desgastante.

Era um desses dias muito quentes e os animais davam sinais de cansaço. No meio da tarde, o pessoal da comitiva escolheu um lugar pra acampar. Sem vento pra refrescar, os dias se arrastavam e o ar abafado fazia a gente sentir ainda mais o calor. Só que o ritmo da marcha da boiada precisa ser controlado; não se pode estressar os animais nem correr, pois eles podem perder peso. É preciso paciência e nada de gritaria, sem pressa, porque o rebanho pode se assustar e se espalhar. E quando a boiada estoura... ah, é uma dificuldade juntar todos os animais e não perder nenhum.

Certa vez presenciamos um estouro de boiada. O repórter cinematográfico Ronaldo Balla colocou um microfone de lapela no ponteiro da

comitiva para gravar os comandos passados aos colegas de lida e captar bem o som do berrante. Até hoje não sei o que aconteceu. Durante a marcha, a boiada estourou e se espalhou. Foi gado correndo para tudo quanto era lado, e a peãozada desesperada saiu em disparada atrás dos fugitivos. Nosso personagem vaqueiro foi um dos que galoparam atrás de duas vacas assustadas e uma novilha. Ele se embrenhou no mato atrás dos animais com o microfone e não voltou mais naquele dia. Perdemos o microfone e a entrevista.

À primeira vista, a comitiva pantaneira parece um grupo de peões tocando o gado e só. Mas não. Apesar de as estradas terem sido abertas nos anos 1970, as comitivas ainda são mais eficientes do que os caminhões boiadeiros, que não passam pelos campos. E para vencer as longas jornadas, que podem durar semanas, há uma rotina na qual cada um tem sua função e todos respeitam a hierarquia. Esse jeito de trabalhar tem séculos de histórias de coragem, honra, resistência. É um modo de viver único. Pra fazer a reportagem, pedi autorização ao dono do rebanho e ao condutor, o chefe da comitiva.

Muito antes de a boiada aparecer na estrada, vê-se o cozinheiro levando as tralhas e os burros de carga. Os animais transportam brucas, caixas de couro que carregam de tudo: mantimentos – não faltam arroz ou macarrão –, carne de sol, banha, sal, erva-mate pro tereré, panelas, pratos e talheres, ervas medicinais e outros utensílios necessários pra encarar dias de marcha. Junto com os burros, o cozinheiro anda cerca de cinco quilômetros à frente do rebanho, de modo a chegar antes e preparar o rancho e a comida da comitiva que virá pra dormir ali. Quando a boiada passa por estradas e rodovias, não é raro avistar primeiro o bandeirinha, um peão com uma bandeira vermelha sinalizando aos motoristas que logo atrás tem boi no caminho.

Com o rebanho vem o restante do grupo. A sincronicidade é grande e dispensa palavras; cada um cumpre sua tarefa. O ponteiro é o vaqueiro que guia o gado e controla o ritmo da marcha, toca o berrante e dá sinal em caso de onça ou de alguma dificuldade no caminho que possa assustar os animais. Ele tem experiência em reconhecer os sinais do ambiente e sabe interpretar as sutilezas do lugar, protegendo a boiada e promovendo uma marcha segura. Logo atrás vêm os fiadores, que cuidam da

primeira leva de gado. Em grandes comitivas, a responsabilidade é dividida em porções. Os meeiros ou culateiros ficam zigzagueando a cavalo por entre a boiada, organizando-a e mantendo a formação da marcha sem que nenhum animal escape para os campos. Por fim, atrás vem o chefe da comitiva, o condutor. Ele é o estrategista: define o caminho e é o responsável pelo rebanho e pela contagem dos animais.

Impressionante não haver rota traçada e muito menos roteiro. Os caminhos mudam de acordo com o tamanho do rebanho, da região e da condição de seca ou cheia. Já vi pequenas marcações pintadas ou feitas a faca em porteiras, árvores e até mourões de cercas. Perguntei ao capataz o que significavam e ele me explicou que os peões deixam esses sinais pra marcar o caminho. Outra curiosidade: o tempo de transporte não é medido em quilometragem diária, mas em quantas marchas a comitiva vai fazer, e elas podem ser de seis, dez, doze quilômetros por dia.

O sol no Pantanal chega a ser tão ardido que na sombra a gente sente o corpo assar... Por isso, avistar um retiro é como ver um oásis no deserto. Pisquei algumas vezes para ter certeza de que não era miragem. Muitas fazendas pantaneiras são tão grandes que nem sempre os funcionários responsáveis pelo gado conseguem voltar à sede depois da lida; por isso, é comum haver pequenas casas de apoio ou até minivilas com curral nos pastos distantes. São chamadas de retiros.

Na fazenda onde paramos, o retiro era uma cabana de tábua e decidimos acampar com os peões no rancho. Parte da equipe dormiu na caminhonete. O cheirinho de carne frita na banha despertou meu estômago. O cozinheiro fazia macarrão tropeiro, um tipo de espaguete grosso e rústico com uma goma grudenta. A massa não é cozida na água: a receita básica é fritar a carne e ir mexendo o macarrão naquela banha, pingando água para não queimar. No meio do mato esse prato se transforma num banquete!

Antes de comer, tem a roda de tereré. O mate gelado é herança dos vizinhos paraguaios, e também existem regras pra formar a roda. Um chifre de boi é a guampa. Quem arruma a erva na guampa dita o ritmo. Todos bebem na mesma bomba. Bebe, conta um causo, passa a guampa para o próximo completar com água gelada e assim por diante, no sentido horário. Só pode passar a guampa adiante depois de beber todo

o tereré, até a bomba “roncar”; aí enche de água gelada de novo e recomeça a roda. Não pode furar a ordem nem passar a guampa vazia ao próximo. No início da minha vida pantaneira não achava aquilo muito higiênico, mas o tempo passa e a gente se adapta, esquece algumas manias de cidade. Integrar-se na roda de tereré é ser aceita pelo grupo, e recusar é desfeita das grandes.

Os costumes revelam a identidade desse povo fiel às suas raízes. Compartilhando esses momentos, entendi que ser pantaneiro é um estilo de vida, uma escolha. Nas rodas de conversa surgem os causos, o peão esquece a timidez e solta o riso divertido. Eles levantam a aba do chapéu numa saudação respeitosa depois de contar um causo; é o jeito de atestar que é verdade tudo o que estão dizendo.

Quando paramos para dormir e o papo estava animado, reparei no chapéu de feltro preto puído nas mãos de um dos peões. Estava enfeitado com duas fitas vermelhas. “É pra espantar quebranto!”, ele explicou. Também havia dois pequenos broches. Fiquei intrigada com a decoração: “Por que dois broches da Nossa Senhora Aparecida no seu chapéu?”. O rosto com a pele curtida de sol se iluminou e os olhos espartos sorriram antes de a resposta chegar: “Porque eu tenho dois filhos, dona. Uma santinha pra cada um”. Resposta curta e direta, bem ao estilo pantaneiro.

Os chicotes e cordas muitas vezes são trançados pelos peões nessas paradas. Eles usam couro de boi cortado bem fininho. São tão bonitos que uma vez, numa fazenda às margens do rio Taquari, pedi a um peão pra fazer uma pulseira pra mim, de couro, com aquele trançado. Usei e uso até hoje a pulseira no braço que segura o microfone – assim, se o peão artesão assistir às reportagens na TV, vai saber o quanto apreciei o presente.

Foi seguindo as boiadas que vi na prática uma tradição pantaneira. Quando as comitivas de gado estão viajando pelo Pantanal, é costume as fazendas cederem um espaço, no mangueiro ou nos pastos, para os animais e peões pernovernarem, mesmo que o rebanho seja de outro dono. Aqui, curral é chamado de mangueiro, e pasto é chamado de invernada. Nunca entendi o porquê!

Nessa imensidão, a solidariedade e a hospitalidade são uma necessidade. Sem parceria, ninguém consegue viver no Pantanal. Nos

milhares de quilômetros de planícies, onde tudo parece isolado, existe uma conexão tão profunda que a gente só entende quando começa a conviver com os pantaneiros e descobre que o Pantanal é como uma vila, pois todos se conhecem. São relações duradouras e de lealdade. Famílias nascem e crescem trabalhando nas mesmas fazendas.

Na mesma proporção da camaradagem existe o outro lado, o das fofocas e intrigas. No Pantanal as notícias galopam, todos sabem da vida uns dos outros. Os entreveros também acontecem, e, como diz um grande amigo que tem terras na região do rio Negro, quem mora no Pantanal tem de aprender a lidar com os sentimentos e saber que terá de se superar a cada dia. Porque no Pantanal você precisa ajudar quando solicitado. Você desatola o carro do seu desafeto com a mesma dedicação com que ajuda um irmão, porque, numa próxima vez, é o seu inimigo que vai ajudar você a sair do atoleiro. Depois, os dois seguem a vida como se nada tivesse acontecido – sem se falar, sem se gostar, mas prontos a se ajudar.

O homem pantaneiro é inocente e malicioso ao mesmo tempo. Uma mistura moldada pela vida nesse lugar de extremos. Acostumados a ficar longe de casa, resistem semanas viajando a cavalo sem demonstrar desconforto ou cansaço. Rústicos. Os corpos, nem sempre musculosos, guardam uma força impressionante. As mãos são ásperas, mas o coração é mole, derrete fácil, fácil... Eles encaram o isolamento, o encontro inesperado com animais silvestres e até búfalos raivosos, mas são domados pelo coração.

Com um senso de humor único, certo, o pantaneiro mais ouve que fala. Tem um jeito calado. Participa pouco porque está analisando você a cada instante da conversa. Desconfiado, não fala muito de si, mas permite que você dê opiniões, desde que esteja preparado para a sinceridade curta e grossa de uma frase disparada como flecha. E se prepare: dar apelidos é a especialidade pantaneira mais divertida e sagaz que eu conheço. Caiu ou machucou a perna, já vira o Manco. É baixinho e tem cabeça grande, vira o Cabeça. O arrumadinho é o Galã. Se tem olho grande é o Zoiudo, se perdeu dente é o Dentinho e por aí vai... Em seu livro *Gente pantaneira*, Abílio de Barros listou alguns apelidos memoráveis de funcionários das fazendas por onde andou: peão alto e magro é apelidado de Tabuiaia ou Canela de Garça; se é magrinho e pequeno, vira

Fim de Cacho; o mais lento é o Passo Triste. Eu mesma tenho uma lista de apelidos divertidos que ouvi dos pantaneiros chamando seus parceiros.

Bugio é o capataz da Fazenda Jacuí, uma tradicional propriedade às margens do rio Negro. Enorme e tranquilo, apesar do olhar desconfiado, quando a conversa começa respeitosamente e com gentileza ele logo sorri e se apresenta pelo apelido. Só descobri seu nome de batismo porque, anos depois, gravei uma entrevista com ele e precisava de seu nome completo: Ícaro de Almeida. Sob o sol escaldante encontrei o Bugio tocando a boiada numa comitiva que atravessava a ponte da Barra Mansa sobre o rio Negro. O rebanho viajaria por três dias até o local onde os caminhões boiadeiros esperavam pelo embarque. Quando eu perguntei ao Bugio como era a lida nesses mais de quarenta anos trabalhando no Pantanal, ele abriu um sorriso e disse que tinha nascido e crescido ali, que nunca se adaptaria trabalhando na cidade porque no Pantanal ele trabalha “num escritório que não dá aborrecimento em ninguém”.

A maioria dos peões ou funcionários nas fazendas é multitarefa: fazem de tudo, desde cuidar do rebanho até consertar trator, motor de bomba d'água, cerca. Mas tem de ser no tempo deles. Um pantaneiro raiz, Seu Nilson de Barros, descreveu bem o ritmo de trabalho no Pantanal: “Quando a gente fala pra um peão ‘corre lá e pega determinada coisa pra mim’, ele diz ‘sim, senhor’. E vai a passos lentos, despreocupado e sem pressa. Vai no ritmo dele”.

As mulheres pantaneiras são uma parcela importante da alma do lugar. Elas carregam uma força silenciosa de quem conhece seu poder. O andar resoluto guarda um charme a ser lapidado. Naturalmente belas, têm a formosura fugaz de uma flor, logo são mães e as formas matriarcais dão um ar confiante que só elas têm. Muitas guardam o recato, a fala educada e mansa. Jamais criticam ou questionam os maridos em público; mantêm um código pessoal, parecem submissas. Mas é só aparência: elas têm gênio forte e sabem o que querem e como querem. Em muitos casos são elas que administram e tomam decisões sobre os assuntos da fazenda. Os maridos respeitam muito a opinião das esposas e invariavelmente executam o que elas sugerem. Admiro essas mulheres.

Quando comecei a visitar o Pantanal com frequência, eu pouco conhecia sobre a história de sua colonização. Busquei informações em livros e, claro, aproveitei todas as rodas de conversa nas fazendas pra tirar dúvidas. Fiz grandes amigos nessas buscas, e entendi que as histórias das famílias pantaneiras são verdadeiras sagas de superação de desafios num lugar isolado.

As primeiras famílias de fazendeiros encaravam dias de viagem em carros de boi por campos desconhecidos para estruturar as fazendas. Desde meados do século XIX até o início do século XX, milhares de hectares no Pantanal eram considerados terras devolutas, e muita gente requereu a posse dessas áreas junto ao governo federal. Quando vinham abrir a fazenda traziam poucos pertences, um ou outro cavalo ou burro de tropa, umas cabeças de gado. Traziam agregados. Chegavam nos campos selvagens, abriam as pastagens. As primeiras moradias eram ranchos erguidos com estacas cobertas por folhas de acuri e chão de terra batida, que nem de longe remetiam às casas de alvenaria das sedes centenárias que vemos hoje nas fazendas tradicionais da região.

A primeira geração de pantaneiros foi a mais sofrida. Começaram do zero. As moças das famílias mais tradicionais estudavam em internatos e voltavam para a casa da família para casar. Casavam-se na flor da adolescência e, sem reclamar, enfrentavam uma aventura pelo sertão desconhecido ao deixar Cuiabá ou Corumbá. Essas moças se despiam dos mimos pra escrever suas histórias ao lado dos maridos. Eram fortes, destemidas. Encaravam a solidão quando seus homens se aventuravam pelos campos levando a boiada. Dias, semanas de cama vazia e fria. Tinham seus bebês com ajuda das parteiras ou das mulheres da fazenda, criavam os filhos para o mundo e estavam sempre à espera. O pantaneiro é um povo teimoso, corajoso e de fé.

Conheci algumas dessas matriarcas e tenho amigas que levam nas veias o sangue da mulher pantaneira corajosa e independente. Em nome de todas elas, cito uma que admiro demais: Rita, filha caçula de uma das mais antigas famílias pantaneiras, que chegou no final do século XIX. Sua avó trabalhava com os irmãos e, por ser estudada, era a responsável pelo controle, livro-caixa e registros da propriedade. Uma senhora que ficou sem o marido e criou três filhos sozinha. Foi uma

espécie de gerente da fazenda do irmão. O pai da Rita, Seu José Coelho Lima, cresceu como funcionário nessa propriedade. Foi peão. Ter posses não era importante; qualquer pessoa que trabalhasse bem conseguia aos poucos construir seu patrimônio.

Seu José se casou com Cyra Gomes Coelho Lima e fundou a Fazenda Baía das Pedras, no Pantanal da Nhecolândia, em 1938. Construiu um rancho de palha onde o casal morou por vinte anos. O jeito foi instalar uma olaria no pasto pra fabricar os tijolos e depois construir a casa de alvenaria. A madeira do telhado, pilastras e paredes das casas dos retiros foi cortada nas matas da propriedade. Não havia energia elétrica e a água vinha do poço. O alimento era produzido na fazenda e os moradores iam à cidade duas ou três vezes por ano – e olhe lá! Era assim a vida pantaneira até algumas décadas atrás.

A própria Rita nasceu na fazenda. Ainda menina, se encantava ao ver o pai com orgulho de receber visitas, mostrar a fazenda, a casa antiga, contar como foi a luta pra desbravar a região. Sem cobrar, ele sempre servia café, um pedaço de bolo ou um belo almoço aos forasteiros, apenas pelo simples prazer de compartilhar umas horas de prosa saborosa com alguém. Rita estudou na cidade, fez faculdade no Rio de Janeiro, mas, quando herdou a fazenda do pai, mudou-se com o marido para o Pantanal e também morou longe da cidade por uma década.

A propriedade ainda não tinha luz nem telefone e quase tudo era produzido ali. A energia era fornecida por um gerador movido a óleo diesel, como em muitas fazendas pantaneiras, e só podia ligar à noite. Filho doente era tratado com remédios do mato e a ajuda dos mais antigos, e só quando o caso era grave pediam transporte para encarar mais de cinco horas até Campo Grande. A comunicação com outras propriedades era feita por rádio (e até hoje é assim, porque sinal de celular só pega perto da sede).

A Rita segue com a pecuária e toca a fazenda. Seu filho, que cresceu na fazenda, hoje é o veterinário responsável pelo rebanho da família e também presta serviços em outras propriedades, seguindo a tradição familiar de amor pelo Pantanal. Em 2001, conseguiram puxar a fiação e levar energia elétrica até a fazenda. Foi então que a Rita começou a acalentar a ideia de receber turistas. Não um turismo em larga escala,

e sim o turismo de experiência, de quem tem vontade de conhecer uma típica fazenda pantaneira. E assim foi.

Rita e o marido, o Dóio, também abriram suas porteiras à pesquisa. Há quase vinte anos, Patrícia Médice, do Instituto de Pesquisas Ecológicas, estuda as antas no Pantanal e tem na Fazenda Baía das Pedras a base de seu projeto internacionalmente premiado. O conhecimento produzido sobre o maior mamífero terrestre das Américas ajuda a buscar caminhos para sua conservação. A fazenda também conta com a maior densidade de tatus-canastras por quilômetro quadrado do Brasil, e é sede da pesquisa do projeto Tatu-Canastra, coordenado pelo biólogo Arnaud Desbiez.

A fazenda continua tendo a pecuária como base das atividades, mas a produção de natureza e a conservação de espécies ameaçadas de extinção têm atraído visitantes e admiradores brasileiros e de outros países. Tudo sem perder o jeitinho pantaneiro de ser. Rita é assim, de fala mansa, calma, mas com o espírito das pioneiras que um dia chegaram com quase nada de bagagem e recomeçaram a vida.

O que muita gente não sabe é que pouco mais de 5% de todo o Pantanal são terras públicas transformadas em unidades de conservação. O bioma que encanta o mundo há séculos e que é o maior exemplo de pecuária sustentável do Brasil tem dono. São pantaneiros que criaram um regime de pecuária equilibrado, seguindo o ritmo da natureza, respeitando o sobe e desce das águas e convivendo com toda a biodiversidade sem destruí-la. Por isso, apesar dos mais de duzentos anos de criação de gado na região, ainda é possível encontrar lugares que parecem intocados.

O que se discute hoje é um caminho do meio, pensar uma compensação financeira para quem produz sem devastar e preserva áreas imensas sem que isso seja uma obrigação legal. As terras em lugares isolados elevam os custos de produção, mas os pantaneiros infelizmente pagam os mesmos impostos que qualquer outro produtor na beira do asfalto e que não preserva mais do que a lei exige.

Nas minhas leituras e nesses anos todos de viagens, fiz uma constatação: a alma pantaneira tem uma forte marca feminina. As mulheres têm voz firme por aqui. Um dos livros autobiográficos mais singelos e

detalhados que li com essa marca forte é o da Dona Izabel de Arruda Viégas. Em 1997 ela escreveu *Pantanal, reminiscências de nossas vidas*, romance sobre uma jovem do início do século passado. Educada na cidade, ela se casa com um funcionário de uma grande fazenda na região do Paiaguás e descreve o início da vida do casal nos anos 1930, quando decide acompanhar o marido na lida com o gado.

Ficávamos num rancho de uma só peça, feito de palha para esse fim. Eu tinha, por companhia, a cozinheira da comitiva e, às vezes, sua ajudante, em todo tempo em que os vaqueiros estavam campeando o gado ou trabalhando no curral. Tendo levado o meu violino, tentava recordar as músicas, que havia aprendido no período de estudos em Cuiabá¹.

Eram muitas as dificuldades da época. Apesar de ter médico em Corumbá, a jovem teve os filhos na fazenda, com ajuda de parteiras e funcionárias. Um relato do marido sobre a gripe espanhola, que matou muita gente no Pantanal no início do século passado, descreve que a esposa do patrão, grávida, e uma indígena funcionária adoeceram e foram levadas de carro de boi até Corumbá.

Estavam sendo tratadas com os métodos costumeiros da fazenda, mas não tinham melhoras. Assim o Sr. Belarmino resolveu levá-las à cidade, por estarem piorando dia a dia. A viagem era de emergência. [...] Com a finalidade de não perder nem um minuto, na viagem foi mandado um dos melhores peões à frente, a galope em um bom cavalo, pedindo nas fazendas próximas à estrada que providenciassem bois que estivessem descansados, para o revezamento daqueles que estavam viajando, o que era feito imediatamente à chegada, onde encontravam os outros bois em condições de viagem².

Imagine uma jovem moça, acostumada aos confortos da vida na cidade, largar tudo e ir morar no meio do mato. Se mesmo com estradas e caminhonetes 4x4 o acesso a muitas fazendas ainda é difícil e demorado, cem anos atrás era uma verdadeira odisseia. Morar nessas fazendas, então... Hoje, se as esposas não se adaptam à fazenda e ao

trabalho na sede, os funcionários arranjam outro emprego para agradecer a dona do pedaço. A maioria vai para a cidade.

No presente, é difícil encontrar nas fazendas pantaneiras funcionários que moram na propriedade como antigamente. Muitos pecuaristas tiveram de mudar essa dinâmica de trabalho por descapitalização ou falta de mão de obra, mesmo. Sempre que me hospedo numa propriedade próxima de onde vou gravar, é comum encontrar na sede um capataz, um ou outro peão e suas esposas ou uma cozinheira contratada. Não tem mais aquela coisa de o patrão morar na fazenda; os produtores contratam por empreita. Chamam mais gente quando precisam manejar o gado, contratam uma ajudante durante o período em que o movimento é maior etc. As folhas de pagamento já não são tão grandes... Um ou outro funcionário mais antigo é mantido. E, com esse novo modelo de trabalho, algumas tradições vão aos poucos se perdendo. Mas tenho dado sorte nos meus encontros.

Adoro ir para a cozinha das fazendas depois de um dia de gravações, aprender as receitas e conversar com as mulheres da casa. Recentemente, na Fazenda Santa Cruz, tive o prazer de conhecer Dona Teresa Clemente Portilho, uma pantaneira de terceira geração que nasceu nas antigas fazendas da Nhecolândia. A avó e a mãe também nasceram em uma tradicional fazenda corumbaense, a Aguassuzinho, e trabalharam a vida inteira para os mesmos patrões. Dona Teresa já passou dos 60 e mantém a vitalidade de uma moça. Acorda às quatro da manhã pra preparar o quebra-torto, o café reforçado pros peões da fazenda, e é a última a ir deitar. Só vai depois de adiantar os afazeres do dia seguinte.

Dona Teresa faz tudo com um sorriso largo no rosto, daqueles que iluminam quando soltam uma piada ou um comentário certeiro. Com ela aprendi a fazer o queijo mais delicioso que provei nas viagens pelo Pantanal: o queijo Nicola. Feito apenas na Nhecolândia, tem esse nome exatamente por causa do apelido da região – o pantaneiro quando fala rápido solta um “Nicolândia”, que virou “Nicola”, batizando o queijo.

Feito com leite fresco, coalho e sal, o jeito de amassar é o segredo. Vai jogando água fervendo na massa e amassa com as mãos até dar liga. Talvez seja esse o toque especial de um queijo que tem sabor de muçarela e parmesão ao mesmo tempo. Deliciosamente forte, como as sensações que a gente experimenta no Pantanal.

Por isso gosto tanto de papear com os funcionários, principalmente com as mulheres pantaneiras. Elas são risonhas e felizes, e têm personalidades marcantes que precisam ser entendidas, senão a relação de trabalho desanda.

Uma vez fui à Fazenda Barra Mansa gravar uma reportagem sobre jacarés. Sempre gostei de usar esmaltes claros pra não chamar a atenção quando estou segurando o microfone, e como tenho mania de me jogar na água e tomar um refrescante banho de rio ou de poço após as gravações, eu sempre via meu esmalte ficar todo manchado depois de uns dias e ficava escondendo as pontas dos dedos na hora de gravar.

Naquela noite fui à cozinha ver se alguma das mulheres tinha removedor de esmalte, porque o meu tinha virado um alaranjado estranho. Elas caíram na risada: “A senhora ainda não aprendeu como manter as unhas bonitas por aqui?”. Foi quando elas me mostraram as unhas das mãos e dos pés impecavelmente pintadas de vermelho ou outras cores escuras! “A gente usa esmalte escuro porque dura mais e não amarela!” Mais uma lição de charme feminino da mulher pantaneira... Agora nem pinto mais as unhas das mãos quando sei que vou pro mato; só as dos pés.

A chegada do celular e da internet mudou muito a vida dos peões e de quem mora no Pantanal. Hoje já existem fazendeiros com problemas porque o funcionário fica nas redes sociais ou trocando mensagens, o que não é lá muito produtivo. Outra mudança é que está cada vez mais raro as famílias ficarem no Pantanal, e muito da lida vem sendo feita por peões que recebem diárias. São contratados por empreita: reunir o gado pra curar os bezerros, apartar os animais para embarcar aos frigoríficos, reunir o rebanho para vacinar. Os grupos de peões são contratados por dias ou meses para fazer um serviço específico. Aquelas fazendas que eram praticamente minicidades, com cerqueiro, prairieiro, vaqueiro, cozinheira, tratoristas e afins, tiveram de se adequar aos novos tempos e hoje são tocadas com menos gente.

Uma tradição que ainda se mantém são as comitivas que movimentam os rebanhos de uma fazenda a outra, ou até um ponto de embarque onde os caminhões boiadeiros conseguem chegar. Numa dessas travessias consegui vivenciar a experiência da lida. Antes de anoitecer, eles escolhem o ponto onde vão pernoitar e montam o acampamento. Se a fazenda tiver um retiro ou alojamento, é ali que fazem a parada.

Antes de servir o rancho, a panela cheia de macarrão ficou esperando a prece. Um dos peões tirou o chapéu e agradeceu pelo dia sem atropelos. Comemos em silêncio para depois prosear. Redes esticadas, uma turma sentada em troncos, que viraram bancos. O lampião aceso. Não me aguentei e perguntei: “Não tem onça aqui, não? E se aparecer um bicho de noite?”. O peão ao meu lado riu pro cinegrafista e respondeu, com um olhar divertido: “Se for queixada a senhora sobe na árvore que eles passa e não te vê. Se for onça, não se mexe, fica quieta e reza pra santa”. E emendou, solene: “Mas não tem que ter medo de bicho, não, eles não chegam perto da gente. A senhora tem que ter medo é de assombração!”.

Arrepiei.

Quando os barulhos são inquietantes e a falta de luz engana os sentidos, aprendi que na escuridão das madrugadas no Pantanal outro mundo se revela... Mas isso é assunto pra outra roda de prosa!

CHUVA INTENCIONADA

Em meus devaneios, crio pequenos enredos na mente com trilhas sonoras e personagens imaginários para explicar como eu particularmente interpreto alguns fenômenos. A chuva pantaneira me inspirou a descrevê-la como eu a sinto: uma Messalina improvável, sem pudor e certa de arrebatá-lo quem vê esse fenômeno de perto.

Quando finalmente chega, traz as promessas de delícias.

Eu me rendo sem resistir e recebo a chuva como a um amante.

Em dias de calor intenso, adoro quando rapidamente as nuvens são reunidas pelo vento e a chuva desaba de uma vez. Meu corpo arde de calor e eu posso sentir a água encharcando a roupa, descendo de mansinho pela pele, feito carícia.

Eu sempre paro e fico observando a água pingando veloz das nuvens, num balé refrescante.

Adoro quando o meu corpo tenso se retesa de cansaço e a chuva me faz relaxar, despertando a alma do torpor.

Adoro quando, de surpresa, os pingos gelados me surpreendem, aliviando o calor de uma tarde sufocante.

Adoro me sentir parte desse universo imprevisível e flutuar tranquilamente na paz desses intervalos chuvosos nas temporadas escaldantes de primavera e verão, quando em dias extremos a gente vê a chuva ir embora tão rápido como chegou.

No rastro úmido, o silêncio se rompe com a sinfonia dos pássaros, alegres por esse frescor. A vida floresce, exalando o aroma que brota da terra com a promessa de renovação.

A chuva pantaneira é explícita e desavergonhada, isso sim!

Depois de longos meses de seca, quando o solo fica esturricado ou cheio de cinzas da vegetação devorada pelo fogo, as primeiras chuvas chegam apagando as brasas do medo.

Lenta e silenciosamente, as gotas encharcam de vida o solo fértil. É a chuva transformadora. Traz a teimosia de volta a cada broto que germina pontilhando de verde o horizonte enegrecido.

Sim... no Pantanal a esperança cai das nuvens.

Não há tristeza que resista, não há amor incompreendido que continue doendo no peito depois de um banho de chuva. Amo me deixar molhar e me embriagar nas chuvaradas pantaneiras.

Enxugo a pele e saio espalhando sorrisos, renovada.

Aprendi a não me importar com essas chuvas repentinas. No entanto, logo no meu primeiro ano como repórter no Pantanal, em 1998, tive de passar por uma bela lição da natureza para aprender sobre as mudanças bruscas de temperatura.

Estávamos indo gravar uma reportagem sobre peões políglotas. Eram funcionários de fazendas ou guias contratados pra levar turistas estrangeiros pelo Pantanal. Geralmente eram nascidos e criados nas fazendas, e, com a chegada do turismo, muitos se tornaram guias, compartilhando o conhecimento de uma vida com gente que vinha de todos os cantos querendo experimentar a aventura de estar pertinho da natureza exuberante e viver num lugar sem energia elétrica, sem luxo. Sair a cavalo ou até em carros e caminhadas pelos campos eram programas escolhidos principalmente pelos mochileiros na estrada-parque. E só de conviver com os turistas, muitos dos peões-guias aprenderam a falar diversos idiomas. Tem até histórias de gringas que se apaixonaram pelos rústicos peões, viveram o romance e levaram seus *cowboys* para a Europa.

Nesse dia estava fazendo mais de 30 graus em Campo Grande quando decolamos no Juliete pra região de Miranda. Juliete era o apelido carinhoso do monomotor da TV, de prefixo PT-KJJ. O piloto Djalma sempre identificava nosso avião pra torre de controle de Campo Grande como “papa-tango-kilo-Juliete-Juliete”. Aí pegou o apelido, e o avião foi batizado com nome de mulher.

Era uma reportagem para o *Jornal Nacional* e tínhamos de voltar no mesmo dia. O local da gravação ficava longe da estrada-parque; de

carro levaríamos pelo menos umas quatro ou cinco horas pra chegar, por isso ficou decidido que iríamos de avião. Pousamos na pista de uma propriedade mais ao interior. A ideia era gravar de manhã e voltar no início da tarde, mas depois de uma hora de gravação nuvens nervosas começaram a se movimentar no horizonte e um vento frio soprou de repente, derrubando a temperatura.

Pra quem não imagina que pode esfriar no Pantanal, digo que faz muito frio quando entram essas frentes. Eu estava aprendendo a conhecer as mudanças de humor do clima local, e ainda não conhecia essa particularidade de passar frio num lugar onde a gente encara temperaturas acima dos 35 graus na maior parte do ano. Pois nesse dia eu não tinha levado roupa extra nem casaco: afinal, era um bate e volta de avião!

A frente fria chegou rapidamente e, de 30 graus, a temperatura caiu pra 5. Eu batia queixo, tremia e mal conseguia falar, quanto mais gravar. A maioria dos turistas que íamos entrevistar era de jovens israelenses e suíços em seu ano sabático. Uma turista israelense ficou com pena de mim e me ofereceu uma blusa de manga comprida. Respirei aliviada com a oferta, mas quando fui vestir a peça... o suor dos dias calorentos que a moça enfrentara estava impregnado nas fibras do moletom. Não consegui. Agradei, dando a desculpa de que eu não podia aparecer na TV com um agasalho cheio de desenhos na parte da frente. Por sorte o repórter cinematográfico Ronaldo Balla tinha levado um casaco de malha e me emprestou.

Meu queixo travou de frio e eu batia os lábios. Cada frase dita era um esforço, porque eu tinha que tirar o agasalho do cinegrafista, muito maior que o meu número, e ficar de camisa de manga curta. Não conseguia falar. Só terminei minha participação depois de várias tentativas, mas ainda tínhamos de gravar e terminar as imagens. A chuva estava chegando com o frio, e as nuvens carregadas eram uma ameaça à decolagem. O Juliete era um monomotor sem instrumentos de navegação pra voos noturnos; só voávamos no visual, com o piloto olhando a paisagem e seguindo a direção. GPS ainda era caro, nem tinha no painel do avião. Apesar disso, o Djalma tinha décadas de experiência voando no Pantanal e no Brasil e sempre nos deixava muito seguros.

Ele foi pro avião ancorar as asas com os cabos fixados no chão, viu a formação de nuvens e veio avisar que, se quiséssemos sair dali, teria de ser naquele momento, porque em meia hora o tempo iria fechar de vez.

Foi a primeira vez que ouvi falar que nuvem tem classificação de acordo com a cor, forma e condições atmosféricas. O Djalma me explicou que aquela formação estranha era perigosa. Do azul daquele dia ensolarado e quente, o céu rapidamente passou pra um cinza misturado com azul-cobalto, com muito vento e cheiro de chuva se aproximando. Uma nuvem imensa parecendo um rolo se formou de fora a fora, dominando o horizonte, e o tempo fechou de vez. Era uma *cumulonimbus*, uma nuvem de tempestade que se forma em dias muito quentes e desaba de uma vez em chuvaradas torrenciais, repletas de raios. Essas formações podem ter quilômetros de extensão. Aviões de pequeno porte não devem encará-las; o aconselhável é pousar na pista mais próxima ou nem decolar. Se forem surpreendidos em pleno voo, o risco é grande, porque podem ser chacoalhados e até derrubados pela força dos ventos e da chuva.

Corremos pra pista, entramos no avião e... nada! A bateria tinha arriado. Aí começou o nosso suplício. Não tínhamos roupa de frio nem lugar pra dormir. Os turistas estavam num redário no meio do campo, com redes amarradas embaixo de uma cobertura e só. Logo o pessoal do passeio nos ofereceu redes e nos arrumamos ali mesmo. O frio era tanto que eu pedi pra fazer uma fogueirinha perto de mim pra tentar me aquecer, porque a noite chegou esfriando ainda mais. Foi uma das noites mais difíceis nesses anos de Pantanal. Frio, medo e sem posição pra dormir na rede. Pelo menos não tinha mosquito...

Aos primeiros raios de sol recebemos a vista do capataz da fazenda, que havia autorizado o grupo a acampar ali. Ele viu o Juliete parado e perguntou se precisávamos de ajuda. O Djalma contou sobre a bateria e o capataz não se apertou: plugou uns cabos na bateria de uma caminhonete e na do avião para fazer uma “chupeta”. Vi aquela cena e experimentei a mais pura tranquilidade dos ignorantes. Novata, achei que fosse normal dar carga em bateria de avião daquele jeito. O motor funcionou, embarcamos de novo e voltamos para Campo Grande. Uma hora e pouco de voo.

Hoje, mais calejada e sabendo dos perigos da aviação de pequeno porte, jamais entraria naquele avião, mas isso é outra história... A reportagem foi ao ar, e a facilidade com que os peões vinham aprendendo idiomas sem uma única aula surpreendeu a todos.

E a chuva? Bem, essa continua pegando a gente de surpresa, mas agora sempre levo um casaco e roupas de tecidos frescos pra encarar qualquer temperatura. Passar frio, nunca mais.

A CHEIA LEVANTA POEIRA

Era 2011. Às vezes a cheia chega tão de repente e tão rápido que nem sempre dá tempo de escapar... Naquele ano foi assim.

Choveu demais no verão e os rios do Pantanal sul começaram a transbordar bem antes do previsto. Primeiro a Marina Schweitzer, amiga que tem terras no Pantanal do rio Negro, me contou por *e-mail* que a água já batia no degrau na entrada da sala da casa dela, coisa que nunca tinha acontecido. Achei que era exagero, porque a casa ficava no barranco alto às margens do rio Negro, uns dez metros acima do leito.

Dias depois, o amigo Almir Sater, que também morava na região, me ligou contando que a água quase tinha entrado na casa dele, também construída sobre um barranco na margem do rio. Ali percebi que algo diferente estava acontecendo. Não demorou pra eu receber mais ligações, uma delas do pecuarista Tinho Proença, cuja família possui terras na margem do rio Aquidauana há décadas. O Tinho me disse que estava jogando cestas básicas de avião pra funcionários ilhados nos telhados das casas das fazendas. Aquilo era inédito. Tudo estava fora dos padrões.

Algumas fazendas pantaneiras, centenárias, pertencem às mesmas famílias que abriram as áreas no final do século XIX e início do século XX. Os pioneiros construíam as casas com tijolo e alvenaria nos pontos mais altos das terras planas, justamente para se proteger das cheias. Então, saber que o rio Negro e o rio Aquidauana estavam assim tão cheios era um sinal de alerta.

Fui pesquisar sobre as cheias pantaneiras para tentar entender o que estava acontecendo. Descobri que o Pantanal tem dois tipos de cheia: a fluvial, quando as águas trazidas pelo rio Paraguai se espalham nos campos; e a pluvial, bem característica do Pantanal sul, quando chove em demasia sobre uma região específica e alguns rios

transbordam. São regiões que não sofrem influência direta da inundação do rio Paraguai, mas cujos períodos de cheias também são provocados pela intensidade de chuvas na região. Já a cheia do rio Paraguai depende do volume de chuvas no planalto. Quando chove muito em Cáceres e Poconé, no Mato Grosso, essa água desce lentamente pelo rio.

O Pantanal tem um sistema hidrológico tão complexo que a cheia não chega ao mesmo tempo em todas as regiões. Quando o rio Paraguai desce pelo planalto, o primeiro gargalo que encontra é a Serra do Amolar, um estreitamento que funciona como uma imensa barreira natural que segura a inundação. Ao entrar na planície, o rio se espalha. Mantém seu leito principal, mas também forma braços e lagoas e inunda os campos. O rio segue de norte a sul em direção a Corumbá. Ali há mais um gargalo, o do Maciço do Urucum, que segura as águas. E, quase chegando no Chaco paraguaio, em Porto Murtinho, há outro estreitamento, o Fecho dos Morros. Esses três gargalos retardam o fluxo da água e a cheia vai chegando no que os pesquisadores chamam de ondas de escoamento. Somando-se a isso o fato de que na planície quase não há declive, apenas algo em torno de 5 a 15 centímetros por quilômetro, esse relevo monótono permite que a água desça preguiçosa e se espalhe lentamente.

As diferenças geológicas no curso do maior rio pantaneiro criam cheias defasadas: inunda-se uma região e, meses depois, outra. Nada fácil para uma repórter lidar com seu editor no Rio de Janeiro, que sempre pergunta: “Mas já não teve cheia? Você fez essa reportagem meses atrás...” Aí tenho que dar toda essa explicação pra conseguir emplacar a reportagem em algum telejornal da rede.

Por aqui a gente monitora a chuvarada em Cáceres, no Mato Grosso. Quando chove bastante por lá, sabemos que essa água chegará em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, em cerca de dois meses – isso quando chove dentro da média.

A cheia pluvial acontece nas bacias dos rios Aquidauana, Negro e Miranda. São regiões mais ao sul, onde a chuvarada desce do planalto e transborda esses rios, e não necessariamente chega junto com as águas do Paraguaizão. Já fiz reportagens sobre a cheia em Aquidauana em março e, em julho do mesmo ano, sobre a cheia em Porto Murtinho.

Levei um tempo pra entender essa dinâmica, e ainda hoje preciso recorrer aos cientistas pra não me perder nos caprichos do sobe e desce das águas no Pantanal.

Em 2011 tudo foi diferente e extremo. A Grande Cheia marcou a vida de todos por aqui. As conversas giram em torno de antes e depois de 2011.

O período de chuvas no Pantanal normalmente vai de outubro a março, mas os últimos meses de 2010 foram mais secos, com chuvas bem abaixo da média. Achemos que não teria cheia naquele verão. Muitos pecuaristas também pensaram assim e não fizeram a tradicional movimentação do gado antes das chuvas. Os rebanhos são retirados das áreas mais baixas, que podem inundar, e levados às áreas mais altas, num vaivém de boiadas nas estradas que acontece entre novembro e dezembro. Só que a natureza surpreendeu a todos.

Em meados de janeiro de 2011 começou a chover sem parar. Só em Corumbá foram quase 500 milímetros em duas semanas, e choveu em toda a bacia pantaneira em janeiro, fevereiro e março. Naquele ano coincidiu de chover muito também nas cabeceiras dos rios Miranda, Aquidauana, Abobral e Negro ao mesmo tempo, e toda essa água se juntou à que estava descendo pelo rio Paraguai. O Pantanal virou literalmente um mar de água doce. Os pecuaristas não tiveram tempo de retirar os rebanhos e milhares de animais morreram afogados. A estrada-parque foi coberta pelas águas e dezenas de pontes foram arrastadas pela correnteza.

Vendo a situação atípica e os alertas dos amigos pantaneiros, comecei a monitorar a situação de longe, ligando todo dia. Foi quando o pecuarista Tinho Proença, da Fazenda Retirinho, me disse que tinha feito uns três voos só no dia anterior pra jogar comida aos funcionários, porque as pistas de pouso estavam alagadas e não tinha como resgatá-los.

A Fazenda Rio Negro, a mais emblemática da região, tem uma das sedes mais lindas e mais antigas, construída em 1895 por Cyríaco da Costa Rondon. Por mais de cem anos, a imensa fazenda de pecuária foi ponto de referência para viajantes ilustres. Quem já passou por lá viu as fotos antigas de carros Ford Bigode enfileirados na frente da sede no

início do século XX. Nunca tinha entrado água na casa, mas dessa vez a inundação chegou na varanda que circunda o grande sobrado.

Não era possível pousar, porque não havia nenhuma estrada que não estivesse coberta por menos de um metro de água. Era uma imensidão de água doce. Nesses sobrevoos, o mais inusitado era ver os funcionários se protegendo da inundação em cima dos telhados ou acampados em pistas de pouso cobertas por uma lâmina de água – e essas pistas são feitas nos pontos mais altos das propriedades, às vezes até sobre aterros, justamente pra ficar fora do alcance das cheias.

Os pantaneiros me alertaram: “Vem gravar, porque o que está acontecendo é algo nunca visto por aqui”. Saímos de carro de Campo Grande rumo a Aquidauana, porta de entrada pro Pantanal sul. Nem sempre recebíamos autorização pra usar o Juliete, por isso o Tinho já me aguardava no avião dele, no aeroclube, e embarcamos pra gravar imagens da cheia. O piloto me disse: “Não posso pousar porque não tem nenhuma área seca, as rodas do avião vão atolar na lama e não vamos conseguir decolar. Vou levar cestas básicas e lançar sobre os peões ilhados”.

O Tinho lançou um saco de comida pros moradores na Fazenda Santa Sofia. Era absolutamente surreal aquele momento. Registramos tudo para a reportagem que saiu no *Jornal Nacional* em março de 2011. Quando descrevi ao meu editor as cenas que presenciamos, ele pensou que era mais uma das lendas pantaneiras.

Infelizmente não era.

Sobrevoamos a Fazenda Estrela e só se via o telhado da casa-sede e a caixa-d’água. Dois anos antes eu tinha me hospedado ali e gravado uma reportagem sobre a seca, quando bezerros morreram atolados na lama dos fundos das lagoas em busca de água. Agora não dava pra ver nada além da água escura do rio Negro dominando a paisagem. A ponte de madeira na entrada da Fazenda Barra Mansa ficou completamente submersa, sendo impossível distinguir onde estava o barranco da margem e onde estava o leito. A fazenda da minha amiga, a Barranco Alto, estava quase toda cheia, também.

Nos sobrevoos, registramos uma cena impressionante. O barrento rio Aquidauana se encontrou com as águas escuras do rio Negro, numa briga de colorido assustador que se estendia por quilômetros. O mar de

água doce brilhava num tom prateado, refletindo o sol escaldante. Toda a reportagem foi feita do alto, com imagens aéreas, porque simplesmente não tínhamos como pousar. O Pantanal inteiro estava alagado. Uns diziam que era a maior cheia dos últimos oitenta anos; outros, do início do século XX.

Voltamos a Aquidauana. Naquela época não havia internet rápida o suficiente pra enviar a reportagem a Campo Grande, então partimos de carro e percorremos mais de 170 quilômetros pra levar a Grande Cheia ao ar no *Jornal Nacional* do dia. As cenas eram tão impactantes que o Bonner pediu outra reportagem. Dessa vez fomos no Juliete, a fim de voltarmos mais rápido a Campo Grande com o material, que seria veiculado no mesmo dia. Decolamos com as coordenadas das fazendas mais conhecidas, mas não dava pra identificar quase nada. Pastos, currais, casas, tudo estava submerso.

Foi nessa segunda viagem que vi a cena de cheia mais desesperadora em todos os meus anos de Pantanal. Vários pontos brancos riscavam a água escura e levantavam uma trilha de barro. Mostrei aquilo pro Argemiro Barros, o repórter cinematográfico, e pedi ao piloto Djalma pra voltar e voar mais baixo, dando voltas sobre a área. Ficamos em estado de choque: os pontos brancos eram dezenas de cabeças de gado em fila, vagando no alagado em busca de terra seca, mas não havia um mísero lugar sem água em quilômetros. Dezenas de animais morreram afogados ou de exaustão.

Uma semana depois, voltei. Os pecuaristas me disseram que tinham encontrado um rebanho vagando nos alagados e estavam se organizando para salvar os animais de barco. A única pista ainda em condições razoáveis de pouso era a da Fazenda Porto Cyriaco, uma propriedade antiga, de onde o gado saía em longas viagens para fora do Pantanal nas primeiras décadas do século XX.

Só a sede havia escapado da inundação. A pista estava embaixo de uns vinte centímetros de água. Nosso avião monomotor deslizou assustadoramente até parar... e dali pegamos um trator. As rodas grossas e preparadas para vencer atoleiros patinavam naquela mistura de lama, água e vegetação. Andamos uma meia hora até chegar onde estavam os barcos.

Navegamos por onde antes era pasto e agora estava mais de um metro de água. Percebi que a vegetação filtrava a água, os sedimentos assentavam no fundo e, com a transparência, pude ver cardumes nadando no meio das árvores parcialmente submersas. A vegetação parecia uma cabeleira verde, dançando frenética ao sabor da correnteza.

Apesar dos prejuízos e do desespero dos pantaneiros, as imagens eram lindas. Uma demonstração de força da natureza impossível de ser ignorada. Eu não conseguia parar de admirar. Passamos por um cavalo solene e tranquilo, com a água batendo quase em seu dorso, comendo ramos que estavam na flor da água. Nem parecia real.

Abrimos porteiros sem descer dos barcos, cuidando para que os arames das cercas não se enroscassem no motor. Avistávamos amontoados de animais em algumas árvores. Vi uma família de macacos. Numa ilhota, cinco veados campeiros. Dois cervos enormes passaram saltitando sobre a água bem perto da gente.

Chegamos num ponto em que o piloto desligou o motor e tivemos de ficar em silêncio. Sabíamos que alguns peões tinham saído a cavalo e de barco para cercar os animais espalhados, e precisávamos ouvir o farfalhar da água pra descobrir que rumo tinham tomado.

Ouvimos ao longe os gritos dos vaqueiros e seguimos o som. Era possível escutar também os estalos dos chicotes e o chamado choroso do berrante. O movimento do barco nas águas levantava um cheiro ocre de vegetação apodrecida nos alagados. O odor de morte exalava das carcaças e embrulhava o estômago.

Todo o desalento se foi quando vimos aquelas cabeças brancas nadando e lutando. Os peões montavam bravamente seus cavalos, com água acima da barriga molhando os arreios. Eram mais de mil animais. Àquela altura ninguém se importava em saber a quem pertencia aquele rebanho; cada animal resgatado e salvo era um alívio. E quando o cansaço vencía a luta pela sobrevivência, a gente puxava o animal para dentro dos botes e o levávamos pra um local mais raso, onde o bicho conseguisse ficar em pé. Eu ajudei a puxar pelo focinho um bezerro exausto. O animal, com olhos fixos, tinha uma expressão de desalento e desespero. Tinha desistido de nadar atrás da boiada.

Jamais me esquecerei da cena: a coragem de arriscar a vida para salvar o rebanho ilhado. Terminamos as gravações molhados e exaustos. O barco ainda atolou no meio dos baceiros (a vegetação que fechou o canal de navegação) e tivemos de pular na água pra empurrar a embarcação. Ali entendi a expressão: “Tem cheia no Pantanal que levanta poeira de tão rápido que a água sobe. Nem dá pra tirar o gado”.

O pouco que sobrou de pasto virou refúgio de rebanhos de diferentes fazendas. Mais uma vez os pantaneiros se uniram e se fortaleceram. Depois contaram os prejuízos.

Quando a água baixou, voltamos para ver a dimensão dos estragos. Todas as pontes de madeira da estrada-parque tinham sido destruídas. Muitos animais mortos afogados pelos campos e seu odor de carniça transformaram o Pantanal num cemitério sem covas. Casas com lama na sala, barracos levados pela inundação. Uma tristeza. O ano de 2011 é o marco da cheia que emendou todos os pantanais.

Nunca mais me esqueci daquela imensa linha branca de bois e vacas andando com água pela barriga pra lugar nenhum. Aquele rebanho não conseguimos resgatar...

LÍNGUA AZUL

Quem nunca escutou as lendas do Boitatá? Quando criança, eu imaginava essa assombração como uma cobra gigante com olhos de gente e sorriso cheio de dentes. Sim, a cobra dos meus pesadelos de infância sorria!

Quando visitei o Pantanal pela primeira vez, já adulta, foi impactante! Tudo plano, uma imensidão verde cheia de sons da vida. Um lugar misterioso onde lendas ganham vida. Se bate um vento repentino em redemoinho, pronto, é o Saci-Pererê! O uivo nas matas é, sim, de um ser sofrido, chorando a perda de um amor ou a dor de ter seus galhos e troncos cortados. Quem se atreve a dizer o contrário? E se vir um velho na beira do rio, fuja, porque ele pode levar você pro fundo e você nunca mais conseguirá sair da prisão das águas! O Velho do Rio não é ameaçador, mas simboliza uma entidade maior, que exige respeito – como todos os rios exigem.

Ah... os peões também dizem que existem mulheres aladas correndo pelos campos em noites escuras e que aparecem furtivamente ao luar. A noiva da ponte, a mulher de branco... Sedutoras, quase etéreas... Nada de se apaixonar por elas; é uma loucura sem volta!

De todas as histórias ouvidas nas noites pantaneiras, a que mais me arrepiou a nuca foi a lenda do Mãozão. Peão que se preza não atravessa os campos do Paiaguás e da Nhecolândia sem rezar uma ave-maria. Homens corajosos viram crianças assustadas quando sentem a brisa fria do sopro do coisa-ruim. Até hoje não sei definir a aparência dessa assombração narrada nas noites de papo em volta da fogueira... há os que dizem que o Mãozão é peludo, com cara de lobisomem, e anda sobre duas pernas. Outros falam que ele é parecido com um queixada, mas com olhos de gente. Um ser amaldiçoado que se diverte desnortando peões pelos campos.

Ouvi muita história de menino que sumiu no mato, levado pelo Mãozão, alongou e nunca mais apareceu. Ou então voltou meses depois, desmemoriado. A peãozada não gosta de admitir, mas alguns me contaram que já viram o Mãozão e fugiram em disparada para não virar baguá. Explico: baguás são animais domésticos perdidos que se embrenharam no mato e viraram feras selvagens.

Tenho lá minhas dúvidas se uns arrepios que senti ao cavalgar ou caminhar pelos campos não foram baforadas do Mãozão. Nunca me perdi; pelo contrário, eu me achei na planície encantada! Talvez comigo o efeito tenha sido o contrário...

Com essa riqueza folclórica, vejo o Pantanal como uma região fora da realidade brutal das cidades tão racionais.

A primeira vez que vi uma sucuri foi num corixo. Uma amarela, rajada que nem onça. Linda! Brasil adentro ouvi dizer que essa cobra comia gente, mas não acreditei, não. Só se o digníssimo for um desavi-sado implicante que importuna a dona do rio até irritar a bicha a ponto de ela querer esganá-lo. Aí, o abraço mortal será mais que merecido!

A sucuri é a cobra mais larga e pesada do mundo. No Brasil são três espécies; duas delas vivem no Pantanal, Cerrado e Amazônia. Na Mata Atlântica dizem que tinha, mas parece que sumiu de vez. A terceira espécie só vive na Ilha de Marajó.

Num dia quente de fevereiro, estávamos acompanhando a peãozada tocar a boiada das pastagens na Nhecolândia antes da cheia. A comitiva tinha de atravessar o rio Taquari, um calor de rachar. Caiçara que sou, estava recém-chegada aos campos do Centro-Oeste e ainda guardava o frescor da praia. Lógico que encarei aquele mundo de água transparente e não pensei duas vezes: vou dar um mergulho. Estávamos de barco na água rasa.

Quando eu ensaiei pular na água, o cinegrafista me empurrou pro fundo do barco e apontou a câmera exatamente pra onde eu estava prestes a mergulhar. Lá estava ela! Misturada à vegetação, rajada de amarelo, quase imperceptível. Fiquei ali, abismada, olhando a imensa cobra desenrolar preguiçosamente até sumir no campo alagado. O peão disse: “Moça, aqui a gente olha com lupa antes de entrar na água!”. Uma lição pantaneira que jamais esqueci...

Um dia, um amigo me disse que Bonito, na Serra da Bodoquena, era a terra das gigantes. A serra é ligada ao Pantanal por rios que mais parecem veias alimentando de vida e água a planície pantaneira. Lá no alto nascem os rios Miranda, Salobra e outros tantos, que serpenteiam pelas rochas porosas até o Pantanal, despejando suas águas e formando os rios pantaneiros. Nos rios da serra tem sucuris gigantes, de sete, oito metros! Verdes, da espécie *murinus*.

Comecei a sonhar com sucuris. E outros amigos, mais malucos ainda, me chamaram para mergulhar com elas. Na época, ofereci a pauta ao *Fantástico*. “Como assim, mergulhar com sucuri?” – foi a primeira pergunta dos chefes. “Ela vai te engolir!” Claro, tinham de brincar! Mas expliquei que elas não atacam, e argumentei que uma reportagem dessas no telejornal mais visto no domingo seria uma grande surpresa. Eles embarcaram na minha ideia!

Organizamos a expedição sucuri. Destino: rio Formoso. Formosura no nome, mas o leito, com a aparente candura de águas claras e esverdeadas, rasga impiedoso um banhado, dividindo-o em dois. Do alto, parece uma serpente verde, sinuosa, no meio da vegetação ocre... ironia da natureza e prenúncio de um encontro inesquecível. O brejão meio desengonçado, rico em biodiversidade porém jamais estudado, é um centro natural de reprodução das sucuris. Fica no limite de uma plantação de milho que avança sobre o capim-navalha nativo – essa, sim, uma ameaça real.

A última morada das gigantes está com os dias contados.

Quem nos levou na expedição foi Juca Ygarapé, amigo que ganhei ao chegar em Mato Grosso do Sul. Ele conhecia o local que hoje é considerado um dos mais importantes pontos de reprodução das sucuris no Brasil. Experiente mergulhador e desbravador, Juca descobriu muitos refúgios que hoje fazem parte de roteiros de visitaçao na região.

Junto com o repórter cinematográfico Argemiro Barros, o biólogo e fotógrafo de natureza Daniel de Granville e o fotógrafo Luciano Candisani, que chamei pra ser meu duplo e fazer as imagens subaquáticas da sucuri, entrei no barquinho com motor elétrico. Nada de fazer alvoroço na água pra não espantar as sucuris. Era uma manhã gelada de julho e o sol esquentava aos poucos, perfeito pra encontrar sucuris,

que não conseguem regular a temperatura do corpo e ficam paradas no sol se aquecendo quando faz frio.

Na quietude do banhado olhávamos atentos para as margens. O couro da sucuri brilha ao sol e se move sorrateiramente na vegetação seca, e vê-lo sumindo no mato aumentava ainda mais a aflição. Avistamos algumas, mas nada espetacular. Ali descobri que os machos dessa espécie são bem menores – um recado sutil da natureza mostrando que as fêmeas, no caso, são soberanas. Os machos não serviam, pois não chegam a metade do tamanho e largura das fêmeas. Queríamos as grandes.

Até que vimos um brilho amarelo destoando na margem. Um monte enrolado, igual a uma pilha de pneus de caminhão! Quieta, com a cabeça para fora, ela se aquecia no frio do inverno e buscava o ar, ignorando nossa presença.

A primeira equipe entrou na água. Experientes, os mergulhadores Luciano e Juca encontram a bichona. Enorme, com uns sete metros. Dentro d'água ela se move majestosamente rente ao fundo; é elegante, não levanta sedimentos, deixando a água transparente. Vi seu comprimento e assustei. Se colocar um homem adulto do lado, ele fica parecendo um menino. Ela tem força pra esfacular nossos ossos, mas não sabe disso. Nós somos os predadores. Ela foge desses seres estranhos que usam roupas, óculos e cilindro e soltam bolhas pela boca. E é rápida!

A parede de barro submersa que margeia o rio delimita naturalmente o caminho das águas, o que para elas é um refúgio. Fico imaginado o susto de alguém que mergulha e se depara com uma sucuri enrolada no fundo do rio! Ela é tão grande, tão poderosa e tão injustiçada... Não é um monstro. Leva meses pra digerir uma presa, e precisa ficar quieta pra comida se desfazer no estômago. Não sai por aí esmagando quem vê pela frente.

Nesse dia eu estava me recuperando de uma indigestão. Depois de uma noite de muita febre e vômitos, sentia-me fraca, então só os cinegrafistas gravaram as imagens. Mais um dia de mergulho, eu já decidida a entrar na água e lá estava ela na margem. Luciano entra primeiro e dá uma observada no comportamento da sucuri. Ele volta e avisa que tá tranquilo. Já equipada, entro no rio. A água fria arrepia a alma.

Calmaria, só na cor azul esverdeada transparente. A correnteza voraz me carregava e eu não consigo chegar perto da sucuri gigante.

Tentativas desajeitadas só atrapalharam a gravação. Minha luta contra a correnteza levantava uma cortina de sedimento e a areia nos deixava às cegas. Nesse dia descobri que devo ter ossos de passarinho e gordura de isopor: mesmo com 12 quilos de chumbo na cintura, não afunde! Mas não desisti: meu parceiro Juca Ygarapé segurou meu cilindro e firmou minhas pernas no fundo do rio, mas ainda tínhamos que gravar as cenas. Eu tentava ficar no fundo, mas a correnteza me levava e eu me debatia, levantando outra cortina de areia.

Finalmente consegui ficar quieta. Ah, que maravilha! Eu me aproximei da sucuri, mas só enxerguei uma espiral gorda, enrolada, rajada. A surpresa foi ver outra cobra, possivelmente um macho, morto, esmagado por ela, esgualgado e pendurado sem vida. Amor fatal?

Mas a cena não era grotesca, me pareceu natural. E aquele couro? Cores fortes: verde-escuro com rajadas amarelas em cima e os matizes clareando gradativamente em perfeição, afinando num amarelo-claro na barriga. Ali me lembrei da cobiça das madames pelas peças de couro de sucuri e fiquei brava. O bicho é tão lindo vivo, não combina com o gosto estúpido de estampar uma bota ou bolsa! Voltei do meu devaneio e a razão me trouxe àquele *frame* surreal: era assustador chegar tão perto de uma sucuri gigante, mas pra mim foi impossível não fazê-lo. Uma atração irresistível diluiu o medo e apagou da mente todas aquelas informações antigas de que a sucuri é perigosa, come gente. Nada! É magnífica!

Meu momento encantado se quebrou com a força da água. A correnteza me empurrou para cima dela. Arregalei os olhos e gritei silenciosamente. Com a respiração arfante, eu puxava oxigênio com força e soltava bolhas frenéticas pela boca. Ainda bem que as serpentes são surdas, senão o meu coração desesperado a acordaria como uma apresentação de escola de samba!

Na confusão, mexi a água e a areia subiu, tirando a visibilidade. Quando consegui me firmar e olhar pra ela, dei de cara com aqueles olhos misteriosos me encarando. Ela saiu da inércia e me encarou! Sem piscar, hipnotizante. Poucos centímetros nos separavam. De repente, a

surpresa: ela lambeu meu nariz! Meu coração disparou, mas consegui controlar a vontade de fugir dali às pressas. Sua cabeça era quase do tamanho da minha; sua língua ia e vinha em minha direção, frenética. Uma visão psicodélica: uma cobra gigante de língua azul e bifurcada me analisando embaixo d'água! Descobri, consultando especialistas, que sua língua é um sensor que capta partículas, e é assim que a sucuri identifica aromas e escolhe a presa.

Aqueles segundos pareceram horas. Não pensei em nada, só silencieiei. Afastei-me com cuidado e mostrei ao Luciano que a gigante tinha nos visto. Ele aproximou a lente e gravou esse momento de sondagem. A sucuri nos encarou, sentiu nosso gosto e subiu de novo para a superfície. Podia ter nos mordido, mas não fez nada. Não fazemos parte do seu cardápio. Foram minutos raros em que conseguimos filmar um comportamento descrito pelos pesquisadores, mas jamais registrado em imagens. Sim, a fêmea mata o macho depois da cópula! A dona do rio decide entre os pares quem será seu reprodutor, e ainda escolhe aquele que vai fecundá-la e nutri-la nesse instante precioso de equilíbrio e força da natureza.

Decidimos não abusar da sorte. Saímos da água em câmera lenta, sob o torpor da descarga de adrenalina e ainda deslumbrados com o encontro. Longe dela, comemoramos felizes aquele abraço mortal intrigante, misterioso e real. E fizemos história: as imagens do *Fantástico* rodaram o mundo e o Luciano ainda publicou aquele registro inédito na importante revista internacional *National Geographic*. A sucuri não se enrolou em mim, mas permitiu que desvendássemos mais uma lenda.

NEM TUDO SÃO FLORES

O jaçanã ciscava distraidamente sobre as folhas no pequeno alagado. A cena era tão bucólica que o repórter cinematográfico João Carlos Correa decidiu montar o tripé e gravar aquele instante de deleite da ave, aqui no Pantanal chamada também de cafezinho.

Estávamos na produção de um *Globo Repórter*. Tudo tranquilo até o João começar a ouvir um zumbido. Ele ficou incomodado com o barulho, que parecia um motor funcionando. De repente só deu tempo de o nosso guia dar o alerta: “Corre, que é abelha!”.

Nossa sorte foi ter estacionado a caminhonete perto de onde estávamos. Largamos a câmera ali mesmo no tripé e corremos pra dentro do carro. Mesmo fechando portas e vidros às pressas, algumas abelhas conseguiram entrar. João levou ferroada; Marcus Vinnícius, o nosso assistente técnico, também. Fiquei apavorada ao ver aqueles milhares de abelhas batendo ferozmente no vidro do carro, atacando sem piedade. Ficamos refugiados quase uma hora até o enxame passar e voltarmos em segurança para gravar.

As abelhas são mais temidas que as onças no Pantanal. E o João tem sangue doce pra abelhas. Estávamos gravando nosso primeiro encontro com uma onça-pintada nessa viagem, às margens do rio Touro Morto. Era a primeira vez que ele via uma onça. Estava tão animado pra gravar a bichona ali, deitada na margem, que se embrenhou no mato sem olhar onde estava. Em segundos, várias daquelas abelhas pequenas que grudam no cabelo se alojaram na cabeça dele. E ele não podia fazer nenhum movimento brusco nem gritar para espantar as abelhinhas, porque perderia a onça. Ali eu vi o que é amor ao trabalho, e o que um repórter cinematográfico suporta por uma boa imagem. Foram quarenta minutos gravando a onça com a cabeça cheia dessas abelhas insistentes. Sorte que essas não tinham ferrão...

Nessa mesma viagem, nos hospedamos na Fazenda Retirinho, que fica no meio do caminho até o rio Negro. Já são tantas idas ao Pantanal que criei uma rede de apoio. Chego nas sedes às vezes sem os proprietários estarem por lá. Antes de ir, peço autorização para entrar e algumas vezes até para dormir. Dessa vez, íamos pernoitar na fazenda. Quem me conhece sabe que de manhã cedinho meu corpo acorda, mas a alma continua dormindo. Eu ando meio zozona, sem perceber direito as coisas ao meu redor. Naquela manhã, levantei e fui ao banheiro. O João Carlos estava na porta, esperando sua vez de entrar para tomar banho.

Ao sair, dei bom-dia e abri passagem pra ele. O João é um indígena terena enorme de alto, doce e querido. Entrou no banheiro e no mesmo instante saiu andando de costas e me chamou. Voltei, curiosa, e ele me perguntou: “Você tá bem?”.

Olhei pra ele com cara de sono e disse que sim. Foi quando ele me mostrou: enrolada no chão, em volta do vaso sanitário, tinha uma jararaca! Uma das cobras mais venenosas do Pantanal. E eu tinha sentado ali, segundos antes, sem nem perceber a bicha. O susto ao constatar o risco que corri foi tão grande que a descarga de adrenalina me despertou de vez. Logo eu, sempre cuidadosa, que nunca deixo minhas botinas descobertas e reviro colchões e travesseiros antes de dormir, em busca de visitantes indesejáveis. Dessa vez bobeei. Foi por pouco...

Não é à toa que meus colegas de trabalho na TV e na redação gostam de brincar comigo. O primeiro a me chamar de Juma foi o Sandro Dalpícolo, repórter da Rede Paranaense. Estávamos fazendo um mutirão de repórteres para fechar um *Globo Repórter* na redação do Rio de Janeiro. Nunca fui vaidosa; não gosto de pentear cabelo, fazer maquiagem e usar roupas *fashion*. Sempre gostei de um estilo simples e confortável e, quando me vi repórter de TV, acabei virando exceção por não estar sempre arrumadinha no vídeo. Prefiro que as pessoas prestem atenção no que estou dizendo e não na roupa que uso, no meu corte de cabelo. E quando escolhi viver e trabalhar no Centro-Oeste, me embrenhar nas pautas de natureza, eu me encontrei. Não tem como ficar arrumadinha e penteada, usar batom e tudo o mais num calorão

de 40 graus no meio do mato. Por causa desse meu jeitão desencanado, de quem ama viver em contato com a natureza, veio esse apelido: Juma.

A Lillian Cavalheiro, uma das mais talentosas e experientes editoras do *Globo Repórter*, foi além: ela já editou vários programas que eu fiz e brinca me chamando de Chico José de saia. Muito me orgulha essa comparação com nosso mestre Francisco José, que inspirou gerações de repórteres que cresceram assistindo às suas reportagens de aventuras e natureza na TV Globo. Quando o Chico saiu da emissora, liguei pra ele e agradei pelos anos de aprendizado. Era sempre uma honra compartilhar a redação com os meus ídolos. Ele, o José Raimundo, o Ernesto Paglia, a Sônia Bridi. Uma alegria imensa estar sentada em um computador e, na bancada ao lado, vê-los trabalhando. Poder trocar ideias e aprender.

Quem assiste às reportagens nem sempre imagina todo o processo de preparação. Na maioria das vezes, descubro a pauta e faço a produção da reportagem até sairmos para gravar. Temos colegas de redação que também dão suporte, ajudam a pensar na pauta, dão ideias de personagens e especialistas para entrevistar. A equipe trabalha junto: produtores, editores, repórteres, repórteres cinematográficos, assistentes... Todos, em um estágio ou outro do processo, dão contribuições. Mas já são tantos anos de Mato Grosso do Sul que acabei criando a minha própria rede de fontes, composta por pesquisadores, produtores e gente do dia a dia que às vezes me escreve nas redes sociais ou até me para na rua para sugerir um assunto que acaba se transformando em uma bela reportagem. Muitas vezes, é a equipe de externa que vai a campo e encontra situações diferentes ou bem maiores do que a pauta inicial. E transformar tudo isso em uma reportagem de TV, que precisa da imagem, dos detalhes a serem mostrados, nem sempre é fácil.

Estávamos cobrindo os trabalhos de restauração da missão da ONU no Haiti. O terremoto que devastou o país em 2010 tinha acontecido no início do ano e nós viajamos para lá em novembro, dez meses depois. Éramos a única equipe de reportagem em Porto Príncipe naquele momento. Mostramos o país devastado e as obras de recuperação; o cólera, que se espalhava devido à falta de infraestrutura de saneamento; a malária, que estava também ameaçando a saúde pública; e até as

disputas nas ruas numa campanha eleitoral acirrada. Ficamos dez dias gravando, o Argemiro Barros e eu. Foi uma experiência transformadora, mas também desafiadora.

Na volta ao Brasil, já em Brasília, pegamos um voo pra Campo Grande. Por acaso, encontrei o médico ortopedista que trabalhava junto com o médico que cuidava do meu joelho. Sim, meu joelho esquerdo é problemático – já passei por três grandes cirurgias, volta e meia ele dá sinais de cansaço e dor e eu preciso voltar ao consultório para tentar resolver. O doutor Fernando Matos estava justamente voltando de um congresso de ortopedia, no qual tinha conhecido novas técnicas cirúrgicas que poderiam ser usadas no meu caso. Decidimos, então, sentar lado a lado para ele me mostrar no computador essas novas técnicas.

O voo passou rápido e a conversa foi bem divertida. Pousamos em Campo Grande, nos despedimos e os passageiros estavam todos enfileirados para descer por aquela escada de metal que colocam na porta do avião. Eu caminhava à frente e o Doutor Fernando vinha atrás. Foi um segundo de distração. Quando dei o primeiro passo pra descer, não sei o que houve: meu pé escorregou e eu caí, batendo o joelho no degrau de metal. Lembro-me de ver as mãos do Doutor tentando me segurar em vão. Caí ajoelhada, batendo em dois degraus, até conseguir segurar no corrimão. Todos ficaram em silêncio diante da cena. Eu, caída, com o joelho rasgado, o osso da patela aparecendo... Rapidamente vieram cadeira de rodas e ambulância e fui com o médico direto pro hospital.

Foram dois meses de joelho inchado e perna imobilizada por causa da fissura na patela. O Argemiro Barros ficou em choque. Meu chefe na época, o Alfredo Singh, permitiu que eu ficasse na redação pra finalizar os textos e editar uma série de reportagens com o material gravado no Haiti. O editor Reginaldo Silva trabalhou comigo. Foi quando conseguimos editar uma das mais lindas séries que fizemos.

Cinco anos depois, em Bonito, fomos participar de uma expedição no Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Seriam dois dias percorrendo o parque, no rio, a pé e em bote inflável. Quem inventou essa história foi o biólogo e artista audiovisual Ronald Rosa. O diretor do parque, Sandro Pereira, concordou com a ideia e montou a expedição, a fim de apresentar à Fundação SOS Mata Atlântica a mais importante reserva

de Mata Atlântica de interior do Brasil para que ela ajudasse a pensar em caminhos pra transformar a região em mais um atrativo. Parte das áreas do parque poderiam ser abertas à visitação, e a comunidade seria envolvida nas iniciativas de conservação.

Escolhemos percorrer um trecho de 26 quilômetros do rio Perdido. Nesse trecho são mais de vinte cachoeiras; por isso, era preciso descer dos botes várias vezes e caminhar na água ou nas margens pra atravessá-las. Uma imensa fenda num paredão de rocha infiltra no solo, no que chamamos de sumidouro, escoo por dutos subterrâneos e depois ressurgem quilômetros à frente, onde a água brota de outra fenda, em mais um paredão de rocha calcária, e segue por mais de 211 quilômetros.

Estavam conosco o Pedro Passos, presidente da Natura, o empresário Roberto Klabin e a diretora da SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, os três muito felizes e animados com a aventura – e eu preocupadíssima com eles, que nunca tinham ido àquela região. Meu medo era alguém tropeçar, despencar de uma cachoeira, enfim. Mas os dois dias de expedição foram maravilhosos e inesquecíveis. Dois dias cansativos e revigorantes. O lugar é muito diferente, intocado. A mata original reforça em nós a certeza de que precisamos proteger aquela região.

Primeiro fizemos uma caminhada de uns dois ou três quilômetros pela mata. O assistente técnico André Salles e um brigadista que nos acompanhava tiveram de voltar ao ponto de partida para pegar as caminhonetes e levá-las aonde chegaríamos depois da descida de barco. O André contou que aquele retorno em dupla não foi nada agradável: no meio da caminhada eles se depararam com uma vara de queixadas, e por pouco os animais não avançaram.

Descemos de bote, escalamos margens com solo acidentado, passamos por cachoeiras de rocha calcária e ninguém se machucou: o desafio foi um sucesso. Ao final da expedição, na hora de entrar no carro para voltar a Bonito, já estava um pouco escuro. Todos foram subindo a margem pra chegar nas caminhonetes, estacionadas no meio de um descampado. Fui uma das últimas a subir, justamente pra ajudar os outros. Acho que relaxei, porque tinha corrido tudo bem, e na hora pisei num buraco de tatu... Tentei dar outro passo, mas minha perna

torceu e deu até pra ouvir um estalo. Imediatamente meu tornozelo começou a arder e queimar, numa dor que irradiava por toda a perna.

Meus companheiros de viagem se assustaram, porque o Sandro estava perto e ouviu meu grito. O Argemiro e o André escutaram o estalo. O Argemiro exclamou: “Meu Deus, de novo não...?”. Eu não conseguia me mexer de tanta dor. Eles me carregaram pro carro e olharam meu tornozelo esquerdo: estava imenso e já começava a arroxear. A volta para Bonito foi sofrida, porque parte do caminho são estradas de terra esburacadas, e cada solavanco era uma pontada no pé. Chorei o caminho inteiro em silêncio. O Sandro, desolado, estava ao volante e sofria a dor comigo. Fomos direto ao hotel. O André teve de subir dois andares me carregando no colo até o quarto. A dor era tanta que desfaleci. Eles me deram analgésicos e colocaram gelo no meu tornozelo a noite toda, até amanhecer, quando fomos pro hospital da cidade. Ali a gente até conseguiu rir da desventura...

De novo o André me carregou no colo. Eu chorava e ria ao mesmo tempo, pedindo pro Argemiro segurar meu vestido pro meu bumbum não ficar aparecendo, e ele bravo, porque eu não tinha nada que usar vestido. Levei bronca em meio a gargalhadas. O médico constatou uma lesão grave no tornozelo esquerdo. Voltei a Campo Grande na caminhonete com o pé pra cima, coberto de gelo. E foram três meses de cadeira de rodas e licença até que eu me recuperasse. Meu tornozelo ficou tão inchado que parecia uma pata de elefante. Depois ficou roxo, por causa da hemorragia interna. E confesso: até hoje ele não está completamente recuperado.

Minhas quedas já se tornaram mito entre meus colegas de trabalho. Se tem um buraco no caminho, tenho de rezar pra ser raso, porque certamente vou cair nele. Até em viagem internacional eu já caí. Foram inúmeros acidentes – felizmente, nem todos resultando em lesão.

A reportagem final é só uma pequena parte de todo o trabalho. E dos bastidores poucos ficam sabendo! Alguns perrengues são divertidíssimos; outros, nem tanto.

Estávamos em Bonito Chico Gomes, o técnico Fábio Rodrigues e eu, gravando uma reportagem no balneário municipal. Tínhamos terminado as filmagens e estávamos arrumando o carro pra voltar pra Campo Grande. Coloquei o microfone sem fio sobre o capô da caminhonete. Minutos depois ele desapareceu, como num passe de mágica! Procuramos em tudo quanto era canto e nada... Olhamos dentro da minha bolsa, porque às vezes esqueço que guardei o microfone, e nada! Fomos embora sem ele. Comuniquei à direção a perda do equipamento.

Meses depois, outra equipe da TV foi a Bonito gravar nos mesmos lugares. Foi quando o Osvaldo Nóbrega e o Domingos Lacerda ouviram uma pergunta surpreendente de uma pessoa no balneário: “Vocês perderam um microfone?”. Eles não sabiam do ocorrido e responderam que não. “É que tem um macaco que vive com um bando aqui na mata do balneário que volta e meia aparece carregando um microfone com a canopla da TV Morena e da TV Globo... Achei que fosse de vocês!” Mistério solucionado: um macaco tinha furtado o microfone e o levou para a mata. Até hoje não conseguimos encontrá-lo.

Em outra ocasião, em 1999, estávamos a caminho do rio Piquiri, no Pantanal sul. A viagem era longa: primeiro pela BR-163 sentido Coxim; depois, só estradas de terra. Quando você para e pede informação a um pantaneiro, ele sempre diz: “Não tem erro, é uma estrada só. Segue a batida do trieiro e você vai ver as marcas dos pneus!”. Doce ilusão... A gente anda alguns quilômetros e passa uma ou outra porteira, mas de repente a tal estrada batida se bifurca, porque alguém um dia decidiu abrir um atalho, porque havia lama, ou para encurtar distâncias mesmo. Aí danou-se... Bifurcações pra todo lado e nada de encontrar o rumo. A reportagem era sobre tucunarés cultivados num açude que escaparam quando veio a cheia. O tucunaré é um peixe amazônico que come pequenos alevinos e não ocorre nos rios pantaneiros. Esse desastre preocupava os cientistas, porque a espécie é predadora e podia colocar em risco outros cardumes.

Estávamos acompanhando os pesquisadores da Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal). Nosso guia era um policial ambiental que seguia na caminhonete da frente. Era época da vazante, quando a água começa a ir embora e os campos ficam cheios de

barro, criando atoleiros por toda parte. As estradas ainda não estavam totalmente secas e tínhamos de fazer desvios. No ziguezague pelos campos, a noite chegou e não estávamos nem perto do local da gravação.

Já viajávamos havia mais de vinte horas e nada. Lá pelas duas da manhã, eu pedi ao policial: “Vamos parar e esperar amanhecer dentro dos carros, se não vai acabar o combustível e a situação vai ficar ainda pior”. Foi o que fizemos: dormimos a primeira noite nos carros. Ao amanhecer, subimos nas cabines e, para nossa surpresa, a casa em ruínas estava a alguns metros dali.

Descemos os equipamentos e montamos as barracas. Como sempre gostei de cozinhar, encontramos, na cozinha caindo aos pedaços, um velho fogão a lenha, e ali mesmo fizemos nosso almoço. Passamos o dia gravando. À noite eu dividia a barraca com a Daniela Ota, jornalista e assessora de imprensa dos pesquisadores. Fomos dormir. De madrugada, acordei com vontade de fazer xixi. Sem banheiro por perto, o jeito era ir no mato mesmo. Chamei a Dani para me fazer companhia e, quando a gente se muniu de coragem e lanterna na mão, comecei a ouvir uns esturros. O som grave vinha de perto, parecia estar ao lado do acampamento. A cada esturro eu arrepiava até a alma. Comecei a chamar os pesquisadores que estavam acampados perto da gente. Gritei: “Tô apertada e preciso sair pra fazer xixi!”. Um deles respondeu: “Segura e não sai, porque tem onça rondando a gente!”.

Aí que a vontade aumentou mesmo e comecei a dar dor de barriga – não sei se de medo ou do intestino trabalhando, mesmo. A Dani olhava pra mim e dizia que não ia sair. E eu, no limite do controle urinário, já não sabia mais se aguentaria até o dia amanhecer... Foi quando a Dani teve uma ideia: “Vamos conversar e distrair a mente para a vontade passar”. Foi a primeira roda de conversa de madrugada na qual, aos berros, a gente ficava contando histórias. Deu certo! Consegui aguentar e acho que a onça desistiu do bando de loucos berrando nas barracas. Só sei que, quando o caminho ficou livre, disparei pro mato pra me aliviar.

Gravamos a reportagem e a universidade mandou um avião buscar a equipe de pesquisadores, depois de toda essa aventura. Nós, bem... nós tivemos que encarar mais um dia de estrada pra chegar à redação.

A reportagem dos tucunarés saiu no *Jornal Nacional* e ninguém soube dos bastidores da noite não dormida.

Outra viagem longa, recheada de histórias, foi quando gravamos nosso primeiro *Globo Repórter* sobre o Pantanal. Seriam quase vinte dias sem voltar pra casa. A primeira perna da viagem foi pela estrada-parque, e como escolhemos gravar no período chuvoso, as estradas estavam um atoleiro só. Logo no primeiro trecho nossa van atolou. Saímos todos pra empurrar, e claro que ficamos com lama até a alma. O jeito foi parar na estação de pesquisa da UFMS pra tomar banho, trocar de roupa e seguir gravando.

O que a gente não contava era com meu sangue doce pra carrapatos. Pisei numa bola de carrapato daqueles minúsculos, que ficam aos milhares, amontoados num galho ou folha, e que pulam e se espalham pelo corpo numa velocidade inacreditável quando se esbarra neles. A gente sente algo andando sobre a pele, sente a coceira que beira o insuportável mas não consegue achar os malditos micuins. Não pensei duas vezes: tomei banho com sabonete pra sarna, mas ainda assim a coceira não passava. Fui pro quarto na estação de pesquisa e chamei a Lígia Sabka, minha colega e produtora que viajava conosco, para me socorrer. Imagine a cena: eu deitada, só de *lingerie*, e a Lígia com uma lanterna investigando cada recanto do meu corpo e catando os carrapatos. Foi o que me salvou, porque eu estava completamente infestada.

Saímos da estrada-parque e fomos pra Corumbá. Naquela época o sinal de celular não pegava no Pantanal, então levávamos um telefone via satélite para as emergências. Na BR-262, entre Miranda e Corumbá, presenciamos um acidente. Um carro de passeio perdeu o controle, saiu da estrada e foi parar no meio de um alagado. Os passageiros – um senhor, uma senhora e uma criança – ainda estavam dentro do veículo, conscientes e não muito machucados, mas sentindo dores.

Um caminhoneiro parou no acostamento. O repórter cinematográfico Ronaldo Balla e o assistente técnico Miguel foram com ele cortar o cinto de segurança dos passageiros pra resgatá-los. No caminhão tinha uma prancha de madeira onde colocaram o motorista, que sentia muitas dores nas pernas e no pescoço. Fiquei sentada no chão cuidando dele, limpando a lama e tirando as formigas e pequenos insetos que

insistiam em percorrer seu rosto ensanguentado. Amarramos pedaços dos cintos em volta de seu corpo, fixando-o bem na prancha de madeira, para imobilizá-lo. A senhora idosa chorava muito, preocupada com a menina de uns sete anos que estava com eles no carro. A Lígia se encarregou de acalmar essa senhora, conversando com ela, e o Balla pegou a menina. Com o telefone via satélite conseguimos acionar o hospital de Miranda, a cidade mais próxima. Os policiais rodoviários federais chegaram e a gente teve de arrancar os bancos da viatura pra acomodar as vítimas. Todos foram salvos.

Semanas depois desse acidente, a gente já estava de volta à redação quando a Lígia recebeu um telefonema. Era a senhora idosa que a gente tinha salvado. Ela disse que tinha quebrado a perna; a menina, a bacia; e o senhor tinha quebrado umas costelas, mas todos já tinham recebido alta e estavam em casa. Fez questão de ligar pra dar notícias e agradeceu por termos parado e socorrido a família dela. Foi um alívio...

Essa viagem mais pareceu uma odisseia, porque aconteceu de tudo. Depois do trecho por terra, começamos a viagem de barco. Estávamos em três barcos, cada um pilotado por um experiente policial ambiental da velha guarda – tinham combatido na guerra contra os coureiros e conheciam o Pantanal como a palma da mão, por isso pedimos autorização para que fossem nossos guias pelos rios e alagados. Seriam mais de dez dias de viagem, e um dos barcos era só para carregar os galões de combustível que abasteceriam os motores.

Seguimos pelo rio Paraguai e entramos no rio Paraguai-Mirim. Navegávamos havia pouco mais de meia hora quando, ao longe, avistei um homem em pé na margem, com um braço estendido. Eu, na inocência de quem estava feliz da vida por gravar o primeiro *Globo Repórter*, achei que era mais um ribeirinho dando boas-vindas e acenei de volta, toda sorridente. Mas o piloto percebeu que o homem não abaixou o braço, o que não era normal. Pensamos: “Ele não está acenando, está pedindo ajuda”.

Encostamos o barco na margem do rio e, para nossa surpresa, o homem tinha usado o que sobrara de suas forças pra chamar nossa atenção. Ele tinha sido picado por uma cobra boca-de-sapo, uma das mais venenosas do Pantanal. A mão esquerda, onde a cobra tinha inoculado

o veneno, já estava inchada, vermelha e escurecida. O homem ardia em febre. Mais uma vez usamos nosso bendito telefone via satélite. Ligamos para os bombeiros em Corumbá e marcamos de levar o senhor até o porto de Ladário. Um dos nossos barcos desviou o curso da viagem e levou o ribeirinho, que foi recebido pelos bombeiros e levado ao hospital. Quando a nossa viagem terminou, liguei para os bombeiros em busca de notícias e fiquei sabendo que o nosso socorro salvara a vida daquele pescador. Ele ficou internado e recebeu tratamento a tempo de não perder a mão ou morrer por causa do veneno da cobra.

Vivemos momentos emocionantes, também... Acredito que os milagres são presentes diários que a vida nos dá.

Na viagem ao Haiti, tivemos um intérprete haitiano para ajudar com a língua *créole*. Seu apelido era Chacha. Sempre sorridente, chegava cedinho ao batalhão do exército brasileiro, onde estávamos hospedados, e ficava conosco o dia todo, auxiliando nas gravações. Ele mesmo tinha perdido a noiva, parentes e muitos amigos no terremoto. Mesmo diante da devastação, mantinha uma serenidade e um brilho no olhar que contagiava. Eu me emocionei muito quando ele nos convidou para conhecer seus familiares que tinham sobrevivido. Um tio e um sobrinho pequeno estavam em casa – ou no que restou dela, pois somente um andar ficou em pé; os outros ruíram. Ele mesmo morava em uma barraca armada na laje. O sobrinho, um garotinho fofo de pouco mais de quatro anos, era também sorridente e sabia cantar em português uma música cristã que diz: “Entra na minha casa, entra na minha vida / Mexe com minha estrutura, sara todas as feridas”. Ouvir aquela criança cantando com a voz trêmula arregaçou meu coração. Eu estava muito tocada por tudo que aquele povo estava sofrendo. Gravamos ali mesmo, na laje da casa, a entrevista com o Chacha.

Voltamos ao Brasil e jamais esqueci aqueles dois. O otimismo do Chacha diante da destruição, o sorriso largo e a frase que ele todo dia me repetia – “Não fique triste, eu acredito em Deus e ele cuida dos seus” – marcaram a minha alma. Os anos se passaram e eu nunca mais tive notícias dele.

Um dia, oito anos depois dessa viagem a Porto Príncipe, eu estava em Campo Grande gravando uma reportagem num bairro distante.

O assunto era bem triste: uma mãe que perdera o filho num acidente de carro. Eu também estava abatida por causa de uns desencontros no trabalho. Era realmente um dia difícil, desanimador. Ao terminar a entrevista, saí da casa da senhora e deparei com o Argemiro na calçada, rindo e abraçado com um homem vestindo o uniforme da companhia de energia. Os dois conversavam animadamente. Cheguei perto e senti o coração acelerar. O Argemiro me falou: “Olha quem eu encontrei aqui consertando a iluminação no poste!”. Era o Chacha, nosso amigo haitiano! Ele deu uma risada, me abraçou ali mesmo e eu caí no choro.

Justamente num dos dias mais difíceis daquele ano, encontrei por acaso na rua o haitiano que tinha me ensinado o que é ter fé. Ele deu aquela gargalhada gostosa e falou: “Não te falei que ia dar tudo certo? Não se preocupe...”. Meu coração se acalmou e eu soube ali que o haitiano tinha sido acolhido pelo governo brasileiro, estava morando em Campo Grande e tinha até se casado. Claro que fomos até sua casa conhecer a esposa e a filha. Constatar que ele estava feliz, reconstruindo a vida tão confiante, foi mesmo um presente. Anjos existem...

De repente o céu ficou escuro, com nuvens raivosas se movendo rapidamente. O vento trouxe o cheiro de terra molhada e em minutos desabou um temporal. As ruas ficaram cobertas por uma lâmina d'água, uma névoa cobriu tudo. Estávamos saindo de Dourados pra pegar a BR-163 e voltar a Campo Grande. Tínhamos viajado para gravar uma reportagem nas aldeias indígenas da região. Começou a chover justamente quando estávamos indo embora.

Passávamos pela avenida principal. Olhei pela janela do carro e de repente vi uma jovem senhora andando na calçada, sob o temporal, levando duas sacolas plásticas com compras. O uniforme de trabalho molhado grudado no corpo. Para não estragar os sapatos, ela os levava nas mãos. Andava descalça na chuva. Estava encharcada. Aquela cena me cortou o coração: por que ela estava andando na chuva se molhando toda? Não podia esperar embaixo de uma marquise até o temporal

passar? Será que os filhos esperavam em casa e por isso ela teria decidido encarar a chuvarada? Nunca saberei...

Pedi ao motorista da TV pra parar o carro e oferecer carona à moça. Paramos numa poça d'água que escondia um declive e ouvimos o somoco da roda batendo em alguma coisa, mas não nos importamos. Abri a janela e perguntei à moça se ela queria carona. Fomos surpreendidos pela resposta. Ela abriu um sorriso sereno e disse: “Obrigada, mas não precisa! Moro logo ali e estou chegando já, não ligo pra chuva!”.

Insisti. Pedi que ela nos deixasse ajudá-la, mas mais uma vez o sorriso sereno recusou a carona. Ela ainda pediu pra eu fechar a janela do carro, pois estava me molhando... Diante de tanta convicção, sorri de volta e aceitei a resposta. Fechei a janela do carro e seguimos viagem. Chovia tanto que mal dava pra ver o fim da avenida. Dirigimos uns cinco minutos e de repente o motorista disse: “Furou o pneu!”.

Paramos naquele temporal e ainda ficamos conversando dentro do carro, decidindo o que fazer. O relógio do celular marcava seis e quarenta da tarde. Mandeí uma mensagem para um colega da redação de Dourados avisando do ocorrido. Chovia tanto que não dava pra sair do carro.

Olhamos pela janela e eis que avistamos uma borracharia do outro lado da avenida! O borracheiro já tinha nos visto, estava acenando pra gente e veio nos socorrer. O pneu rasgado não tinha como salvar, e ele ainda viu que o outro pneu estava bem gasto. Falou que faria uma gentileza porque, além de gostar do meu trabalho, tinha me visto oferecer ajuda à senhora na calçada. Ele nos deu um pneu pra substituir o que estava rasgado, para não viajarmos sem estepe, e disse que só cobraria 50 reais, mas que era pra gente dirigir devagar porque dois pneus já estavam bem gastos...

Ficamos uma hora na borracharia. Atrasou o nosso retorno pra casa, mas sorri quieta. Nesse tempo de espera pra trocar e consertar o pneu, a chuva passou. O céu abriu, a noite chegou sem temporal e com visibilidade. Agradei.

Pra mim, aquela moça andando na chuva era um anjo. O borracheiro gente boa, também. A parada pra ajudá-la, o pneu furado, o borracheiro assistindo à cena e sua solicitude... Foi uma sequência de fatos

que decididamente nos livrou de um acidente na rodovia. Deus nos segurou um pouco pra dar tempo de a chuva passar e a viagem ficar mais segura.

Chegamos em paz.

Passamos também por momentos divertidos nas viagens nesses anos todos. Certa vez, voltando à noite da Fazenda Barra Mansa, o Giba tinha ficado encarregado de abrir as portei­ras. Como ele tinha medo do escuro, pediu pra gente deixar o farol aceso na hora de atravessar com a caminhonete e depois ligar a luz de ré para iluminar quando ele fosse fechar a porteira. E o José Reinaldo, nosso técnico, tranquilo e muito calmo, fazia o combinado em todas as portei­ras em que parávamos. A viagem corria sem qualquer problema.

Paramos em uma porteira e o Giba desceu para abri-la, deixando a porta traseira da caminhonete aberta. Olhei pro Reinaldo e ele disse “tudo bem”. Passamos devagar pela porteira e ouvimos a porta bater. Seguimos viagem conversando tranquilamente. O Rei não era de falar muito, mas eu tagarelava com ele o tempo todo, o que sempre rendia conversas divertidas. Tínhamos seguido uns dez minutos de estrada quando o Reinaldo percebeu que o Giba, muito falante, estava quieto demais no banco de trás. Foi quando olhei pra trás e o banco estava vazio. Meu coração disparou: “Reinaldo, volta, porque esquecemos o Giba na porteira!”

Ele fez a volta e partimos em direção àquela última porteira. Eu só pensava no medo que o Giba devia estar sentindo de ficar no meio do Pantanal sozinho, na noite escura, sem lanterna, sem nada. Chegamos e lá estava ele, sentado no mourão da porteira, de braços cruzados. Bravo, entrou na caminhonete resmungando e brigando com a gente, branco como uma vela e com olhos arregalados, falando sem parar, quase em estado de choque. A cena tragicômica nos fez explodir em gargalhadas. O Giba, claro, ficou puto da vida e não mais desceu do carro naquela viagem. Eu e o Rei nos revezamos na abertura das portei­ras, mas agora reparando se ninguém tinha ficado pra trás.

A CIDADE PERDIDA

Parece roteiro de filme, mas é a história da América do Sul e do Pantanal. Haviam se passado apenas 25 anos desde o desembarque dos portugueses em Porto Seguro, Bahia. Claro que as grandes navegações foram expedições já definidas antes mesmo do início do século XV.

No imaginário do mundo antigo, os celtas já chamavam de Breazil um mineral de cor vermelha muito forte, usado pra tingir peças e pintar o corpo em rituais sagrados. Em lendas de diferentes povos, dos chineses aos gregos, existem contos sobre uma ilha misteriosa, uma ilha da fortuna conhecida por Brazil. Em mapas do século XIV já aparecem indicações desse Brazil. O mais antigo é de 1325, da Catalunha, que inclui a tal ilha; em outro, de um cartógrafo veneziano de 1436, tem até a localização. Os portugueses apenas vieram tomar posse da ilha misteriosa, e quando viram a madeira vermelha de uma árvore abundante no novo mundo, batizaram-na de pau-brasil, em referência à cor das tinturas dos povos primitivos. Depois disso, todos conhecem a história – e lá se vão quinhentos e tantos anos.

Hoje, o mundo redescobre esse paraíso e se volta pra cá. Somos ainda uma contradição. O país do futuro, cujo futuro não chega. Quando parece que estamos prosperando, despencamos de novo. Já ocupamos o sexto lugar na economia mundial, produzindo tecnologia, conhecimento científico, excelência em esportes... mas acabamos morrendo na praia. No futebol foi assim em 1950, e quando tivemos nova chance, em 2014, tomamos um 7 a 1. A lama atolou nossos sonhos... O extremismo ou a inércia cegaram os olhos do povo e a omissão de muitos nos leva de novo pra baixo. Dizem que no fundo do poço tem mola e que o brasileiro salta para recomeços, mas desta vez está difícil! A lama é do tipo grudenta, que fica impregnada na pele. Tem muita gente agarrada nessa maldita sujeira, e aí a nação continua no limbo.

A guerra no século XXI não tem granada, canhão, bomba. Tem informações falsas doutrinando o povo, discordâncias fechando janelas e portas e trazendo a escuridão. Tem a boiada passando e arrasando nosso futuro, destruindo nossas riquezas e secando nossos rios... trazendo catástrofes e tragédias que poderiam ter sido evitadas.

A cada viagem, percebo como a paisagem tem mudado e como o Cerrado, o Pantanal e a Serra da Bodoquena estão sendo retalhados. Parecem aquelas colchas costuradas com sobras de tecidos sem seguir um padrão e com diferentes tonalidades, que deixam à mostra os recortes. Eu estava passando pela região de São Gabriel do Oeste, uma das maiores produtoras de grãos do estado, quando me lembrei de tudo isso. Aproveitei a viagem para fazer uma retrospectiva mental das minhas experiências por aqui.

Onde brotam campos de soja aflora também a rocha do aquífero Guarani. Uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo está sob os pés de mais de 25 milhões de sul-americanos, se estendendo pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Do lado brasileiro, o aquífero é uma imensa faixa que desce pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em nosso território está 70% desse imenso reservatório com 160 trilhões de litros de água doce. Nem consigo imaginar quanto seria isso.... E não se trata de um rio subterrâneo, como veremos a seguir.

Sempre quis fazer essa reportagem para o *Jornal Nacional*. Não conseguia aprovar a pauta, diante de tantas notícias mais urgentes, mas pra mim era urgente compartilhar o que eu tinha acabado de aprender sobre o aquífero Guarani. Resolvi então insistir: liguei para a chefia do *Jornal Nacional* no Rio de Janeiro e falei com o responsável pela reunião de pauta com as afiliadas. “Vamos fazer uma reportagem sobre águas subterrâneas. Temos um dos maiores reservatórios sob nossos pés e a maioria do povo nem sabe. Sem conhecer, como vamos saber se já não estão contaminando toda essa água?”

Quando falei nesse tom, conquistei a atenção dos meus colegas e o Bonner aprovou a pauta. E lá fui eu tentar explicar... Se fosse nos tempos atuais, com tecnologia pra produzir animações 3D, mostraríamos

o subsolo, as camadas de terra, a rocha e os afloramentos, mas o ano era 1998. Como fazê-lo?

Quem me ajudou mais uma vez foram os geólogos. O Boggiani contou que havia afloramentos do aquífero perto de Campo Grande, em locais onde a rocha está na superfície, e lá fomos nós, então, para a região de Aquidauana. Paramos sobre um sítio com umas rochas vermelhas e ele disse: “Pronto, esse é o aquífero Guarani!”. Olhei em volta e não vi poço, não vi nada, só pedra. O Boggiani deu uma risada e explicou: “É isso mesmo, o aquífero não é um lago subterrâneo, é uma rocha porosa. Pense numa esponja. A rocha do aquífero é assim, cheia de poros, ela chupa a água que infiltra na terra e a armazena nesses espaços vazios por milhares de anos”.

Fiquei em choque. Sugeri ao repórter cinematográfico Argemiro Barros que gravássemos num local onde essa rocha estivesse bem exposta, e ali consegui realizar um sonho: mostrar como funciona um aquífero. Apoiei a rocha na palma da minha mão, peguei um copo d’água e lentamente despejei o líquido sobre a rocha. A água não molhou a minha mão; pelo contrário, foi absorvida lentamente pela rocha. Assim é o processo de armazenagem da água da chuva: ela penetra no solo por esses afloramentos, chamados de área de recarga, até chegar na rocha porosa e ficar retida ali, reabastecendo o aquífero.

Parece conto de fadas, e assim seremos felizes para sempre, com água doce de qualidade em abundância, enquanto o resto do mundo caminha para a escassez, certo? A ideia da natureza pode até ter sido essa, mas o povo não fez sua parte. As áreas de produção, onde se utilizam muitos agroquímicos, estão exatamente sobre os afloramentos ou áreas mais superficiais do aquífero. Em cidades como Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, quase todas as casas são abastecidas com água do aquífero.

Alguns pontos da rocha estão bem distantes, a quase um quilômetro de profundidade, e são ainda protegidos por uma camada de basalto – um derramamento de lava petrificada que funciona como impermeabilizante natural. No entanto, sabemos que até a pedra mais dura, de tanto levar pancada, racha.

Em 2005 o aquífero voltou a ser notícia, dessa vez num *Globo Repórter*. Fomos gravar numa antiga pedreira na estrada que leva ao Pantanal, onde se via perfeitamente a rocha escura do basalto e as fissuras. Na cidade, muitos poços são escavados sem que as pessoas peçam licença ou sequer comuniquem os órgãos ambientais, e tais perfurações ilegais podem ser o caminho da contaminação. No campo, nem preciso dizer... Na região de São Gabriel do Oeste, presenciamos um avião pulverizador dar um rasante e despejar agrotóxico na lavoura de soja ao lado. O vento trouxe o veneno até a nossa equipe e passei mal; tive enxaqueca o dia todo. Desde então, só em Campo Grande já foram escavados dezenas de poços pela própria concessionária de água. Muitas casas recebem água do aquífero – ou porque os rios estão poluídos, ou porque a quantidade de água não é mais suficiente, diante do aumento do consumo.

Pensei em tudo isso porque a região onde eu estava, exatamente em cima do aquífero, era a mesma por onde os colonizadores espanhóis e portugueses tinham passado no século XVI. Imaginei como deviam ser aqueles campos antes de os europeus chegarem. Fiquei pensando sobre as escolhas que fazemos e suas consequências, sobre como a história é definida pelos interesses de cada época. O Pantanal era tido como um mundo fantástico; os europeus achavam que essa era uma terra desabitada. Doce ilusão...

O arqueólogo e professor Gilson Martins, da UFMS, explica: “Essa região do Mato Grosso do Sul que pega Cerrado e Pantanal já era habitada bem antes de os europeus chegarem. A planície pantaneira era cheia de gente. Aldeias fixas, como as dos Xaraé e Guarani; os grupos canoieiros dos Guató, socialmente formados por núcleos familiares; os Paiaguá, que constituíram uma verdadeira armada fluvial e dominavam militarmente as águas dos rios Paraguai e Taquari... Com certeza os espanhóis e portugueses que por aqui passaram nos séculos XVI e XVII devem ter se assustado com tamanha população na região que eles acreditavam ser desabitada”.

Os Guaicuru, que aparecem nos registros históricos como Mbyá-Guaykuru, eram canoieiros e guerreiros que dominavam os rios pantaneiros. A partir do contato com os cavalos trazidos pelos colonizadores,

passaram a dominar a montaria e se tornaram um dos mais combativos e temidos exércitos montados das terras pantaneiras e do Chaco paraguaio. O professor Gilson explicou que *guaikuru* é uma palavra dos Guarani que significa “traíçoeiros”. A margem oriental do rio Paraguai era ocupada pelos Guarani, e a ocidental, por outras etnias, principalmente Guaicuru e Guaná. Os Guarani consideravam arqui-inimigas as aldeias chaquenhas do outro lado do rio e as xingavam de *guaikuru*.

Os expedicionários europeus enviavam cartas detalhadas aos reis da Espanha e de Portugal que registravam a imensidão e a população do Pantanal no século XVI. Rumores espalhados inclusive pelos Guarani e por outras etnias do litoral davam conta de que havia um “povo da montanha de prata” que vivia mais ao norte.

O primeiro europeu chegou ao Pantanal por acidente. Por volta de 1515, Aleixo Garcia naufragou com a expedição de Juan Diaz de Solís, que descobriu o estuário do rio da Prata, no atual Uruguai, e tomou posse das terras em nome do rei da Espanha. As embarcações que avançaram rio adentro foram atacadas pelos Guarani, e contam os livros de história que estes eram tão guerreiros e ferozes que não só mataram a tripulação mas também devoraram partes dos corpos dos espanhóis, incluindo o de Solís, num ritual de vitória. Os sobreviventes desse ataque fugiram e foram resgatados por uma pequena embarcação portuguesa que explorava o rio. Azarados que só, foram surpreendidos por uma tempestade e naufragaram próximo ao litoral. Num golpe de misericórdia do destino, os sobreviventes do naufrágio foram acolhidos pelos Cairó, um grupo do tronco Guarani que vivia na atual ilha de Santa Catarina.

Aleixo Garcia, um dos sobreviventes, viveu entre os Cairó durante oito anos. Além de aprender a língua guarani, o espanhol conquistou a confiança dos indígenas e escutou histórias sobre um povo que vivia em aldeias mais ao norte, onde havia muito ouro e prata. Entre 1523 e 1524 ele montou uma expedição com mais de mil indígenas e subiu a bacia do Prata. Naquela época o Chaco paraguaio era descrito como Tierra de Los Mbyás, do tronco Tupi, os quais dominavam grande parte da região e mais uma vez confirmaram a lenda da cidade de prata. A viagem prosseguiu até chegarem ao povo Charcas, que hoje sabemos que

vivia bem perto, uns 150 quilômetros de Potosí, na Bolívia. Por pouco não descobriram a cidade de prata antes de Pizarro...

Registros históricos descrevem que Aleixo Garcia enviou uma carta aos amigos náufragos, que o aguardavam na ilha de Santa Catarina, junto com três arrobas de prata e utensílios de ouro que conseguira com os povos indígenas perto dos Andes. Só que, antes de voltar, foi traído pelos indígenas que o guiaram na expedição. Morreu assassinado pelos próprios companheiros de viagem quando regressava com alguns objetos de ouro e prata que tinha espoliado dos tais povos andinos. Por sorte, suas encomendas chegaram aos amigos náufragos, o que atizou a afeição dos reinos da Espanha e de Portugal pelos tesouros do Novo Mundo. Começou, então, a corrida em busca do El Dorado.

Considero fascinante essa parte da nossa história, porque os livros escolares não trazem tantos detalhes. Estudamos com mais afinco o Império Romano e o Egito antigo do que as civilizações pré-colombianas e os primeiros séculos da expansão europeia na América do Sul e no Brasil. Viver no Mato Grosso do Sul aguçou minha curiosidade, porque a gente passa pelos mesmos caminhos que os povos originários, e seus sinais estão por toda parte.

Foi em uma das viagens ao Pantanal que encontrei na biblioteca da minha amiga Marina Schweizer, na Fazenda Barranco Alto, um livro que abriu muitas janelas em minha mente. *A história de um país inexistente*, da professora Maria de Fátima Costa, conta a história da colonização do Pantanal desde 1500 até o final do século XVIII. Fui arrebatada. Informei ao Lucas, marido da Marina: “Vou levar o livro, um dia devolvo”. Só o fiz uns dez anos depois, quando encontrei um exemplar pra comprar e poder reler sempre que dá vontade. Também comecei a pesquisar artigos e teses com registros dessas épocas.

Pedro de Mendoza, conhecido como o grande conquistador do rio da Prata e do Paraguai, montou uma expedição em 1535 pra subir pelo caminho das águas até encontrar o tal povo que usava adornos de ouro e prata e vivia sobre jazidas infindáveis desses metais preciosos. Uma das descrições mais impressionantes que encontrei sobre o episódio está no livro de Ulrico Schmidl, um soldado bávaro que foi três vezes à região do Alto Paraguai. Primeiro ele esteve nesse grupo de Mendoza;

depois, participou de outra expedição com o adelantado Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. A terceira expedição foi em 1549, acompanhando Domingo de Irala.

Foi de Ulrico Schmidl, acostumado a registrar em diários suas impressões sobre o que encontrava pelo caminho, a primeira descrição do jacaré do Pantanal: “Peixes [que] põem seus ovos na terra, a uns três passos da água; cheiram a almíscar e são bons de comer; o melhor de comer é o rabo, e no resto não há nada nocivo nele. Vive o tempo todo na água. Na Alemanha se tem como animal daninho e venenoso e o chamam de crocodilo”. Quase cinco séculos depois, ler e estar no mesmo lugar de tais relatos históricos é inspirador. Imagine como os europeus devem ter se surpreendido com a biodiversidade pantaneira!

Os diários de Ulrico Schmidl foram publicados na Europa no século XVI e reforçaram a imagem fantasiosa sobre um Novo Mundo fantástico, cheio de criaturas misteriosas. Se, hoje, encontrar uma sucuri de sete metros já é espantoso e desperta instintos primitivos de medo, naquela época devia ser uma experiência quase sobrenatural. Daí as narrativas e lendas sobre dragões parecidos com monstros rastejantes, peixes que botavam ovos na terra, feras que atacavam os humanos, divindades que se alimentavam de qualquer ser vivo que sangrasse... Enfim, hoje sabemos que esses europeus viram sucuris, jacarés, onças e piranhas pela primeira vez e não sabiam como descrevê-los.

De todos os relatos, os mais intrigantes são sobre os Xaraé. Esta descrição de Schmidl é sensacional:

Os homens têm bigodes e, no lóbulo das orelhas, trazem um aro de madeira, no qual a orelha enrola. Têm também uma grande pedra azul nos lábios, e homens e mulheres têm costume de pintar seus corpos. Os homens vão pintados de azul desde cima até os joelhos, como se estivessem com calças desenhadas. As mulheres vão pintadas de outra maneira, mas também azul, desde o peito até as vergonhas com muito primor².

Que pedra azul seria essa? Sabemos que o lápis-lazúli era muito usado no mundo antigo, principalmente pelos egípcios. Entre os povos originários da América do Sul, essa rocha foi minerada no Chile pelas

nações andinas. Mas perto de Corumbá indígenas usando pedras azuis nos lábios? De onde teriam vindo esses adornos? Que pigmento era esse que usavam? Na época das guerras contra o exército romano, os celtas faziam uma pintura corporal azul pra assustar os inimigos. Hoje já se sabe que esse pigmento era extraído de um tipo de brócolis, a planta *Isatis tinctoria L.*, nativa da Ásia. E os Xaraé, de onde teriam tirado o pigmento azul com que tingiam seus corpos?

Os Xaraé viviam no que hoje chamamos de Serra do Amolar, subindo o rio Paraguai desde Corumbá até perto das baías Gaíva e Uberaba. O capitão Domingo Martínez de Irala escolheu fundar ali um ponto de apoio às expedições que saíam de Assunção, batizado de Puerto De Los Reyes. Irala fora enviado ao Alto Paraguai por Cabeza de Vaca, que tinha assumido o governo da então província de Assunção, e determinou que fosse aberto um caminho até o Alto Peru. Todo esforço se voltava à procura pela terra da prata. Ali, no Puerto De Los Reyes, também descreveram a ilha dos Orejones, indígenas mais baixos que teriam saído da terra – mais uma narrativa que alimenta minha imaginação.

Os Xaraé fazem parte da história dos povos andinos que simplesmente desapareceram, nações indígenas extintas ainda no período colonial. Teriam eles encontrado um portal para um mundo paralelo ou um buraco de minhoca que os levou a outra dimensão? Há quem diga que eles na verdade não seriam daqui e não teriam sido extintos; apenas escolheram partir, ir embora deste planeta. Se o Pantanal é mesmo um lugar diferente e tanta coisa inexplicável ou improvável acontece por aqui, não acredito nem desacredito. Vai que, no futuro, alguém consegue explicar essa hipótese com base em vestígios que ainda não foram encontrados?

Voltando às histórias do passado, em meados de 1543, Schmidl estava subindo de novo o rio Paraguai com a expedição de Cabeza de Vaca e descreveu o primeiro contato com os Xaraé: “O rei dos Xarayes veio pacificamente ao nosso encontro com doze mil homens, mais ou menos”. No livro *A história de um país inexistente*, a professora Maria de Fátima Costa nos brinda com narrativas deliciosas sobre esse encontro. O território dos Xaraé é apresentado como uma terra farta, cheia de

caminhos floridos. A expedição espanhola teria sido recebida pessoalmente pelo líder do grupo, cercado por integrantes da corte e flautistas tocando músicas agradáveis, e o banquete de boas-vindas teria servido “trinta veados, vinte avestruzes, que era coisa graciosa de se ver”, como descreveu Schmidl⁵. Já pensou?

Os europeus, que acreditavam que o Novo Mundo era terra selvagem e sem cultura, encontraram reinos com organizações complexas, munidos de conhecimento e domínio da região. Quase todas as narrativas exploratórias trazem descrições de aldeias com plantações, agricultura, sociedade estruturada. E mais: os europeus só tiveram sucesso nas investidas pelo interior da América do Sul porque tiveram ajuda de indígenas não só atuando como guias mas também provendo abastecimento e proteção.

Sempre que navego pelo rio Paraguai tento encontrar algum vestígio desses tempos. É tão angustiante saber que perdemos a oportunidade de conhecer tantas culturas! Não há quase nada sobre os Paiaguá, por exemplo, além de registros de séculos atrás. Logo eles, que dominaram as águas como poucos e foram os donos das suas terras até serem dizimados. Hoje, essa nação vigorosa se resume a um nome vagamente familiar de um povo desconhecido para a maioria dos brasileiros, assim como os Guaná, os Xaraé, os Orejones... A perda de identidade de um povo empobrece sua história. Fico indignada por ser de uma geração que já nasceu sem escolha. Só me resta estudar e, por meio das reportagens, contar um pouco dessa época, que vai ficando cada vez mais longínqua, mas que não pode ser esquecida.

Vários ataques aos exploradores europeus foram detalhadamente descritos em documentos dos séculos XVI e XVII, que revelam que a nação Paiaguá era tão grande e soberana que ganhou a fama de guerreiros ferozes, perigosos e traiçoeiros – uma injustiça, pois apenas defendiam suas terras e não se rendiam ao domínio dos europeus. Num dos enfrentamentos, os espanhóis que subiam o rio Paraguai foram surpreendidos com uma armada de mais de trezentas canoas. Os Paiaguá mataram quase todos os europeus e jogaram seus corpos no rio para serem devorados por piranhas. Na tranquilidade pantaneira atual, é até difícil pensar no banho de sangue que outrora desceu pelas

águas. Silenciosamente elas continuam descendo pelo leito e lavando os resquícios de tudo.

Os povos do Pantanal descendem de ancestrais bem conhecidos no Brasil: os Guarani Kaiowá, do tronco Tupi-Guarani, os Guaicuru e Kadiweo, bem como os Paiaguá, faziam parte dos Mbyá-Guaicuru. Os Terena, Kinikinao, Guaná, por sua vez, descendem dos Aruak, aqueles que receberam Cabral em Porto Seguro. No estudos sobre os Guató, Ofayé, Bororo, há quem os vincule ao tronco Macro-Jê. A diferença é que os Guaicuru dominaram essa parte do Brasil por séculos, desde que se tornaram mestres na arte da montaria. Eram conhecidos por assaltar cidades, aldeias e propriedades pra aumentar o número de cavalos, garantir mantimentos e ampliar sua rede de servos. Temidos pela sua força, os Guaicuru dominavam outros grupos, como os Guaná, em empreitadas que rendiam muitos sequestros e escravos. Seus hábitos nômades e de vassalagem fizeram os jesuítas desistir das primeiras missões de catequização. Os Guaicuru eram indomáveis; não aceitavam desempenhar funções na agricultura e muito menos viver num lugar só. Necessitavam de liberdade pra caçar, coletar alimentos e cavalgar, conforme descrevem muitos relatos antigos.

Os Guarani dominavam parte do Pantanal, mas foram sendo dominados e escravizados pelos colonizadores, e, da nação soberana e populosa, hoje são poucos os que ainda permanecem na área pantaneira. Os Xaraé, gigantes hospitaleiros, eram os donos da margem superior do rio Paraguai, na região perto de Corumbá e ali pelos lados de Puerto Quijarro, na Bolívia. Chegaram a acolher espanhóis e militares europeus naufragados ou atacados por nações rivais e abasteceram os batelões de alimentos e informações.

Nem parecem reais essas narrativas, porque a gente não aprende isso nas aulas de História. Sabemos apenas que os portugueses e espanhóis disputaram o pedaço de Brasil que corresponde ao Pantanal. Mas como teriam sido essas disputas? Quantos milhares de vidas foram perdidos? Quanto conhecimento foi extinto junto com as etnias que não resistiram à pólvora e aos avanços colonizadores? Aprendi vivendo por aqui e pesquisando as histórias contadas pelos moradores tradicionais,

estudando o que os cientistas conseguiram desvendar com seus achados arqueológicos.

Um dia o professor Gilson me perguntou: “Você conhece a história da cidade perdida de Santiago de Jerez?”. Nunca tinha ouvido falar, mas me apaixonei pela narrativa e fui pesquisar. Por volta de 1593, em meio aos avanços dos colonizadores europeus, Ruy Diaz de Gusmán fundou a primeira cidade do Mato Grosso do Sul. Santiago de Jerez foi assim batizada em homenagem à cidade espanhola Jerez de La Frontera, berço dos fundadores. Próxima ao rio Ivinhema, serviria como ponto de apoio para as expedições em busca de metais preciosos pela bacia do Prata, mas, diante dos ataques indígenas, logo os espanhóis solicitaram a transferência da cidade para terras mais interiores.

Nas escavações feitas pelo grupo de arqueólogos coordenados pelo professor Gilson, foram encontrados vestígios que revelam convivência entre indígenas e europeus. Documentos enviados ao rei da Espanha na época relatavam constantes ataques indígenas que colocavam as pessoas em risco e pediam que o *adelantado*, espécie de governador da província de Assunção, abandonasse a primeira povoação e a transferisse pra região do rio Mbotetey, hoje rio Aquidauana, no meio do Pantanal. E o professor Gilson encontrou o lugar. Santiago de Jerez – ou Xerez, como passou a ser chamada tempos depois –, cidade pantaneira perdida, fundada nos primórdios do século XVI, ficava a 12 quilômetros da atual cidade de Aquidauana.

As missões do Itatim, fundadas pelos jesuítas no século XVII, espalharam pequenos aldeamentos com indígenas catequizados por uma grande área que ia do Pantanal até Assunção, no Paraguai. Na região pantaneira, instalaram-se em povoamentos próximos às aldeias que se estendiam desde as atuais regiões de Aquidauana e Miranda até próximo ao rio Apa, perto de Porto Murtinho, passando pelas serras da Bodoquena e de Maracaju. Uma das mais antigas missões era chamada de Nuestra Señora de La Fé, fundada em 1631 pelo padre Diego Ferrer. Fiquei apaixonada por essa parte da história ao ler a dissertação de mestrado do professor Neimar Machado de Sousa. O que me chamou a atenção foi o título da tese: “A redução de Nuestra Señora de La Fé no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1659)”. O mergulho na história me

trouxe tanta informação! Na época das missões jesuítas no Pantanal, os Guarani não eram os únicos catequizados: em suas *reducciones*, como eram chamadas as missões, os jesuítas misturavam indígenas de diferentes etnias.

Diante da fixação desses aldeamentos em territórios do reino espanhol, os portugueses, que não estavam nada satisfeitos em ficar só com as terras demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, já avançavam pelo interior do Brasil em expedições em busca de metais preciosos. O crescimento das missões, fortalecendo o domínio espanhol, e até o povoado de Santiago de Jerez foram o estopim para Portugal questionar os limites de cada colônia. E, aproveitando que as duas Coroas estavam unificadas naquele período, no que ficou conhecido como União Ibérica, os portugueses também lançaram-se em expedições para ampliar seus territórios. Foi quando começaram as bandeiras paulistas, com sertanistas indo ao interior da América do Sul em busca de indígenas pra escravizar ou de pedras e metais preciosos.

Por volta de 1632, o bandeirante Raposo Tavares veio de São Paulo e seu grupo dizimou as missões do Itatim, o povoado de Santiago de Jerez e as missões da região de Guaíra, na atual divisa do Paraná com o Mato Grosso do Sul. As incursões dos bandeirantes foram até o Rio Grande do Sul, e há relatos históricos de terem capturado mais de 5 mil indígenas em apenas uma invasão. Das 63 missões fundadas pelos jesuítas espanhóis na bacia do Prata nos séculos XVI e XVII, somente 23 resistiram. Isso porque, com o aval do papa e do rei, os jesuítas e militares espanhóis armaram indígenas Guarani e os ensinaram a combater os bandeirantes portugueses.

Quando os arqueólogos da UFMS me contaram tudo isso, pude responder a uma pergunta que a minha família sempre me fazia: por que eu tinha saído do litoral capixaba pra me embrenhar pelo interior brasileiro? Não tinha a resposta, mas minha paixão por natureza e história sempre me levou a buscar no passado o fio pra entender os acontecimentos que nos trouxeram ao presente. E na minha adolescência um filme me marcou profundamente. É até hoje a minha trilha sonora favorita, do italiano Ennio Morricone. O filme se chama *A Missão* e conta a história do avanço das bandeiras paulistas pelo interior do

Brasil e vizinhos Paraguai, Argentina e Uruguai, atacando os jesuítas e os Guarani. Os atores principais são Robert De Niro, Jeremy Irons, Liam Neeson e Aidan Quinn. Uma parte foi gravada aqui no Brasil, na fronteira com o Paraguai, no rio Paraná e nas florestas brasileiras. Assisti a esse filme pela primeira vez num cinema de Vitória e ainda hoje é um dos meus preferidos.

Uma cena inesquecível, que para mim foi inspirada em fatos reais, é a dos jesuítas fugindo com os índios, em centenas de canoas descendo o rio, sob o fogo dos bandeirantes. Situação semelhante existiu de fato: a fuga do jesuíta Ruiz de Montoya, que estava nas missões da região de Guaira nos anos 1630. Ele teria reunido 12 mil indígenas catequizados num plano de fuga a pé e em canoas, abandonando o local para que não fossem massacrados. Desceram o rio Paraná em mais de seiscentas canoas e, pra despistar os algozes, ao chegar ao salto de Sete Quedas, onde hoje existe a Usina de Itaipu, abandonaram parte das embarcações cachoeira abaixo pra dar a impressão de que tinham morrido na queda⁴.

Saber que o meu filme favorito tinha informações de fatos que aconteceram no interior do Brasil, justo nos lugares onde já gravei tantas vezes, me dá a certeza de que, sim, uma força me atraiu para este lugar!

Já gravei muitas reportagens em Tacuru, Iguatemi, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Sete Quedas – regiões que, quatro séculos depois desses massacres, são fortemente marcadas pela opressão aos povos indígenas e disputas territoriais. Ainda hoje existem muitas terras indígenas dos Guarani na divisa com o Paraná e fronteira com o Paraguai. Imagino como deve ser difícil para seus descendentes lutarem ora na justiça, ora com fazendeiros, pela demarcação dessas terras e pelo reconhecimento do governo de que algumas delas são dos Tekorá, povos ancestrais.

Numa das várias viagens que fiz pelo rio Taquari, ouvi histórias da nação canoeira dos Paiaguá. No entanto, hoje não há nada no rio que remeta ao tempo do exército fluvial desses guerreiros. Com os avanços das bandeiras e a fuga dos Guarani, os territórios foram dominados por indígenas guerreiros como os Guaicuru, que, apesar do uso ancestral das canoas, abandonaram a navegação e formaram exércitos

montados. Há registros de exploradores europeus dizendo que haviam sido interceptados por um exército com mais de 8 mil cavalos! Os Paiaguá, esses permaneceram como canoeiros, guerreiros que não faziam reféns, e talvez tenha sido essa sua sentença de extinção.

Desde o século XVI, quando os europeus começaram as expedições para desbravar o Pantanal, os Paiaguá eram citados como uma nação canoeira que vivia navegando e patrulhando os rios dessa região do Alto Paraguai. As descrições sobre esse povo extinto há mais de dois séculos são instigantes: homens muito altos, fortes, musculosos, de ombros largos e pele escura, que remavam em pé, impávidos, na ponta de suas canoas de um tronco só. Dominaram o rio Taquari a ponto de emboscar as expedições em ataques-surpresa com mais de cem canoas. E, além de contarem com a força física, os Paiaguá eram estrategistas. Espreitavam silenciosamente em pontos onde o rio Coxim se estreitava e as corredeiras obrigavam os exploradores a descer das embarcações. Era quando os Guaicuru e Paiaguá atacavam.

Quando a resposta vinha em tiros, os Paiaguá pulavam nos rios, entravam embaixo das embarcações europeias e as viravam. Os Guaicuru, inicialmente vestidos com peles de onça e depois com corpetes de couro que imitavam as armaduras dos espanhóis, descobriram que as armas de fogo não funcionavam se a pólvora estivesse molhada – então passaram a atacar mais intensamente no período de chuvas.

Com a descoberta de ouro em Cuiabá, em 1700, a Coroa portuguesa olhou para o Brasil central. Descobriu que essa terra era povoada por gente de fibra, que não se rendia. Toda a extensão do rio Taquari, rota obrigatória dos bandeirantes, era domínio dos Paiaguá, que não permitiam a passagem dos batelões. Travavam ataques violentos e não faziam prisioneiros, diferentemente dos Guaicuru, que sequestravam crianças de aldeias e vilas próximas pra treiná-las e reforçar seus exércitos.

Por causa da imposição de regras, dos ataques e do impedimento da passagem dos paulistas pelo rio Taquari – que deságua no rio Paraguai, principal via de escoamento do ouro das minas de Cuiabá até a Corte –, os Paiaguá foram extintos. Pouca gente sabe que existiu a “Guerra Justa” ou a “Guerra Cuiabana”, com sangrentas batalhas contra os indígenas, principalmente os Paiaguá, que eram um empecilho para

a passagem das embarcações que levavam ouro extraído em Cuiabá, na então província de Mato Grosso, até São Paulo. Os indígenas atacavam as esquadras e eram muito temidos. Essa situação levou os aristocratas e a Corte a montar uma esquadra de guerra para combater e escoltar os carregamentos. Os confrontos, muitos deles narrados em registros históricos, aconteceram entre 1719 a 1748. Foi nesse período que os aristocratas decidiram acabar com esses indígenas.

No início do século XVIII, a navegação pelos rios Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá se intensificou, e os Guaicuru e Paiaguá se uniram num dos mais poderosos exércitos indígenas já vistos na história do Brasil. Passar pelos rios Taquari e Paraguai era quase uma sentença de morte, e a rota ficou inviabilizada. Uma notória batalha ocorreu em 1730 e foi muito divulgada na época: o ataque a uma expedição que descia de Cuiabá levando 900 quilos de ouro a São Paulo. Os indígenas mataram mais de seiscentas pessoas, entre portugueses, guias indígenas e negros escravizados. Quem fugiu foi capturado e morto em terra. O rio teria ficado vermelho. E o ouro... bem, há quem diga que os indígenas levaram e há quem jure de pé junto que o tesouro naufragou e estaria enterrado no leito do rio. Nunca acharam nada.

O medo era tanto que, para atravessar o território desses indígenas e vencer o percurso entre os rios Taquari e Paraguai, as expedições monçoeiras precisavam ser escoltadas pelas canoas de guerra, uma verdadeira esquadra militar montada pelos cuiabanos. Elas esperavam os monçoeiros na passagem do rio Taquari pra defendê-los dos ataques dos Paiaguá e Guaicuru e garantir que seguissem viagem pelos rios Paraguai e Cuiabá até as minas cuiabanas.

A fúria dos colonizadores com a hegemonia indígena sobre o caminho das águas pantaneiras nas rotas monçoeiras resultou na organização de uma guerra justa, como eram chamadas as batalhas pra exterminar etnias guerreiras que não se rendiam ao domínio português. “Justa” não sei pra quem...

Numa dessas guerras, nos idos de 1734, portugueses, colonos cuiabanos e indígenas que serviam aos colonizadores obtiveram autorização para montar uma esquadra e ir atrás dos Paiaguá. Conforme ficou registrado em cartas enviadas aos governadores da época, barcos

repletos de canhões, armas e munições desceram o rio Paraguai e exterminaram todos os Paiaguá. O conde de Sarzedas, capitão-general e governador da capitania de São Paulo, que também governava as minas cuiabanas, foi quem autorizou a investida, que ficou conhecida como a guerra que deu fim aos guerreiros. Os Paiaguá foram mortos a bala, e todo esse horror foi largamente documentado e festejado na época.

Apenas chegaram à boca do canhão, logo recebendo chuva de balas em si, das cargas sucessivas que as nossas armas disparavam com tal emprego que todas as balas e perdigotos em seus agigantados corpos se aproveitaram, [...] e aprisionou as poucas mulheres que ficaram vivas e com elas algumas crianças que tudo fez o número de 250 almas porque toda a mais multidão perdeu a vida a fogo e a espada. [...] E para que o cacique na volta que fizesse ao alojamento morresse de pasmo, cortaram os soldados 50 cabeças dos mortos e as deixaram espetadas em paus na borda d'água na praia [...]. E para que ficasse acabado, depois de pôr todas as canoas em rachas concluíram com o castigo com fogo em todas as barracas [...]. Este foi o funesto e desgraçado fim que tiveram aqueles salteadores e tiranos paiaguás⁴.

Hoje, não resta nem sinal das canoas de um tronco só. Somente barcos de metal e com motor movido a combustível fóssil rasgam a água, numa barulhenta passagem.

As expedições de ampliação de territórios no século XVII foram justificadas pelos portugueses segundo o princípio do *uti possidetis*. A pressão promovida pelas bandeiras no centro e no sul do Brasil levou os reis de Portugal e Espanha a assinarem o Tratado de Madri em 1750. Isso mesmo: podemos dizer que este miolo de terra na América do Sul foi disputado a ponto de os mais ricos reinos europeus da época derramarem sangue em massacres e redefinirem fronteiras no século XVIII.

Em 1998, estávamos gravando uma reportagem sobre as expedições monçoeiras, descendo de barco o rio Coxim. O Giba, alguns policiais militares ambientais, o José Reinaldo e eu compúnhamos a pequena expedição, que tinha saído de São Gabriel do Oeste rumo à foz do rio Taquari, já entrando no Pantanal. Eu me sentia uma desbravadora. Enfrentamos corredeiras e tivemos até de descer do barco e carregá-lo

em terra pra vencer alguns trechos impossíveis de passar navegando. Se no fim do século XX foi complicado, imagine como devia ser duzentos, trezentos anos atrás.

Na cachoeira dos Quatro Pés, descemos da embarcação de novo. Reparei numa pedra na margem do rio com muitas inscrições. Chamou-me a atenção o brasão do Brasil colonial esculpido caprichosamente. Surpreendi-me ao constatar que eram marcações das expedições monçoeiras que vinham de São Paulo em batelões pelos rios das bacias do Paraná e do Paraguai. Essas indicações ajudavam a saber qual rumo seguir, quem tinha passado por ali e em qual ano. Vi claramente as datas gravadas na pedra: 1804, 1815, 1820, 1832 e 1838. Tinha até o termo “R Expedição”, que significa Real Expedição.

Os exploradores vieram com ordem da Coroa de Portugal para conquistar.

Foram tantas batalhas travadas, tantas histórias mal ou não contadas, que sinto que estou redescobrimo o meu Brasil em pleno início de século XXI.

TUDO ACONTECE NO MATO GROSSO DO SUL

Parece até título de música, mas é um fato que tenho comprovado ano após ano. Cada reportagem que faço é precedida por uma pesquisa. Nessas buscas, fui descobrindo fontes entre professores, moradores antigos, pesquisadores. E posso dizer: Mato Grosso do Sul é, sim, o centro do Brasil, não apenas geograficamente, mas também no sentido de ser onde tudo aconteceu e acontece, inclusive fatos fundantes da nação que temos hoje.

Aqui é o único lugar onde um forte foi construído no lugar errado!

Em 1750 o Tratado de Madri ampliou e interiorizou o território português no Brasil. A fim de evitar o avanço dos espanhóis e dos indígenas Paiaguá, foi determinada a construção de um forte às margens do rio Paraguai: o Forte de Coimbra, construído em 1775. O plano era construí-lo no trecho conhecido como Fecho dos Morros, em Porto Murtinho, onde o rio se estreita e é mais fácil visualizar quem chega. Mas os militares portugueses erraram a localização e ergueram a construção em outro estreitamento do rio, em Corumbá, 292 quilômetros distante do ponto inicialmente escolhido.

O erro se mostrou providencial. Em 1801, o governador do Paraguai, ainda uma colônia, comandou um ataque, pois a Espanha não estava satisfeita com a delimitação das fronteiras oficializada pelo Tratado de Madri. Os espanhóis subiram o rio com mais de seiscentos militares nas embarcações e por dez dias mantiveram um cerco atacando os militares brasileiros e portugueses sitiados no Forte de Coimbra. Reza a lenda que os espanhóis venceram, mas que, ao ver a imagem de Nossa Senhora do Carmo erguida na muralha do Forte, bateram em retirada e não invadiram a região.

Muitas lendas e histórias rondam o Forte de Coimbra. A da proteção da santa é tão presente que até o Exército brasileiro reconhece a Nossa Senhora do Carmo como padroeira do Forte.

Na guerra contra o Paraguai, também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, o exército brasileiro de novo se viu cercado pelo exército paraguaio. Em 1864, 3 mil homens a cavalo e a pé, 11 navios e 41 canhões chegaram ao Forte de Coimbra, onde estavam apenas 149 homens. Claro que seria um massacre. Ambos os exércitos resistiram por dois dias, até que, segundo relatos perpetuados até hoje pelos militares brasileiros, no segundo dia alguém teve a brilhante ideia de erguer a imagem de Nossa Senhora do Carmo na muralha. Os paraguaios, então, cessaram fogo e permitiram que os sobreviventes batessem em retirada. O Forte foi tomado pelas tropas paraguaias, que, em seguida, invadiram fazendas no Pantanal e seguiram para conquistar a cidade de Corumbá. Também tomaram as cidades de Miranda e Dourados.

Por dois anos esse pedaço de Brasil virou Paraguai. Somente em 1867 o Exército brasileiro conseguiu recuperar Corumbá e as outras regiões invadidas. Ainda hoje uma imagem da santa está na muralha. A imagem original fica numa capelinha também no Forte, e quando os militares brasileiros alcançam altas patentes, levam suas insígnias e prendem no manto de Nossa Senhora. Eu vi quatro estrelas de generais deixadas ali em respeito a essa proteção. Quem visita Corumbá pode conhecer esses lugares, que ainda funcionam como base de proteção das fronteiras.

Os rastros da guerra contra o Paraguai permanecem silenciosos em diversas regiões do Pantanal. Um exemplo disso é a argola grande e grossa fincada numa pedra às margens do rio Paraguai, nas áreas de reserva do Instituto Homem Pantaneiro, na Serra do Amolar. Estávamos gravando na região e ali seria nossa base de apoio. Se é mesmo verdade, não sei dizer. Só sei que no local onde os barcos ficam aportados há uma laje de pedra com uma imensa argola de ferro fixada, e do outro lado do rio, outra argola. A explicação que me deram é que ambas foram fixadas na época da guerra – os militares brasileiros esticavam uma corrente usando as argolas como ancoragem e assim barravam a passagem dos navios paraguaios que subiam o rio.

Outro registro bem antigo sobre o Mato Grosso do Sul e o Pantanal foi feito durante uma imensa expedição russa financiada pelo czar Alexandre I no século XIX. Organizada pelo barão e naturalista Georg

Heinrich von Langsdorff, médico alemão naturalizado russo e membro da Academia Imperial de Ciências de São Petersburgo, a expedição percorreu mais de 17 mil quilômetros. Pintores, botânicos, astrônomos e zoólogos viajaram com a missão científica de descobrir, identificar e catalogar espécies e estudar como era a vida no interior do Brasil. O lema do nobre russo era “reparar em tudo e não perder nada”.

Entre os participantes que se aventuraram durante oito anos pelos sertões do Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil estavam artistas como o pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), que registrou imagens inéditas de costumes do Brasil colonial, e Aimé-Adrien Taunay (1803-1828), que desenhou espécies e paisagens e acabou morrendo afogado em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Mas foi Hércules Florence (1804-1879), artista, cientista e estudioso da vida, quem produziu gravuras e mapas e relatou em seu diário a rotina nos longos dias de expedição. Ele registrou inclusive hábitos e línguas de indígenas pantaneiros como os Guató e Guaná, extintos há mais de um século. As descrições de Florence estão entre as mais completas sobre o modo de vida dos Guató.

Poucos brasileiros conhecem a história dos indígenas canoeiros do Pantanal. As informações sempre são vagas. Desde 2008 é lei no Brasil as escolas ensinarem Cultura e História Indígena, mas, na prática, ainda falta muito pra que as novas gerações sejam apresentadas à verdadeira história dos povos originários.

Em 2020, quase um século depois da expedição Langsdorff, o pesquisador da Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso) Marco José dos Santos Matos terminou sua dissertação de mestrado e escreveu o livro paradigmático *Os Guató pelo olhar de Hércules Florence*. São muitas informações sobre esse grupo tão importante. Alguns trechos do livro reproduzem escritos de Florence¹.

Dizem que os guatós vivem com mais de uma mulher; a maior parte dos que vi levavam uma única. Lembro-me, porém, que numa ocasião troquei algumas palavras com um deles que tinha na sua canoa três mulheres. Perguntei-lhe se todas eram suas; respondeu-me que sim. Pedi-lhe então por gracejo uma e ele retorquiu-me zangado que eu deveria ter trazido comigo a minha.

Repliquei-lhe que não fora possível. “Pois bem”, disse-me ele, “se você tivesse aqui sua mulher, eu trocava por uma destas”. [...] Bem ao contrário dos guanás, são muito ciosos de suas esposas a quem amam extremosamente e das quais recebem grandes provas de ternura e fidelidade. Aos filhos dedicam vivo afeto e os mais cuidadosos carinhos (p. 105).

Sobre a destreza ao remar nas canoas, o trecho escolhido descreve a sinergia dos Guató com o rio:

Em pé à proa os maridos remam; as mulheres sentadas à popa vêm governando por meio de uma pá; as crianças acocoram-se no meio sobre esteiras. As embarcações, com três palmos e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprido se tanto, levam sempre no bojo cães, arcos e flechas, para caçadas e pescarias. [...] Vivem quase sempre sobre a água, metidos em barquinhas que, como disse acima, têm dimensões diminutíssimas. Quando toda a família está embarcada, a borda da canoa fica com dois dedos acima da água, o que não os impede de manejarem com a maior habilidade as flechas para físgarem peixes ou transpassarem pássaros (p. 103).

Esse relato me entristece por saber que os Guató quase foram extintos. Nos anos 1970 eles vagueavam pelas ruas de Corumbá. Hoje estão de volta aos seus territórios ancestrais, mas muito se perdeu da língua, dos cânticos e das tradições desses exímios canoeiros. Eu mesma, em tantos anos por aqui, vi poucas vezes um Guató remando no rio Paraguai. Nunca consegui acompanhar a feitura de um remo ou de uma canoa esculpida em um tronco só. Quando leio os escritos de Florence, que teve a honra de conviver com eles quase duzentos anos atrás, constato mais uma vez como o nosso povo não conhece e não valoriza os povos originários.

Em 1826 a expedição Langsdorff passou pela então província de Mato Grosso (hoje estado do Mato Grosso do Sul), entrando pelo sul. Os registros da expedição ficaram por séculos esquecidos nos porões do Museu de São Petersburgo, na Rússia. O acervo só foi descoberto cem anos depois da expedição, e muita coisa ainda nem foi divulgada ou catalogada.

Muita gente vai se lembrar do famoso quadro de Debret, que viveu no Brasil de 1816 a 1831 e pintou um indígena Guaicuru cavalcando deitado sobre o cavalo. Os indígenas do Pantanal só conheceram cavalos depois da chegada dos europeus, que trouxeram em seus navios essa espécie que não existia na América do Sul. Os indígenas pantaneiros não só conheceram o cavalo como desenvolveram uma técnica de montaria única. Hoje, é impossível imaginar o Pantanal sem esses animais.

Teve até ex-presidente norte-americano se aventurando pelos campos do Mato Grosso do Sul atrás de onça-pintada. Em dezembro de 1913, Theodore Roosevelt chegou a Corumbá com o então coronel Cândido Mariano Rondon. Era o início da célebre expedição Rondon-Roosevelt, que percorreu o rio da Dúvida de barco por mais de 600 quilômetros com a missão de mapeá-lo. Após a expedição, o rio passou a se chamar rio Roosevelt.

Antes de se embrenhar pelo estado vizinho, a expedição parou em Corumbá, na Fazenda Palmeiras. Roosevelt queria caçar sua primeira onça-pintada. Rondon registrou o feito em seu diário: “A estada na fazenda das Palmeiras foi muito agradável. Matou o sr. Roosevelt a sua primeira onça, um magnífico exemplar da nossa canguçu-açu, o maior e mais terrível felino sul-americano. No dia imediato, matava Kermit a segunda onça, um casal. Deu-se o sr. Roosevelt por satisfeito e tratou de apressar a viagem”².

A maior marcha militar já realizada no mundo passou, claro, pelo Mato Grosso do Sul – e por duas vezes! Na primeira, a Coluna Prestes, como ficou conhecida, passou por Ponta Porã rumo ao estado de Goiás. Começou como um protesto contra a República Velha da Era Vargas e defendia, entre outras bandeiras, o voto feminino secreto, escola primária para todos e a queda do então presidente Artur Bernardes. De 1924 a 1927, a marcha seguiu por mais de 25 mil quilômetros, passando por catorze estados. O povo ia a pé, a cavalo, de canoa... O levante cresceu a ponto de tomar o Palácio do Governo do Estado de São Paulo. A Coluna Prestes foi o maior levante civil brasileiro do século XX. Mobilizou mais de 1.500 pessoas, a maioria militares, que por onde passavam eram seguidos por civis, inclusive mulheres. Em 1927, perseguidos por forças federais comandadas pelo então general Cândido

Mariano Rondon, os integrantes da Coluna, incluindo Luiz Carlos Prestes, fugiram.

Um grupo passou por onde? Pelo Pantanal!

O Seu Jocy Coelho Lima, 85 anos, é dono da Fazenda Santa Cruz, no Pantanal da Nhecolândia. Descendente dos colonizadores pioneiros do século XIX, nasceu e cresceu naqueles campos. Eu estava gravando uma reportagem com ele no final de 2021 sobre a seca e as alterações no Pantanal. Uma tarde, depois das gravações, sentamos na varanda da antiga casa que é sede da fazenda. Bom de papo, com uma lucidez e memória surpreendentes, ele olhou pra mim e disse: “Cláudia, você sabia que a Coluna Prestes passou bem lá naquela porteira?”

Levei uns minutos pra processar a informação. Tive de recorrer ao meu HD cerebral pra lembrar o que e quando tinha sido a Coluna. Foi quando me dei conta. Olhei pra ele e perguntei: “Prestes passou por aqui?”. Parecia mais um conto: um dos mais significativos personagens das primeiras décadas da República brasileira atravessando aquele descampado com seus seguidores. Seu Jocy viu os meus olhos brilhando de interesse e, com a voz mansa, numa narrativa lenta, começou a contar a história.

No final de década de 1920, o grupo que passou por ali estava fugindo de outros militares que estavam no seu encalço. Seu Jocy nasceu nove anos depois do levante, mas contou que cresceu ouvindo nas reuniões de família as histórias da passagem da Coluna Prestes. Ele garante que o próprio Prestes estava no grupo que atravessou aquele pedaço de Pantanal pra chegar à Bolívia, onde se exilou. Por essas e por outras, estou quase acreditando que o umbigo da América é aqui!

O célebre antropólogo belga Claude Lévi-Strauss também passou pelo Mato Grosso do Sul e pelo Pantanal e conheceu as aldeias dos Kadiwéu. Os registros feitos em 1936 forneceram importantes informações sobre os últimos remanescentes dos Mbyá, que foram registrados pela primeira vez em 1760 por missionários jesuítas e dominavam grande parte do que hoje conhecemos como Pantanal. Darcy Ribeiro, um dos mais importantes antropólogos brasileiros, fez o mesmo caminho que Lévi-Strauss e, entre 1947 e 1948, morou com os Kadiwéu. Os dois vieram atrás dessa etnia instigados por um italiano, Guido Boggiani.

Boggiani também foi o responsável pelo meu encantamento com a história dos Kadiwéu. Por acaso, antes mesmo de um dia eu sonhar vir morar no Mato Grosso do Sul, ainda adolescente, no século passado, lá em Cachoeiro de Itapemirim, deparei com um livro do Boggiani na biblioteca pública. Aquelas fotos de indígenas com rostos tatuados me impressionaram e nunca me esqueci. Não tinham me ensinado isso na escola... Não imaginava que indígenas brasileiros faziam tatuagens tão complexas no corpo. Como a vida é uma corrente com elos que se complementam, minha profissão me trouxe ao coração do Brasil e me permitiu conhecer e conviver com os Kadiwéu. Que honra! Tenho cerâmicas deles espalhadas pela casa.

Guido era comerciante de couros, pintor, fotógrafo, etnólogo e etnógrafo. Esteve duas vezes no Pantanal: no século XIX e no início do século XX. Registrou em seus diários desenhos, detalhes da vegetação, relevo, organização social, costumes e modo de fazer adereços dos Kadiwéu, na mais completa descrição já feita sobre esse povo, que ele chamava de Caduveo. Morou com eles. Registrou-os em situações diversas, em fotos que mostram as tatuagens pelo corpo e rosto, o modo de vida. Em muitas imagens os indígenas estão à vontade e demonstram intimidade com o italiano.

Guido também descreveu as relações entre os indígenas do Pantanal e do Chaco paraguaio. Apaixonado por fotografia, decidiu viajar pra América do Sul por sua própria conta e risco, embrenhou-se em lugares isolados e fez contato com povos indígenas sem convivência com não índios. Corajoso e até imprudente. Graças a ele, o mundo pôde conhecer a riqueza cultural dessa e de outras etnias, como os Chamacoco, os Guaná e tantas outras. Foram mais de 400 fotografias e 38 volumes de anotações e desenhos coletados nas expedições. Além disso, Guido reuniu mais de 2 mil peças que hoje mantêm viva a cultura dos Kadiwéu – peças que o Brasil não possui nem são mais feitas pelos remanescentes. Estão em museus na Alemanha, Itália, Paraguai. Em um de seus livros, detalhou os traços das pinturas dos Kadiwéu:

Os desenhos que os Caduveo costumam fazer tanto sobre o seu corpo como sobre os utensílios são cheios de gosto e de caráter. Que eles derivam, ou

pelo menos tiveram grande afinidade com os Incas, me parece que não há dúvida, sendo a arte do desenho bom guia para semelhantes pesquisas genealógicas. O Peru não está afastado e a dominação e influência dos Incas devia estender-se bem além dessa região⁵.

Em sua última expedição, em 1901, Guido Boggiani foi emboscado e morto por indígenas. Sua cabeça foi cortada para que a alma não se reunisse ao corpo de novo, porque fotos e desenhos “roubavam a alma” de quem era registrado. Sua câmera fotográfica foi enterrada. Os restos mortais e os materiais do italiano foram recuperados anos depois, em uma expedição de busca.

E não param aí as pitorescas histórias vividas no Pantanal. Antes de escrever *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa visitou o amigo Manoel de Barros e, juntos, foram a uma fazenda no Pantanal. Eram os anos 1940.

Essa viagem já era uma busca do Rosa por inspiração e conhecimento com vistas à escrita de seu grande clássico. Ele chegou a publicar um conto, foram pouco mais de cem exemplares apenas, chamado *Um certo vaqueiro Mariano*, que serviu de inspiração pra construir os personagens complexos de *Grande Sertão*. O próprio Rosa escreveu sobre a viagem:

Em julho, na Nhecolândia, Pantanal do Mato Grosso, encontrei um vaqueiro que reunia em si, em qualidade e cor, quase tudo o que a literatura empresta esparso aos vaqueiros principais. Típico e não um herói, nenhum. Era tão de carne e osso, que nele não poderia empessar-se o cediço e fácil da pequena lenda. Apenas um profissional esportista: um técnico, amoroso de sua oficina. Mas denso, presente, almado, bom condutor de sentimentos, crepitante de calor humano, governador de si mesmo; e inteligente. Essa pessoa, este homem, é o vaqueiro José Mariano da Silva, meu amigo⁴.

Vivenciar a lida pantaneira e conhecer os peões – que de brutos têm só a força; pessoas com a pele e a alma moldadas sob o sol e os desafios de viver e cuidar dos rebanhos em terras tão desafiadoras – se transformou em pura inspiração.

Foi em dezembro de 2006, quando Manoel de Barros completou 90 anos, que ele me concedeu a primeira entrevista. Na sala de sua casa, acompanhado do filho João e de Dona Stella, ele me contou, com sorriso maroto, sobre esse encontro com o Rosa. Disse que sempre quis ler a cadernetinha que o colega levava pra todo canto durante a visita ao Pantanal. Perguntava tudo, anotava tudo.

Manoel raramente falava sobre esse encontro, mas dois anos mais tarde, quando chegou o centenário do nascimento de Guimarães Rosa, o *Fantástico* quis homenagear o escritor. Recebi uma ligação da produtora do programa, Maria Luiza Silveira, me pedindo o quase impossível: uma pequena entrevista com o Manoel de Barros falando sobre o Rosa. Eu até ri. Disse que ele demorou anos para me dar uma entrevista, que ele não gostava dessa parafernália de luz, microfone, câmera de TV. Dizia que era tímido, e era mesmo... Mas eu tentei: liguei para ele e expliquei que a edição do *Fantástico* estava ouvindo escritores de todo o Brasil sobre a importância da obra literária do Rosa.

E não é que o poeta me recebeu de novo? Corri e gravei algumas falas, que foram ao ar, e ainda consegui um livro autografado para minha amiga produtora, que ficou em êxtase. Com os microfones desligados ele me deu mais detalhes sobre o encontro; contou que foi uma experiência intrigante e divertida e que tentou mostrar a alma do lugar para que o Rosa não escrevesse sobre o Pantanal como um lugar exótico, para que buscasse além do que os olhos viam. E assim foi. O exemplar de *Um certo vaqueiro Mariano* que o Rosa mandou para o Manoel tem lá a dedicatória: “Olha aí, Manoel, sem folclore, nem exotismo, como você queria”.

Quem diria que o meu livro preferido tem uma inspiração pantaneira. E eu, que li *Grande Sertão: Veredas* na adolescência, jamais imaginei que tais lugares inspiradores um dia seriam tão importantes e presentes na minha vida adulta...

E quem se lembra do Jânio Quadros, o presidente que renunciou ao cargo achando que seria carregado de volta ao poder pelos braços do povo? Ele nasceu em Campo Grande, em 25 de janeiro de 1917. Foi eleito em 1961, mas ficou no cargo pouco mais de seis meses. Renunciou. Já no governo militar, o ex-presidente começou a fazer discursos inflamados

a ponto de o então ministro da Justiça, Luis Antônio da Gama Silva, determinar seu confinamento por 120 dias em Corumbá. Jânio ficou exilado no Hotel Santa Mônica, onde costumo me hospedar quando vamos gravar na cidade. Sempre sorrio quando passo pelo *hall* e vejo fotos do ex-presidente e da fatura do quarto que ele ocupou. Os mais maldosos dizem que ele foi embora sem pagar a conta, mas ninguém confirma. De verdade mesmo só as festas e reuniões regadas a uísque, que ainda hoje rendem comentários na sociedade corumbaense.

A cereja do bolo, claro, vem de outro mundo: um suposto avistamento coletivo de um objeto voador não identificado em Campo Grande. Já fiz diversas reportagens sobre o tema e não me canso de ouvir as histórias...

Em plena disputa da Taça de Ouro, equivalente ao Campeonato Brasileiro, o estádio Pedro Pedrossian estava lotado. Mais de 23.500 mil torcedores foram ao *campus* da UFMS assistir à partida entre Vasco e Operário naquele 6 de março de 1982. Em campo, alguns craques conhecidos: Roberto Dinamite, Claudio Adão, Amarildo, Lima e Cocada, irmão do atacante Miller, se destacavam em grandes times da época. Galvão Bueno era o narrador. O Morenã, como é conhecido o estádio, estava em festa, porque o Operário, time da casa, ganhava por 2 a 0.

Era noite e o jogo estava no fim do primeiro tempo quando, de repente, uma luz muito forte e um zumbido assustaram a todos. Um óvni pairou sobre o estádio. Os presentes narraram o evento do mesmo jeito: um imenso objeto cilíndrico emitindo luzes fortíssimas. A aparição durou alguns minutos, mas quem se sentava nas arquibancadas mais altas teriam visto o óvni de frente. A aparição não foi documentada com fotos ou vídeos, mas os testemunhos confirmaram que o tal objeto pairou sobre o campo, emanando uma luz intensa e um zumbido, e logo sumiu rapidamente, deixando um rastro de luz muito forte.

O ufólogo Ademar Gevaerd, que morou muitos anos em Campo Grande e foi meu vizinho, investigou exaustivamente essa aparição, entrevistando as testemunhas. Ele sempre diz que o evento foi completamente diferente de qualquer outro que ele tenha pesquisado. Em filmes sobre o assunto e entrevistas à TV Globo e outros veículos de comunicação, ele explica que esse avistamento é considerado um dos

mais importantes do Brasil. “Praticamente todos viram uma nave de grandes proporções, quase que em sobrevoo rasante. Com certeza fomos visitados naquela noite por uma outra forma de inteligência. Na minha opinião, foi uma revoada de óvnis. O caso Morenã é recordista em número de testemunhas.”

Os jogadores do Operário e do Vasco também viram tudo e deram seus testemunhos em muitas reportagens. Outros avistamentos foram relatados em diferentes estados na mesma época. Em 2022, essa aparição completou 40 anos. Se foram visitantes de outro planeta ou outra dimensão, ninguém sabe, mas que no Pantanal tem muitas luzes estranhas que vez ou outra aparecem no céu, ah, isso tem...

SORTUDO

O céu é a estrada dos pantaneiros. Ter um pequeno avião é mais comum do que eu imaginava, mas voar é uma aventura à parte. As nuvens mudam de humor com muita rapidez. O vendaval joga o avião pra cima e pra baixo como se fosse uma pena, e o meu estômago nunca se acostumou a isso...

Adoro contemplar a paisagem nesses sobrevoos – até o meu cérebro acender a luz de alerta e me lembrar que lá em cima não tem acostamento.

Essa viagem era para gravar um *Globo Repórter* sobre gente de sorte. E a história começava justamente com um fazendeiro que estava voando de uma fazenda para outra e viu o motor do avião parar.

O personagem era Antônio Derzi, uma dessas figuras que vivem situações absurdamente inacreditáveis. Ele tinha caído três vezes de avião e estava ali para me contar as histórias.

Ele dava risada e falava que era como gato, tinha sete vidas.

Contou que, na época do primeiro acidente, administrava oito fazendas no Pantanal e ia de uma pra outra de avião pra ganhar tempo. Em uma das viagens, quando estava chegando em Campo Grande, o trem de pouso não baixou e eles ficaram dando voltas e mais voltas no espaço aéreo da cidade para gastar o combustível até pousar de barriga na pista. Foi só um susto.

Dois anos depois, mais um voo e outro acidente. Toninho tinha ido apartar gado no Pantanal. Na volta, uns quinze minutos depois da decolagem, o bloco motor do avião estourou e espalhou óleo pelo para-brisa, deixando o piloto completamente sem visibilidade. Eles conseguiram pousar depois de bater em árvores e cercas e de arrancar as duas asas do aviãozinho. Por sorte ninguém morreu.

O Toninho me contava essas histórias e eu só pensava: meu Deus, vamos viajar juntos de avião pro Pantanal amanhã e só me falta acontecer mais um acidente!

Meu filho ainda era pequeno e eu estava quase cancelando a viagem quando o comandante Djalma, o piloto do avião da TV, me tranquilizou. Disse que o Juliete tinha passado por uma revisão e que ele conhecia cada palmo do Pantanal, por isso eu podia voar tranquila que ele me traria de volta sã e salva.

No dia seguinte, lá fomos nós pro Pantanal do Paiaguás, em Corumbá. Seria pouco mais de uma hora e vinte minutos de voo.

O monomotor só tinha quatro lugares, então fomos o Djalma e eu na frente, e o repórter cinematográfico Argemiro Barros e o Toninho no banco de trás. A gente até fazia piada da situação: levar no mesmo avião um cara que tinha sofrido três acidentes aeronáuticos era mesmo um teste de coragem.

Decolamos com a missão de tentar encontrar o local onde o Toninho tinha sofrido o terceiro acidente.

Na época, ele estava voltando de um leilão no Pantanal. Pousou numa fazenda para trocar de aeronave e decolou de novo. O voo não durou quatro minutos: o avião começou a perder altitude e caiu no meio da mata. Os quatro passageiros se machucaram bastante. O Antônio sofreu várias fraturas. Eles ficaram vinte horas no meio do mato no Pantanal, feridos, ao lado do avião esvaçalhado, esperando socorro. Uma história e tanto.

Eu só rezava pra que o meu anjo da guarda fosse tão atento e tivesse asas tão protetoras quanto o anjo do Antônio, porque o local que a gente sobrevoava era a região dos alagados do rio Taquari, onde quase não tem terra firme.

Eu olhava para aqueles campos alagados e só pensava: se der pane, não tem uma pista seca para a gente pousar nem uma alma para nos socorrer!

Voamos pela região, mas as inundações dificultavam identificar o local do acidente. Para não correr o risco de gastar combustível demais, desisti da busca e pedi ao Djalma pra pousar na Fazenda Bela Vista.

Essa fazenda era minha velha conhecida. Pertencia ao pecuarista Luiz Guilherme Lacerda, com quem eu já tinha gravado várias

reportagens. Eu me senti à vontade pra pousar na pista sem avisar. O pouso era pra gente sentar e reorganizar o cronograma de gravações, já que não tínhamos encontrado a fazenda do terceiro acidente.

Descemos do avião e fomos recebidos pelo capataz. Só ele e a esposa estavam na sede. Depois da acolhida calorosa, tomamos um café e expliquei a nossa reportagem.

Para nossa surpresa, o capataz, funcionário antigo, disse que lembrava que numa fazenda perto dali, muitos anos atrás, tinha acontecido um acidente de avião.

A pista ainda estava seca porque a invasão das águas do rio Taquari ainda não tinha chegado naquelas bandas. Decidimos fazer a última tentativa.

Decolamos de novo e fizemos sobrevoos. Não dava pra identificar nada. Até que vi uma pista e uma casa e pedi para o Djalma pousar. O comandante fez uma curva no céu e desceu.

A chegada inesperada de um avião sempre desperta certa preocupação nos funcionários das fazendas pantaneiras. As propriedades são muito isoladas, e a proximidade com a fronteira torna-as vulneráveis a voos clandestinos com drogas vindas da Bolívia; por isso é tão importante entrar em contato antes de decolar. Mas essa viagem era uma exceção; tivemos de improvisar e pousar sem aviso prévio.

O funcionário nos recebeu na pista. Eu tinha combinado com o Argemiro de descer do avião já gravando, pra mostrarmos no programa a saga em busca do local onde o pecuarista tinha caído de avião pela terceira vez.

O piloto Djalma foi o primeiro a descer, seguido pelo Miro, já com a câmera ligada. Como abrimos mão de levar o assistente técnico para dar lugar ao personagem, quem estava segurando o microfone era o piloto. O Toninho e eu descemos do avião e cumprimentamos o funcionário.

Depois de me apresentar, perguntei se ele conhecia a fazenda onde dez anos antes tinha caído um avião com quatro passageiros. O pantaneiro me olhou desconfiado e respondeu: “Foi aqui!”.

Não dava pra acreditar na coincidência e na sorte. Olhei pro Toninho e brinquei: “Vai ser sortudo assim em outro lugar!”. O funcionário da fazenda não entendeu a nossa alegria.

A gente queria saber mais sobre o acidente e eu continuei a conversa. Uma grande revelação nos tirou o fôlego: “Dona, foi um acidente feio. Eu tava aqui. O avião desceu de uma vez, bateu numa palmeira e se espatifou. Eu ouvi o estrondo e vi a fumaça. Peguei o cavalo e fui atrás pra ver se tinha sobrado alguém”.

O Toninho, que estava nesse avião, ouvia tudo com uma cara incrédula. Perguntei ao funcionário: “O senhor achou os destroços e os passageiros?”.

Ele prosseguiu, todo orgulhoso: “Achei depois de muitas horas de busca! Eles estavam tudo cheio de sangue e fui eu que socorri. Trouxe eles pra sede. Tinha dois muito quebrados e eu nem sei se eles sobreviveram depois que levaram eles daqui...”

O Toninho apenas sorria, sem dizer palavra. Eu não acreditava naquele diálogo. Dei minha última cartada: “O senhor nunca mais encontrou as pessoas que salvou?”. E o funcionário: “Não, dona... nunca mais soube deles”.

Foi aí que revelei quem estava conosco: “Foi esse moço aqui que o senhor salvou!”.

O peão arregalou os olhos e abriu um sorriso, soltando uma gargalhada gostosa. Eles se abraçaram. Toninho agradeceu.

O pantaneiro soltou a língua de vez, fazendo várias perguntas sobre como tinha sido o acidente e a espera pelo socorro, e ainda nos presenteou com mais uma surpresa: os destroços do avião, que ele ainda tinha guardados no galpão. Uma asa com a marca certinha da colisão na palmeira e uma parte da fuselagem com o prefixo que confirmou ser mesmo o avião em que o pecuarista tinha viajado.

Gravamos tudo isso, nos despedimos e voltamos ao Juliete para voar até a Fazenda Bela Vista, almoçar e retornar a Campo Grande. Eu estava mais que satisfeita com o material e tinha certeza de que seria um belo bloco do programa.

Minutos depois da decolagem, pousamos na pista da Bela Vista. Felizes, parecíamos criança que acabou de ganhar presente, de tão excitados com a nossa sorte. Tínhamos conseguido contar a história do pecuarista sortudo com muito mais detalhes do que imaginávamos!

Almoçamos e embarcamos de novo pra encarar mais uma hora e pouco de voo até Campo Grande. Eis que, ao acelerar o avião pra decolar, o semblante do Djalma mudou.

Já estávamos em movimento, quase chegando na cabeceira da pista, quando o piloto desacelerou rapidamente. Levei um susto quando ele me avisou que o motor estava com problema e não poderíamos decolar, sob risco de queda.

Não preciso dizer que na mesma hora olhei pro Toninho no banco de trás do avião e falei: “Pode parar de arrastar a gente pras suas aventuras, porque eu tenho filho pra criar!”.

Naquela época não tinha internet nem telefone nas fazendas no Pantanal do Paiaguás. Eles usavam um sistema de rádio; a gente passava um rádio pro escritório da fazenda em Corumbá. Os horários eram fixos, tinha uma atendente no escritório sempre pela manhã e à tarde. Passei o rádio explicando o acontecido e pedindo autorização ao dono da fazenda para dormir lá. Ainda pedi à atendente para ligar na redação em Campo Grande e falar com a editora Jaqueline Bortolotto, minha amiga e parceira de produções ao longo de muitos anos. Ela era o meu suporte na redação quando eu estava viajando. Pedi que a avisassem que o nosso avião tinha quebrado e que precisávamos que ela mandasse outro no dia seguinte, com mecânico e peças para nos socorrer, pois não tínhamos como sair dali.

Recado dado, eu mal conseguia olhar pro Antônio Derzi sem dar uma alfinetada nele. Puxa vida, estávamos gravando sobre um cara de sorte, que sobreviveu a três acidentes aéreos, e na hora de voltar o nosso avião dá defeito. Que sina!

No dia seguinte, outro avião pousou na pista da fazenda. Eram os mecânicos. Foi quando mais uma cena surreal se desenrolou diante dos meus olhos: o mecânico desmontou o motor do Juliete ali mesmo, no meio da pista.

Com as indicações do Djalma, que já tinha informado qual peça ele achava que tinha dado problema, os mecânicos fizeram o reparo, fecharam o motor depois de meia hora de trabalho e garantiram: “Podem decolar que o motor tá zerado!”. Respondi na hora: “Pode até ser, mas vocês vão voando ao nosso lado, porque se der problema de novo e a

gente tiver que fazer um pouso de emergência no meio do Pantanal, vocês já nos socorrem”.

Com os ânimos mais calmos, a gente conseguiu até brincar com a situação. Embarcamos os quatro de novo: o piloto, eu, o repórter cinematográfico e o pecuarista sobrevivente, que ria e se divertia com a nossa apreensão dentro do avião. Ele dizia que tinha certeza de que não morreria de acidente aéreo, por isso o mais seguro era voar com ele.

No fim, a reportagem ficou divertida. E posso dizer que sortudos somos nós, que sobrevivemos para contar mais essa saga pelos céus pantaneiros.

SE ARREPIAR, É O MÃOZÃO

Essa frase ressurgiu na minha mente sempre que uma lufada de vento fresco me surpreende no Pantanal. E olha que já são mais de vinte anos percorrendo essas terras!

A primeira vez que escutei esse alerta foi na Fazenda Bela Vista, propriedade antiga de um daqueles pioneiros que chegaram no final do século XIX. Estávamos fazendo uma reportagem sobre o avanço das águas do rio Taquari. Depois de gravar com os produtores, que vieram de outras fazendas para conversar comigo, fui papear com os funcionários.

Era uma tarde de outono, quando o calor dá uma trégua ao entardecer – e os mosquitos também. Sentei num toco de madeira perto dos funcionários e comecei a puxar conversa. Eles estavam todos faceiros com a repórter que tinha ido conversar com eles. Esses papos despreziosos são os mais surpreendentes. Sem câmera, sem preocupação, só existe o momento a ser compartilhado.

Eu queria saber das lendas pantaneiras, pois num lugar tão cheio de mistérios devia haver muita superstição. O assunto é um tabu, e poucos quiseram dar entrevista pra contar os causos, mas sem microfone foi outra coisa. A fala solta traz à tona passagens pitorescas.

Quem puxou o assunto foi um dos peões. Ele já devia ter os seus 50 e poucos anos. Com a pele marcada pelo sol, mãos calejadas e um semblante rústico, de pouca conversa e poucos amigos, ele não parecia ser do tipo que “queima palha” – é assim que eles chamam quem inventa ou aumenta as histórias.

Ele me falou solenemente: “Se a senhora estiver a cavalo no mato e sentir um sopro frio, cuidado, pode ser o Mãozão!”.

Oi? Por essa eu não esperava. Levei uns segundos para processar a frase e perguntei: “Como assim? Que Mãozão?”.

Silêncio...

Eles se entreolharam. Outro funcionário respondeu: “A assombração que endoidece muito vaqueiro por aqui”.

Sempre senti uma energia diferente no Pantanal. Nada que me assustasse, mas é uma sensação de estar sendo observada o tempo todo, como se os seres do mato estivessem nos vigiando. E eu realmente acredito nisso. Não raro o farfalhar de folhas revela um veado-campeiro, um tatu, um tamanduá, que deviam estar ali havia tempos e só se mostraram quando se sentiram seguros. Mas confesso que a minha sensação de estar acompanhada vai além do que os meus olhos enxergam. É um arrepio sorrateiro, um golpe de vista em algo no meio do capão, ou até um redemoinho de poeira inexplicável no meio do campo – demonstrações de energia da vida que eu não sei explicar de onde vêm, mas sei que estão ali.

Nessa roda de conversa na Fazenda Bela Vista, os peões mais uma vez me fizeram crer que há muito mais do que a natureza revela no Pantanal. Aqui é, sim, uma terra encantada com mundos paralelos, acredite-se ou não.

Naquele dia, me contaram que o Mãozão anda lá pelos campos do Paiaguás e da Nhecolândia, que em outras regiões pantaneiras não falam muito dele. As histórias são parecidas: quando o peão está no mato tocando a boiada e sente o sopro misterioso, ele desnortheia, perde o rumo, como num encantamento que faz a pessoa perder a razão. Tem peão que passa dias perdido no mato e reaparece meio zozzo e ruim das ideias; outros “alongam” pelos campos.

As vítimas surpreendidas pelo Mãozão perdem seus cavalos e as tralhas de montaria, passam a viver como selvagens e nunca mais voltam ao normal. Um dos funcionários comentou que conheceu uma família que foi embora do Pantanal porque o filho pequeno foi levado pelo Mãozão e nunca mais apareceu.

Foi intrigante ver homens tão corajosos, nascidos e criados no campo, que não temem cavalgar por dias e dias e dormir em retiros ou acampados, falar com tanta preocupação sobre um ser sobrenatural.

Perguntei como era o bicho e cada um deu a sua versão: meio homem, meio queixada, com pelos no corpo. Outro disse que ele tem olhos amarelos e dentes pra fora, pontiagudos. Outros, mais dramáticos,

disseram que o Mãozão vaga nos campos de dia e de noite e tem uma aparência estranha, de homem misturado com bicho, com pele queimada, pelos escuros e comportamento arredio, sempre à espreita. Teve um que falou que quando o Mãozão sopra na nuca é porque ele vem buscar alguém pra virar assombração e vagar no mato com ele.

Depois de toda essa apresentação, sempre que tenho a oportunidade de conversar com um pantaneiro mais antigo, pergunto sobre o tal Mãozão.

Seu Ramon Coelho, 70 anos de Pantanal, é funcionário antigo da Fazenda Santa Cruz, na Nhecolândia. Ele me contou, já com ar divertido, sobre a lenda do bicho ruim: “Ele pega a pessoa e carrega pra dentro do mato... Diz que o cara entra no mato e dá de cara com o bicho e extravia no campo. Tem muita fazenda aí embaixo que não pode andar sozinho no campo. Andam sempre de dois”.

Com um olhar divertido e desconfiado, o Seu Ramon resume o temor de muita gente que vive no Pantanal: encontrar o Mãozão e perder o juízo, se embrenhar nos campos e desaparecer. “Tem muito peão que corre... Eu nunca vi nem quero ver.”

Nem eu! Respeito a crença. Talvez seja o jeito pantaneiro de dizer que pra tudo tem limite, e que quando os seres desconhecidos decidem se mostrar é porque o homem está cruzando a fronteira invisível que separa os mundos.

O que não faltam são causos. Em quase toda roda de prosa também surge o papo da mulher alada, da noiva perdida, do arrastar de correntes.

Um dia, hospedada na Fazenda Rio Negro – linda, histórica, testemunha de décadas de colonização e transformações –, vi passar uma comitiva levando gado pra Aquidauana. Fui conversar e aproveitar pra aprender um pouco mais com a sabedoria dos que vivem atravessando o Pantanal.

Um dos peões da comitiva me contou que um dia viu um homem montado a cavalo, encostado numa árvore por um tempão. Tudo estava quieto, não havia vento ou som de animais. Quando alguém do grupo chamou o peão solitário pra se aproximar da comitiva, o tal cavaleiro sumiu como num passe de mágica.

Tem muita história de criança que morreu queimada porque, mesmo sem chuva, uma nuvem carregada mandou um raio numa árvore, numa cerca, até num arame, e quem estava perto foi eletrocutado. Tem os que morreram por picada de cobra ou ataque de abelhas, ou por briga de tiro, mesmo. Há os que morreram de tristeza, de solidão, de abandono. E todo lugar com tanta energia ancestral carrega uma bagagem, instintivamente percebida pelos mais sensíveis.

Eu mesma já vivi histórias no mínimo estranhas no Pantanal. Um dia, avistei uma mulher andando no campo e pedi pro Argemiro Barros fazer uma imagem dela pra eu usar numa reportagem. O Miro me olhou com cara de surpresa e perguntou: “Que mulher?”. Ele não estava vendo a mesma coisa que eu...

Certa vez, viajei semanas gravando um *Globo Repórter* com o João Carlos Correia e o Marcus Vinnícius. Numa das fazendas onde estávamos hospedados, a estrutura centenária guardava sentimentos, porque acordei no meio da noite vendo e ouvindo a lamúria de uma mulher. Assustada, corri para o quarto deles e os acordei. O Marcus, arregalando os olhos, falou: “Não gosto de fantasma. Quero ir embora daqui”. Nunca vamos saber se era alma penada ou não, mas passamos a noite juntos, conversando e esperando o dia clarear pra ir embora e respirar ar puro, sem a densidade estranha daquele lugar.

No Pantanal foram travadas disputas ancestrais e até guerras, como já vimos. Primeiro foram as disputas entre indígenas, antes de os europeus chegarem. Depois, ambos lutaram por territórios até os nativos serem dizimados. Teve ainda a disputa entre os colonizadores espanhóis e portugueses, e teve até bandeirante descendo rios atrás de riquezas, dominando vilas na base do tiro de mosquetão.

Em uma das minhas viagens, o motorista da ocasião soltou uma pérola. A gente viajava por estradas de terra com dezenas de paradas pra abrir porteiras. A noite sem lua estava muito escura. O calor silenciava até os seres noturnos.

Adoro olhar para o céu e esperar uma estrela cadente. Mas, naquela noite, foi uma frase do motorista que aguçou meus sentidos: “Fica atenta que em noite sem lua costuma aparecer a bola de fogo!”.

Levei uns segundos pra digerir esse alerta. Que bola de fogo?

A resposta foi ainda mais surpreendente: “É uma assombração que aparece no Pantanal. A bola de fogo sinaliza onde tem tesouro escondido, e você vai atrás e dá de cara com o coisa-ruim!”.

Vira e mexe ouço falarem desse mito, e ainda hoje me delicio. Reza a lenda que os antigos enterravam seus tesouros pra escondê-los de ladrões, posseiros, bandeirantes ou fosse quem fosse o invasor. Nunca conheci quem tenha encontrado, mas, por via das dúvidas, quando viajo à noite fico à espreita. Vai que...

Apesar de ter estudado na escola a Guerra do Paraguai, não tinha me tocado de que essas terras por pouco não ficaram sob domínio espanhol. Hoje, o povo seria de outra nacionalidade e estaria falando outra língua. E essa guerra, a mais sangrenta que o Brasil já travou, manchou de sangue os campos pantaneiros.

De 1864 a 1870, as tropas paraguaias e brasileiras tocaram o terror no Pantanal. Incendiaram a vila de Miranda, invadiram fazendas na região de Aquidauana, adoeceram de cólera em Corumbá, quase morreram de fome e exaustão na região do rio Apa, em Porto Murtinho. A marcha foi marcada por tragédias, mau agouro e muitas mortes.

No livro *A retirada da Laguna*, publicado pela primeira vez logo após a guerra, em 1871, o Visconde de Taunay descreveu os campos de batalha com a perícia de quem, quando jovem, lutou na guerra e passou pelo Pantanal.

Certa vez, fui à Fazenda Taboco gravar para o *Globo Repórter* uma reportagem sobre escolas pantaneiras. Histórica, a fazenda foi fundada entre 1820 e 1830 e abrigou uma escola que recebia filhos de funcionários das fazendas vizinhas. Os alunos passavam o dia na escola e à noite voltavam pra casa de ônibus escolar. Os que moravam mais longe ficavam duas semanas na escola e depois iam passar uns dias com os pais em casa.

O dono da fazenda, Seu Renato Alves Ribeiro, um senhor altivo e sério, nos recebeu com atenção e gentileza. Hospedou-nos na casa da família, uma sede histórica, cujas paredes ostentavam lembranças da Guerra do Paraguai: mosquetões, espadas, estribos de prata encontrados nos campos depois que o Império Brasileiro venceu a guerra.

Na infância, Seu Renato ouvia a avó falar sobre a chegada das tropas paraguaias: “Contava-me minha avó, que nessa época tinha 12 anos, que nem na casa eles entraram. Só levaram armas, cavalhada e alguns peões para práticos e logo os soltaram”¹. A fazenda foi invadida primeiro pelo exército paraguaio, depois vieram os militares brasileiros.

O Visconde de Taunay até citou a fazenda na obra *Em Matto Grosso invadido*. E o Seu Renato, em seu livro *Taboco 150 anos – Balaio de recordações*, conta histórias da guerra.

Acredito que o maior desgaste do Taboco tenha sido causado pelas tropas brasileiras, que aguardando as águas baixarem, ali estiveram acampados por quase três meses. Nós imaginamos que um exército de 2 mil homens, sem um bom serviço de abastecimento, tenha se utilizado enormemente dos recursos naturais, sendo nesse caso quase que exclusivamente a carne².

Naquela noite, não sei se por sensibilidade ou por estar sugestionada, depois de ouvir tanta história do passado da fazenda, meu sono foi tumultuado. Ouvi as tábuas de madeira do assoalho estalarem mais que o normal. O ranger parecia ser de passos de alguém vagando pela casa.

Acordei assustada. Olhei para o forro do teto e senti um arrepio. No meio da madrugada o silêncio imperava; o tempo parecia ter parado. O ar estava mais pesado e frio que o normal. Sentia algo por ali, mas não conseguia firmar os olhos para tentar identificar o que eu percebia por instinto. Vultos e um sentimento de tristeza e angústia compunham a atmosfera misteriosa que envolvia aquela noite. Virei na cama e me forcei a dormir.

No café da manhã, incomodada e com olheiras pela noite não dormida, comentei com Seu Renato o ocorrido. Ele me olhou por uns segundos e sorriu. Disse: “Minha filha, aqui tem muita história... teve morte e sofrimento. Na época da guerra as mulheres da fazenda foram forçadas a cozinhar para as tropas inimigas, foram dias de medo e terror”.

Terminamos o café e ele me levou até uma árvore gigantesca no terreiro. Era uma figueira. Ele falou que ali tinha outra árvore igual, onde, na época da guerra, os militares penduraram uma mulher indígena e a torturaram para que ela contasse o paradeiro dos seus comunais que

estavam auxiliando as tropas brasileiras e matando a tiros oficiais paraguaios. A pobre gritava enlouquecidamente de dor.

Ele parecia se divertir com a minha expressão impressionada. Eu devia estar branca de medo, porque realmente acreditei no que ele dizia.

Gelei.

O Argemiro Barros e o José Reinaldo me olharam assustados. O Miro sussurrou: “Quero ir embora logo daqui”.

Seu Renato falava com uma naturalidade desconcertante, mas era solene. Sua família foi uma das pioneiras na região do Pantanal perto de Aquidauana. A Taboco era uma das maiores e mais bem-estruturadas fazendas, chegando a ter mais de 13 mil cabeças de gado no século XIX – o que correspondia a uma fortuna pastando nos campos. Ainda hoje é uma das grandes fazendas de criação de gado no Pantanal. E, um feito e tanto, mantida na mesma família por quase dois séculos!

Acredito que toda essa energia paira mesmo por aqui. E, como se fossem camadas de bolo, nós podemos sentir as diversas vidas e experiências que se forjaram nesses campos. É muita energia acumulada em centenas de anos... Pode ser essa uma das explicações desses acontecimentos nada convencionais.

Uns chamam de fantasmas, outros de assombração, outros de almas vagando no universo paralelo. Resolvi acreditar que são os nossos ancestrais nos lembrando de que, sim, podemos passar por aqui, mas temos de respeitar a história de cada povo que em algum momento compartilhou o mesmo local. E, hoje, a urgência dos acontecimentos climáticos nos manda mais um recado: destruir, jamais. Outros virão depois de nós.

Só sei que, depois de tantos anos, ainda olho meio desconfiada quando um sopro frio me surpreende no meio de uma gravação. Mas sorrio, mentalizando que um guardião me acompanha, e que o Pantanal me acolhe sempre.

RAINHA

O cheiro de mato molhado é o suor da terra. O Pantanal tem diferentes perfumes: da chuva chegando, da terra molhada, da cheia que levanta poeira...

Quando cheguei, eu era uma capixaba com cheiro de mar impregnado na alma. Não conhecia o Pantanal, e claro que eu queria mesmo era ver a onça. A rainha. Mas ela se fez de difícil.

O ano era 1998. Eu fazia uma reportagem sobre corredores ecológicos quando cheguei na Rio Negro, fazenda histórica fundada em 1855 e comprada por Cyriaco da Costa Rondon em 1889. A primeira casa da sede, contam os relatos históricos, era de adobe e palhas de carandá. Somente em 1920 o atual sobrado de dois andares foi construído. É uma visão surpreendente a chegada na Rio Negro. Há tanta história ali...

Nas primeiras décadas do século XX, a fazenda era ponto de referência e a mais importante da região. Era tão grande que seus campos se espalhavam por milhares de hectares, e a região ficou conhecida por Cyriacolândia, em homenagem ao dono daquela imensidão. No início do século XX eles tinham um Ford Bigode. Lembro-me de que, em minha primeira visita à sede da Fazenda Rio Negro, vi a foto dos antigos donos posando junto a vários desses automóveis estacionados na frente da casa. A fazenda teve um telégrafo instalado pelo Marechal Rondon, e alguns equipamentos antigos continuam guardados por lá ainda hoje. Até o presidente Roosevelt já passou pela fazenda quando em viagem ao Brasil.

Na época da reportagem sobre os corredores ecológicos, o Seu Orlando Rondon, último herdeiro da família Rondon, que foi dono dessa fazenda histórica, tinha vendido as terras para a Conservação Internacional. Era o ano de 1999 e as pesquisas e ONGs estavam chegando no Pantanal. Descemos do Juliete e logo o administrador

exclamou: “Perderam de ver a onça!”. Pensei, animada: Opa, ela está por aqui! Amanhã vou vê-la!

Ideia de principiante... Ela não apareceu mais. Mas pelo menos foi nesse dia que ganhei minha primeira pegada de onça marcada em gesso! Guardo-a até hoje emoldurada na parede da sala. Só de ver o rastro já me encantei.

Anos mais tarde, mais uma reportagem e outro quase. Estava na Fazenda Barranco Alto, na beira do rio Negro, fazendo uma reportagem sobre reprodução de animais e o banquete que era o período de vazante, quando os campos começam a secar e os peixes represados atraem centenas de aves, que se fartam de comê-los. Quando as gravações terminavam, adorava ficar na rede vendo a vida desfilarem. Naquela noite eu desci pra casa dos meus amigos, donos da fazenda, mais perto do rio, e fomos tomar um vinho. O papo sempre era bom e comprido, cheio de histórias e causos pantaneiros.

A noite estava quase chegando ao fim. Minha amiga de alma Marina Schweitzer e eu ainda tínhamos histórias pra contar, mas as gravações começavam cedo e eu tinha que dormir. Voltei para a pousada a pé, escoltada pela Marina, que depois voltou sozinha pra casa dela. Eram 50 metros ou menos da sede até a pousada. E não é que no dia seguinte um funcionário veio contar que naquela noite a onça-pintada atravessou o campo que separava as duas casas? Com certeza ela nos viu; nós que não a percebemos.

Os anos passavam e eu já estava até achando que essa história de onça-pintada era linda pantaneira. Eu via de tudo, menos a bicha.

Certa vez, gravando sobre o turismo ecológico no rio Vermelho, meu joelho resolveu doer e eu mal conseguia caminhar. Achei um barranco na margem do rio e me sentei. Falei pro Ronaldo Balla e o assistente Osvaldo Dias seguirem em frente, uns 100, 200 metros, que eu ia ficar sentada esperando eles filmarem os cabeças-secas e as garças nos galhos. Sentei e decidi treinar o ouvido. Ficava em silêncio, só escutando os sons.

Fazia muito calor. O sol do meio da tarde rachava o chão e ardia a pele. De repente senti um arrepio na nuca... e do nada me bateu uma inquietação. Senti um cheiro forte que eu não soube dizer do que era.

Meu coração acelerou e repentinamente senti um medo danado. Eu queria correr, mas não conseguia, porque o joelho estava inchado. Resolvi assoviar alto, chamar os colegas. Claro que o meu alvoroço espantou as aves dos galhos! Uma revoada linda e frenética agitou o silêncio e deixou o clima tenso no ar.

O cinegrafista voltou bravo porque a minha bagunça tinha acabado com a chance de eles filmarem o ninhal. Eu olhava para os lados e não via nada, mas sentia um calafrio. Saímos dali e continuei com aquele gosto estranho na boca. Conteí sobre a minha experiência na hora do jantar e o dono da fazenda falou: “Ah, era ela que estava te olhando!”. Fiquei meio perturbada, porque eu não conseguia acreditar que uma onça poderia ficar perto de mim...

Já fazia quatro anos que eu estava morando no Pantanal e nunca tinha visto a onça. Observava as margens dos rios com avidez e olhos de raios X e nada! “Dessa vez vai!”, eu sempre pensava. Mas nada acontecia.

Desencanei. Quase esqueci a minha paixão por felinos.

Tempos depois, fui a outra região do Pantanal pra gravar o comportamento noturno dos animais. Fazíamos focagem dos olhos brilhantes de jacarés, que pareciam lanternas acesas naquela escuridão. É impressionante a visão de um lago repleto de jacarés com os olhos brilhando. As baías parecem estar cobertas de pisca-piscas natalinos, de tantos pontos que brilhavam diante do feixe de luz. Eram olhos de jacarés!

Fui perguntar para os pesquisadores por que os olhos dos jacarés brilham quando a gente joga luz neles. Descobri que jacarés e crocodilos são sobreviventes e têm uma visão noturna aguçada por causa de uma evolução estratégica: uma camada de células fotorreceptoras atrás da retina que funciona como um espelho, refletindo a luz.

O cilibrim, um tipo de lanterna potente que usamos para nos guiar na escuridão, parou de repente em dois grandes pontos brilhantes: o capim alto escondia a bichona. Os olhos amarelos pareciam bolas de gude fluorescentes. Congelei. Seria ela? Minha primeira onça? Era!

Meu coração disparou. Ela não saiu do lugar! Encarou a gente com um jeito atrevido, sem demonstrar incômodo com aquela luz na cara. Foram minutos. Arrepiei e tremi. Uma onça no meio do Pantanal!

O cinegrafista filmou, mas a melhor imagem ficou gravada na minha mente: ela saindo rápido e sumindo no mato. Achei lindo e quis mais. Embriaguei-me da onça, aquela pele pintada e aquela cabeça enorme. Eu queria ver uma de dia, cara a cara.

Sempre que eu entrava nos campos, pedia em silêncio por esse presente. Eis que um dia, numa fazenda em Miranda, ela estava lá, no meio do campo. Um fim de tarde de céu laranja e quente. Um bicho caído e, majestosa, ela se alimentava. Apenas levantou a cabeça e nos viu. Deu mais uma bocada e saiu, deixando a refeição de lado.

Depois desse dia, a natureza pareceu me aceitar. Meus olhos passaram a ver as manchas e a pele amarela entre plantas e caraguatás, mas ainda era uma relação furtiva, quase proibida. Encontro de amantes, rápido, que deixava gosto de quero mais e desejo de mais um encontro.

Certa vez, estávamos gravando um *Globo Repórter* no rio Touro Morto. Voltávamos de uma gravação de mergulhos nas águas cor de chá, depois da Grande Cheia de 2011. De repente vimos um colega da equipe escondido no meio do mato, apontando a lente pro outro lado da margem. Ele fez sinal para encostarmos o barco perto dele. Foi quando vimos a onça-pintada ali, a menos de vinte metros da gente, sob a sombra, na outra margem do rio. Preguiçosamente deitada.

O João Carlos Correia, indígena Terena, arrumou o tripé tentando ao máximo não fazer barulho. O João nasceu em uma aldeia na região de Miranda, a família mudou-se pra Campo Grande quando ele era criança. Trabalha na TV Morena há mais de 35 anos e nunca tinha visto uma onça-pintada! O assistente técnico Eric Machado também tentava se equilibrar no barquinho pra apoiar o tripé e dar estabilidade pro cinegrafista gravar as imagens. Eles estavam tensos e eufóricos com esse primeiro encontro. Até pensei que a aproximação a irritaria, mas ela apenas levantou a cabeça, nos olhou e bufou.

Ficou ali nos encarando, deitou, rolou de barriga pra cima como um gatinho dengoso. Foram quarenta minutos assim, juntos. Nossos corações batiam tão rápido que a impressão era de que iríamos infartar. O medo deu lugar ao encantamento de ver aquele animal tão majestoso na nossa frente sem que se sentisse ameaçado e sem nos ameaçar. Até tomei coragem e gravei uma passagem, que é quando o repórter

aparece no local da gravação falando sobre o que está acontecendo. A imagem foi espetacular porque a onça-pintada estava ao fundo, olhando pra gente sem se mexer. Eu ali entendi e expliquei uma das máximas pantaneiras pra quem fosse assistir: a gente não vê a onça, é ela que se mostra, porque quando aparece na nossa frente já estava ali nos observando há tempos...

Desde então, elas têm se mostrado com mais frequência. Uns dizem que agora tem mais onças no Pantanal do que antes, já que não tem caça, mas é difícil saber. Vez ou outra os policiais e pesquisadores encontram carcaças de onças com sinais de tiros, o que mostra que a prática ainda não está totalmente controlada, apesar de criminosa.

Uma das reportagens mais impactantes que já fiz foi exatamente sobre safáris pra caçar onças-pintadas. Tudo começou em Corumbá. Alysson Maruyama era o repórter de lá e produzimos toda a reportagem juntos. A Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul investigava crimes de caça de animais silvestres na região de Corumbá, Miranda e Aquidauana. Fizemos flagrantes e a denúncia chegou à Polícia Federal. Foram vistos couros de animais e carcaças em fazendas na região do rio Negro.

O flagrante do safári não foi feito porque os policiais não conseguiram chegar a tempo, mas a investigação revelou um vídeo de propaganda que prometia o abate de um “jaguar” no Pantanal. Esse vídeo circulava pela internet em *sites* de caça de animais selvagens pelo mundo. Estrangeiros pagavam caro, muito caro, pra abater o maior felino das Américas. O vídeo mostrava a expedição pelo mato, guiada por pantaneiros e mateiros caçadores de onças. Nas imagens estarrecedoras, uma onça-parda acuada por cães – eles embaixo da árvore e ela em cima de um galho, assustada. De repente o estampido do tiro e a onça cai morta. Em outra cena, ainda mais pavorosa, uma onça-pintada enorme na mesma situação. O tiro é disparado e ela cai agonizando. Os cães avançam sobre ela, mordendo a onça ainda viva. Em seguida, os caçadores aparecem tirando o couro dela, e uma pecuarista tradicional do Pantanal é vista bebendo o que seria, segundo a polícia, cachaça com gotas de sangue da onça morta. E ela ainda se vangloriava, dizendo que a tal onça estava comendo o gado dela.

Esse assunto rendeu muita repercussão e pouca punição. As acusações basearam-se em três leis diferentes: a Lei de Crimes Ambientais, o Código Penal e o Estatuto do Desarmamento. Infelizmente, a maioria dos crimes prescreveu antes de os envolvidos serem punidos.

Aos poucos o conhecimento científico vem ajudando a mudar a prática da caça. Em agosto de 2011, vi nascer no Refúgio Ecológico Caiman um projeto que alia turismo de observação, pesquisa e conservação de onças. O ex-piloto Mario Habermfeld, apaixonado por grandes felinos, resolveu trazer a técnica de habituação para o Pantanal. Profissionais da África do Sul, que já trabalhavam com isso nos parques africanos, vieram dar os treinamentos. De início achei diferente, mas logo na primeira reportagem vi o quanto as equipes envolvidas estavam preocupadas em buscar uma forma de promover a onça-pintada como um ativo: ela vale mais quando está viva, atraindo milhares de turistas por ano. Em paralelo, pesquisas estão ajudando a ampliar os conhecimentos sobre a rainha das florestas.

Em 2014, a equipe da TV Morena de Corumbá acompanhou uma tentativa de resgate de uma onça-pintada com dois filhotes. Era o período de cheia. A mãe, fugindo das águas, se abrigou num pé de manga no quintal da casa de um pescador, às margens do rio Paraguai. Imagine o susto de acordar e ver três onças-pintadas no seu quintal! Seu Pedro, um vizinho, ouviu a correria e testemunhou toda a ação de resgate. Bombeiros e uma médica veterinária que cuida de animais domésticos prepararam dardos para sedar os animais e retirá-los da árvore. Os dardos foram atirados primeiro na mãe. Seu Pedro contou numa reportagem que fiz para o *Fantástico*: “Eu vi quatro tranquilizantes, mais um depois que ela caiu. Cinco, né?”.

Mesmo com uma rede esticada pra segurar a onça sedada, ela caiu na água e se afogou. Os dois filhotes órfãos, com pouco mais de três meses, foram levados ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres em Campo Grande, administrado pelo Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul. Lá ficaram por mais de um ano, crescendo numa jaula pequena. Os filhotes passam até dois anos com a mãe para aprender a caçar e despertar todos os instintos necessários à sobrevivência. Mas essas duas estavam fadadas à vida em cativeiro.

Foi quando a equipe do Projeto Onçafari, com autorização do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), autorizou a pesquisa de reintrodução. Tudo foi feito com orientação e acompanhamento do Cenap (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros), vinculado ao ICMBio.

O projeto era ousado: levar as duas onças órfãs ao Refúgio Ecológico Caiman, onde havia um recinto de mais de dez mil metros quadrados no meio do Pantanal. Imagine que as onças não sabiam que eram selvagens, pois cresceram dentro de uma jaula e recebiam comida de um tratador. Câmeras de monitoramento foram instaladas para acompanhar o desenvolvimento dos animais.

A dupla foi gradativamente apresentada a novos alimentos. Primeiro, partes de animais. Depois, com autorização dos órgãos ambientais estadual e federal, animais silvestres que fazem parte da dieta natural das onças, capturados pelos pesquisadores e soltos no recinto. No início as onças tinham medo até de porcos domésticos. O protocolo de treinamento foi todo pensado para que elas aprendessem a caçar, desvinculando a figura humana da oferta de alimento, e pudessem ser soltas de novo no Pantanal. A bióloga coordenadora do Onçafari, Liliane Rampin, me disse que as onças “comiam apenas uma vez por semana, porque elas precisavam do instinto da fome para entender que tinham que caçar aquela comida”. E deu tão certo que um ano depois as duas onças, Fera e Isa, foram soltas.

As informações emitidas via satélite pelos colares dos animais comprovaram que ambas estavam bem e mostraram que a natureza deu o sinal de que o esforço fora recompensado: Isa e Fera já tiveram filhotes ao longo dos anos. Essa foi a primeira vez que onças-pintadas criadas em cativeiro foram soltas com sucesso na natureza.

Com base nessa experiência, foi feito um projeto semelhante em Jacareacanga, no sul do Pará, no qual duas oncinhas que perderam a mãe e também cresceram em cativeiro foram treinadas para ganhar a liberdade. Acompanhei toda essa história, que foi mostrada em duas reportagens no *Fantástico*, com um ano de intervalo.

Os dados científicos mostram que 70% das onças-pintadas que restaram no mundo estão no Brasil, a maioria na Amazônia e no Pantanal.

O maior felino das Américas ocorria desde o sul dos Estados Unidos até o norte da Argentina, mas a caça reduziu muito o seu território e a sua população. Nos Estados Unidos já não são mais vistas, estão extintas em alguns países da América Central, e na América do Sul estão perdendo a luta contra a abertura de áreas.

Em 2021, fiz uma reportagem pro *Jornal Nacional* mostrando duas onças-pintadas envenenadas no Pantanal, próximo à estrada-parque – e, com elas, outros animais que se aproximaram das carcaças e também morreram, conforme constataram os pesquisadores do Reprocon (Instituto Reprodução e Conservação). O Reprocon foi quem criou o primeiro banco genético de onças-pintadas de vida livre: eles capturam os animais e recolhem amostras de sêmen e sangue, que são mantidas em nitrogênio líquido, a baixíssimas temperaturas. Esse banco poderá proporcionar a fecundação *in vitro* de onças e até sua reintrodução em áreas onde estavam extintas. Um dos médicos veterinários do projeto, Thiago Luczinski, explicou durante uma gravação que eles têm “um *backup*, digamos, desses animais, que pode ser utilizado no futuro em caso de grandes catástrofes que provoquem perda de parte da população. Então essa genética conservada, criocongelada, pode ser devolvida”. Onças de proveta, já pensou?

Ser repórter me permite ir a fundo nas questões e conhecer vertentes diversas de cada assunto. Muitas vezes conseguimos abrir os olhos da população, fazer denúncias às autoridades e mudar um pouco a realidade de quem nos assiste a partir do seu envolvimento. No entanto, também vivemos momentos de frustração. Essas histórias de caça são as que mais me indignam. Sabemos que em outros países está acontecendo a caça da onça-pintada para a retirada de presas, ossos e pele, como se fazia em outros tempos na Ásia – o que levou grandes felinos à lista dos animais ameaçados de extinção ou à própria extinção local. Enquanto houver gente para comprar e gente para matar, esses animais estarão em risco.

“Troféus” como uma presa de onça, uma pele ou uma foto mostrando o abate a tiro são inaceitáveis para mim. Quem pensa que matar um ser considerado sagrado demonstra poder está demonstrando, na verdade, ignorância e certeza de impunidade.

Nos últimos anos, outra preocupação se confirmou em números. Joares May, médico veterinário da Unisinos e do Projeto Onçafari, fez uma pesquisa coletando amostras de sangue de onças que viviam em duas regiões bem distintas do Pantanal: Poconé, na porção norte, onde há anos existem cerca de vinte áreas de extração de ouro; e Miranda, na porção sul. O resultado foi preocupante: a quantidade de mercúrio encontrada no organismo das onças do norte era vinte vezes maior do que nas do sul.

Agora vamos ampliar o pensamento. A onça se alimenta de mais de oitenta espécies diferentes do Pantanal. Peixe, jacaré, capivara. Ela é topo de cadeia alimentar. As pessoas também se alimentam desses peixes que vivem nos mesmos rios. Os garimpos ficam ao lado de Poconé. Nem precisa ir muito longe... Quem entra na Transpantaneira logo vê as imensas áreas de extração. Apesar de não ser lavra de ouro, também tem mineração em pleno Pantanal. Também tem o rastro vermelho do minério espalhado nas estradas e, vez ou outra, nos córregos.

Proibir tais atividades não é opção. Logo, a alternativa seria delimitação de até onde e quanto se pode extrair, compensação, fiscalização e financiamento de pesquisas contínuas. Mas isso não acontece na prática, e as pesquisas que temos mostram os resultados silenciosos que ameaçam esse bioma.

A fauna do Pantanal é tão abundante, o ser humano vive há tanto tempo na região... Não faz sentido matar por matar, matar porque a onça comeu um bezerro ou uma vaca, por esporte ou para provar bravura e virilidade. Não faz sentido envenenar a água para gerar riquezas que enchem os cofres de um número reduzido de pessoas. Certas prioridades estão condenando aquilo que é patrimônio de todos.

Sobre as onças-pintadas... fui arrebatada por um amor de alma! É o animal mais majestoso e intrigante que já conheci. O maior felino das Américas, a rainha. Meu *alter ego*. Quem convive comigo sabe da minha alma felina. Por isso meus amigos jornalistas me chamam de Juma, personagem de Benedito Ruy Barbosa que conquistou o Brasil. A moça brava que vira onça e ama viver no Pantanal.

Sim, quero. Sempre!

ZOIO DE ONÇA

Um Monet.

A velocidade do carro faz a paisagem parecer uma pintura impressionista. Pontos de nitidez, cores vivas, imagens misturadas em uma confusão deliciosa.

Olhar pela janela na estrada que leva ao Pantanal é uma hipnose. Paisagem psicodélica, até tonteia...

Nessas horas de deslocamento, antes de começar a gravar as reportagens, adoro fantasiar, imaginar cenas do cotidiano e me incluir nesses instantes como se eu fizesse parte daquele lugar.

Os morros de arenito vermelho e laranja têm o topo chapado e plano. A mata escassa vai raleando, anuncia a calvície natural nesses cumes erodidos.

A Serra de Maracaju, geologicamente falando, é um planalto com essas escarpas, é um capricho natural.

Imponente, tem de 500 a 600 quilômetros de extensão e de sul a norte rasga o estado do Mato Grosso do Sul ao meio: marca o território como um divisor natural das bacias dos rios Paraná e Paraguai. De um lado o Cerrado e do outro o Pantanal.

No passado era uma barreira intransponível; mística, até.

Eu sempre acho que um dinossauro vai sair correndo de um daqueles morros e nos surpreender numa viagem no tempo!

Aquelas rochas são como dicionários da evolução. Em algum momento, há 300 milhões de anos, as entranhas da terra se revolveram e erupções vulcânicas despejaram lava. Petrificou, formou uma faixa dura de basalto. Os arenitos se formaram 100 milhões de anos depois, erodidos pelos ventos. Por cima, a tal terra fértil que encheu os olhos dos colonizadores – os mesmos que, nos últimos dois séculos, transformaram a região numa imensa lavoura avançando até a planície pantaneira.

A rocha vermelha guarda microcristais de quartzo incrustados. Pontinhos brilhantes iluminados pelo sol dão aos morros um toque de purpurina, numa visão mágica... Fico pensando no que os europeus sentiram quando viram essa paisagem de tirar o fôlego.

Quantos bichos, quanta vida!

Ainda hoje o barulho do passado ecoa por aqui. Como se nos fizesse lembrar que esta terra jamais se rendeu, apenas se calou.

Depois da serra, logo vem a planície.

Os paredões no passado serviram de esconderijo pra indígenas fugindo do avanço branco. A serra pode ser vista da janela do carro por quilômetros durante a viagem. Quem quiser uma aula prática sobre relevo basta subir o Morro do Paxixi, em Aquidauana, e lá de cima consegue entender como se formou a planície.

Ali acaba o planalto. Ali começa o Pantanal.

Sempre reconheço esse relevo quando passo pelos morrotes em Anastácio e Aquidauana, é quando sei que o meu paraíso particular começará a se mostrar.

Primeiro com cara de Cerrado; as árvores tortas de cascas caracachentas me fazem sorrir quieta. Uma ode à teimosia e à resistência dos sertões. Elas se amontoam nos pastos e campos de horizonte verde obedecendo uma inexplicável noção de distanciamento. Nunca se fecham em matas, como em outros biomas.

Embrenhar-me no Pantanal traz um sentimento de nostalgia. É como se o tempo aqui passasse mais devagar, e nesses lapsos de eras pudéssemos voltar aos primórdios e testemunhar o que se passou.

Penso nas pessoas. Os indígenas, depois os colonizadores europeus, os garimpeiros na corrida do ouro, os primeiros criadores de gado que se aventuraram a se fixar nesses campos e abrir fazendas.

Como era a vida neste rincão isolado? Como as pessoas se comunicavam com a Corte nos tempos do Brasil imperial?

Tudo tão longe e tão precário.

Nas minhas pesquisas para tentar entender a história do Pantanal e, claro, da comunicação entre os pantaneiros, deparei-me com registros deliciosos. Um deles era o chamado correio de toco, praticado no século XVIII entre moradores de Cuiabá que precisavam enviar cartas para a Corte. Quem levava essas correspondências eram os viajantes. Havia um toco de árvore numa das paradas para pouso, no município de Corumbá, que os viajantes usavam como caixa de correio. Eles pegavam as correspondências escondidas dentro do oco da árvore e seguiam viagem pra entregá-las aos destinatários. Quem tinha mais dinheiro pagava mensageiros, mas isso era raro e muito caro pros padrões da época.

No artigo publicado no Catálogo da Exposição Regional Campo Grande 2001, Geraldo de Andrade Ribeiro Jr. e João Roberto Bayalobgue narram a história postal da então província de Mato Grosso nos tempos do Império. As correspondências oficiais, de responsabilidade do Correio Militar, eram levadas pelas rotas já estabelecidas com a Corte, mas as correspondências pessoais nem sempre conseguiam carona nos malotes da época e tinham de criar seus caminhos postais. Desde 1856 existia rota postal na região, com uma estação dos correios em Albuquerque, povoado perto de Corumbá.

Viajando de carro pela estrada de terra, fico lembrando essas leituras e silenciosamente editando cenas em minha mente. A estrada, hoje chamada de MS-228, foi criada seguindo a linha dos postes de energia instalados na década de 1970, que, por sua vez, foi parcialmente traçada por Cândido Mariano Rondon no início do século XX. Quando me contaram isso, fui buscar registros dessa saga em arquivos históricos.

Desde os tempos do Segundo Reinado, ocorrido em meados do século XIX, foram patrocinadas expedições pra desbravar o interior do país. A Guerra do Paraguai, travada de 1864 a 1870, revelou uma parte do Brasil pouco conhecida e pouco povoada, que os braços do Império praticamente não alcançavam e que evidenciou a dificuldade de comunicação com a Corte. Ganhou força na época o princípio da unidade: era preciso pesquisar, registrar em mapas e na cartografia esse território tão vasto e pouco conhecido. Foram então criadas as

comissões, quase sempre comandadas por militares do Exército, para mapear, identificar as bacias hidrográficas e os povos indígenas locais, construir estradas, pontes e ferrovias e instalar linhas de telégrafo.

Quando a República foi instituída, no final do século XIX, a necessidade de traçar fronteiras e integrar o Brasil ganhou ainda mais peso. Depois da guerra travada durante o Império, era preciso controlar a ocupação dessas terras. Em outubro de 1891 foi oficializado um decreto com um plano para adentrar o interior do Brasil. Os acordos diplomáticos tinham definido as fronteiras. Territórios disputados pelos paraguaios foram conquistados pelo Brasil. Por isso, parte das terras que hoje conhecemos como o estado de Mato Grosso do Sul foi oficialmente incorporada ao Império brasileiro no pós-guerra e passou a fazer parte do Brasil. Era preciso firmar a presença dos brasileiros e vigiar as fronteiras no Centro e no Norte do país.

De 1900 a 1906, Rondon participou da comissão que ligou as linhas de telégrafo de Corumbá a Cuiabá – parte do que hoje é a estrada-parque foi traçada aí. As linhas de telégrafo atravessaram o Pantanal em postes de madeira que puxavam os fios, e em algumas fazendas tradicionais foram instaladas casas com o maquinário do telégrafo. As fazendas Firme, Santa Rosa e Rio Negro foram algumas que receberam a visita da Comissão Rondon e os postos do telégrafo. Nas viagens pelo Pantanal ainda consegui ver alguns desses postes. O ponto mais preservado hoje é a casa do guarda-fios, funcionário que atuava como uma espécie de inspetor das linhas, construída por Rondon no Porto da Manga.

É importante entender o momento histórico que vivíamos. Depois da ligação de Corumbá a Cuiabá pelas linhas do telégrafo, em 1907 foi criada a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, reunindo interesses científicos, de infraestrutura e de comunicações. Rondon assumiu o comando da comissão, que incluía militares, médicos, farmacêuticos, cientistas e fotógrafos. As fotos e os filmes que a equipe gravou ainda no início do século XX são apaixonantes! Para mim, mais que uma expedição de interiorização e descobertas, Rondon tinha a dimensão da necessidade desses registros como forma de levar aos brasileiros imagens de um Brasil que poucos conheciam.

Em cada lugar que chegava, a comissão reconhecia os territórios, registrava relevo, rios, vegetação, habitantes tradicionais, abria estradas derrubando a mata para as linhas do telégrafo passarem, instalava postes, esticava fios. Imagino quão sofrido e árduo foi esse trabalho pioneiro e como devia ser intocada a vegetação do Pantanal e da Floresta Amazônica...

Nas viagens, eles montavam acampamentos e ali permaneciam até cumprir todas as etapas de instalação – um tempo de parada precioso para os pesquisadores da época. Por isso, naturalistas, botânicos, zoólogos e desenhistas costumavam acompanhar a Comissão Rondon, fazendo registros, coletando amostras de plantas e animais e ampliando a descrição de espécies ainda desconhecidas. O próprio Rondon falou sobre isso em uma de suas conferências:

[...] os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios caminharam *pari passu* com os trabalhos da construção da linha telegráfica, do traçado das estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado.

Da expedição que revelou ao mundo o sertão do Centro-Oeste, permanecem até hoje a casa-sede, onde ficavam os equipamentos do telégrafo, e a já mencionada casa do guarda-fios, construída em madeira sobre palafitas no Porto da Manga (outrora foz do rio Miranda, desaguando no rio Paraguai).

A ironia do destino foi que, pouco tempo depois, a tecnologia do telefone chegou ao Brasil. Todo o esforço empreendido na instalação das linhas telegráficas foi pouco desfrutado...

Mesmo quando o tema da reportagem é relacionado ao meio ambiente, tento incluir pitadas de história para que as pessoas entendam o contexto. Acho interessante, pitoresco, e, como muitas dessas informações foram saborosas descobertas que não vieram da escola, gosto de compartilhá-las com quem vai assistir.

Sigo pela estrada de terra batida, terra branca, fina. São 116 quilômetros, 74 pontes de madeira e uma ponte de concreto. Ela ganhou o nome de estrada-parque por causa da beleza cênica e dos muitos animais que a cruzam de um lado a outro.

As pontes de madeira parecem instalações infantis de palitos de picolé fincados na areia molhada e movediça da praia. São guerreiras. Aguentam firme e respondem apenas com um chacoalho suave ou um rangido dolorido a cada roda carregando peso. É agosto, estão sobre mato alto e leitos esturricados. Só têm função quando a água sobe e se espalha. Por isso a estrada foi feita parcialmente sobre um aterro, e as pontes, erguidas sobre as vazantes e corixos por onde a água da chuva e das cheias dos rios se espalha.

Ainda não é hora da cheia. Ela vem de mansinho ou apressada, depende do humor. Até lá, o povo da estrada engole poeira, vê a água evaporar e sente o sol rasgar as nuvens e chegar queimando. Já amanhece abafado, quente.

Sinto o calor assar meu ânimo. Transpiro litros, num suadouro incessante. Pingo sais e percebo o corpo desidratar. Até nisso vejo encanto: borboletas voam ao sabor do vento e pousam na minha pele suada. Vêm sorver sais minerais do meu suor e eu me sinto uma flor... Elas não estão só se alimentando de mim: estão também pensando em sexo, pois precisam desses sais minerais pra entrar no período reprodutivo. Então, fui seduzida por flores que voam!

No campo, o verde resiste apesar do inverno. O chão seco revela a natureza no limite. Em três ou quatro meses tudo será completamente alterado, a cheia vai inundar tudo e trazer de volta a fartura.

Um cafezinho cisca e captura furtivamente uma larva. Essa ave de pernas longas e penas marrons é conhecida também por jaçanã. Caminha sobre a vegetação aquática sem afundar. E o senso de humor pantaneiro às vezes aflora: “Aquele ali é que nem Jesus, caminha sobre as águas...”.

A capivara esperta pasta nenúfares graúdas e suculentas, que espalham flores cor-de-rosa ou brancas por muitos alagados pantaneiros. Os

jacarés magrelos nem se mexem. Até as ariranhas dão um jeito de se refrescar e se refugiam nos alagados teimosos que ainda guardam peixes.

Adoro isso. Embriago-me com esse cheiro de mato, embalada num torpor a cada lufada de vento. Um cheiro ocre, meio azedo, meio incerto de vegetação apodrecida e terra desidratada.

Nesses anos todos de Pantanal ainda me surpreendo com as mudanças, com as novidades. Nunca é igual. Meu olhar é sempre de primeiro encontro. Ora apaixonado com as descobertas, ora preocupado com as constatações. Sempre em vigília.

Ao longe ouço o berrante e os estalos da piola do peão. A piola é um chicote com um plástico na ponta, que o peão pantaneiro usa com maestria fazendo movimentos rápidos que fazem o plástico estalar como uma bombinha de São João.

Tem boiada na estrada! Enfileirados e branquinhos, atravessam a ponte a caminho das terras altas do Pantanal. O peão no seu baixeiro laranja me reverencia respeitosamente e para pra uns instantes de prosa.

Pergunto há quantos dias estão na estrada e ele sorri: “Ahhh, dona, tem uma semana e já tamo chegando”.

Os estalos do chicote trançado em couro cru e a boiada batendo os cascos na madeira da ponte são uma sinfonia única e inesquecível destas terras.

O ponteiro me observa curioso, se espanta com meu rosto vermelho, com a pele queimada e sem chapéu. Eles já me conhecem de tanto que passo por aqui. Já fui aceita e recebo sempre um sorriso e uma brincadeira – sinal de que passei na criteriosa e silenciosa avaliação do pantaneiro...

Ele me diz, com um olhar divertido: “Dona, a senhora tem zoio de onça, amarelo!”.

Acho graça do jeito certo, simples e sábio.

O sol me transforma e os meus olhos clareiam, ficam cor de mel. Olhos da onça se sentindo plena em seu reino encantado. Os raios quentes bronzeiam a minha pele sem descascar. Revelam a minha essência.

A comitiva passou sobre a ponte na estrada-parque e seguiu para o pasto ainda verde nas terras mais altas, onde fica a fazenda com os

currais, prontos para receber o rebanho que vai a leilão. Nesse dia paramos para gravar as nuances do Pantanal secando. Ainda não estava esturricado, mas já começava a revelar a terra seca em muitos campos. No bracinho de rio, uma camada fina de Wolffia, a menor planta com flor descrita no Pantanal. Parece um grãozinho de areia, mas quando se acumula aos milhares forma uma nata verde sobre a água. Os jacarés se misturam e ficam só com os olhos para fora, camuflados. Uma cena linda quando, ariscos, começam a nadar e deixam um rastro verde em ziguezague na flor da água.

Nossa reportagem sobre o calor e a transformação do Pantanal me mostrou que a beleza aqui se revela na imensidão, mas os grandes mistérios estão mesmo protegidos nos detalhes que só quem olha com olhos de enxergar e se permite sentir vai entender...

RIO DE AREIA, MAR DE ÁGUA DOCE

“Não tenho nada, nem uma vaca pra tirar leite.” Conformada, Dona Berenice Castelo me deixou desconcertada quando disse essa frase.

Eu tinha acabado de chegar no Mato Grosso do Sul como repórter do *Jornal Nacional*, em 1998. Era uma reportagem sobre o rio Taquari, uma das primeiras que fiz. O Brasil estava em euforia pelo início da Copa do Mundo na França, e tínhamos certeza de que seríamos campeões com aquela seleção incrível. O país vivia um excelente momento econômico, as perspectivas de futuro eram promissoras.

Sáimos de Campo Grande em direção a Corumbá. Na época não havia ponte sobre o rio Paraguai e só era possível atravessar por balsa. A espera era uma novela. Regras de segurança determinaram prioridades na travessia: caminhão transportando gás ou combustível embarcava primeiro e sozinho. Era enlouquecedor quando, depois de uma hora de espera, chegando a nossa vez de embarcar, aparecia um caminhão-tanque. Ele passava na nossa frente e a gente ficava mais duas horas esperando, morrendo de raiva. Passei por isso muitas vezes. Dessa vez tinha sido a mesma coisa: mais de duas horas esperando a balsa para poder seguir viagem.

A primeira entrevistada seria a Dona Berenice, figura muito conhecida e respeitada pelos pescadores e ribeirinhos que moravam nas colônias às margens do rio Taquari. Uma senhora de meia-idade com a pele curtida de sol, feições remetendo aos Guató. Ela não sabia se descendia desses indígenas, mas sempre viveu no Pantanal. No meu segundo dia em Corumbá embarcamos em uma voadeira – assim são chamados aqueles barcos de metal com motor, usados para ir e vir pelos rios. O dia estava amanhecendo e fazia frio naquele início de inverno. Navegamos pelo rio Paraguai, depois entramos num bracinho de rio que nos levou até o Taquari.

O barco começou a passar por emaranhados de caminhos que a água abria no baceiro, vegetação comum nos rios pantaneiros. É uma espécie de macrófita aquática, uma planta que suporta alterações extremas no ambiente, inclusive o estresse do alagamento temporário. São pontiagudas e criam um emaranhado de mato, formando ilhotas e fechando as passagens nos caminhos criados pela água. Tal labirinto não está registrado nas cartas náuticas e desorienta quem não tem o hábito de navegar por ali.

As horas passavam e a paisagem mudava das margens com vigorosas matas ciliares ao horizonte plano coberto pelos baceiros. Depois, o mais impressionante: um cemitério de árvores mortas. Os troncos secos e esbranquiçados pareciam paliteiros no meio da água. Aquilo me chocou por causa do silêncio. Um sentimento estranho, de opressão diante daquela imagem tão sinistra. O sol alto do fim da manhã aqueceu um pouco aquele dia, mas não amenizou meu espanto.

Dona Berenice explicou que logo adiante ficava a fazenda dela. Eu olhava e só via água, árvore morta e vegetação aquática. Depois ela comentou: “Aqui passava a estrada que levava até Corumbá”. Difícil acreditar, porque estávamos navegando num trecho com uma pequena correnteza, parecia um córrego. Desci do barco e a profundidade era rasa, a água batia nas minhas coxas. A água gelada e o fundo do leito, fofo de areia, eram desconcertantes. Conteí na reportagem que antes passava uma estrada ali onde eu estava caminhando, e que era realmente difícil imaginar um vaivém de carros e poeira naquela imensidão alagada.

Seguimos viagem por mais uns quinze minutos. Ao longe avistamos uma casa típica da região: paredes de madeira, telhado com telhas vermelhas, pilastras de troncos de aroeira. Quando nos aproximamos, levei um susto ao perceber que a casa estava inundada. A água chegava a uns 40 ou 50 centímetros de altura na parede. Conseguimos entrar de barco na varanda. Com um olhar vago, a Dona Berenice falou: “Essa era a minha casa, mas o rio Taquari me expulsou daqui...”

Ela fez questão de descer do barco e caminhar pelos cômodos da casa, mesmo com a água batendo no joelho. Amparada por uma das moradoras da colônia, percorreu a sala, o quarto. Olhava silenciosamente cada canto da casa onde viveu por anos e que hoje era ruína.

O telhado ainda estava firme, mas as paredes de madeira apodreciam lentamente, perdendo a rigidez para os anos de inundação. Temi pela segurança delas e pedi que saíssem lá de dentro.

Estávamos na Colônia do Castelo. Umhas poucas famílias tinham permanecido nas raras porções de terra que sobraram e onde ainda era possível erguer um barraco. Com os olhos marejados, a senhora pantaneira contou que antes do alagamento do Taquari ela tinha uma vida tranquila e farta; chegou a criar 5 mil cabeças de gado naquela fazenda. Perdeu tudo e foi morar em uma casa simples, na periferia de Corumbá. Vive com dificuldade porque perdeu sua principal fonte de renda.

Seis anos mais tarde, voltamos ao mesmo lugar para gravar um *Globo Repórter* e levamos novamente a Dona Berenice. Dormimos nas casas dos pescadores pra contar melhor essa história dos náufragos sem barco, que perderam as terras para aquela inundação de água doce. Sob as folhas de acuris, encontramos numa ilhota a carcaça de uma antiga caminhonete Willys, sem roda nem motor. A lataria azul, desbotada, destoava daquele universo verde e barrento. O ex-morador me contou que sua família ia da colônia às margens do rio Taquari até Corumbá em umas três horas de viagem na caminhonete, mas o rio se espalhou pelos campos e inundou tudo. As estradas se transformaram em córregos e eles nunca mais conseguiram tirá-la dali. O jeito, então, foi vender os pneus e o motor pra ganhar um dinheiro extra e deixar a lataria apodrecendo no tempo.

Foi nesse lugar que aprendi sobre a Guerra dos Coureiros, nos anos 1980. Sim, houve uma verdadeira guerra no Pantanal. O mercado de couro de jacaré estava aquecido, pois o mundo andava sedento por peles para confecção de bolsas, sapatos e roupas. Os rios pantaneiros foram invadidos por caçadores ilegais, que mataram mais de um milhão de jacarés. Os contrabandistas pagavam bem pelas peles e muitos ribeirinhos e paraguaios partiram para a caça ilegal. Dona Berenice contou que as encomendas eram feitas naquela colônia, e as peles secas eram entregues aos atravessadores em locais combinados, sempre escondidos da Polícia Florestal, criada pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul pra combater os coureiros. A estratégia de pagamento era como a

dos cartéis do tráfico: lançavam malas de dinheiro do avião nos locais acertados e depois pousavam clandestinamente em pistas para embarcar os carregamentos de pele. A polícia percorreu o Pantanal e travou muitos confrontos com os coureiros. Mortes e muito medo se espalhavam pelos rios e nas colônias.

O Pantanal não merecia tamanho desrespeito...

O desastre ambiental do rio Taquari é mais uma prova de que a história local está repleta de dissabores e degradação. Nos anos 1970, o avanço das pesquisas sobre variedades de grãos que se adaptavam ao solo do Cerrado levou o governo federal a incentivar a ocupação do Centro-Oeste, incluindo o planalto na borda do Pantanal. Meu pai sempre sempre se lembrava do *slogan* “plante que o João garante!”, criado pelo então ministro da Fazenda Delfim Netto, do governo do militar João Figueiredo. Esse foi o pontapé para o aumento da produção do Centro-Oeste, mas a cadeia de armazenagem e distribuição não foi organizada: apenas mandaram plantar e autorizaram o desmatamento.

Muitas áreas de Cerrado foram desmatadas para dar lugar a pastagens e lavouras. Não havia tanto conhecimento científico acerca dos impactos dessa devastação a longo prazo, mas a resposta da natureza não tardou a chegar. As áreas abertas na parte mais alta da bacia do Alto Paraguai deixaram o solo frágil exposto e, a cada chuva, os processos de erosão despejavam toneladas de terra nos rios que formam o grande Taquari. O assoreamento desencadeou um processo de avulsão, quando o depósito de sedimentos no rio é tão grande que a água não tem mais como escoar pela calha do leito principal. As águas buscam caminho e espaço, rompem as margens e escapam para os campos, fluindo em novos cursos – formações chamadas pelos pantaneiros de “arrombados”.

O rio Taquari não tem mais um leito definido. A água abriu passagem em vários pontos, criando pequenos braços que mais parecem veias sinuosas. Lembram afluentes se ramificando, espalhando areia, terra, lama e água por onde passam. Mais de 6 mil quilômetros quadrados de fazendas foram permanentemente inundados, área cinco vezes maior que a cidade do Rio de Janeiro. Uma centena de propriedades perdeu as condições necessárias para a criação de gado. Pecuaristas que

tiravam dali o sustento da família viram as terras férteis dos campos nativos se transformarem em brejo em poucos anos.

A região já estava nessas condições quando conheci o Seu Luiz Guilherme Lacerda, dono da Fazenda Bela Vista. Ele era um dos pecuaristas que ano após ano perdiam pastos para a inundação do Taquari. Na minha primeira visita à fazenda, 30% dos pastos já estavam alagados. Seu Luiz Guilherme desabafou, em tom de desespero, na entrevista para a reportagem do *Jornal Nacional*: “Não tem pasto,   só água, eu não sei o que eu vou fazer”.

Ele perdeu a luta para os alagados. Fui testemunha do avanço das  guas: em minha última visita à fazenda, já na primeira década dos anos 2000, só restavam a pista de pouso e a sede. O restante da área estava inundado. Na última vez que me hospedei l  para fazer uma gravação, o Argemiro Barros pescou nosso jantar no alagado em frente à casa-sede da fazenda.

Percebi, ao fazer essa primeira pauta, que o assunto era algo maior do que o que eu havia encontrado na planície pantaneira, porque estava diretamente ligado ao que acontecia centenas de quilômetros longe do Pantanal, nas áreas de Cerrado. Sugeri ao Bonner acompanharmos a evolução dos alagados do rio Taquari periodicamente, contando as histórias e os impactos da mudança do curso do rio. Ele aceitou, e eu passei a voltar   região praticamente todos os anos.

O Taquari é um rio de leque aluvial que se espalha por mais de 50 mil quilômetros quadrados na planície pantaneira. Sua formação é relativamente nova, em termos geológicos. Muda de curso naturalmente – tanto que, quando sobrevoamos a região, podem-se ver os paleoleitos, caminhos antigos das águas do rio. No entanto, apesar do Taquari ser um rio com leito em formação, que ora se espalha pelos campos, ora volta pro curso, a ação do homem acelerou esse processo natural, segundo os pesquisadores. Seu leito, que levaria cem, duzentos anos ou mais pra mudar de curso, foi alterado em poucas décadas, devido   velocidade do assoreamento.

Em 1999, dando continuidade às reportagens sobre os alagados, visitei de novo as regiões do Baixo Taquari, quando o rio entra na planície pantaneira. Naquela época, mais da metade do volume de água

do rio escapava por um arrombado apelidado pelos pantaneiros de Boca do José da Costa, nome de um proprietário de grandes fazendas cuja família centenária estava entre os primeiros desbravadores do Pantanal. Passamos pela Fazenda Providência, dos descendentes do José da Costa, e chegamos até o Porto Rolon.

Às margens do rio Taquari, o porto foi batizado com o sobrenome do dono da área, que tinha instalado ali um bolicho pra abastecer as grandes comitivas de gado. Conheci o Seu Sebastião Rolon Filho, dono das terras e do porto. Aos 86 anos, sentado no leito seco do rio, ele me contou histórias do lugar. Com um olhar incrédulo, lembrou que o Porto Rolon era um dos mais movimentados do Pantanal na primeira metade do século XX. Nos anos 1950, mais de 150 mil cabeças de gado atravessavam o rio Taquari por ali. A boiada descia em marcha pelos campos desde Coxim e embarcava rumo ao interior de São Paulo, onde se fazia o abate.

Ao longo das décadas, com a abertura das estradas, muitos rebanhos passaram a ser transportados em comitiva até um certo ponto e seguiam em caminhões boiadeiros até o destino final. As facilidades de embarque foram aos poucos esvaziando o porto, mas em 1999 os rebanhos de fazendas próximas ainda precisavam atravessá-lo em comitiva pra seguir viagem até as fazendas nas regiões mais altas.

Para entender o que aconteceu no rio Taquari, muitos pesquisadores foram estudar a região. Mediram a quantidade de sedimentos que desciam das áreas altas e chegavam à planície trazidos pelos afluentes e analisaram os dados com tecnologia de geoprocessamento, a fim de quantificar o que era processo natural e o que era ação humana. Apreendi muito com o engenheiro agrônomo e pesquisador Felipe Dias, que estuda a fundo as bacias hidrográficas pantaneiras. Tanto que, no início dos anos 2000, convidei-o a viajar conosco pela região enquanto gravávamos reportagens para o *Jornal Nacional* e o *Globo Rural*.

O Felipe explicou que o Taquari, como todos os rios pantaneiros, nasce fora da planície. As nascentes ficam em áreas altas de planalto, onde começa a transição do Cerrado para o Pantanal. A devastação das cabeceiras dos rios foi o que gerou um dos maiores desastres ambientais do Pantanal. Isso porque, sem a proteção da vegetação, o solo foi sendo carregado pelas chuvas ao longo das décadas e se

depositando na parte mais baixa do leito do rio, na planície. Toneladas de sedimentos assorearam o rio e provocaram seu transbordamento, desencadeando o processo de avulsão, quando a força da água rompe as margens e abre novos caminhos.

Desde os anos 2000, foram muitos os projetos e propostas de recuperação do rio Taquari. Milhões de reais previstos, uns tantos investidos, mas a situação pouco se alterou. Bons resultados foram conquistados em algumas áreas de lavouras e chapadas – curvas de nível no solo e recuperação de erosões estancaram o assoreamento dos rios que formam o Taquari.

Sobrevoando a região de Alcinópolis, município localizado no planalto, o que se via no final dos anos 1990 era uma imensa cicatriz na terra. Uma voçoroca com mais de dois quilômetros de extensão rasgava a terra num gigantesco buraco com 50 metros de profundidade. O solo exposto estava se desprendendo e sendo levado pelas chuvas, aumentando a erosão e carreando terra para o leito do rio. Era assustador percorrer as fazendas e encontrar pontes de madeira soterradas. Pareciam ter sido atingidas por avalanches de areia, mas na verdade foram anos de carreamento de solo. Inacreditável pensar que ali existia um veio de água, quando eu só via terra vermelha e veredas com buritis soterrados. Um desses mananciais era o córrego Tigela, tributário do rio Taquari, que atravessamos de carro porque a água em seu leito não chegava a vinte centímetros de profundidade.

Por iniciativa municipal, começou ali uma força-tarefa pra reverter a devastação. A gigantesca erosão foi cercada, pra evitar o pisoteio do gado, e dentro da cratera o reflorestamento foi fundamental. As raízes ajudaram a fixar o solo e estabilizar o escoamento de terra. Em estradas e pastos, desenhos sinuosos fizeram curvas de nível para reduzir a velocidade de escoamento da água da chuva. Dez anos depois, os resultados surpreenderam: a erosão estava coberta de árvores, o córrego Tigela já estava com mais de dois metros de profundidade e a água tinha voltado a correr no leito sem se espalhar pelos campos.

O problema é que essa iniciativa foi isolada, pois envolveu apenas uma dentre tantas microbacias que formavam o grande rio Taquari. Em outras regiões, o assoreamento e a abertura de áreas mantiveram

um padrão de uso do solo que contribuía pra aumentar o assoreamento do rio na planície. Tanto que, durante suas pesquisas, o geógrafo Rômulo Louzada constatou que mais de 3 mil voçorocas ainda estavam ativas na região do Alto Taquari. A erosão provocada pela água das chuvas abriu verdadeiros cânions ali.

Constatamos tudo isso em 2019. No mesmo ano, recebi um vídeo de um pecuarista tradicional da região mostrando o leito do rio completamente seco e dizendo que lá só tinha “areia e borboletas”. Muitas borboletas sorvem sais minerais das fezes do gado, que só começou a passar por ali porque usava o leito do rio como corredor.

Pedi autorização à chefia e ofereci a pauta ao *Jornal Nacional*: retornar, vinte anos depois, ao Porto Rolon, onde um dia havíamos presenciado um rebanho atravessar o rio a nado. Conversei com o coordenador da mesa rede, Rogério Nery, que recebe todas as ofertas de pautas dos estados para veicular nos jornais em rede nacional. Rogério é meu amigo-irmão. Começamos nossa carreira na TV Globo quase ao mesmo tempo e crescemos juntos no jornalismo. Foi fácil conversar com ele sobre minha preocupação, porque ele se lembrava das minhas reportagens no Mato Grosso do Sul naqueles anos todos. Quando expliquei que o rio que a boiada atravessava a nado tinha secado, ele se assustou e disse na hora: “Vamos nessa!”.

Montei a logística da viagem. Não existem hotéis na região, então perguntei aos produtores amigos se podíamos nos hospedar em suas fazendas, às margens do rio Taquari. Ficamos na sede da fazenda do Seu Aldo Teló, e dali percorreríamos as propriedades vizinhas mostrando a mudança no leito do rio.

Primeiro gravamos na fazenda onde existia o Porto Maria Clara. Ali, onde havia sido a margem do rio, restava apenas o embarcadouro de gado. Na Fazenda Providência encontrei Fernando Costa, jovem que seguia a linhagem de pecuaristas pantaneiros, mas que já enfrentava uma realidade diferente da dos seus antepassados. Em sua fazenda fica o Porto Brete, por onde os rebanhos eram embarcados em balsas pra descer o rio Taquari e chegar a Corumbá. Estava tudo seco. Fernando contou que embarcava mais de cem cabeças de gado em cada viagem, e agora o porto não tinha mais serventia. O barranco alto revelava uma mudança

inesperada e preocupante. A família Costa, que por mais de um século movimentou o rebanho pelo leito do rio, não estava mais usando o porto. O Taquari secou. Funcionários da fazenda que viviam nas margens escavaram um poço no meio do leito pra tentar encontrar água de beber.

O leito do rio se transformou numa estrada pela qual nossa equipe passou de carro. O Fernando e o Seu Aldo nos levaram por ali, apontando locais onde antes havia portos. A lancha que navegava pelo Taquari passava pelos portos Maria Clara, Brete e Figueira, deixando mercadorias e embarcando passageiros e gado. Agora, em vez de água, só tem areia. O rio também cumpria o papel de divisa entre propriedades; agora tiveram de construir cercas pelo leito seco. Só o Fernando perdeu quinhentas cabeças de gado, porque a boiada ultrapassou os limites da fazenda e foi pastar em terras alheias, mas os peões conseguiram encontrar a maioria dos animais e o prejuízo não foi tão grande. A Colônia São Domingos, criada para fomentar o trabalho dos pescadores, foi praticamente abandonada pelos ribeirinhos porque não tem mais rio para pescar. É só areia por mais de 150 quilômetros.

É difícil descrever a sensação de chegar num lugar que deixou de ser rio caudaloso para ser só areia. Encontrei o ponto exato onde, duas décadas antes, tinha presenciado o rebanho quase se afogar na correnteza do Taquari. Agora o gado passava correndo, levantando poeira. O leito tinha mudado novamente e mais de 60% da água estava escapando por outro arrombado, numa região conhecida por Caronal. O mais impressionante foi encontrar, em meio à secura, as tubulações antigas de dragagem da areia no que havia sido a Boca do José da Costa.

Até os anos 1980, os pantaneiros do Paiaguás fechavam com barreiras de terra e pedras o local onde as águas do rio começaram o processo de avulsão, mas essas ações foram proibidas e o rio passou a se espalhar sem qualquer barreira. A avulsão mudou até a foz do rio Taquari, que, empurrado pela areia acumulada, passou a abrir seu leque aluvial mais de 30 quilômetros ao norte.

Em 2012, numa das viagens pelos alagados do rio Taquari, conheci o Seu Ruivaldo Nery. Pra chegar até a Fazenda Mutum, em Corumbá, navegamos pelo rio Paraguai, depois entramos no Paraguai-Mirim e pegamos os labirintos de água até não haver mais condições de prosseguir

com o barco a motor. Passamos para uma rabeta, um tipo de canoa pequena de madeira ou metal com motor de baixa potência. Ela seguiu lentamente pelos sinuosos caminhos de água e vegetação aquática. Não tem como navegar ali sem a ajuda dos moradores. O caminho muda e a imensidão alagada confunde nosso senso de direção.

Chegamos a uma pequena ilha e encontramos o Seu Ruivaldo e a esposa, grávida, numa casa simples, de madeira, cercada de água. Ainda assim, ele nos recebeu sorridente. Tinha um búfalo e uma ou outra cabeça de gado – só conseguia criar poucos animais, para subsistência. Os pastos, que antes alimentavam mais de mil cabeças, agora estavam submersos.

Seu Ruivaldo nasceu e cresceu numa família vinda na leva do final do século XIX, que ficou bem de vida graças à pecuária. Estudou em São Paulo e no Rio Grande do Sul, depois voltou para tocar a fazenda da família. Viu a inundação chegar e nunca mais baixar. Quase nada restou. A inundação do rio Taquari acabou com as conquistas de uma centena de anos de trabalho.

Navegamos de rabeta pelos labirintos alagados; o silêncio era perturbador. Nenhum canto de pássaros, nenhum animal, somente quilômetros de árvores secas. A madeira sem vida e esbranquiçada cria um cenário macabro. Um cemitério de árvores. Até os buritis, resistentes à inundação, morreram afogados.

Num tom embargado, seu Ruivaldo me mostrava os locais onde existiram fazendas de parentes e amigos. “Hoje eu fico com lágrimas nos olhos. Tinha uma fazenda chamada Corixão, que era de um tio meu e foi abandonada. Eu calculo que nessa região aqui tenha umas trinta fazendas ou mais. Os vizinhos de várias propriedades foram embora.”

Na Nhecolândia e no Paiaguás, regiões afetadas pela inundação permanente do rio Taquari, o silêncio incomoda. Navegamos pelos pastos alagados e encontramos casas abandonadas, em ruínas, deteriorando-se com água pelos cômodos. É estranho ver aqueles imóveis inutilizados, construções de alvenaria, com azulejos, telhados, pisos e toda a estrutura de fazenda. Parece que todos saíram às pressas sem olhar pra trás... Pensei na dor dessas famílias, em como já tinham sido prósperas. Quantas histórias foram construídas naqueles campos,

quantos rebanhos por ali passaram, quantos sonhos realizados que agora se desmancham e apodrecem.

Seu Ruivaldo parece um daqueles personagens de filme. Empobreceu a ponto de viver em uma ilha de um hectare – foi o que restou de solo seco da grande fazenda da família. Ele estava decidido a ir embora. Perguntei por que e ele foi direto: “Meus filhos não merecem receber uma herança abandonada, sem futuro. Pela educação dos meus filhos, tenho que ir embora. Na situação em que eu me encontro hoje, para educar os meus filhos, não posso mais continuar aqui”. Mas o amor pelos campos por onde ele cavalgou em sua infância, onde viu antas, araras, tamanduás e onças, bateu mais forte e ele decidiu ficar.

Teimoso e incansável, Seu Ruivaldo traçou um plano solitário pra salvar seu pedacinho de chão. Começou a encher sacos e mais sacos de areia e cercar a água. Enfileirou 49 pequenos diques em volta da sua ilha. Conseguiu até represar parte da água e secar o solo encharcado, aumentando a sua fortaleza em mais de 200 hectares secos. Os sacos improvisados de areia que seguram a inundação criam uma pequena muralha branca no meio das águas escuras. Todo dia ele confere se algum dique desmoronou e logo faz a manutenção.

Confesso ter ficado atordoada com tamanha determinação. Seu Ruivaldo já virou até tema de documentário, e minha reportagem foi exibida no *Fantástico* em 2012. Mas, apesar da dedicação desse pantaneiro, a esperança perde força perante a realidade crua dos números: pelos dados da Embrapa, de 1974 até 2000, 62% da vegetação nativa da região da bacia do Alto Taquari foram desmatados. Nos últimos vinte anos, mais 15% se foram.

No Baixo Taquari, já na planície onde vive o Seu Ruivaldo, a transparência dos alagados revela a paisagem subaquática. São quilômetros de águas com pontos verdes marcando o que restou dos capões. É lindo quando não sabemos o que causou aquela situação. Basta aguçar os sentidos para perceber que algo destoa naquela paisagem: falta o canto das aves, os veados, tamanduás, antas, tatus, capivaras. Faltam pessoas vivendo ali. Nada de rebanhos ou movimentação. Não existe a biodiversidade toda exibida do Pantanal. Cardumes de piranhas e até dourados exploram os refúgios submersos, mas o silêncio ecoa na paisagem afogada.

CATADORAS DE ISCAS

Navegar pelo rio Paraguai é como voltar no tempo. Partindo de Corumbá, aos poucos desaparecem os traços da presença humana e as margens ganham contornos da vegetação pantaneira. Quando o leito enche a calha, a água disputa espaço e mede força chicoteando o barranco. Onde o solo está firme, a terra compactada segura as ondas levantadas pelos barcos que navegam apressados. Onde há terra solta sem raízes, os ricochetes das ondas formadas pela passagem das embarcações derrubam pequenas porções tingindo de marrom o rio de águas escuras.

Em tempos de seca, as mesmas margens parecem paredes coloridas. Em camadas como recheio de bolo, os diferentes tons de marrom do solo revelam os anos de sedimentos acumulados em tempos remotos. Como se cada inundação quisesse deixar ali a sua marca com as camadas de terra arrastadas pela água. Faixas mais escuras, outras mais claras, emaranhados de raízes secas, numa aquarela ocre intrigante.

Quanto mais distante da cidade, mais inóspito e diverso. A estação do meio, entre abril e junho, quando a inundação ainda não veio mas a chuva já esverdeou a vegetação, é a época das surpresas. A navegação pelo grande rio se torna surpreendente porque, com a descida da água, encontramos ilhotas de camalote boiando, troncos, e os animais ficam mais próximos às margens, mais fáceis de serem vistos.

O rio Paraguai tem uma particularidade moldada pelo relevo único. É um rio aluvial, que abre o leque de inundação, transborda e, quando seca, deixa uma sopa de sedimentos e matéria orgânica, fertilizando áreas e garantindo alimento para muitas espécies. Só que o rio inunda aos poucos. A declividade varia de acordo com a região, e isso determina quando a cheia chega. Na planície, depois da Serra do Amolar, esse

declive varia de 3 a 15 cm por quilômetro; por isso a água da cheia leva até seis meses para atravessar o Pantanal.

Aprendi com os pantaneiros que o lento escoamento das águas em anos chuvosos pode ser esperado com a paciência característica desse povo. Dá tempo de se organizar, porque a barreira natural da Serra do Amolar segura a inundação. As imensas baías e lagoas dessa região amortecem a descida da água, funcionam como pequenos reservatórios segurando a água que extravasa aos poucos inundando os campos. Em Cáceres, as cheias historicamente aconteciam de fevereiro a março; essa água da parte alta só chega em Corumbá, já no meio da planície, entre maio e junho, e leva mais de um mês para chegar até a fronteira com o Paraguai, lá em Porto Murtinho. É difícil explicar em reportagens e aos editores que a cheia do rio Paraguai acontece por tabela e em meses diferentes.

Esse gigante que percorre 2.621 quilômetros, passando pelo Brasil, Bolívia, Paraguai e desaguando no rio Paraná, na Argentina, ocupa o oitavo lugar entre os maiores rios da América Latina, não nasce grande. Tem a infância brotando das profundezas do Cerrado em regiões altas, longe do Pantanal. As nascentes estão no Planalto dos Parecis, em Mato Grosso, lugar conhecido por Sete Lagoas. Ao longo dos anos, essa região foi ocupada por fazendas com lavouras, cultivo de pescado e criações, e mais da metade da cobertura de Cerrado nativo foi desmatada. Sobrevoando a área se pode observar os campos recortados pelas áreas de produção riscados por pequenas faixas verde-escuras das matas nativas em volta das nascentes. Ano a ano o volume de água dessas nascentes vem diminuindo e, na última vez que eu sobrevoei, já não vi as sete lagoas do passado.

Em uma tarde de gravações para o *Globo Repórter*, aportamos o barco num aguapé perto da foz do rio São Lourenço na Serra do Amolar, onde ele deságua no rio Paraguai.

Queríamos gravar as imagens do professor Aguinaldo Silva, da UFMS, que estudou o rio Paraguai e apresentou a sua tese de doutorado no Instituto de Geociências e Ciências Exatas do *campus* de Rio Claro da Unesp (Universidade Estadual Paulista), coletando amostras de sedimento no fundo do rio Paraguai. Assim, estudando o solo, ele descobre

o que acontece longe dos nossos olhos. Eu queria saber quando o rio se formou. A resposta veio como um convite para aprender sobre a evolução do planeta.

Para entender o tempo de formação do Pantanal, temos de voltar lá na Era Cenozoica, 65 milhões de anos atrás, quando as constantes movimentações das placas tectônicas e atividades vulcânicas provocaram o soerguimento de cordilheiras e o rebaixamento dos planaltos, com o surgimento de bacias de sedimentos. Foi quando de um lado soergueu a Cordilheira dos Andes, e do outro rebaixou o que hoje conhecemos por Pantanal.

Imagine um planeta em transformação, como se alguém chacoalhasse, espremesse, separasse as “peças” e a Terra, com tanta movimentação, assumiu a sua forma atual do jeito que conhecemos. Nesse imenso quebra-cabeças das eras geológicas, estamos hoje no Período Quaternário, que começou 2,6 milhões de anos atrás e se estende até os dias atuais. O rio Paraguai foi sendo moldado nessa época e existe há pelo menos 160 mil anos. Quem ensinou isso foi o professor Aguinaldo.

Na primeira vez que sobrevoei as nascentes no planalto, e depois seguimos para a Serra do Amolar, já na planície pantaneira, tive uma aula de geologia e hidrologia somente observando a mudança da paisagem sobre o rio Paraguai. Tanto que os cientistas subdividiram a classificação do rio : “1) Paraguai Superior – das suas nascentes à foz do rio Jauru; 2) Alto Paraguai – da foz do rio Jauru à foz do rio Apa; 3) Médio Paraguai – da foz do rio Apa até a cidade de Lomas Valentinas; e 4) Paraguai Inferior – de Lomas Valentinas até a confluência com o rio Paraná”. Ali na cidade argentina de Cerrito, o rio Paraguai deságua no rio Paraná como seu afluente, somando forças e volume de água para formar a imensa bacia do Prata.

Ele nasce pequeno e vai encorpando quando recebe as águas dos outros rios ao longo do caminho. Sepotuba, rio Jauru, rio São Lourenço, rio Miranda, rio Taquari e tantos outros pequenos córregos que se somam nos labirintos de água pelos campos pantaneiros.

Sempre achei fascinante pensar que aquela imensa massa líquida se formou de pequenos olhos-d’água que brotam do solo, escoam formando córregos, se unem formando rios menores até chegar ao que

conhecemos hoje como a espinha dorsal do Pantanal. O que sempre me encanta é pensar que a natureza levou milhares de anos e ainda está em evolução para nos trazer essa paisagem que tanto admiro em cada viagem pelo rio Paraguai.

Encanta-me a conexão entre esse intrincado sistema hídrico que a natureza levou milhares de anos para traçar, e que ainda está em evolução para nos trazer essa paisagem intrigante. Impossível não associar às nossas veias e artérias que transportam o nosso sangue e nos mantêm vivos.

Navegando há tantos anos por essas águas, reconheço a paisagem numa delicada sensação de pertencimento. Sei quem mora nas casinhas que começam a surgir de tempos em tempos nas margens, me surpreendo quando vejo novas famílias construindo os seus barracos e se mudando para a beira do rio. A crise econômica pode ser medida pelo número de novos barracos construídos às margens do rio perto da cidade de Corumbá. O empobrecimento da população empurrou muitos para a vulnerabilidade social que ainda hoje é invisível para muita gente. Isso me espanta porque, diante da miséria dos ribeirinhos, desfilam sobre as águas do rio Paraguai imensas balsas lotadas de rebanhos navegando pelo leito ou embarcando os animais nos portos ainda em atividade nas fazendas. Um contraste que me atinge como um soco no estômago: a riqueza da pecuária no mesmo Pantanal onde muitos não têm o que comer, a não ser o que pescam no rio.

Tudo aqui parece meio dissociado do tempo. É como se a modernidade do século XXI não tivesse prevalecido nessas terras com humor instável e vontade própria. Um misto de modo de vida centenário com avanços tecnológicos recentes. Uma constatação dos abismos sociais e econômicos entre os brasileiros. Fazendas gigantescas com milhares de cabeças de gado, pousadas e barcos de turismo luxuosos no mesmo ambiente em que brasileiros passam tantas dificuldades, moram em barracos de madeira, telhados de sapê ou telhas baratas e quentes e seguem vivendo a sina dos esquecidos.

Os galhos das árvores nas margens sobressaem mostrando a disputa por espaço, as palmeiras de carandá e bocaiuva se amontoam criando pequenos redutos onde a bicharada encontra fartura de frutos

e aproveita para matar a sede na margem do rio. Ao avançarmos para as regiões mais distantes, vez ou outra surgem pequenas praias de areia branca e fina que levam às casas simples do povo pantaneiro que se instalou há séculos nas margens do rio Paraguai. São pescadores que vivem como os seus antepassados, quase do mesmo jeito que cem anos atrás. As famílias têm sempre muitas crianças. Quando passamos de barco perto das casas, as crianças nos encaram. Um se assustam e se escondem, outras acenam. A maioria mantém o jeito calado, ressentido até, de quem não está acostumado a receber visitas e muito menos conviver com muita gente.

Inicialmente são crianças de poucos sorrisos. Traços fortes nas feições que trazem lembranças dos indígenas que por ali viveram séculos atrás. Olhos ariscos observam cada visitante e, quando se sentem seguros, brilham anunciando um sorriso.

A casa, construída com tábuas, foi erguida sobre pilares de madeira já esperando a próxima cheia. Geralmente tem um ou dois cômodos e só. A cozinha é do lado de fora, o fogão a lenha construído de barro ou alguns tijolos, as paredes são de galhos secos enfileirados ou de tábuas com cobertura de sapê e eventualmente de telhas.

Moradias simples como a vida desses pantaneiros.

Nos barrancos às margens do rio Paraguai os ribeirinhos nascem, crescem, formam suas famílias seguindo um destino pouco conhecido pelos brasileiros, e, em muitas ocasiões, à margem da sociedade. A vida no isolamento os ensinou a seguir os dias sem pressa. O alimento vem do rio. Poucos têm condições de comprar galinhas, porcos ou uma cabeça de gado. As frutas são colhidas dos pequenos pomares plantados no quintal. Uma mangueira aqui, um pé de acerola ali, coqueiros e um ou outro limoeiro. Não faltam a roça de mandioca ou pequenos milhais. Os mais antigos ainda plantam uma hortinha de temperos, abóbora, folhagens, pimenta e plantas medicinais, que são a farmácia do mato, à qual recorrem quando uma criança tem dor de barriga, febre ou alguém precisa de cuidados.

Médicos e dentistas são raros. Somente quando as ações da Marinha, Exército e ONGs sobem o rio para oferecer esses serviços. Vez ou outra aparecem missões religiosas ou de cidadania promovidas pelo poder

público. Mas não têm data certa ou a constância necessária para dar segurança e saúde a essas famílias.

Comprar algum produto industrializado, só quando a chalana passa pelo rio vendendo a preços exorbitantes, ou quando grupos de turistas pescadores param e deixam mimos, ou quando alguém da família viaja por cinco, seis horas de barco até a cidade mais próxima, Corumbá, para fazer compras, o que é caro para os ribeirinhos e raro de acontecer. Poucos têm motor de popa e barco de alumínio; a maioria viaja pelo rio nas rabetas, um tipo de canoa de madeira comprida, fina e rasa, com um motorzinho a óleo atrás. O barulho das rabetas é tão característico que a gente escuta de longe e sabe que tem família ribeirinha se movimentando.

Assim é a rotina dos pantaneiros às margens do rio Paraguai. Pescadores, vendem iscas para os barcos de turismo, que mais parecem navios com vários andares, cabines individuais e piscina. Na temporada de pesca esses gigantes desfilam a desigualdade social pelas águas do rio. O vaivém de barcos com pescadores vindos de diferentes regiões do Brasil é esperado com ansiedade. Visitantes trazem uma renda a mais para os ribeirinhos comprando iscas, peixes ou gerando empregos temporários como piloteiros dos pequenos barcos de apoio que saem para as pescarias. O contraste de realidades realça ainda mais o abismo social.

Há tempos eu observava essa situação. Ver tantas crianças correndo nos quintais, tomando banho de rio ou simplesmente olhando a vida passar me chamava a atenção. Não havia escolas por ali. Muitas famílias estavam na terceira geração de analfabetos, sem a perspectiva de mudança dessa realidade. Crianças que cresciam sem nunca ter pegado um lápis, sem folhear um livro, sem entender o que as letras formavam.

Nas conversas com os ribeirinhos e com as equipes das ONGs e pesquisadores que atuam na região, que muitas vezes são os que mais convivem e buscam melhorias para essas famílias, eu soube da realidade das crianças catadoras de iscas.

Era maio de 2004. Chamei um amigo policial da guarnição da Polícia Militar Ambiental em Corumbá para nos levar de barco até uma família ribeirinha que tinha muitas crianças.

Cinco horas de barco subindo o rio a partir de Corumbá e chegamos ao local de gravação no fim do dia.

Fomos recebidos com carinho e alegria pela dona Fátima, a matriarca. Os homens tinham saído pra pescar e ela cuidava dos pequenos. Sempre que faço essas viagens, levo uma caixa térmica com frutas, porque a gente nunca sabe quanto tempo vai ficar ou se teremos onde parar para comer, então o estoque era suficiente para dois dias. Nossa programação era gravar e voltar no dia seguinte.

Foi nesse dia que eu conheci Joselaine, João Henrique, Rafael e Danielli, netos de dona Fátima. Arredios, eles não falaram muito comigo logo que cheguei. Tinham idades variando dos 6 aos 12 anos. Nunca tinham ido à escola porque não existia colégio naqueles rincões pantaneiros. Os pais também não tiveram essa oportunidade de estudar muito. Eu perguntava sobre o trabalho nas noites embrenhados nos alagados catando iscas para vender aos turistas. Eles sorriam e se olhavam em silêncio. Foi a dona Fátima que disse que as crianças ajudavam os pais e saíam para catar esses peixinhos, que depois seriam vendidos a 15 centavos cada como iscas vivas. Eu, que era mãe de um menino de 2 anos na época, senti um aperto no peito e uma preocupação com os riscos a que aquelas crianças estavam se expondo ao saírem sozinhas à noite para se atolar nos alagados e pegar os peixinhos.

A Serra do Amolar é uma das regiões mais isoladas e preservadas do Pantanal, morada de muitas onças-pintadas que rondam as matas e margens do rio. Pensei logo nessas quatro crianças como presas fáceis. Mas para quem nasceu no Pantanal, conviver com os animais silvestres é tão natural que elas não pensavam nisso, apesar de temerem a proximidade das onças. Tinham mais medo de cobras venenosas.

Pedi para ir com eles naquela noite. Não tinha lua e o céu estava bem escuro. O alagado onde eles catavam as iscas não ficava muito longe, era nos fundos da casa. Mas o caminho era no meio do mato. Calçando chinelos, com roupas puídas e muita desenvoltura, eles atravessaram o mato e riam de mim, que os acompanhava com medo de qualquer barulho e farfalhar de folhas. De dois em dois, carregavam as telas, uma estrutura precária de madeira parecendo uma moldura de quadro coberta com aquelas telas verdes que protegem as janelas contra

os mosquitos. A Danielli, a caçula do grupo, carregava um balde cheio de cupins que eles tinham recolhido à tarde no campo perto da casa.

A temperatura já começava a cair nas noites de outono. Esfriou. O repórter cinematográfico Argemiro Barros gravava comigo essa reportagem.

A trilha pelo mato nos levou a um brejo; parecia uma lagoa pequena coberta de vegetação. Mal dava para ver a água escura. Uma paisagem sinistra que fez meu coração disparar. João Henrique e Rafael foram os primeiros a entrar. Atravessaram o emaranhado de camalotes, vegetação aquática que cresce nas águas pantaneiras, com água batendo no peito. Levaram uma das telas. As meninas entraram em seguida. Eu olhava assustada para a desenvoltura das crianças entrando naquele alagado escuro, cheio de mato. Sabia que esses lugares eram moradias de sucuris, jacarés e cobras venenosas. Paralisei. Os quatro, molhados e sujos de barro, me olharam rindo e disseram: “Entra, não tem perigo, não!”.

Aquelas vozes infantis me incentivando pareciam ecoar na imensidão daquela noite. O cheiro forte de matéria orgânica e barro era adocicado. A brisa gelada não ajudava a amenizar os meus temores. Eu me enchi de coragem, tirei a botina e entrei. Meus pés afundaram numa gosma grudenta e por segundos parecia que algo me sugava pra dentro d’água. O fundo do alagado era coberto por uma lama escorregadia que fazia os pés perderem o apoio. Desequilibrei-me e caí mergulhando metade do corpo naquela macega molhada. Minha falta de jeito foi motivo de gargalhadas para as crianças e um misto de desespero envergonhado pra mim. Quando consegui me recompor, vi que os meninos se afastavam da gente indo em direção à porção mais escura do alagado, que não estava sendo iluminada pela luz da câmera.

Joselaine logo me explicou: “Se tiver luz a tuvira não vem!”.

Mais essa! Além de estarmos no meio da noite atolados num alagado cheio de bichos, teríamos de apagar a única luz que ainda me dava um pouco de segurança.

Ali recebi as orientações de como é o trabalho dos catadores de iscas nos alagados pantaneiros. Temos de ficar em silêncio, sem movimentar muito a água. Danielli pegou o pedaço do cupinzeiro que estava no

balde e repartiu com Joselaine. As duas deixaram a armação com a tela um pouco submersa e começaram a despedaçar o cupinzeiro para os pequenos cupins caírem lentamente na superfície. Em seguida, davam petelecos na água, fazendo uns barulhos que lembravam os dos peixes quando vinham comer frutos na superfície.

Nessa hora elas pediram ao Argemiro para apagar totalmente a luz. Tive um pânico por não enxergar nada e um desespero ao constatar que aquela era a realidade de muitas crianças pantaneiras. Mas as meninas e os meninos, numa destreza surpreendente, afundaram as telas passando por baixo das raízes dos camalotes e chacoalharam para peneirar a terra com a água. Foi quando eu vi as primeiras tuviras capturadas. Esse peixe parece uma pequena cobra, é marrom-escuro e se debatia sinuosamente sobre a tela. Rapidamente eles metiam a mão no meio daquele emaranhado de folhas, água, terra e separavam as tuviras dos outros peixinhos que vinham junto a cada passagem da tela.

Jogavam as tuviras num balde com pouca água e continuavam a operação em sincronia. Eu olhava para todos os lados, vigiando, na espreita. O coração batia rápido, mas eu era a adulta ali, e não podia estar tão assustada diante de quatro crianças que estavam até se divertindo na lida; pareciam estar num parque de diversões. Elas não se importavam com o frio, as roupas molhadas, os riscos. Aquilo era rotina pra elas.

Perguntei por que a pescaria de tuviras tinha de ser no escuro total. Elas me explicaram que esse peixe vive embrenhado no meio das raízes das plantas aquáticas, é arisco e foge quando tem luz. Por isso elas jogam os cupins na água e fazem aquele barulho estalando os dedos para atraí-los; é nesse momento que passam a tela e capturam as tuviras.

Imagine que cada tuvira era vendida a 15 centavos, estávamos ali havia mais de uma hora e a quantidade pescada não chegava à metade do balde. Eu já tinha me acalmado e conseguia até aproveitar o momento inusitado de uma das reportagens mais desafiadoras que já fiz. De repente, o Rafael bateu a tela na água e, ao erguer, pegou rápido uma cobra e jogou em cima de mim, gritando: “Olha a cobra!”. Dei um grito e quase enfartei! As crianças riram até perder o fôlego. Tinham combinado de me dar um susto pegando uma cobra-d’água,

que não é venenosa, e jogando-a em cima de mim! Crianças são sempre crianças; não perdem essa alegria e inocência temperada com o toque de crueldade ingênua. Refeita do susto, entrei na farrá e comecei a jogar água barrenta neles. O Argemiro gravava tudo e ria daquela situação absurda.

Eu perguntava se eles tinham vontade de ir à escola, se queriam aprender a ler, escrever e ter uma outra profissão no futuro. Nesse momento da conversa, o brilho nos olhos se transformou numa tristeza explícita, conformada, de quem não ousa sonhar. Eles disseram que sim, mas que não tinha escola perto e eles precisavam ajudar os pais.

Terminamos a pescaria e voltamos para casa. Era um barraco de madeira com chão batido, telhado de telhas quebradas entremeadas com folhas de acuri. Apenas uma cama improvisada com um colchão de palha sobre um estrado feito com ripas e troncos finos das árvores cortadas no entorno da casa. Eu queria tomar banho e tirar a calça molhada e enlameada, mas na casinha do banheiro não tinha chuveiro, todos se banhavam no rio Paraguai mesmo. Mais essa! Chamei o policial Batista pra ficar nos vigiando na margem do rio enquanto entrávamos mais uma vez nas águas pantaneiras à noite. Dessa vez tinha o lampião e lanternas pra amenizar a escuridão. Minha calça era daquelas que abrem o zíper nas coxas e viram bermuda. Tomei banho de roupa e tudo e mal consegui tirar o barro da pele; pelo menos dei uma geral para diminuir uma coceira incômoda que aquele lamaçal do alagado provocava na gente. Saímos do rio e, quando eu fui até o nosso barco pegar a minha mochila de roupas, a surpresa: eu a tinha esquecido na caminhonete que ficou estacionada no porto lá em Corumbá. Não tinha uma peça de roupa limpa e seca para trocar. Não pensei duas vezes: peguei emprestado um *short* e uma camiseta com o policial, me vesti e fomos jantar.

Dona Fátima nos esperava perto do fogão a lenha. O cheiro estava delicioso. Frango com arroz nativo e macarrão. Somente nessa região do Pantanal tem o arroz nativo, vermelho e saboroso que as mulheres colhem nos meses de inverno. Essa colheita, geralmente feita nos meses de junho e julho, mostra bem o jeito tradicional das mulheres ribeirinhas que conhecem onde estão os arrozais. Elas encostam as

canoas no arrozal, batem nas folhas para os grãos caírem na embarcação e recolhem o arroz selvagem. O carinho enterneceu o meu coração, mas me dei conta de que não tinha visto um galinheiro. Perguntei de onde ela tirou aquele frango. Para minha surpresa, ela respondeu toda orgulhosa e animada que era a única galinha que tinha, e estava já esperando uma ocasião especial para cozinhá-la. Aquela família humilde, que vivia às margens do rio sem qualquer conforto, preparou um banquete de festa para nós servindo o pouco que tinham. Meus olhos marejaram. Assim são os ribeirinhos.

Jantamos e fomos dormir; dividi a cama com a dona Fátima, minha equipe dormiu dentro do nosso barco apoitado na margem do rio.

Ao amanhecer, me despedi daquela família linda com vontade de levar as crianças comigo, dar a elas a chance de estudar e descobrir como o mundo das letras é fascinante.

A reportagem foi ao ar no *Jornal da Globo*, em nossos telejornais locais, e comoveu o Brasil. Gerou um movimento de cobrança da sociedade para que as crianças ribeirinhas do Pantanal tivessem escola e não trabalhassem. E foi tão especial, que logo depois da veiculação da reportagem, o governo do estado, cobrado e envergonhado por esquecer as suas crianças nos alagados pantaneiros, buscou parceria com fazendeiros, conseguiu um pedaço de terra na margem do rio Paraguai Mirim, um dos afluentes do Paraguaizão, e construiu uma escola.

Um ano depois, voltei para ver como estavam as crianças. Eu e Argemiro Barros. Choramos muito ao ver os alunos sorridentes, brincando e felizes por estarem na escola - a “minha” escola, onde as crianças catadoras de iscas foram pela primeira vez para uma sala de aula. No início era em regime de internato, uma semana dormindo na escola com as professoras cuidando, e uma semana em casa.

Todos os anos eu visito a escolinha. Em 2015, onze anos depois da primeira reportagem, voltamos para gravar mais um *Globo Repórter* comemorativo dos cinquenta anos da Rede Matogrossense de Comunicação, quando revisitamos e recontamos as histórias que marcaram a vida de quem mora no Centro-Oeste. Já estavam funcionando, construídas às margens dos rios pantaneiros, doze escolinhas,

batizadas de “escolas das águas”, com mais de 380 alunos do pré até o nono ano. O som da alegria, da brincadeira, do conhecimento ecoava no pátio. Era a hora do recreio. Mais uma vez o repórter cinematográfico Argemiro Barros e eu choramos – e muito – antes de começar a gravar. Eu me emocionava a todo instante.

Já não estudavam em regime de internato; os barcos buscavam as crianças ao amanhecer, e às sete da manhã chegavam todos para começar a estudar.

Visitei de novo a Dona Fátima. A família Camargo mora no mesmo barranco de rio. Fui recebida pela matriarca. E logo vi os olhinhos castanhos sorridentes que emolduravam o rosto de uma jovem mulher. Joselaine, uma das “minhas crianças” catadoras de iscas. Nós nos abraçamos e eu não consegui segurar as lágrimas. Ela estava com 21 anos e, dos quatro que eu conheci nos alagados, foi a única que terminou o Ensino Fundamental. Olhou-me nos olhos e me agradeceu. Disse: “Se não fosse vocês virem aqui e conhecer ‘nóis’, a gente não teria estudado, ido pra cidade”.

Os meninos, Rafael e José Henrique, desistiram dos estudos e foram trabalhar como os pais, como pescadores. Já tinham filhos. A Danielli também não seguiu estudando. Mudou para o Mato Grosso e era mãe de duas crianças. Joselaine até tentou fazer o Ensino Médio, mas teve de ir para Corumbá, morar de favor na casa de parentes. As escolinhas das águas só têm até o nono ano. Ela, que sonha ser professora, não aguentou a vida urbana e interrompeu os estudos antes de terminar o Ensino Médio. Ainda é desafiador dar aos adolescentes que se formam uma chance de seguir.

Mas depois da reportagem mostrando aquelas crianças, também nasceu um lindo projeto do Instituto Acaia: a Escola Jatobazinho. Às margens do rio Paraguai, um oásis que pode ser visto de longe. Instalações confortáveis, professores treinados e capacitados, voluntários de todo o Brasil dão aulas para mais de 50 crianças que estudam e moram em regime de semi-internato por lá. Cada vez que eu visito as escolinhas, Jatobazinho, Paraguai Mirim, São Lourenço, meu coração acelera de alegria por saber que fazendo jornalismo eu consegui ajudar tantas crianças e famílias a mudar a sina de crescer fora da escola.

No Pantanal do Nabileque, a Fundação Bradesco mantém uma escola técnica em regime de internato, onde os pantaneirinhos podem estudar já a partir dos 7 anos e saem de lá quase adultos, formados. Técnicos agrícolas que trabalham em muitas fazendas pantaneiras, ou que depois conseguiram seguir para a faculdade, deram os primeiros passos no mundo do conhecimento ali, naquela escola mantida pela iniciativa privada.

Em outra região pantaneira, dessa vez às margens do rio Negro, outro projeto de escola para crianças pantaneiras já funcionava desde 1998: a “Escolinha do Almir”. Foi assim batizada pelos moradores porque o projeto é da esposa do cantor e compositor Almir Sater e funciona na Fazenda Campo Novo, que pertence a eles. Na época o casal tinha se mudado de São Paulo para o Pantanal porque tinham dois filhos pequenos, Ian e Bento, e queriam criá-los em contato com a natureza. Paola, esposa do Almir, decidiu então construir a escola. Ela mesma dava aulas para os filhos dos funcionários da fazenda vizinha e para os filhos dela, todos na mesma sala. Foram alfabetizados juntos. A comida e a estrutura até hoje são bancadas pelo casal. Mostrei esse trabalho em uma reportagem no *Jornal Nacional* em 1998.

Anos depois, outras fazendas, como a Baía das Pedras, a Agupapé e a Taboco, também construíram escolinhas que mais uma vez foram destaques em todo o Brasil num *Globo Repórter*. Mas, sem o apoio do governo, fecharam, e as crianças precisaram se transferir para a cidade ou buscar alguma fazenda que tivesse escola reconhecida pela Secretaria da Educação e pelo MEC.

Já na Fazenda Campo Novo, do cantor e compositor, são 23 anos de escola funcionando, e dezenas de crianças puderam ali estudar. Ele continua bancando os custos de manutenção, porque os alunos dormem na escola uma semana e vão passar o fim de semana com os pais nas propriedades onde trabalham. Os filhos do compositor já cresceram, se formaram e voltaram a morar em São Paulo, mas criaram vínculos com os amigos pantaneiros que se fortalecem a cada encontro. Muitas crianças que estudaram na “Escolinha do Almir” terminaram o ensino médio na Fundação Bradesco e chegaram à faculdade, se formaram, e

tem até médico veterinário trabalhando nas fazendas pantaneiras que era um daqueles meninos da escolinha.

Eu volto sempre à região. Em 2019 reencontrei um dos alunos que entrevistei nas primeiras reportagens que fiz na escolinha da Fazenda Campo Novo. O Reginaldo Lopes Braga estava com 31 anos e trabalhava com jardinagem na fazenda vizinha, a Barranco Alto. Tinha se casado e já era pai. Ele só conseguiu ser alfabetizado aos 13 anos, porque na época não tinha escola perto da fazenda onde os pais dele trabalhavam. Ele me contou que a escolinha construída ali foi um sonho. Mesmo adolescente, não se importou de sentar pela primeira vez num banco de sala de aula ao lado de crianças bem mais novas. Queria aprender. Dividia o espaço com mais 40 alunos. Todos reconhecem que aquela escola no meio do Pantanal “é um patrimônio para os pantaneiros da Nhecolândia que moram nas margens do rio Negro. Se não fosse essa escola, não tinha outra solução; teria de encarar a cidade e abandonar o Pantanal”, contou-me o Reginaldo numa conversa sob a sombra de um imenso manduvi, no pátio da escola. Hoje os filhos dele, Ewerton Gustavo e Evelyn Vitória, também estudam na mesma escolinha. Reginaldo, com olhos cheios de lágrimas e voz embargada, falou que “é um orgulho pra ele, porque ele também participou dessa história, também estudou lá. Acredita que o estudo é que pode mudar a vida dos filhos. Meu sonho é que um dia eles se formem numa faculdade e conquistem as coisas deles”.

Ainda há muito a fazer pelos pantaneiros que vivem e trabalham nas fazendas isoladas e também pelos ribeirinhos nos rios pantaneiros; são mais de 3 mil famílias. Mas a cada reportagem, a cada apresentação em jornais em rede nacional, nos jornais regionais, damos mais um passo na luta para reduzir as diferenças sociais e o imenso desafio de tirar essas famílias da situação de vulnerabilidade.

A mais recente conquista foi poder apertar um interruptor e acender uma luz dentro das casas. A empresa Energisa instalou, sem custo, mais de mil conjuntos de captação de energia solar nas casas dos pescadores. E com a energia veio a realização do sonho de muitos: ter uma geladeira. Pensar que nas cidades tudo é tão fácil e cômodo; até 2021, em pleno século XXI, os ribeirinhos do Pantanal ainda conservavam

carne do mesmo jeito que há duzentos anos: salgando as carnes e guardando sobre o fogão. O Seu Divino foi um dos que receberam o *kit* de energia e a geladeira. Ele e a esposa choraram ao contar que agora poderiam tomar água geladinha e guardar peixe para garantir refeições mais fartas. A Dona Diva, outra que ganhou energia e geladeira, também conquistou o direito de dormir dentro da casa de paredes de galhos e telhado de palha. Ela tinha colocado as camas pra fora, sob a cobertura de telha, para conseguir dormir nas noites quentes. Com energia em casa, ganhou um ventilador e o prazer de dormir abrigada sob o véu de tela fina, longe das nuvens de mosquitos.

PROIBIDO VENDER CORDAS, BEBIDA ALCOÓLICA E VENENO

Essa frase me assustou!

Foi a minha experiência em uma aldeia indígena em Mato Grosso do Sul. O *Jornal Nacional* pediu que eu fosse até as aldeias Jaguapiru e Bororo, em Dourados, para fazer uma reportagem sobre o aumento de suicídios entre os indígenas, a maioria da etnia Guaraní Kaiowá.

Eu acabava de chegar do Sudeste e nunca tinha visitado uma aldeia. Tudo que sabia sobre os povos originários do Brasil veio das aulas da escola, lá no Espírito Santo. Um conteúdo restrito, que se resumia à comemoração do Dia do Índio e pequenas apresentações estereotipadas, com alunos de cocar e tangas comendo batata-doce, mandioca e milho cozido. A verdadeira história eu fui descobrindo por conta própria, em livros, filmes, pesquisas e conversas. Aqui, pude vivenciar a trágica realidade nos territórios indígenas.

A reportagem sobre suicídios me deixou tão abalada que eu nem conseguia dormir. Quando entrei na aldeia, fiquei chocada com a pobreza dos casebres de palha e lona preta que se espalhavam pelos campos. Crianças sujas, descabeladas e maltrapilhas, falta de água para tomar banho, nem um rio ou lago sequer. A água pra beber vinha de um ou outro poço, barrenta e malcheirosa. Era uma concentração imensa de indígenas Guaraní Kaiowá, Terena, Kadiwéu e até um ou outro Ofaié numa área pequena, amontoados em pequenos lotes onde viviam três, quatro famílias. Não era nada do que um dia eu imaginei. O álcool e as drogas já eram presentes, e tanto adultos quanto adolescentes, até crianças, estavam se perdendo no vício. Não raro a gente passava por um indígena cambaleante de tão bêbado. Era a imagem da decadência de um povo outrora soberano na América do Sul pré-colombiana. Foi angustiante.

Fiquei muito insegura sobre como conduzir a reportagem, pois o assunto era muito delicado e distante da realidade da maioria dos

brasileiros. Na época, jovem e sem experiência em coberturas densas sobre questões indígenas, amarelei. Lembro que na primeira noite no hotel, em Dourados, liguei chorando para um amigo jornalista bem mais experiente, o Marcelo Canellas, que morava em Brasília. Contei como estava me sentindo e ele pacientemente me acalmou: “Confie na sua intuição, nos sentimentos que aquela situação desperta em você, e tente entender a realidade dessas pessoas. Você vai dar conta. Tenho certeza!”.

O incentivo me acalmou naquele momento, mas eu não conseguia pensar num texto que pudesse dimensionar a dor daquelas pessoas. No dia seguinte voltamos à aldeia e, antes de entrar, liguei para a então editora do *Jornal Nacional*, Ângela Garambone, que iria editar a reportagem comigo. Contei o que tinha visto no primeiro dia de gravação. Incrédula, ela também se assustou e perguntou o que mais tinha me chocado. Falei sobre a miséria na aldeia, sobre a falta de espaço, sobre o histórico das famílias confinadas, da falta de perspectivas e de como os jovens tiravam a própria vida de uma forma tão crua. Quase todas as famílias tinham alguma história de perda para a depressão. Falei sobre a proibição da venda de cordas, veneno e bebidas.

Ângela me orientou carinhosamente: “Fale assim, do jeito que você me contou e me comoveu. Os brasileiros precisam sentir o impacto que você sentiu ao conhecer mais de perto a realidade dos indígenas”. Assim eu fiz minha primeira reportagem, contando histórias de vida, de sofrimento, de desesperança. E a Ângela se transformou numa amiga de vida; é uma irmã, desde então.

Na época, entrevistei uma jovem que tinha falhado na tentativa de se enforcar, porque usou um arame de varal em volta do pescoço, na falta de uma corda, e o amarrou a uma pequena árvore. O galho quebrou com o peso e os familiares a socorreram antes que ela sufocasse. As marcas no pescoço ainda estavam visíveis. Na entrevista, perguntei por que ela queria morrer, e a resposta veio: “Porque não tenho onde morar, meu marido me abandonou com um filho pequeno, não tenho como sustentar a minha criança”.

Os Guarani Kaiowá são os que mais sofrem com a dificuldade de falar português. Até entre indígenas de outras etnias às vezes eles são

esquecidos. A pobreza, a perda das referências culturais e a descrença no futuro levam ao desespero de querer morrer. A proibição da venda de veneno era para evitar que os mais jovens se matassem. E não mudou muito nesses anos todos...

O relatório do Conselho Indigenista Missionários de 2020 registrou 28 suicídios de indígenas nas aldeias do Mato Grosso do Sul. Em 2018, 93% dos suicídios de indígenas registrados no Centro-Oeste ocorreram no estado, segundo o Ministério da Saúde. Na década de 2009 a 2019, foram mais de 500. Esses números absurdos soam como um grito desesperado, um alerta escancarado, revelando a desconexão dos povos originários com a realidade do restante da sociedade brasileira. São poucas as políticas públicas pra acolher, tratar a saúde mental dos indígenas. São séculos de carências e vilipêndios que os assolam. O racismo cultural e estrutural oprime os Kaiowá, Terena, Chamacoco, Kinikinau, Kadiwéu, que são invisibilizados e até rechaçados em algumas cidades. Poucos grupos conseguem espaço.

A nova geração tem conquistado alguns avanços. Eles estão entrando nas universidades, se formando jornalistas, antropólogos, psicólogos, professores, médicos, advogados. Estão se fortalecendo nos movimentos de direitos humanos em defesa dos povos originários – prova disso foi sua participação na COP26, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas de 2021. Atuantes, levaram demandas e revelaram ao mundo o descaso com os territórios indígenas e as comunidades que resistem no Brasil.

Em mais de vinte anos percorrendo as aldeias no Mato Grosso do Sul para fazer reportagens, conheci muita gente comprometida em mudar essa história. Uma delas foi o professor, historiador, antropólogo e indigenista Antônio Jacó Brand. Eu o conheci nos meus primeiros anos de TV Morena, nos idos de 1999. Brand foi coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e professor na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Dedicou a vida a conhecer, pesquisar e lutar pelos indígenas, principalmente pelos Guarani Kaiowá. Alto, magro, de voz mansa e olhar firme, era sempre o meu entrevistado quando o assunto passava pela questão indígena aqui no estado, uma das mais complexas do Brasil. Com ele aprendi tanto; sinto falta dos longos papos...

No início dos anos 2000, o professor Brand me falou de um projeto de restauração da vegetação na aldeia Te'yikue, em Caarapó, cidade na região sul do estado e lugar de terra fértil, onde lavouras e pastagens dominam a paisagem. A região, no passado, foi disputada por paraguaios e brasileiros na Guerra do Paraguai. E lá fomos nós mostrar a aldeia.

Orientados pelos técnicos do projeto que o Brand coordenava, os indígenas estavam reflorestando áreas, plantando pomares nos quintais e repovoando açudes com a soltura de alevinos, para que as novas gerações pudessem experimentar um pouco da fartura de que os ancestrais dispunham quando toda a região era território Guarani Kaiowá. Uma vez o Brand me disse: “Um povo que não reconhece o seu lugar não tem o mínimo para se identificar com os relatos dos anciãos, não sabe mais onde se encaixa neste mundo. O que acontece aqui é um extermínio silencioso de uma cultura riquíssima que em parte já se perdeu. Eles não fazem mais a tradicional cerâmica guarani, os mais jovens não conhecem as lendas, não falam a língua original, não sabem recitar os cânticos e as rezas... É triste e temos que lutar para eles não desaparecerem de vez!”. Essa paixão me comoveu.

A aldeia era estruturada, com casas e escola de alvenaria, postinho de saúde, mas também muitos casebres de madeira e pouca infraestrutura de distribuição de água. Sentíamos que havia ali um imenso esforço pra recuperar a dignidade de um povo. A aldeia estava cercada pelo cultivo de grãos e pecuária, como quase todas no Mato Grosso do Sul. Brand sempre atribuía a tensão entre indígenas e fazendeiros no campo às ações do poder público: “É resultado de um processo histórico em que sua presença enquanto povo foi sistematicamente ignorada, e seus direitos fundamentais à terra, negados e atropelados, apesar de claramente explícitos nos textos legais”.

Nos anos 1980, o filme *Terra dos índios*, um dos mais emblemáticos sobre a questão indígena no Brasil, foi gravado por Zelito Viana. Conversei com ele na primeira década dos anos 2000 e pedi-lhe autorização pra usar algumas falas do filme em reportagens sobre a questão fundiária em Mato Grosso do Sul. Zelito gravou entrevista com uma das maiores lideranças dos Guarani-Ñandeva: Marçal de Souza Tupã'i,

“Deus pequeno” em guarani. Com o rosto marcado pelo sol e olhos vivos, Marçal se comunicava como poucos.

A história de Marçal resume muito do que os Guarani vivem até hoje. Nasceu em Ponta Porã e, pequeno, mudou-se com a família para a aldeia Te'yikuê. Ficou órfão e foi levado ao orfanato da Missão Caiuá, na aldeia de Dourados. Na adolescência, mudou-se para Campo Grande e depois foi levado ao Recife, onde trabalhou em troca de abrigo e comida. Voltou ao Mato Grosso do Sul nos anos 1940, estudou, se formou como assistente de enfermagem e trabalhou nas aldeias até sua morte. Seu maior legado foi a eloquência na luta em defesa dos povos originários, cobrando ações efetivas do poder público e denunciando ocupações ilegais de terras indígenas, assassinatos e milícias armadas que aterrorizavam e perseguiam diversas etnias.

Marçal de Souza Tupã'i foi recebido pelo papa João Paulo II em 1980 e, num discurso histórico em Manaus, ganhou até o apelido de Voz de Trovão. Ele falou ao Santo Padre e a uma multidão que ficou quieta ao ouvir as palavras do líder:

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, [e] não temos mais condições de sobrevivência. Queremos dizer a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência neste grande Brasil, chamado um país cristão. A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes deste grande país. [...] Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita ao nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz para outros territórios que não são nossos, mas que o povo [nos escute], uma população mais humana lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil. Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto, não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas. Esta é a verdadeira história'.

Marçal tombou do mesmo mal que denunciou: foi morto com um tiro na boca numa emboscada no dia 25 de novembro de 1983, em frente

à sua casa, na aldeia Campestre, em Antônio João, Mato Grosso do Sul. Os acusados pelo crime, Líbero Monteiro e Rômulo Gamarra, foram absolvidos no julgamento, dez anos depois, mas a voz de trovão ecoa até hoje. Quando ouço as gravações dos tempos em que ele militava em defesa dos indígenas, sinto demais não termos sido contemporâneos para eu entrevistá-lo. Suas falas são de uma lucidez cortante. Conheço uma de suas filhas, a Edna. Querida, inteligente e atuante como o pai nas questões indígenas do estado.

Houve época em que a Justiça Federal do Mato Grosso do Sul tentou equipar as aldeias com estrutura, chegando a doar tratores apreendidos de traficantes de drogas, mas a política de tutela dos povos indígenas pela União, morosa, atrasava demais a implantação dos projetos. Quando as sementes chegavam, a época ideal para o plantio já tinha passado, ou então faltava óleo diesel pra abastecer o trator. Tantas dificuldades vão minando a vontade de mudar a realidade. Fiz reportagens sobre isso nas aldeias de Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Dourados.

Em 1998 acompanhei o então ministro Nelson Jobim, que mais uma vez visitava a região de Panambizinho, perto de Dourados. Em dezembro de 1995, ele mesmo tinha reconhecido o erro histórico grave cometido pela União na história dos colonos, que fiquei conhecendo nessa viagem. Fomos gravar sobre o impasse gerado por essa retratação e entrevistamos um colono que, indignado, declarou: “Há mais de cinquenta anos eu tenho aqui o documento assinado pelo Getúlio Vargas! Ele fez propaganda na rádio convidando os brasileiros a ir pro Centro-Oeste. Eu saí da Bahia e fiz minha vida aqui! Agora tenho que sair porque é terra de índio?”. O senhor, com mãos calejadas e pele curtida pelo sol, tinha vindo do Nordeste no final dos anos 1940 pra construir a vida no então Mato Grosso. Era um dos mais de trinta colonos assentados pelo governo em Panambizinho.

Eu, uma jovem repórter recém-chegada, não conseguia acreditar naquela situação. Tive nas mãos o documento original assinado por Getúlio Vargas – só isso já era de arrepiar. Cronologicamente, depois de aprovada a criação da Colônia Agrícola e a doação de lotes aos colonos, vieram duas novas Constituições, diversos governadores e até

a criação de um novo estado, o Mato Grosso do Sul, no final dos anos 1970... Foram décadas de reconhecimento, em documentação legitimada em cartório, de que aquelas terras tinham sido doadas aos colonos pelo poder público. O único problema era que, na verdade, historicamente elas pertenciam aos Guarani.

“Eles tiraram nosso povo daqui. Reclamamos, mostramos que era nossa terra e não adiantou. Agora queremos de volta o que nos foi tomado.” Uma das lideranças indígenas me disse, na gravação, que já tinham esperado tempo demais. E tinham mesmo...

No dia 28 de outubro de 1943, o então presidente Getúlio Vargas publicou o Decreto-lei nº 5.941, que criava a Colônia Agrícola Nacional Dourados (Cand). O decreto deixava claro que seriam demarcados 300 mil hectares para o território federal e que todos os custos seriam pagos pelo governo, com o objetivo de colonizar o Oeste brasileiro. A tal Marcha para o Oeste que a gente estuda na escola não menciona em momento algum o território tradicional dos Guarani, mas eles não só estavam presentes nessas áreas como questionaram, em 1946, a implantação da colônia ao então Serviço de Proteção ao Índio. Só foram ouvidos meio século depois, numa decisão que causou surpresa: o ministro Jobim, reconhecendo o erro histórico, determinou a retirada dos colonos de Panambizinho e a devolução das terras aos indígenas.

Fiz diversas reportagens mostrando as consequências dessa reparação. Os colonos não tinham invadido as terras dos Guarani Kaiowá. Eles tinham sido estimulados a deixar suas origens, no Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil, acreditando na promessa do governo de que ganhariam terras – como de fato ganharam. A migração de centenas de famílias em busca de uma gleba na Cand foi imensa, e muitas delas prosperaram ali. Ao longo de décadas cultivaram, colheram, construíram silos, cercas, galpões e, no dia em que eu estava gravando a reportagem na área, mostramos as plantações de soja, tudo estruturado havia muito tempo. Solo fértil, terra boa, colheitas fartas. Os colonos prosperaram, ao passo que os indígenas perderam parte do seu território e empobreceram. Não se tratava de invasão; era um erro do próprio governo. No livro *Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*, Suzana Gonçalves Batista Naglis conta essa história de um jeito

esclarecedor. Ela entrevistou pessoas, buscou documentos históricos e traçou a cronologia dos fatos.

O caso Panambizinho abriu um precedente jurídico que representa um marco na questão fundiária indígena. O reconhecimento do erro, em 1995, foi o primeiro do tipo no Brasil, e por pouco não se tornou mais um confronto, porque a União levou quase uma década pra cumprir a decisão de retirar os colonos. Em 2004, o governo federal não só pagou pelas benfeitorias, conforme prevê a Constituição de 1988, como comprou terras em uma região próxima e reassentou os colonos e suas famílias. Só que a questão estava longe de terminar: as primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas por muitos confrontos e mortes relacionados a essa disputa. Nossa equipe da TV Morena cobriu muitos deles.

Em janeiro de 2003, chegou na redação de Campo Grande a informação do assassinato do cacique Marcos Veron, na Fazenda Brasília do Sul, em Juti. Na denúncia feita pelo Ministério Público Federal consta a retrospectiva do crime. No dia 12 de janeiro, capangas perseguiram por mais de 8 quilômetros e dispararam tiros em direção a um carro em que estavam indígenas. Na madrugada seguinte, agressores invadiram o acampamento onde estava Veron, que foi agredido a socos, chutes e coronhadas. O cacique, na época com 72 anos, morreu de traumatismo craniano. A notícia chocou a todos da TV porque, além da violência extrema, Veron era sogro de um colega de trabalho nosso, que estava presente quando chegou a confirmação do assassinato. Fiz reportagens sobre a morte de Veron e de outras lideranças.

No final de 2003, quando diversas fazendas estavam no centro da disputa em Japorã, a situação estava tensa. Já tinha ocorrido troca de tiros entre indígenas e fazendeiros, a Polícia Federal já tinha sido acionada e nada se resolvia. De um lado, as lideranças indígenas defendiam a retomada das terras ocupadas ao longo das décadas por não indígenas; de outro, fazendeiros alegavam que tinham comprado as terras, com escritura e posse reconhecidas em cartório. Cabia à Justiça decidir quem era o verdadeiro dono.

Lembro-me daquela sexta-feira, na sede da Justiça Federal em Dourados. Já era 2004 e a questão em Japorã não tinha sido resolvida.

Eu tinha passado quase todo o ano anterior indo e vindo às áreas de conflito, fazendo reportagens para a rede nacional e para os nossos jornais locais. Naquela época meu filho estava com um ano e pouco. Eu estava exausta.

Fomos todos para a sala de audiência. O juiz era o Odilon de Oliveira, e o procurador da República, Ramiro Rockembach. Nossa equipe tinha passado a semana na região fechando reportagens. Eu estava aflita porque meu filho tinha ficado em Campo Grande aos cuidados do pai e da avó, e a saudade apertava o coração, numa dolorida vontade de voltar, mas a situação só se agravava. Todo dia surgia uma nova questão a ser resolvida, um novo confronto, uma nova pauta para ser fechada a pedido dos jornais de rede e locais. A audiência seria uma tentativa de fazer um acordo.

De um lado da mesa, caciques e procuradores da República; do outro, os fazendeiros e seus advogados; no meio, o juiz. A conversa tensa, nossa equipe gravando. O juiz, vendo que não iria sair acordo, decidiu de repente: “Vou suspender a audiência. Amanhã irei pessoalmente à região conhecer as áreas ocupadas e conversar com os envolvidos para decidir sobre essa questão”.

Eu me arrepiei toda e, sem pensar, disparei: “Não, Doutor Odilon. Pelo amor de Deus, o senhor não pode ir para Japorã amanhã. É aniversário de dois anos do meu filho, eu estou longe de casa há mais de uma semana, eu já deixei tudo certo para a festinha dele, inclusive a minha mãe vem do Espírito Santo. Se o senhor for para Japorã, eu vou ter que acompanhar o senhor, ficar fechando reportagens, e vou perder o aniversário do meu filho!”.

Foi um desabafo desesperado e impensado. Todos me olharam assustados, e eu fiquei mais assustada ainda. O juiz podia me repreender, me punir pelo desrespeito, por interromper a audiência... O fato é que eu não podia ter falado daquela forma no meio de uma audiência na Justiça Federal.

A resposta das partes me emocionou e eles também se lembram até hoje. O juiz, o procurador, os caciques e os fazendeiros me olharam e disseram: “Gaigher, calma. Vamos dar uma trégua. Volte para Campo Grande, comemore o aniversário do seu filho e descanse.

Semana que vem a gente retoma as negociações”. Eu caí no choro e eles encerraram a audiência. Dito e feito: naquele final de semana não teve confronto.

Ainda hoje, quando encontro com o Doutor Odilon, já aposentado, com algumas lideranças indígenas da época ou com seus sucessores, eles perguntam como está o Pedro, meu filho. A gente dá risada e se lembra do meu desespero. Meu filho já tem vinte anos, e as questões indígenas no sul do estado estão longe de serem solucionadas...

Toda essa situação me fez estudar muito a questão fundiária indígena no estado.

Em 2005, Honório Jacometto era o repórter local em Dourados, junto com Camila Caires. Eles descobriram uma situação que nos fez investigar a fundo o abandono nas aldeias Jaguapiru e Bororo: crianças indígenas estavam morrendo de desnutrição. Era o mês de abril e 33 crianças estavam internadas no centrinho de atendimento mantido pela Missão Caiuá, com desnutrição severa, diarreia e inanição. Nas semanas anteriores, 17 já tinham morrido. Fui deslocada a Dourados pra fazer as reportagens para o *Jornal Nacional* e outros da rede nacional.

Eu ia às aldeias todos os dias. A pobreza era chocante: casebres de palha, sem água, fogões feitos de gravetos no terreiro, crianças chorando, famintas. Sempre me lembro da Luzia, uma indígena Kaiowá. Um de seus filhos estava quase morrendo e, em entrevista ao *Jornal Hoje*, ela contou: “Eu não tenho comida, sou sozinha. Esse meu menino estava doente, ele pede, está com fome, chora. Eu não tenho como dar”.

Foi quando conheci a Eliete, agente de saúde indígena que morava na aldeia e era responsável por visitar diariamente 85 crianças em suas casas, todas com baixo peso e passando fome. A Eliete tinha 11 filhos; ela também tinha dificuldade para colocar comida na mesa todos os dias. Na época, a média nas aldeias era de oito de filhos por família. Muitas mulheres começavam a engravidar assim que entravam na puberdade. Perdiam muitas crianças, e quando perguntadas sobre a causa das mortes, respondiam, com um olhar triste: “Não vingaram...”. Essa verdadeira tragédia social revelava a falta não apenas de alimento, mas também de políticas públicas de saúde e acolhimento.

Passamos o ano de 2005 visitando as aldeias. Um dia conheci o Josimar, um menino que estava internado com desnutrição. Era pele e osso. Tinha dois anos e peso de um bebê de oito meses. Um olhar vazio, sem brilho, sem forças até pra chorar. Emitia um grunhido baixo, os cabelos estavam caindo por causa da desnutrição e desidratação. Ficava imóvel no bercinho. Eu, que tinha filho pequeno, chorava o tempo todo com esse descaso da Funasa, órgão federal responsável pela saúde indígena na época. Ao investigar a situação, descobrimos desvios de recursos públicos, obras malfeitas, dinheiro destinado à construção de casas e instalação de poços que não chegava nas famílias indígenas, uma miríade de irregularidades. As casas que haviam sido construídas foram derrubadas pelo primeiro vendaval, e mais uma vez as famílias ficaram sem teto. Foram distribuídas sementes vencidas e as lavouras nas aldeias não prosperaram. Foram tantas denúncias nas reportagens que o então presidente Lula exonerou os servidores locais da Funasa e determinou que o diretor nacional da instituição, Alexandre Padilha, morasse em Dourados por seis meses até que o drama da falta de assistência nas aldeias fosse solucionado.

Poços foram escavados, casas de alvenaria e redes de distribuição de água foram construídas, cestas básicas foram garantidas às famílias. Equipes da Pastoral da Criança se juntaram aos profissionais de saúde nas aldeias e deram início a um imenso esforço em prol da recuperação das crianças e da prevenção de mortes por desnutrição. As coisas melhoraram um pouco, mas a falta de perspectiva das famílias indígenas persistiu. Anos depois, Alexandre Padilha foi ministro da Saúde e visitou a região, a fim de levar mais melhorias aos Guarani.

Em 2015, uma década depois, voltei nas aldeias em Dourados pra procurar as crianças que sobreviveram. Encontrei o Josimar. Ele já era um adolescente saudável, lindo. Estava na nova casa da família, se arrumando para ir à escola. As torneiras vertiam água potável e os irmãos mais novos não sabiam o que era falta de comida e de água tratada; a saúde em geral tinha melhorado. Josimar me deu uma entrevista antes de o ônibus escolar passar pra buscá-los. Tímido e envergonhado, não se lembrava muito da infância de privação e de quase

ter morrido de fome e sede. Disse que estava estudando porque queria um dia ser “doutor” e cuidar das pessoas nas aldeias.

Foi um alento constatar que algo de bom estava acontecendo, mas é importante reforçar que a saúde indígena nas aldeias no Mato Grosso do Sul ainda é um flagelo.

Em plena pandemia, meu telefone tocou. Eram lideranças Terena das aldeias de Aquidauana. Havia apenas um médico para os quase dez mil indígenas que viviam nas dez aldeias e os casos de covid-19 se alastravam. Os anciãos, detentores do conhecimento tradicional repassado oralmente aos mais jovens, estavam morrendo – e, com eles, uma grande parte da cultura terena. O doutor Elton Vieira saía de carro percorrendo as casas nas aldeias e, desesperado, não conseguia atender a todos. Não tinha material, não tinha remédio, não tinha sequer ambulância para levar as pessoas em estado grave aos hospitais. Ele me disse, numa entrevista, que era humanamente impossível atender a todos; não tinha carro nem estrutura pra isso. E, enquanto os indígenas morriam de covid-19 nas aldeias, 150 carros quebrados da antiga Funasa estavam parados havia quase uma década nos pátios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) em Campo Grande e em outros municípios do estado...

Sem pessoal enviado pela União para cuidar dos doentes e da biossegurança, os próprios indígenas montaram barreiras nas entradas das aldeias, pulverizando desinfetante nos carros que chegavam. Mais de cem indígenas morreram na pandemia, com o maior número de óbitos nos territórios de Aquidauana e Dourados. Denunciei a situação no *Jornal Nacional*, no *Jornal Hoje*, no *Jornal da Globo* e em jornais locais do Mato Grosso do Sul desde julho de 2020. Quando comecei com as reportagens, 33 indígenas já tinham morrido de covid-19 nas aldeias do estado.

As lideranças pediram socorro pela internet, denunciando o descaso nas redes sociais. Eu recebia ligações, eles gravavam vídeos nas aldeias pra registrar as mortes e o desespero das famílias e me mandavam por aplicativo de mensagens. Não podíamos entrar nas aldeias por conta dos protocolos de biossegurança da TV, que naquele momento não autorizava viagens e muito menos a entrada em locais com alto índice

de transmissão. Assim, as reportagens eram feitas com a ajuda dos indígenas e dos profissionais que trabalhavam nas aldeias, que filmavam e me enviavam diariamente atualizações sobre o número de casos e as mortes. O posto do DSEI em Aquidauana ficou completamente alagado durante uma chuva, e remédios e testes de covid-19 foram perdidos.

Uma das coisas que mais me tocaram nessa cobertura foi a forma como os indígenas anunciavam que uma pessoa da comunidade tinha morrido de covid-19. A sirene soava alto na aldeia, anunciando que o corpo da vítima estava sendo levado para ser enterrado no território indígena. Era devastador. As pessoas saíam de suas casas para ver o cortejo passar. Não podiam manter a tradição de se aproximar e velar os mortos por causa do risco de infecção. O caixão era levado pelas funerárias e, sem nenhum protocolo ou treinamento especial, os próprios parentes das vítimas recebiam-no e tinham de abrir as covas pra enterrar seus entes queridos, porque não havia quem fizesse os funerais.

Em uma das reportagens, mostramos uma família abrindo a cova pra enterrar um parente. Pai e filho enterravam o avô. O Dionedson Terena, da aldeia Bananal, nos deu uma entrevista e denunciou: “Desde a primeira morte indígena vítima de covid-19 nas aldeias em Aquidauana, os próprios parentes estão enterrando os corpos sem a mínima proteção”. A reportagem mostrou também que os Médicos Sem Fronteiras tinham vindo ajudar os Terena, mas o governo federal não autorizava a entrada da equipe nas aldeias. Só depois da denúncia na TV a autorização foi concedida e eles puderam prestar atendimento e treinar profissionais de saúde no hospital de Aquidauana. O poder público escalou mais médicos e enfermeiros e enviou insumos pra cuidar dos Terena. Tem sido assim há anos: as questões indígenas são ignoradas e as soluções aparecem quando o assunto é levado a público.

Junho de 2013: fazendas em disputa em Sidrolândia causaram uma morte e sete feridos. O professor Oziel Gabriel foi morto no confronto com a Polícia Federal, que estava cumprindo ordem de reintegração de posse. Eu conhecia a família. Na época, seu irmão nos afirmou, em entrevista: “Meu país matou o meu irmão, mas não matou as ideias, não matou o sentimento de justiça”. O procedimento administrativo

instaurado pelo Ministério Público Federal na ocasião concluiu que o tiro que matou Oziel tinha saído de uma arma usada pela Polícia Federal.

Junho de 2015: em Coronel Sapucaia e Antônio João, mais de cem fazendeiros a bordo de caminhonetes tocaram o terror na região, afugentando indígenas e atirando contra os que estavam nas áreas em disputa. O repórter Martim Andrada e o repórter cinematográfico Mauro Almeida, da equipe da TV de Ponta Porã, estavam presentes na hora do confronto e registraram tudo. Eu fui designada para sair de Campo Grande com o Argemiro Barros e um assistente e continuar as gravações das reportagens, que foram ao ar nos telejornais locais da TV Morena e nos de rede nacional.

Os indígenas invadiram fazendas, destruíram sedes e mobiliário, cortaram arames de cercas e afugentaram funcionários. Os fazendeiros também usaram de violência para revidar. A situação ficou tão tensa que a Força Nacional teve de ser acionada pra tentar acalmar os ânimos. Um dos fazendeiros, inseguro diante daquela indefinição jurídica, gravou entrevista comigo e comentou: “Toda a minha vida está aqui dentro; tudo que nós temos nós conseguimos aqui. Que pague a indenização e que as terras voltem para os indígenas, para o Brasil”.

Ano de 2016: mais um trauma causado pelas disputas de terras, desta vez na região de Caarapó. Com os ânimos exaltados, indígenas teriam entrado em uma das fazendas que ficam nas áreas por eles consideradas tradicionais. Funcionários testemunharam a feitura de reféns enquanto os indígenas tomavam a sede de uma dessas fazendas. No dia 14 de junho, os indígenas, acampados na aldeia Te'yikuê e entorno, foram surpreendidos por um ataque. Pistoleiros encapuzados, com armas de diferentes calibres e em caminhonetes, atiravam nos indígenas. Muitos correram, aterrorizados, mas nem todos escaparam. Dezenas de pessoas ficaram feridas, seis foram internadas em estado grave, incluindo uma criança. O agente de saúde Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 26 anos, indígena Guarani Kaiowá, foi ao local na hora do ataque pra atender os feridos e acabou sendo morto, baleado no abdômen e no tórax. Cinco fazendeiros foram denunciados pelo Ministério Público

Federal e presos preventivamente, mas meses depois foram soltos e até janeiro de 2022 o caso não havia sido concluído.

O pecuarista André Bartocci falou comigo na época do confronto. Ele explicou que a situação estava saindo do controle por falta de definição da Justiça e do governo federal sobre a titularidade das terras retomadas pelos Guarani: “Eu não estou entrando no mérito se eles têm direito ou não, mas eu tenho certeza que foi um ato irresponsável, isso foi estopim do conflito. Sempre tivemos um bom convívio. Eu nasci em Caarapó, passei a minha infância em Caarapó, eu tinha amigos que eram indígenas descendentes, nunca se ouvia falar disso. Quando você cria essa expectativa e ela perdura, a gente pode, sim, criar conflitos mais graves que esse que estamos vivendo hoje”.

Os indígenas chamam de retomada de terras ancestrais, os fazendeiros chamam de invasão de propriedade privada e a questão vai se arrastando por anos na Justiça. Até os delegados federais acionados para cumprir mandados de reintegração de posse têm enfrentado situações difíceis. Um deles conversou comigo e lamentou: “Infelizmente esses conflitos continuam e vão se acirrando cada vez mais porque não houve uma resolução no sentido de dizer de quem é a terra. Tem muitos processos na Justiça, tem promessas de governos, mas o fato é que não foi resolvida a questão da propriedade da terra”.

O professor e líder indígena Alberto Terena também se posicionou, resumindo bem o que vem acontecendo: “Os antropólogos vêm, os estudiosos vêm aqui fazer o levantamento se é ou não terra indígena... É para formalizar isso. Tem que sentar com seriedade, não adianta querer tampar o sol com a peneira, não adianta querer brincar de sentar na mesa, né, com as lideranças indígenas. É um problema do Estado brasileiro, é um problema do nosso estado que deve ser levado a sério porque o nosso povo não está brincando, nós queremos as nossas terras de fato nas nossas mãos e que o governo brasileiro garanta isso aí pra nós”.

Sem uma ação efetiva da União e com a Funai cada vez mais distante, os números da violência são assustadores. O Cimi levantou que, de 2003 a 2020, 573 indígenas morreram violentamente no Mato Grosso do Sul. Não há números sobre os não indígenas, mas sabemos que também

houve mortos e feridos entre eles. Os olhares de ambos revelam canção, raiva, decepção, tristeza. A incerteza sobre o destino das terras transformaram-nas em litígio em barris de pólvora. E, como se trata de áreas localizadas nos municípios produtores de grãos e carne, a questão afeta também a economia. O resultado da incerteza se desdobra em mais violência.

Novembro de 2018: acompanhei a visita da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos, às aldeias de Dourados. Eles ouviram as lideranças, que contaram sobre a ação de milícias e sobre os frequentes ataques, de incêndios criminosos a ameaças de seguranças contratados pelos proprietários das terras em litígio. O grupo, coordenado pela comissária Antônia Urrejola, foi à aldeia e logo chegou a informação de mais um ataque em andamento, a poucos quilômetros do local da reunião.

Outubro de 2020: mais um absurdo, desta vez nas aldeias de Dourados. Um trator blindado atormentava os Guarani Kaiowá acampados numa área ao lado das aldeias, reivindicada como território ancestral. Eles gravaram vídeos dos ataques. Os indígenas se defendiam com rojões diante dos avanços do trator, que apelidaram de “caveirão”. Os seguranças dos fazendeiros disparavam balas de borracha, e um indígena levou um tiro no olho e perdeu a visão. Fui ao local e vi que os indígenas viviam em casebres de lona, e ao lado, lavouras de soja. Enquanto gravávamos, os seguranças dos fazendeiros ficavam nos vigiando, passavam de caminhonete e não escondiam as armas, numa postura de intimidação. A reportagem passou no *Fantástico*.

O relatório do Cimi de 2019 registrou 35 conflitos indígenas por disputa de terras no Brasil, dez deles no Mato Grosso do Sul. Nas denúncias que estão na Justiça, constam inúmeros relatos de indígenas feridos. Uma senhora de 75 anos teve as pernas prensadas pelo “caveirão”. O pedido de busca e apreensão do trator e de armas, feito em 2019 pela Justiça Federal, só foi cumprido em 2020. A investigação está sob sigilo. São mais de 400 famílias acampadas em volta das aldeias demarcadas. Os fazendeiros alegam que têm os registros da terra. A disputa se arrasta sem uma decisão.

Tonico Benitez, indígena Kaiowá e antropólogo, me disse que “desde sempre o governo brasileiro não olha para os povos indígenas como pessoas com direitos, trata os indígenas como se não fossem gente”. No Mato Grosso do Sul a situação é ainda mais séria, porque, como vimos, muitas áreas indígenas foram ocupadas com autorização do poder público. Seu Lucio Damália, do Sindicato Rural de Dourados, me recebeu na propriedade dele e compartilhou questionamentos que nunca foram respondidos: “Há casos de famílias que têm os títulos das terras há mais de 100, 150 anos, e agora vem a Justiça dizer que eles não são donos? Por que então os governos cobraram impostos sobre aquelas terras, cederam empréstimos para financiar lavouras e construir benfeitorias? Agora eles vêm dizer que não somos donos? Por que registraram escrituras?”.

O relatório da visita da CIDH foi publicado em 2021 e trouxe detalhes sobre o que foi constatado nas visitas, destacando que “recebeu denúncia sobre a situação de confinamento territorial vivida pelos povos Guarani e Kaiowá, que, apesar de corresponder à segunda maior população indígena do país, 80% de sua população vive em menos de 27 mil hectares há mais de 100 anos”².

A situação dos Guarani Kaiowá e de muitas etnias brasileiras se transformou em uma preocupação mundial. A discussão sobre o marco temporal, que prevê que só poderiam ser demarcadas as terras ocupadas pelos indígenas até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, levou milhares de indígenas a Brasília e gerou comoção internacional. Isso porque, se levada adiante, a tese do marco temporal pode inviabilizar processos demarcatórios que estão em andamento. Por isso, no relatório da CIDH, os comissários consideram que:

[...] no entender da CIDH, a tese do marco temporal desconsidera os inúmeros casos nos quais povos indígenas haviam sido violentamente expulsos dos territórios que ocupavam tradicionalmente e, apenas por essa razão, não o ocupavam em 1988. Nesse sentido, a Comissão considera a tese como contrária às normas e padrões internacionais e interamericanos de direitos humanos, especialmente a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Nesse sentido, a CIDH alerta para o fato de que a aplicação da tese do marco temporal potencialmente afetará 748 processos de demarcação administrativa em andamento no país, uma vez que a Funai estaria impedida de avançar com esses processos por orientação de sua própria consultoria jurídica. [...] A Comissão também registra que a tese do marco temporal foi aplicada em várias decisões judiciais adotadas pelos tribunais regionais federais, ensejando o cancelamento dos processos de demarcação das terras Limão Verde, Buriti, do povo Terena, e Guyraroká, do povo Guarani Kaiowá, todas no Mato Grosso do Sul⁵.

A votação do marco temporal foi suspensa no Supremo Tribunal Federal e não tem previsão para acontecer..

Nesses anos todos de reportagens sobre o assunto, sempre busco ouvir ambas as partes. Os dois lados têm as suas verdades e as suas razões, mas a conta é bem desigual. Em um levantamento feito pelo ISA (Instituto Socioambiental), mais de 92% das terras no Mato Grosso do Sul são privadas. Grandes extensões pertencem a um pequeno número de pessoas, quando pouco mais de 2% da área do estado foram demarcados e reconhecidos como territórios indígenas. Não é questão de falta de terra; é distribuição, é o direito de propriedade *versus* o direito às terras ancestrais.

O procurador da República Marco Antônio Delfino, que atua no Ministério Público Federal em Dourados, acompanha a questão há décadas e destacou, numa entrevista gravada na época dos confrontos, que “obviamente há uma incongruência sem limites no governo brasileiro atrair, colonizar determinada parcela de território e trinta, quarenta, cinquenta anos depois entender que os próprios títulos que foram concedidos são nulos; então é óbvio que nesse caso é patente o dever de indenizar”. Mais um imbróglgio jurídico, porque a Constituição Federal só prevê pagamento pelas benfeitorias nas terras, e não uma indenização pelo valor da propriedade, em caso de demarcação de terras indígenas.

Para entender por que a questão fundiária indígena no Mato Grosso do Sul é tão complicada, temos de voltar ao Brasil imperial. *Kaiowá* significa “vindo da mata”. O povo Guarani vivia em toda a porção oeste do

Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, e também nas regiões litorâneas brasileiras. Era a maior etnia do Brasil antes de os europeus chegarem.

Eu me senti voltando numa máquina do tempo quando, em maio de 2012, fomos para a região de Corumbá, no Pantanal do Nabileque. Montados em cavalos e com pinturas tradicionais nos rostos e corpos, o grupo de mais de quarenta guerreiros Kadiwéu formava um corredor pra receber a nossa equipe e o procurador da República. O clima estava bem tenso. Os Kadiwéu estavam ocupando 23 fazendas na região, alegando que as terras tinham sido doadas a eles mais de um século atrás pelo então imperador Dom Pedro II, em reconhecimento pela luta dos Guaicuru, seus ancestrais, na Guerra do Paraguai. O grupo chegou ao amanhecer e expulsou os funcionários das fazendas, permitindo apenas a retirada dos rebanhos. Tem liminar de reintegração de posse ora para os fazendeiros, ora para os indígenas.

No início da República, parte das terras foi vendida e titulada pelo governo como terras devolutas, ignorando a doação que havia sido feita aos Kadiwéu no Império e que traçava os limites da área. O território indígena de 538 mil hectares entre Porto Murtinho e Corumbá, destinado aos Kadiwéu no final do século XIX, só foi homologado pelo governo federal na década de 1980. Desde então, os fazendeiros que ocupam ou que compraram parte dessa área, algo em torno de 141 mil hectares, entraram na Justiça alegando erro na demarcação. O processo estava havia 25 anos esperando uma decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal quando fomos fazer a reportagem para o *Jornal Nacional*, em maio de 2012.

O procurador da República Emerson Kalil, que intermediava as negociações, deu entrevista sobre a situação: “Esses títulos foram outorgados em áreas que não poderiam receber titulação; no entendimento do Ministério Público Federal, os fazendeiros devem resolver em perdas e danos”. Mas o ministro Celso de Mello, em junho, depois de quase trinta anos com o processo parado no STF, declinou competência e o devolveu à primeira instância da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul. Até hoje não há uma decisão definitiva.

Ao final da Guerra do Paraguai, outra decisão de Dom Pedro II mudou a vida dos indígenas da fronteira com o Paraguai e afetou

diretamente o povo Guarani. Em 1874, vencida a guerra, o Brasil montou uma comissão pra demarcar as novas fronteiras. O empresário Thomaz Larangeira e seu sócio, Joaquim Murtinho, faziam parte dessa comissão e forneciam alimentação aos expedicionários. Foi Larangeira que, em 1882, recebeu do imperador, via decreto, autorização para explorar erva-mate na faixa de fronteira, entre Ponta Porã, Dourados, Bela Vista e Porto Murtinho, consideradas áreas devolutas pertencentes ao Império. Imagine que a área dos ervais nativos abrangia 5 milhões de hectares – duas vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro!

Inicialmente, a concessão de exploração seria dada por dez anos. Veio a República e os interesses econômicos e políticos prevaleceram por quase meio século. Uma companhia era dona de um império na fronteira. A mão de obra era composta de paraguaios famintos e indígenas, que chegavam a carregar nas costas fardos de mais de 100 quilos de erva colhida. Era trabalho escravo naquele regime disfarçado, quando comida e moradia são descontadas e, no fim do mês, todos ficam devendo aos empregadores.

Como nada é por acaso, nas primeiras décadas do século XX o governo federal criou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Entre 1915 e 1928 o SPI demarcou oito reservas indígenas na região sul do estado, que era predominantemente território Guarani e área de ervais nativos. Guarani, Terena, Kadiwéu e Ofaié foram confinados em pequenas aldeias, que aos poucos foram sendo cercadas por cidades e áreas de pecuária e agricultura de precisão. Muitas terras reivindicadas pelos indígenas desde antes da Constituição de 1988 estão nessa região. Algumas fazendas estão inclusive dentro desses territórios que já tinham sido demarcados, ou em outras áreas tradicionais de onde os indígenas foram removidos em dois momentos: no início do século XX, pelo poder público, durante a exploração da erva-mate; e já nos anos 1940, pelos fazendeiros, durante a criação das colônias agrícolas.

O poder público, que gerou toda essa confusão, não assume a sua parcela de responsabilidade nem se pronuncia. O procurador da República Marco Antônio Delfino, que sempre tira minhas dúvidas sobre o andamento dos processos, atribui ao governo federal a responsabilidade de resolver o impasse: “Caberia ao governo federal, que titulou

essas pessoas, que ratificou títulos estaduais, promover esse processo de pacificação. Mediante a indenização desses produtores, algo que o Ministério Público Federal entende como adequado”.

É difícil o governo se pronunciar, os fazendeiros aceitarem que áreas produtivas sejam devolvidas aos indígenas, que os produtores de boa-fé sejam reconhecidos e indenizados... Por isso a pressão dos ruralistas pela aprovação do marco temporal é tão grande. No entanto, a não reparação desses erros históricos é um sinal de nossa profunda imaturidade democrática. É a demonstração de que a força do dinheiro pesa mais que a importância dos povos originários.

2019, O ANO QUE NÃO ACABOU

Essa foi a sensação de quem vive no Pantanal. Vínhamos de uma grande cheia no ano anterior, que havia inundado os campos violentamente. O calor estava acima do normal. Pelo histórico, parecia até que o equilíbrio no pulso de inundação – períodos de seca seguidos por períodos de cheia – estava dentro dos padrões pantaneiros. Mas não.

Em março de 2018, a Embrapa Pantanal divulgou um alerta sobre uma cheia rigorosa que estava por vir. Já em fevereiro, mais de 40 mil quilômetros quadrados estavam alagados no baixo Pantanal, nas regiões de Miranda, Aquidauana e Corumbá. Com as chuvas volumosas daquele verão, o nível do rio Paraguai, na régua de medição em Ladário, poderia chegar aos 5,78 metros. O hidroperíodo, que é o tempo em que os campos ficam alagados, poderia chegar a 170 dias. O alerta era para que os pecuaristas vendessem a boiada, remanejassem o rebanho ou arrendassem pastos nas áreas altas pra não perder animais quando a água chegasse.

Em julho de 2018, o nível do rio Paraguai chegou a 5,35 metros e mais de 1,3 milhão de cabeças de gado tinham sido movidas. Cerca de 2.500 ribeirinhos foram afetados pela enchente e precisaram de apoio até para comer, pois perderam o pouco que tinham. A diferença dessa cheia para tantas outras que já foram registradas no Pantanal foi a velocidade em que algumas regiões secaram. E, quando o ano já caminhava para o fim, os sinais de alerta podiam ser sentidos.

Entramos em 2019 sob um calor escaldante e sem qualquer sinal de inundação. O período de chuvas no Pantanal, que normalmente vai de outubro a março, tinha sido mais curto; choveu quase 30% a menos. A cheia de 2018 secou mais rápido que o previsto. Em algumas regiões as temperaturas estavam de 4 a 6 graus acima da média histórica, e em setembro de 2019, o número de incêndios já era 334% maior que

no mesmo período em anos anteriores. Nessas condições, o Pantanal começou a arder em chamas. Foram milhares de focos entre setembro e novembro de 2019.

Minha rotina de trabalho era sair pra gravar em alguma região pantaneira, mostrar o combate e o fim do fogo, voltar para Campo Grande, editar a reportagem, enviá-la para os jornais da rede nacional e veicular nos telejornais locais. Dois ou três dias depois tudo se repetia, porque novos focos de incêndio surgiam em diferentes regiões. No celular piscavam dezenas de mensagens de fontes e amigos pantaneiros narrando as dificuldades com a estiagem e a preocupação com a situação.

Até num fim de semana de folga fui de carro com o meu filho a uma das fazendas e gravei, com celular mesmo, os combates e estragos. Não era comum usar vídeos de celular nas reportagens veiculadas em rede nacional, mas como não dava para estar em todos os locais com incêndios, inauguramos essa nova prática de captação de imagens, que depois veio a se tornar rotina em nossas coberturas.

Eu pedia incansavelmente para os meus conhecidos fazerem vídeos com o celular quando estivessem apagando algum incêndio no campo. Fiz até um tutorial explicando como gravar: sempre na horizontal, com um certo limite de tempo pra facilitar o envio por aplicativos de mensagens. A internet no Pantanal nem sempre é boa, então era preciso economizar dados. Muitas imagens de celular gravadas pelos bombeiros e brigadistas e até entrevistas foram ao ar na TV Globo e na TV Morena. Era uma facilidade, porque recebíamos um vasto material de várias frentes de combate, mas para os editores que ficam na redação é mais complicado, porque os formatos das imagens de celular são diferentes dos da câmera profissional que usamos no dia a dia. Cada vídeo recebido precisava ser convertido para o sistema da TV e isso demandava tempo. Numa cobertura de factuais, como os incêndios, esse procedimento gera ainda mais trabalho e estresse, porque temos um tempo curto para enviar a reportagem editada aos telejornais. Por outro lado, essa nova dinâmica de trabalho me fez descobrir colegas que se mostraram, além de excelentes e talentosos profissionais, pessoas interessadas em fazer a diferença, aproveitando a visibilidade do veículo em que trabalhávamos. Editores como Phamela Ávila, Geovana

Andrade, Rafael Monge e Marianne Katayama se colocavam disponíveis, apesar da rotina de sobrecarga nas edições diárias, para receber esses materiais e convertê-los para que fossem usados nas reportagens sobre os incêndios.

Numa dessas viagens, olhei pela janela do carro e vi uma anta enorme, solitária, correndo desesperada pelo campo coberto de capim seco que ainda não tinha queimado. Estávamos na BR-262, a caminho de Miranda. Ao longe, a fumaça escura anunciava o perigo, e o cheiro forte de mato carbonizado revelava que o fogo estava bem perto. Aquela cena foi um soco no estômago. Pensei: para onde ela vai?

Os incêndios estavam avançando por toda a região de Miranda em direção a Corumbá. A cortina de fumaça se alastrou pela BR-262, que atravessa o Pantanal. Parecia cena de filme, quando a fumaça encobre totalmente a estrada e não se enxerga um palmo à frente. A Polícia Rodoviária Federal pedia aos motoristas para encostar o carro e não atravessar, mas muitos motoristas foram surpreendidos pela fumaça empurrada pelo vento e, de repente, já estavam no meio do turbilhão de cinzas. Dos dois lados da margem, o crepitar das chamas e a aquarela de tons alaranjados e vermelhos revelavam as labaredas avançando. Na redação, o tempo todo recebíamos vídeos de passageiros em pânico em meio a cenas de horror pela rodovia.

Os dias seguiam com umidade relativa do ar beirando os 10, 12%, como no deserto. Para quem nunca enfrentou umidade baixa com calor acima dos 35 graus, explico: você sente o corpo minguar. As forças se esvaem. O amanhecer já é abafado: acordamos e logo sentimos um cansaço, uma lentidão, parece que vamos desmaiar a qualquer momento. Difícil fazer qualquer coisa, até tarefas que exigem pouco movimento. E quando a gente se força a manter a rotina, o menor esforço consome nossas forças e o estômago revira, dá enjoo, dor de cabeça e até tontura. O humor oscila e a irritação predomina. É muito desgastante.

Os incêndios eram registrados por todo o estado, de áreas urbanas até fazendas de produção no Cerrado e no Pantanal. Numa terça-feira à noite de setembro, eu estava em Campo Grande quando recebi a ligação do amigo Roberto Klabin, dono da Fazenda Caiman. Ele estava do outro lado do mundo e me ligou pedindo ajuda. Contou-me que a Caiman

estava em chamas, que os funcionários não conseguiam apagar o fogo e que ele, de longe, não tinha contato com bombeiros ou brigadistas para pedir ajuda. Compartilhei com ele os contatos e fiz várias ligações. Falei também com o Mario Haberfeld, fundador do Onçafari, que tem base na fazenda. Ele estava fora, buscando voo para Campo Grande, e falou que os pesquisadores e funcionários estavam havia dias sem dormir, tentando apagar o incêndio – e a situação só se agravava.

As primeiras imagens chegaram por celular. Os próprios funcionários e pesquisadores gravaram o combate. Conseguimos falar com os bombeiros e com o coordenador do Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama), e um grupo de militares e brigadistas foi à fazenda naquela noite mesmo.

O Refúgio Ecológico Caiman fica em Miranda, a pouco mais de duas horas de Campo Grande. É uma região de Pantanal mais alta, onde a inundação dos rios não chega com frequência. São as chuvas que alagam os campos da região, mas naquele ano não tinha chovido o suficiente. A fazenda faz parte do complexo de terras no Pantanal que compunha a Miranda Estância, uma das mais importantes fazendas de pecuária, que, no início do século XX, pertencia a um grupo de investidores ingleses. Imensa, era praticamente uma cidade, com mais de 210 mil hectares. Dos anos 1910 até os 1940, a companhia inglesa que administrava a Miranda Estância tinha na pecuária, na extração de madeira (principalmente angico, rico em tanino usado nos curtumes) e na venda de couro e pele de animais silvestres suas principais atividades econômicas – na época, não existia legislação restringindo a caça no Brasil. Essa imensidão de terras foi dividida e comprada por brasileiros no início dos anos 1950. A porção que estava em chamas era a do Roberto, mas o fogo não tinha começado ali.

O incêndio começou em uma fazenda vizinha, e as chamas se alastraram. Conheço a Fazenda Caiman desde 1998, quando cheguei ao Pantanal pela primeira vez. São campos lindos, cobertos por pequenas porções de mata, e uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) ocupa a maior parte dos mais de 50 mil hectares. Ali ficam a sede do Instituto Arara-Azul e do Projeto Onçafari. De modo a priorizar a pesquisa e o turismo de observação de fauna, a pecuária deixou de ser

a principal atividade e muitos campos não recebiam mais gado. Sem os rebanhos para comer capim, a vegetação cresceu, e muito. O capim-rabo-de-burro se espalhou e predominava nos campos, parecendo um canavial, mas outras variedades também compunham a paisagem. Com a estiagem, toda essa quantidade de mato se transformou num combustível altamente inflamável. Quando vieram as primeiras faíscas empurradas pelo vento, viraram labaredas altíssimas, que pareciam lança-chamas carbonizando tudo que viam pela frente.

Mesmo conhecendo o lugar há mais de vinte anos, não reconheci a paisagem. Quando cheguei na fazenda, parecia que uma bomba tinha explodido e devastado tudo. Quilômetros de áreas cobertas de cinzas, tudo preto de carbono e nenhum verde. O incêndio se alastrou tão rápido, queimando cercas, postes, pontes e passagens de madeira, que não deu tempo de reagir.

Primeiro os funcionários e os pesquisadores tentaram conter o avanço das chamas. Os peões, os gestores, todos se uniram num esforço sobre-humano para apagar o fogo. Mas havia focos para todo lado, e dirigir pelas estradas de terra dentro da propriedade era arriscado. A Lillian Rampin, bióloga coordenadora do Onçafari, e os guias e pesquisadores coordenados por ela, incansáveis, iam de um lado para o outro com os carros de pesquisa, levando tanques de água, usando mangueiras e o que mais estivesse disponível para ajudar no intento. As pesquisadoras Fernanda Fontoura e Kefany Ramalho e o assistente de pesquisa Lucas Rocha, do Arara-Azul, também estavam usando os veículos do instituto da mesma forma.

Quando o pedido de socorro chegou ao Prevfogo, equipes foram deslocadas até o local. Um batalhão de mais de cem pessoas, entre funcionários, militares do Corpo de Bombeiros, brigadistas, funcionários e pesquisadores se revezava 24 horas por dia no combate. A Luciana Fabbri, gerente de operações da fazenda, comprava litros e mais litros de água, toneladas de comida e organizava a logística para alimentar e abrigar tanta gente. A liderança das mulheres foi algo que me chamou a atenção e me encheu de orgulho. Elas estavam nos cargos que exigiam tomadas de decisão e também encaravam as chamas nos campos incandescentes.

Fui a um dos focos de incêndio na fazenda com uma equipe dos bombeiros, o Argemiro Barros, o André Salles e o repórter cinematográfico Ariovaldo Dantas. A vegetação seca estalava com as chamas. Apagavam de um lado e o fogo ressurgia do outro. Nós nos embrenhamos atrás dos militares e só me dei conta de que tinha me exposto demais quando senti o solado da minha botina amolecer com o calor do solo. O tenente Saldanha, que comandava a equipe, logo me chamou pra uma área mais aberta no meio do mato seco e pediu que a gente não se afastasse dele. Não tinha como garantir que não seríamos surpreendidos pelo fogo; por isso era preciso seguir à risca as orientações dos bombeiros.

Durante as gravações, veados, capivaras e tatus passavam por ali correndo desesperados. Nosso medo era dar de cara com as onças-pintadas, porque tem uma grande população residente na fazenda que é monitorada pelos pesquisadores do Onçafari. O recinto de mais de dez mil metros quadrados, onde a onça Jatobazinho estava em treinamento para reaprender a ser selvagem, foi totalmente consumido pelo fogo. Um avião foi enviado pra resgatar o animal e levá-lo a uma fazenda próxima, que contava com um local apropriado para abrigar grandes felinos e aonde o fogo não tinha chegado. Jatobazinho é um símbolo de resistência.

Em agosto de 2018, essa onça-pintada apareceu no pátio da escola Jatobazinho, às margens do rio Paraguai, em Corumbá. Era um jovem macho desnutrido, pele e osso, com apenas 35 quilos. As crianças deram o alerta e os funcionários resgataram o animal, que foi batizado com o nome da escola. Um avião com pesquisadores levou Jatobazinho, que ficou aos cuidados dos médicos veterinários e biólogos da UFMS e do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres em Campo Grande (Cras) durante o tratamento. Em um ano ganhou peso e saúde; estava gorda, linda, pesando quase 90 quilos. Acompanhei todo o processo.

Em 2019, já recuperada, a onça foi transferida para o recinto de adaptação do Onçafari, na Fazenda Caiman, e estava quase pronta pra ganhar liberdade quando o fogo chegou. Mais uma vez a Jatobazinho foi resgatada e, dessa vez, salva das chamas. Quando o fogo já não oferecia mais perigo, os pesquisadores a levaram de volta. A imagem daquela onça saindo da pequena jaula, entrando de novo no recinto e se assustando ao ver tudo queimado é impressionante. Ela sai,

estranha o ambiente e volta ao pequeno compartimento com as grades que separam o recinto das telas de proteção. Levou uns minutos até ter coragem de explorar aquele lugar que antes era sua casa e estava totalmente queimado. Os pesquisadores tiveram de construir pequenos refúgios com palha de acuri pra criar sombra, porque as árvores não tinham folhas – foram carbonizadas.

Nós também estranhávamos e não reconhecíamos os lugares. Onde antes existiam frondosos acurizais, bosques e capões, só restaram cinzas. As árvores queimaram por completo.

O poder público não estava preparado pra enfrentar um incêndio florestal dessa magnitude no Pantanal. Não tinha avião para lançar água, não tinha helicóptero para transportar brigadistas. A base montada na Caiman foi toda financiada pelo dono da fazenda, uma operação de guerra para enfrentar um incêndio nunca visto naquela região. O galpão dos peões, onde os turistas participavam de um churrasco típico e conheciam músicas tradicionais pantaneiras, virou área de alimentação e de coordenação das ações de combate.

Pesquisadores do Onçafari e do Arara-Azul usavam os veículos de pesquisa para, além de ir a campo apagar os incêndios, resgatar animais, levar comida aos combatentes e transportar água em tanques instalados nas carrocerias. O governo de São Paulo mandou um helicóptero para auxiliar nos trabalhos; os bombeiros do Distrito Federal vieram com um avião para lançamento de água. Dezenas de bombeiros do Mato Grosso do Sul, os brigadistas treinados pelo Prevfogo da brigada indígena Terena, os peões, guias, todos pegavam nos abafadores e bombas d'água e iam a campo tentar controlar o avanço das chamas.

No chão coberto de fuligem foram encontrados cobras, capivaras, veados, jacarés, catetos, muitos animais carbonizados. As cenas eram tão chocantes que as pessoas pareciam viver num torpor, sem se permitir sentir, apenas reunindo forças para continuar e agir. Foi assim por mais de dez dias. Por diversas vezes caí em prantos ao ver tudo queimado, assim como meus companheiros de gravação. Uma sensação de impotência e de raiva, por saber que alguém tinha começado tudo aquilo ateando fogo em alguma pastagem. Desconsiderar a estiagem extrema que estava assolando a região e ignorar possíveis

consequências são provas de que pensar individualmente tem gerado gigantescas perdas coletivas no Pantanal.

Conheci Roberto Klabin há cerca de vinte anos; foi um dos meus primeiros entrevistados quando vim ao Mato Grosso do Sul. O longo tempo de convivência já tinha me mostrado suas qualidades, mas quando ele chegou à fazenda, sua serenidade e o seu jeito de lidar com o incêndio catastrófico fez toda a diferença... Em meio ao desespero e tristeza de todos, o Roberto era o mais otimista. Consolava as pessoas, motivava quem estivesse perdendo as forças e estava o tempo todo presente, do amanhecer ao entardecer, muitas vezes se expondo ao perigo nas frentes de combate.

Quando o fogo parecia controlado, voltei para Campo Grande. Foi uma surpresa quando recebi uma mensagem do Klabin dizendo que o vento tinha mudado e trazido as chamas de volta – e, dessa vez, em direção à sede. Pedi a ele para gravar vídeos do incêndio com o celular, e as imagens foram usadas na abertura da reportagem que foi ao ar no *Jornal Nacional* daquele dia.

A dificuldade nas coberturas dos incêndios é que os locais no Pantanal sul são distantes uns dos outros e muitos sequer têm internet. Íamos gravar os combates no campo mas logo tínhamos de voltar a Campo Grande, dias depois, para conseguir veicular o material e enviá-lo à rede nacional. Não havia internet em muitas fazendas porque os cabos tinham sido queimados. Várias imagens usadas nas reportagens foram gravadas e cedidas pelos próprios militares do Corpo de Bombeiros, entre eles o coronel Moreira, que estava à frente das estratégias ambientais da corporação. Ele foi um dos que me ajudaram a mostrar a dimensão da tragédia: sobrevoava diariamente os focos de incêndio, gravava vídeos com seu celular e me mandava na hora, atualizando as informações para abastecermos os telejornais. Quando não era ele quem fazia o reconhecimento, autorizava e até pedia aos militares para gravarem as imagens para nós.

Nesse ir e vir, foram diversas viagens. Numa delas, voltamos à Fazenda Caiman para mostrar que o fogo tinha ressurgido. Eu estava com o repórter cinematográfico Huanderson Merlotti e o Fábio Rodrigues. Seguíamos uma equipe de brigadistas do Prevfogo e outra

de sessenta brigadistas contratados por empresários amigos. Foi a primeira vez que eu vi fogo queimar vegetação dentro d'água. Estávamos num alagado, mas que naquela época estava quase seco e coberto por plantas aquáticas, um tipo de capim alto. Nossos pés atolavam naquele barro misturado com raízes. O Fábio comentou: “Isso eu nunca vi, pegar fogo sobre a água!”. E era assim mesmo.

Queríamos gravar o rescaldo, mas de repente ouvimos o estalar de vegetação queimando. Olhamos para a mata da reserva que circundava o local e vimos a fumaça subindo: o fogo tinha voltado. A operação era coordenada pelo Paixão, brigadista experiente do Prevfogo. Ele imediatamente nos instruiu a ficar no local mais aberto e o mais longe possível do fogo e pediu suporte, pelo rádio, do avião dos bombeiros do Distrito Federal. Passou um rádio para a base e combinou com o piloto do avião de ele decolar e passar sobre o local onde estávamos.

No primeiro voo rasante o piloto não lançou nada, apenas sinalizou com a luz do avião que iria voltar e lançar milhares de litros de água sobre o fogo. Esse código era de extrema importância para nossa segurança, porque indicava que teríamos de nos afastar ao máximo. Não pode ter ninguém em solo fazendo o combate direto, apagando as chamas com abafadores, porque aquela quantidade de água cai como uma rocha – o peso gerado pelo volume lançado do avião pode matar uma pessoa. Nós nos afastamos, o avião lançou a água e a equipe de solo entrou em seguida, com enxadas e bombas costais, para apagar aquele fogo teimoso. Ficamos tão felizes que o piloto fez até uma graça: passou de novo e lançou umas gotinhas que pareciam chuva, só pra gente se refrescar. Mostramos essa operação no *Jornal Nacional*.

Durante a cobertura dos incêndios na Fazenda Caiman, conheci pessoas tão obstinadas que nunca descansavam. Dormiam algumas horas e já estavam de novo no combate. Os brigadistas indígenas eram incansáveis: combatiam durante toda a noite, ao amanhecer voltavam à base para um pequeno descanso e logo voltavam ao campo. Foi com eles que vivi uma situação divertida em meio ao caos. Eles estavam apagando fogo no território indígena Kadiwéu, terminaram por lá e foram acionados pra vir para a Fazenda Caiman. Eu estava fazendo a reportagem sobre o combate noturno quando um dos indígenas brigadistas me

chamou e disse: “Me entrevista para sair no *Jornal da Globo*, porque eu estou há quinze dias longe de casa, sem sinal de celular direito, e a minha mulher na aldeia não tá acreditando muito que eu emendei um combate em outro e estou aqui apagando fogo!”. Dias depois da gravação, nos reencontramos no campo e ele veio todo sorridente, dizendo que a esposa tinha ficado feliz de vê-lo na TV e a crise conjugal tinha sido resolvida.

Era o período de reprodução das araras-azuis. As pesquisadoras, desesperadas, rodavam dia e noite, visitando ninhos queimados em busca de ovos e filhotes. Poucos escaparam. Os casais de araras-azuis gritavam o tempo todo, como num pedido de socorro, e aquele som apunhalava os nossos corações. As câmeras de monitoramento instaladas nas árvores registraram o desespero de uma arara-azul em cima da caixa que servia de ninho. Tinha um ovo lá dentro e ela não queria abandonar a cria, mas a fumaça encobriu tudo. A última cena gravada foi a arara-azul voando para se salvar, deixando sua cria pra trás.

Na gravação de uma reportagem pro *Jornal Nacional*, acompanhei um dia das biólogas Kefany Ramalho e Fernanda Fontoura. Minhas amigas de longa data nos anos de gravações no Pantanal, mal conseguíamos nos encarar sem cair em prantos. A gente olhava em volta e chorava. Era difícil acreditar no que estava acontecendo. Kefany desabafou: “É triste, né... A gente vê o fogo passar e, por mais que esteja todo mundo se esforçando muito no combate, ficamos de mãos atadas. Tem que esperar o fogo passar e agir”.

A imagem da Kefany pilotando um quadriciclo pelas cinzas, em direção à árvore onde estava instalada uma caixa com o ninho artificial, ganhou o mundo e ainda ressoa na minha mente. A assistente de campo subiu numa dessas árvores-ninho e ali encontramos dois filhotinhos. Um não resistiu, e o outro estava saudável. Foi emocionante encontrar vivo aquele bichinho tão frágil – e ele estava com o papo cheio, sinal de que os pais estavam voando longe para achar comida.

Manter um grupo tão grande de combatentes exigiu uma logística de guerra. As cozinheiras se revezavam em turnos de 24 horas para deixar as panelas de arroz de carreteiro, carne e mandioca sobre o fogão a lenha sempre a postos para as equipes que estavam no campo. Bacias

de salada, frutas em abundância para alimentar a todos. Galões com água e barris de gelo repletos de isotônicos ficavam disponíveis para a gente aguentar o calorão e a fumaça. A preocupação com o bem-estar de quem se arriscava fez a diferença e ajudou a manter os ânimos.

Enquanto todos nós estávamos emocionalmente devastados, Roberto mantinha o otimismo e incentivava as equipes. Desolada, perguntei como ele se sentia vendo tudo virar cinzas, e a surpresa veio na resposta. Ele olhou bem nos meus olhos e disse: “Não tem que chorar. Tem que agradecer a Deus porque ninguém se feriu, porque estamos conseguindo combater o fogo sem registrar um acidente, sem uma pessoa queimada. Os animais, eles conseguem fugir porque ainda tem mata na reserva protegida das chamas. E bens materiais a gente recupera. Minha única preocupação é com o Pantanal, como vai ser a reação depois de tudo isso...?”

Passei a admirá-lo ainda mais diante da força numa situação de estresse intenso. E houve ainda mais um gesto de gratidão. Depois de uma viagem a Campo Grande, ele quis fazer um agrado ao pessoal, que estava tão empenhado. Além da acolhida, naquele dia ele comprou sorvete para todo mundo numa fábrica de Campo Grande – um bálsamo depois de um dia escaldante.

O fogo foi apagado com a ajuda da chuva que chegou em outubro, mas foi também uma chuva estranha. Com ventos fortíssimos, que derrubaram telhas das construções da fazenda e na cidade de Aquidauana, a chuva saiu arrastando coberturas de casas e de postos de combustíveis. Mais um sinal de descontrole da natureza. Após semanas cobrindo os incêndios, lá fui eu fazer reportagem sobre tempestade na mesma região. Mas a chuva foi embora na mesma velocidade com que chegou; foi um evento extremo que durou pouco mais de uma hora e só. Dias depois, o sol já estava rachando o solo e o fogo voltou aos campos do Pantanal.

Era novembro de 2019 e as chuvas de verão estavam atrasadas. Deviam ter começado em outubro, mas não chegaram com intensidade a ponto de acabar com os incêndios. O cheiro forte de carne em decomposição embrulhava o estômago. Paramos às margens do Morro do Azeite, na BR-262, para gravar imagens da vegetação queimada – o

fogo tinha passado por ali um dia antes e o horizonte verde se transformara numa linha de fuligem. Um redemoinho de cinzas que parecia um tornado veio em nossa direção. Eles se formam quando o solo está muito quente: o vento se encontra com a corrente de ar aquecida pelo solo, empurra o ar com cinzas pra cima e forma esse cilindro de fuligem. É impressionante e assustador ao mesmo tempo. O fenômeno durou uns minutos e se dissipou do mesmo jeito que começou, parecendo mais um efeito especial de filme.

Continuamos a gravar e encontramos o leito seco de um corixo, com apenas uma poça de lama no meio. Um cardume jazia ali. Moscas já se amontoavam. De repente, a lama se mexeu. O Chico Gomes e o Edmar Mello, também repórter cinematográfico, se espantaram ao ver que ainda restavam alguns peixes vivos naquele lamaçal. A agonia dos peixes amontoados no que restara de umidade era a imagem da desolação. Um ou outro ainda resistia e se debatiam, exaustos, cobertos pela lama.

Onde antes corria água estava seco. O fogo passou e o filete de água evaporou, a vegetação aquática também foi carbonizada e sobrou um amontoado esturricado de aguapés. Essa planta é muito comum no Pantanal e suas folhas arredondadas e largas se espalham onde tem água, mas ali só tinha sobrado palha queimada... De repente, as folhas esturricadas começaram a se mexer, e o barulho chamou a atenção da gente.

Levei um susto! Olhei mais atentamente e vi que de baixo das raízes saiu um peixe se debatendo no solo seco. Era um cascudo, peixe de fundo de rio, resistente. Aquele pequeno guerreiro de pouco mais de 5 centímetros sobrevivera às chamas e estava se contorcendo na terra seca, num rastejar macabro em busca de água. Mas não tinha nem uma gota por perto. Tentei salvar o peixinho, que pulava e parava exausto, mas não consegui. A reportagem foi ao ar no *Jornal Nacional* no dia 4 de novembro de 2019. Em mais de vinte anos de Pantanal, eu nunca tinha feito uma reportagem de incêndios no mês de novembro.

Na estrada do Carandazal, nome de um imenso bosque de palmeiras carandá, seguimos pelo caminho de terra. Em volta, quilômetros de vegetação nativa carbonizada. Encontramos a primeira das nove pontes de madeira que haviam sido queimadas, e um desvio foi aberto

para que os fazendeiros pudessem sair da região. Paramos para gravar. Os helicópteros e aviões de combate estavam sobrevoando a área para levar bombeiros e brigadistas até os focos mais intensos. Eu fiquei em cima das poucas tábuas de madeira que restavam, o Chico subiu o drone para mostrar a dimensão dos estragos e o Edmar gravava com a câmera. De repente ouvimos estalos. Começou a pipocar como bombinhas em festa de São João. Não se passaram cinco minutos e uma gigantesca nuvem cinza começou a vir em nossa direção. O Carandazal estava queimando de novo. O combate tinha sido no dia anterior e não havia sinal de fogo quando chegamos, mas as brasas reacenderam e fomos surpreendidos. Só deu tempo de terminar a gravação, entrar na caminhonete e sair correndo até a rodovia.

O fogo não era igual ao dos anos anteriores. O excesso de matéria orgânica se acumulou nos campos por falta de água e transformou o baixo Pantanal num barril de pólvora. Uma faísca se transformava em labareda em segundos. O vento empurrava as chamas e varria a vegetação, transformando tudo em cinzas. Foram dias intensos, dos quais nasceu uma luta por novas regras de controle de fogo, estratégias de combate, controle de acúmulo de biomassa e protocolos de implantação de um Plano de Manejo Integrado do Fogo, chamado de MIF. Mato Grosso do Sul criou o Protocolo Estadual do Manejo Integrado do Fogo, no qual os produtores podem entrar com pedido de queima prescrita, detalhando com georreferenciamento por imagens de satélite a área que pretende queimar para reduzir a matéria orgânica. Esse pedido tem de ser feito no Instituto de Meio Ambiente do estado que emite a autorização de queima prescrita. O problema é que a autorização precisa sair com agilidade, porque o período para queimar a vegetação e reduzir a biomassa é pequeno, se encaixa nos meses que antecedem a estiagem. Quando a licença não é emitida em tempo, o dono da propriedade não pode fazer a queima prescrita nos meses de seca, umidade baixa e ventos fortes por causa do risco de o fogo se alastrar. Aí, se a licença não sai, a imensa quantidade de capim e mato seco acumulado fica nos campos, como um combustível para o fogo. Uma faísca é suficiente pra transformar tudo em rastilho de pólvora... Pouco se colocou em prática desse manejo do fogo até o primeiro semestre de 2022.

Dias depois, ainda em dezembro de 2019, choveu bastante. Voltei à Fazenda Caiman para ver como estava a região depois do aguaceiro, a pedido do *Jornal Nacional*. Para minha alegria, o verde tinha coberto os campos de novo. As onças tinham voltado, algumas com seus filhotes; aves e veados estavam pelos campos. Acompanhando a bióloga e coordenadora do Instituto Arara-Azul, Neiva Guedes, estávamos apreensivos, porque a espécie é frágil, precisa de condições específicas para se reproduzir, e os jovens ainda levam anos para entrar na maturidade e começar a ter filhotes. Com um incêndio daquela proporção, na região do maior centro natural de reprodução da espécie do mundo, o risco de os casais terem se dispersado, e os filhotes, morrido, era bem grande – estima-se que 40% dos casais perderam os ovos e os filhotes durante o incêndio. Eis que, num esforço natural de sobrevivência, elas surpreenderam a todos: fizeram a segunda postura meses depois, para garantir a reprodução da espécie!

Essa foi uma boa notícia que acalmou nossos corações, mas as consequências do incêndio ainda eram cicatrizes abertas nos campos e nas respostas da natureza. As pesquisadoras do Instituto Arara-Azul perceberam que muitos filhotes estavam nascendo fracos, com imunidade baixa, e os que não morriam desenvolviam feridas na cloaca. A suspeita era de que os incêndios tinham influência direta nisso: comer coquinhos de acuri e bocaiuva carbonizados podia estar afetando o aparelho digestivo dos filhotes. Também foi registrado um aumento preocupante de predação: sem comida, iraras, macacos e outras espécies estavam escalando as árvores até os ninhos de araras-azuis e devoravam ovos e filhotes.

Em 2020, o fogo não chegou na Caiman. Em 2021 teve incêndio, mas foi contido pelos brigadistas treinados pelo programa de brigadas do SOS Pantanal, com a ajuda de bombeiros. Mais uma vez eu voltei à fazenda para gravar um *Globo Repórter*. As pesquisadoras do Instituto Arara-Azul tinham percorrido, no ano anterior, mais de 17 mil quilômetros dentro da fazenda, monitorando os ninhos naturais e instalando caixas-ninhos artificiais para amenizar as sequelas do incêndio de 2019. Intensificaram também o monitoramento dos ninhos em que os casais fizeram postura, para salvar os “filhos do fogo” e cuidar dos filhotes. E, pela primeira vez

em mais de trinta anos, a equipe do Arara-Azul constatou que nasceram mais filhotes nas caixas instaladas do que nos ninhos naturais, porque o fogo destruiu tantas árvores que faltaram cavidades para os casais fazerem a postura. Assim, as caixas de madeira se tornaram a principal forma de garantir o ano reprodutivo. E o dado mais grave: mais da metade dos filhotes que nasceram no ano após o incêndio não resistiram.

Sobre a onça Jatobazinho, quando os incêndios de 2019 foram contidos, ela foi doada pelo governo brasileiro a um imenso projeto de restauração na Argentina, no Parque Nacional de Iberá. Em janeiro de 2022, Jatobazinho foi solta na natureza e hoje integra um imenso esforço científico de reintrodução de onças machos e fêmeas na região de Iberá, onde a espécie estava extinta e cujo ecossistema se assemelha ao Pantanal brasileiro.

No Carandazal, já no Pantanal do Nabileque, quilômetros de palmeiras nativas foram queimadas. É assustador ver tantos troncos negros, ao mesmo tempo que os brotos verdes parecem uma desesperada tentativa da natureza de sobreviver e prosseguir após o fogo. Mas a tragédia dos incêndios de 2019 era apenas o prenúncio do que estava por vir...

2020, O ANO DA CATÁSTROFE

Janeiro. Uma forte chuva trouxe alento e parecia anunciar que a estação das águas estava de volta ao Pantanal, mas a situação se mostrou longe da normalidade. As primeiras imagens chegaram pelo celular, gravadas por pescadores e moradores que viviam às margens do rio Miranda. Eles estavam assustados com o que a chuva tinha trazido: milhares de galhos, troncos e raízes tinham sido arrastados pela enxurrada. O carreamento de vegetação seca que se desprende das margens é algo recorrente quando termina a estiagem no Pantanal e chegam as primeiras chuvas volumosas. A água varre os campos e margens dos rios e leva esse material orgânico para o leito. Dessa vez, o volume foi muito maior que o esperado. A massa de partes de vegetais que desceu pelo leito criou uma barragem embaixo da ponte sobre o rio Miranda, que ficou represado e obstruiu a passagem. Barco nenhum conseguia passar, e a massa vegetal cobriu completamente a água.

Os pescadores mais antigos relataram que isso nunca tinha acontecido. Um trecho de mais de 200 metros embaixo da ponte ficou coberto. Os pesquisadores que visitaram o local constataram o que os ribeirinhos já sabiam: a mata ciliar das margens do rio Miranda vem sendo suprimida, e o solo, sem proteção, fica exposto. Aí, a força das chuvas e a correnteza crescente no leito do rio desbarrancam essas áreas, trazendo o que antes deveria estar firme na terra. Era mais um sinal de que algo estava mudando na região.

Depois dessa tempestade em janeiro, a chuva começou a escassear. Não houve volume suficiente pra encher os rios. Estávamos entrando em mais um ano sem água na maior planície alagável do planeta.

Fevereiro chegou trazendo fumaça em vez de água. O coronel Ângelo Rabelo, um dos primeiros amigos que fiz no Mato Grosso do Sul, era presidente do Instituto Homem Pantaneiro. Ele havia sido da Polícia

Militar, fundou a Polícia Florestal no estado, coordenou o combate aos coureiros nos anos 1980 e estava na reserva havia anos. Hoje, dedica-se a buscar recursos pra financiar projetos de conservação e sustentabilidade na região da Serra do Amolar. Rabelo me contou, incrédulo, que o fogo já estava queimando o Pantanal em pleno verão – que seria o período de chuva na planície, teoricamente. Os focos de incêndio começavam a aparecer nas imagens de satélite. A estação chuvosa deveria ter seguido até março, mas parou de chover antes e os focos pipocavam no mapa na região de Corumbá.

As chamas foram apagadas e todos subestimaram o que estava por vir. Era impensável que a vegetação pantaneira queimasse sem trégua em plena estação das águas; pelo contrário, as estatísticas dos anos anteriores não registravam grandes incêndios no período. Pesquisadores, pantaneiros e poder público não entenderam os sinais da natureza e não se prepararam.

No mês de março de 2020, o caos começou a se revelar. Apesar dos incêndios de 2019, a estrutura de combate e prevenção ainda não estava pronta. As equipes eram acionadas de acordo com a demanda; surgiam os focos e os grupos de combatentes eram formados e enviados ao local. Não foram feitas ações de prevenção, como abertura de aceiros, preparação de voluntários e compras de equipamentos, e as contratações dos brigadistas do Prevfogo Ibama estavam atrasadas. Os meses seguintes mostraram que o pessoal na ativa não era suficiente.

Em plena pandemia, a dificuldade em reunir pessoas era ainda maior, as vacinas não estavam disponíveis e o coronavírus avançava pelo país. As escolas pantaneiras, entre elas a Jatobazinho, mantida pelo Instituto Acaia às margens do rio Paraguai, em Corumbá, tiveram que suspender as aulas por causa dos riscos de contaminação. A Jatobazinho, porém, abrigava mais de 40 crianças em regime de internato, e os funcionários continuavam morando na escola. Para que as crianças não perdessem o ano escolar, professores e funcionários saíam semanalmente em barcos para visitar as famílias e levar tarefas aos alunos. Eles sabiam onde cada criança morava.

Da escola veio mais um pedido de socorro: a Fernanda Sá, coordenadora, me enviou imagens mostrando a luta dos funcionários da

fazenda contra o fogo, que se aproximava das instalações. Eles usavam trator e outros equipamentos que tinham disponíveis para abrir aceiros na vegetação e combater as chamas, uma luta inglória diante da dimensão das labaredas. Corajosos e sem pensar muitas vezes na própria segurança, lançavam-se no desafio de resfriar o solo com água do caminhão-pipa da fazenda, abriam caminhos pra escapar da fumaça. Trabalharam assim por dias, até chegarem os reforços de bombeiros e brigadistas. As salas de aula ficaram cobertas de fuligem.

Eram tantos focos que os bombeiros e brigadistas não conseguiam atender a todos os chamados. Na maioria dos casos, o fogo não começava no local de onde partiam os pedidos de socorro, e os alertas vinham quando as chamas já estavam sem controle, ultrapassando os limites das propriedades e queimando o que estivesse pela frente. A estiagem, o calor extremo e a umidade relativa do ar beirando os 10% potencializavam as correntes de ar já comuns no Pantanal no período de inverno. O vento levava as faíscas para longe, e a velocidade de propagação do incêndio era maior que a capacidade de enviar equipes para combatê-lo.

Os relatos, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul, revelaram o desespero de se estar no meio do maior incêndio florestal já visto no Pantanal em quase meio século – uma catástrofe que, no início, era combatida sem estrutura adequada. Em alguns pontos do Pantanal, um bombeiro sozinho orientava dezenas de voluntários, em geral funcionários das fazendas, até que chegassem mais combatentes treinados. Foi um gigantesco esforço de pecuaristas, ribeirinhos, pesquisadores que pegaram nos abafadores, enxadas, tratores, usaram seus carros particulares e se uniram aos combatentes, oferecendo água, comida e lugar para dormir aos brigadistas e militares que chegavam sem saber quando iriam embora. Nas bases de apoio montadas em fazendas, pousadas e bases de pesquisas, as equipes dormiam em barracas armadas no terreiro próximo à sede, e os alimentos eram fornecidos pelos donos das propriedades ou vinham de doações que chegavam de toda parte do Brasil.

Os primeiros quatro meses de 2020 já registravam o maior número de incêndios no Pantanal da última década, e a estiagem avançava. As

estatísticas confirmaram o que os cientistas que estudam as alterações no clima do planeta já vinham dizendo há anos.

O Pantanal não produz sua própria chuva. Tem um índice pluviométrico semelhante ao da Caatinga. As chuvas que inundam os rios e campos vêm de fora, principalmente dos rios voadores, que trazem a umidade gerada pela Floresta Amazônica e pelas zonas de convergência do oceano Atlântico Norte. Os rios voadores se formam a partir da evapotranspiração das árvores da floresta tropical. Elas também retêm parte da umidade vinda do Atlântico e, nos processos de fotossíntese, devolvem oxigênio e gotículas de água à atmosfera. Essas nuvens úmidas são levadas pelas correntes atmosféricas em direção à Cordilheira dos Andes e, ao encontrarem essa barreira natural, voltam, distribuindo chuvas no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil.

Pela primeira vez, analisando modelos meteorológicos e fenômenos climáticos, cientistas brasileiros e estrangeiros confirmaram que a estiagem extrema no Pantanal em 2019 e 2020 já tinha a impressão digital do ser humano, porque foi fruto do aquecimento global. Para entender essa situação, conversei com importantes climatologistas e meteorologistas, como o José Marengo, que se tornou minha fonte frequente. Climatologista, meteorologista e coordenador-geral de pesquisa e desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), Marengo integra diversos painéis internacionais de pesquisas do clima, incluindo o IPCC, da ONU, e está entre os cem cientistas mais influentes do planeta quando se trata de mudanças climáticas.

Com muitas conversas e leituras de artigos científicos indicados por ele e por outros pesquisadores, entendi que a dinâmica da umidade que chega ao Pantanal estava se alterando em consequência do aquecimento de mais de um grau nas águas do oceano Atlântico. Somado a isso, em 2020 houve ainda um bloqueio atmosférico que criou uma redoma invisível sobre parte do Brasil, impedindo a chegada de frentes de umidade ao Centro-Oeste. Os pesquisadores comprovaram, com dados comparativos, que parte da redução das chuvas pantaneiras se deu pelo avanço do desmatamento na Amazônia, que ano a ano vem perdendo a cobertura natural de floresta tropical, influenciando a quantidade de umidade que a floresta lançava na atmosfera.

As informações científicas muitas vezes são questionadas ou recebidas como algo subjetivo, como estimativa de pesquisador. Muitos duvidaram das previsões de estiagem – teve até quem se baseasse nas experiências vividas em décadas passadas, apegando-se à explicação de que o Pantanal sempre tem grandes ciclos de cheias e secas. Os pantaneiros mais antigos traziam a informação de que nos anos 1960 e 1970 o Pantanal enfrentou a maior seca já registrada, a ponto de muitas fazendas de criação escavarem poços para dar água ao gado, e depois disso a planície voltou a receber muita chuva e regularizou seu pulso de inundações.

Como alguém que está há mais de vinte anos percorrendo a região, sempre respeitei o conhecimento dos pantaneiros, mas dessa vez eu não concordava com o que eles estavam dizendo sobre ciclos, porque sentia e via que o Pantanal estava diferente. Sempre conversei com muitas pessoas para compor as reportagens, sempre busquei dados históricos na literatura. Do boiadeiro ao dono da fazenda, do ribeirinho ao cientista, nas minhas apurações e conversas, uma resposta recorrente parecia ser a verdade absoluta naquele momento. Cansei de ouvir: “Calma! Não seja dramática! O Pantanal sempre pegou fogo e sempre secou, isso é cíclico”. Sim, o ciclo de cheias e secas existe e baliza a própria existência do bioma, mas o que aconteceu quarenta, cinquenta anos atrás não podia servir de base dessa vez, porque a situação climática do planeta no passado era outra. Não havia a emergência global, milhões de hectares de Floresta Amazônica e de Cerrado ainda não tinham sido devastados, o equilíbrio do sistema de fornecimento de umidade e do volume de chuva e água nos rios não estava alterado. A realidade meteorológica e ambiental era outra, e os cientistas sabiam disso: inúmeros artigos científicos sobre o assunto estavam disponíveis, mas a informação parecia não atingir as pessoas.

Em julho de 2020, o fogo estava devorando a Serra do Amolar. O número de focos batia todos os recordes dos monitoramentos desde 1998, quando o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) iniciou a medição. Eu estava preparando uma reportagem para o *Jornal Nacional* e me incomodava ouvir de muitas pessoas que a estiagem era normal, que o fogo era normal, pois nada parecia dentro da normalidade.

Assim, fui procurar respostas junto aos pesquisadores da Embrapa Pantanal, que há mais de trinta anos estudam a região e suas variações.

O mestre em sensoriamento remoto e doutor em Ciências Ivan Bergier é uma fonte que virou amigo, depois de tantos anos de reportagens e compartilhamentos de informações. Autor de livros e artigos científicos sobre alterações no clima e na hidrologia dos rios pantaneiros, o Ivan tinha feito um levantamento recente do volume de chuvas registradas no Pantanal de 1925 a 2016. A análise revelou que a quantidade destas até então não tinha sido alterada, mas sim sua distribuição. O alerta era que as chuvas de verão, que deveriam se distribuir entre outubro e março, estavam se concentrando e caindo de uma vez em pouco tempo. A estação da cheia estava durando menos. No verão pantaneiro de 1925 choveu por 43 dias, ao passo que no verão de 2016 os dias chuvosos diminuíram pra 32, o que demonstra uma mudança no sistema: os eventos com chuvas torrenciais se intensificaram. E, sem a água se infiltrar no solo ou se acumular nos campos, as enxurradas carregavam cada vez mais sedimentos, assoreando os rios.

A situação se agravou depois dessa pesquisa a ponto de o volume de chuvas no Pantanal nas estações chuvosas de 2019 e 2020 cair até 60%. Sem água nos campos e nos corixos, muitos pecuaristas escavaram novos poços e abriram açudes em suas propriedades, mas ainda assim enfrentaram escassez hídrica. Áreas antes úmidas tinham secado por completo.

Não era só mais um ano de incêndios como tantos outros. Já estávamos vivenciando os efeitos das alterações no clima do planeta. O mais assustador foi descobrir que os cientistas, que dedicam uma vida inteira aos estudos, havia quase uma década já vinham alertando sobre os riscos da crise hídrica que se avizinhava, mas os tomadores de decisão pouco ou nada fizeram. Nenhuma política pública concreta e contínua foi instituída. A omissão resultou no pior ano de incêndios no Pantanal: uma área de mais de 3 milhões de hectares, quase um terço do bioma, virou cinzas.

As práticas tradicionais de usar fogo para renovar pastagens, queimar folhas secas no quintal, fazer fumaça para espantar mosquitos, queimar vegetação recém-cortada para abrir áreas e afins não foram

abolidas. Mesmo com a proibição de queimadas autorizada pelos órgãos ambientais, novos focos surgiam a cada dia. Em meados de 2020, o governo federal decretou a Moratória do Fogo, que proibia queimadas na Amazônia e no Pantanal, reforçada posteriormente por um decreto estadual no Mato Grosso do Sul, mas de nada adiantou. As proibições existiam no papel, mas não eram cumpridas, e não havia uma estrutura efetiva de fiscalização e punição. O Ibama reconheceu que mais de 95% dos incêndios foram provocados por ação humana. Uma ou outra operação foi deflagrada, multas foram aplicadas, mas o sistema permite recursos, e assim as punições se diluíram no limbo da impunidade.

Enquanto isso, o Pantanal ardia em chamas. A visão de quem subia o rio Paraguai de barco era dramática. Quilômetros de mata ciliar foram devorados pelas chamas. Os troncos carbonizados, com galhos retorcidos e sem vida, erguiam-se aos céus em posição de clemência. As cicatrizes deixadas pelo fogo desenharam figuras fantasmagóricas, que retratavam bem a agonia daqueles seres outrora tão exuberantes. Vivenciei uma sensação estranha observando aquela paisagem apocalíptica, quase um transe, um pesadelo no qual eu podia ouvir e sentir o sofrimento daquelas árvores. Foi uma experiência desconfortável, que me abalou emocionalmente. Não esqueço até hoje. Fecho os olhos e ainda vejo o cemitério de árvores queimadas ao longo do rio Paraguai.

A intensidade do calor gerado pelas chamas queimou tudo, das copas às raízes. Restou areia onde antes havia terra rica em matéria orgânica, nutrientes, microbiota que fomenta a vida. Árvores que levaram trinta, quarenta anos pra crescer e fornecer frutos para diversas espécies queimaram por completo e não rebrotaram mais.

Os meses mais críticos foram setembro e outubro, quando uma massa de fumaça pôde ser vista do espaço, de tanto fogo queimando em tantos lugares ao mesmo tempo. A pluma de partículas percorreu quilômetros e chegou até em cidades fora do Centro-Oeste; ou seja, os efeitos do fogo não repercutiram só no Pantanal e se mantiveram por semanas, meses. Imensas camadas de fumaça e fuligem cobriam as cidades, criando um efeito estufa e aumentando ainda mais o calor. O material particulado no ar, uma mistura fina de resíduos dos incêndios que penetra no aparelho respiratório das pessoas e afeta os

alvéolos pulmonares, levou muita gente com doenças respiratórias aos postos de saúde e hospitais. Mesmo a centenas de quilômetros do Pantanal, os brasileiros sofriam as consequências da devastação.

Eram tantos focos no Pantanal sul e norte que era impossível estarmos em todos os lugares, e os cuidados de biossegurança durante a pandemia também restringiram muitas viagens. Foi preciso criar uma rede de observadores, entre bombeiros, brigadistas e ribeirinhos, pra fornecer informações diariamente e enviar vídeos com as coordenadas e o horário de gravação, crucial para a alimentação do sistema de alerta e monitoramento dos incêndios, que mostrava tudo quase em tempo real. O algoritmo do programa, criado pelo Lasa (Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), permitia dimensionar a devastação. O cruzamento de dados de fotos de satélites da Nasa e imagens gravadas nos locais gerava uma estatística com pequena margem de erro. A meteorologista Renata Libonati, coordenadora do Lasa e membro da Organização Meteorológica Mundial (OMM), ligada à ONU, se tornou minha fonte. Com ela eu repassava as informações dos locais em chamadas, pedia ajuda para entender o que estava por vir e ainda pensávamos juntas sobre o quanto essas alterações meteorológicas teriam vindo pra ficar. Seria esse o novo normal?

Eu recebia vídeos todos os dias, bem como os colegas da redação da TV Morena. Mesmo sem estar diariamente nos incêndios, conseguíamos fechar as reportagens com essas imagens e as informações que apurávamos. Os jornais de rede nacional e locais traziam atualizações diárias sobre o avanço do fogo, e o interesse da população, que acompanhava a tragédia pela TV, redes sociais, *sites* e *podcasts* crescia na mesma velocidade em que os focos se multiplicavam. A produção e o consumo de conteúdo ganharam proporções acima do esperado. Talvez porque, naquele momento de isolamento social imposto pela pandemia, as pessoas estivessem mais atentas às notícias ambientais e, impossibilitadas de sair e visitar áreas verdes, sentissem falta da conexão com a natureza.

A complexidade da situação me levou a estudar cada vez mais as fotos de satélite, ler publicações científicas e ampliar minha rede de

fontes para aprofundar as reportagens para além da cobertura dos factuais dos incêndios. Ligava quase todo dia para a Renata e pedia imagens e atualizações ao coordenador do Prevfogo Márcio Yule e ao analista ambiental Alexandre Pereira. Na frente de combate, o coronel Ângelo filmava e me enviava mensagens com relatos alarmantes. A seca extrema avançava, baixando o nível do rio Paraguai a índices negativos e deixando-o raso e entupido de areia. O climatologista José Marengo me ajudava a popularizar os dados, compor as reportagens e noticiar a catástrofe.

A operação de combate aos incêndios no Pantanal, que reuniu a estrutura das forças armadas, dos brigadistas e dos bombeiros, só foi montada no meio do ano, quando o número de focos estava descontrolado. Cheguei em Poconé, no Pantanal do Mato Grosso, acompanhando uma dessas operações. Sobrevoei o Sesc Pantanal, a maior RPPN do Brasil, e a imagem do solo fumegando e da vegetação esturricada me embrulhou o estômago. Não tinha água para apagar o fogo, não tinha gente suficiente. Uma sensação de impotência diante de tudo aquilo. Meus amigos pesquisadores, donos de pousadas, guias, brigadistas e voluntários das ONGs, em combate na região de Porto Jofre, desabafavam, aos prantos, em mensagens de celular.

Na Transpantaneira, que percorre 147 quilômetros em Poconé até Porto Jofre, às margens do rio São Lourenço, na divisa com o Mato Grosso do Sul, o caos e a devastação avançavam. Queimou tudo. Sobrevoar a região era devastador porque, no lugar do verde e da água, só havia fumaça, campos enegrecidos pelas cinzas, fogo e seca. No Pantanal do Nabileque o fogo avançou sobre os campos e os carandazais que já tinham queimado em 2019. Os clarões alaranjados das chamas devorando as palmeiras de carandá podiam ser vistos a quilômetros. O dia amanhecia e a paisagem era uma imensa planície coberta de cinzas pretas. O gado que escapou do fogo vagava sobre aquele pasto queimado, e os funcionários das fazendas reuniam os rebanhos pra tentar levá-los a áreas não devoradas pelas chamas.

Nosso desafio nas gravações era conseguir mostrar os trabalhos nas frentes de combate ao telespectador. Enfrentar a fumaça, o fogo, controlar as emoções. Lidar com o medo, a incerteza, as surpresas.

Quando menos se esperava, o vento mudava de direção e as chamas avançavam com tanta rapidez que mal dava tempo de sair sem se queimar. O risco de ficar cercado pelas chamas era diário. Nós nos embrenhamos com os bombeiros e brigadistas em diferentes regiões pantaneiras, em diferentes momentos ao longo do ano de 2020, para registrar o que fosse possível.

Na estrada-parque, em Corumbá, o fogo estava sob controle. Chegamos para gravar quando a equipe do Prevfogo já estava de saída. Pedi a eles que nos levassem até onde o fogo tinha sido contido, perto da Fazenda Santa Clara, e quando chegamos vimos o campo inteiro coberto de fuligem. Brinquei com o brigadista: “Nossa, nem uma faísca pra gente mostrar...”. Foi só falar: viramos para ir embora e antes de entrar nos carros ouvimos o estalar do capim. A fumaça voltou a exalar do solo. O Chico Gomes estava gravando no meio do mato e por pouco as chamas não queimaram a câmera e ele. Os brigadistas se equiparam e, mesmo exaustos, recomeçaram o combate. O calor era tão intenso que eles molhavam as luvas na água da bomba costal, pra dar um pouco de conforto térmico. Acompanhamos o combate e ainda tive de ouvir: “Gaigher, cuidado com o que você pensa e fala... Olha aí o fogo de novo!”.

O que parecia só um pequeno foco se mostrou mais um grande incêndio que levou uma semana para ser contido. Mesmo de máscara, o calor intenso e a fumaça eram sufocantes e só dava pra ficar alguns minutos na frente de combate – sempre acompanhados por um bombeiro ou brigadista, que nos indicava aonde ir e até qual limite. Minha estratégia pessoal pra suportar essas condições extremas era levar muita água, isotônicos e alguma castanha para dar energia na hora da fome. Para amenizar os efeitos da fumaça, era soro fisiológico nas narinas, colírio nos olhos e laranjas, muitas laranjas. Virou uma marca registrada: os bombeiros e brigadistas sabiam que em algum momento eu iria tirar umas laranjas da mochila, descascar em gomos e distribuir a todos pra repor os sais no organismo. A gente transpirava muito, e o calor excessivo aumenta as chances de desidratação.

Numa reportagem para o *Fantástico*, com a ajuda da ONG Ampara Silvestre, mostramos a fragilidade do atendimento aos animais silvestres vítimas dos incêndios nessa região de Porto Jofre. A Juliana

Camargo e sua equipe gravaram muitos vídeos que escancaravam a dor de não ter muito o que fazer por animais que estavam completamente queimados e mal conseguiam respirar. Também conseguimos mostrar que os voluntários fizeram uma imensa diferença nessa batalha. Não havia um protocolo ou direcionamento do poder público sobre o que e como fazer com os bichos queimados. As iniciativas eram isoladas.

Os pedidos de socorro chegavam de toda parte. Jamais vou esquecer das conversas com a jovem Eduarda Fernandes. Ela trabalhava na pousada do noivo em Porto Jofre, e quando o fogo chegou eles foram uns dos primeiros a resgatar animais queimados. Ela ficou sete horas ao lado de uma anta ferida, tentando dar água e cuidar do imenso animal atingido pelo fogo, e não conseguiu salvá-lo. Num misto de tristeza e revolta, ela pediu ajuda, mais estrutura para recolher e tratar esses animais. Essa jovem de pouco mais de vinte anos foi uma das protagonistas na estruturação de equipes para resgate de animais durante os incêndios na região de Porto Jofre. Incansável, ela carregava com os voluntários os imensos cochinhos para espalhar água nos campos em cinzas. E foram muitos outros que decidiram colocar as suas pousadas, barcos, carros, dinheiro do próprio bolso para salvar as vítimas dos incêndios. Ailton Lara foi um dos que transformaram a própria pousada em base de apoio; saiu incontáveis vezes pelos campos em chamas e navegando pelo rio em busca de animais feridos. Fernando Tortato, pesquisador da ONG Panthera, também. A equipe do Sesc Pantanal se organizou e coordenou parte dos trabalhos, conseguindo fazer a diferença nessa catástrofe. Os resgates eram feitos pelos funcionários das pousadas, guias, pescadores, pesquisadores e voluntários que começavam a chegar de todo o Brasil.

Eles trabalhavam dia e noite, se embrenhando no meio das áreas em chamas ou recém-queimadas para buscar os bichos que não tinham sido carbonizados e que, exaustos, caíam esperando a morte. Espalhavam água e comida em pontos onde sabiam que os sobreviventes passariam em busca de cuidados. Improvisavam no campo, sobre o tampo das caminhonetes, sobre estrados ou no chão, mesas cirúrgicas para injetar soro e hidratar os animais, fazer os curativos nas queimaduras, estabilizar e só depois levar para algum lugar onde os cuidados

intensivos seriam aplicados. Mas não existiam centros de recepção para esses animais espalhados pelo Pantanal, nem recintos preparados para abrigá-los ou centros cirúrgicos veterinários nas proximidades. Na Transpantaneira, só no final de agosto foi montado, no km 17, o Posto de Atendimento a Animais Silvestres (Paes). Mas a necessidade e o número de animais feridos eram maiores do que a estrutura disponível. Muitas vezes os helicópteros usados para transporte de bombeiros e brigadistas eram acionados para recolher esses animais feridos e em estado grave e levá-los até Cuiabá para serem tratados na UFMT quando o resgate era no Pantanal norte, ou os militares levavam para o Cras, Centro de Reabilitação de Animais Silvestres em Campo Grande e para o departamento de medicina veterinária na UFMS. Ver onças, antas, tamanduás, ariranhas e tantos outros animais majestosos desfalecidos, desfigurados, agonizando, abalou o emocional de todos.

Um dos momentos mais dramáticos foi vivido por um grupo que saiu em busca de onças avistadas na região de Porto Jofre. Eu não estava nessa expedição, mas acompanhei de longe, recebendo em tempo real as imagens e os relatos dos profissionais que estavam no campo. Foi quando recebi uma foto feita pelo Ailton Lara, guia e dono de pousada às margens do rio São Lourenço em Mato Grosso: ele flagrou uma onça-pintada enorme, deitada, exausta, com as patas em carne viva. O olhar cansado, apático em nada nos lembrava do vigor do animal mais exuberante das nossas matas... Ela tinha fugido do fogo pisando no chão em brasa. As patas queimaram; imaginei a dor desse animal e de milhares de outros que estavam cercados pelo fogo! Ela estava deitada no meio do mato, sem reagir. Eles não conseguiram capturá-la. E a dor de não saber o destino dessa onça assombrou a todos por algum tempo.

A incerteza e a impotência eram vencidas pela vontade de fazer alguma coisa. O médico veterinário Jorge Salomão foi um dos primeiros a se voluntariar, e ficou o tempo todo durante os incêndios atuando na região de Porto Jofre. Ele era um dos que enviava vídeos e relatava os desafios de salvar os animais.

O Pantanal é refúgio de centenas de espécies, muitas delas ameaçadas de extinção, e cada animal salvo significa muito para garantir

a viabilidade das populações. Voluntários e ONGs, como a Ampara Silvestre, enviaram equipes e materiais para tratar os animais. Mas as feridas eram tão graves que até para os mais experientes médicos veterinários escolher o tratamento certo e a medicação indicada era desafiador. Ninguém aprende na faculdade o que fazer numa situação catastrófica com tantos animais com ferimentos tão graves. Em Mato Grosso do Sul foi criada uma força-tarefa reunindo médicos veterinários, pesquisadores, órgãos públicos e ONGs para fazer o resgate técnico dos animais durante os incêndios. Esses profissionais e os voluntários foram heróis silenciosos na luta contra o tempo para tratar mamíferos, répteis, aves... Criaram protocolos, testaram procedimentos, tiveram de vencer a tristeza ao decidir qual animal teria de ser sacrificado porque não existiam condições de salvá-lo ou amenizar o sofrimento.

A partir dessa reportagem, que foi veiculada no *Fantástico* em setembro de 2020, os brasileiros, já estarecidos com a devastação, se mobilizaram ainda mais. Surpreendeu-me ver que, enquanto mostrávamos a vegetação em chamas, muitas pessoas sentiam e se revoltavam com as imagens, mas apesar do choque inicial de ver o incêndio, pareciam normalizar os efeitos dizendo que “fogo tem todo ano no Pantanal”. Uma errônea ideia de que as árvores, a vegetação, os arbustos queimados não desequilibrassem tanto assim o sistema porque logo rebrotariam. Mas quando mostramos cruamente os animais queimados, gritando de dor, a comoção foi maior. Como se as árvores não sofressem... a diferença é que elas não têm como correr, têm raízes fixas no solo e ardem silenciosamente consumidas pelas chamas. Depois que mostramos a agonia dos bichos, milhões de reais foram doados para quem estava no campo trabalhando no resgate, tratamento e fortalecimento dos trabalhos.

Em meio ao caos, a ciência no tratamento de queimaduras graves em animais silvestres evoluiu. A onça Amanaci, batizada com esse nome que na língua guarani significa “deusa da chuva”, foi resgatada no Pantanal em Mato Grosso e levada para o centro de pesquisas NEX no interior de Goiás, onde recebeu um tratamento inédito. Os pesquisadores coletaram amostras biológicas da onça e em laboratório

reproduziram as células-tronco. Essas células foram aplicadas nas áreas queimadas e aceleraram a regeneração dos tecidos, músculos, nervos, ossos. Amanaci, que chegou com queimaduras de terceiro grau nas patas e teve os tendões praticamente derretidos pelo fogo, conseguiu voltar a ficar em pé, caminhar e sobreviveu. Mas as lesões foram muito profundas; ela perdeu a capacidade de usar as garras para caçar e outras sequelas das queimaduras a condenaram a uma vida em cativeiro. Jamais poderá ser solta de novo no Pantanal. Mais sorte teve a onça Ousado, macho também capturado no Mato Grosso. Depois de ter as queimaduras tratadas, foi devolvido ao mesmo local na região de Porto Jofre meses depois de os incêndios terem sido controlados.

Nas regiões de Poconé, Corumbá e Miranda, onde os incêndios se concentravam, o cenário era de uma guerra onde os derrotados não falavam e não registravam a sua dor. Com o que restava de forças, os animais gritavam ou apenas nos encaravam com olhos sem brilho e sem esperança num último e silencioso pedido de socorro. Por onde passávamos, víamos animais fugindo desesperados, encontrávamos carcaças carbonizadas ou um silêncio de morte.

Na Serra do Amolar, em Corumbá, era desalentador ver a fumaça exalando das montanhas cobertas por vegetação nativa, porque sabíamos que o acesso àquelas matas era praticamente impossível e o fogo varria tudo que encontrava pela frente. Os bichos não tinham onde se refugiar. Corriam sobre o chão em brasas, o peso do corpo afundava no solo incandescente e as patas ficavam profundamente queimadas. Ossos expostos, tendões, músculos, pele derretidos. Quando a gente queima o dedo na panela, sente uma dor forte; imagine como estavam esses animais. Os brigadistas, incansáveis, saíam cedo e caminhavam por quilômetros levando as bombas cheias de água nas costas ou dividindo o peso para, em duplas, levar as bombas de sucção que seriam usadas para sugar água do rio ou de qualquer lagoa que encontrassem perto dos focos. O desgaste para chegar até as chamas era imenso, e eles ainda tinham de fazer o combate. No solo das baías esturricadas, o peso desses materiais afundava no solo argiloso. Eu sempre admirei esses combatentes, mas em vários momentos me emocionou e surpreendeu ver tamanha dedicação e preparo quando acompanhava o trabalho deles. Os brigadistas que

atuam pelo Prevfogo do Ibama têm contratos de seis meses e recebem pouco mais de um salário mínimo por mês. São açougueiros, garçons, pedreiros, homens que ao longo do ano trabalham nas mais variadas funções, mas que passaram por treinamento e são contratados como brigadistas a cada temporada de incêndios. Eles têm uma paixão pelo que fazem que supera qualquer privação.

Para combater os incêndios na Serra do Amolar, foram enviados brigadistas que atuavam em estados no Nordeste e Centro-Oeste. Muitos jamais tinham pisado no Pantanal e não conheciam as particularidades da região. Em nossas conversas, ao final de cada dia de combate, eles me contaram que apagar fogo no Pantanal estava sendo o maior desafio de suas vidas de brigadistas. Primeiro, porque encontrar tantos animais queimados era algo inédito e sofrido demais. Segundo, porque o fogo queimava inclusive a vegetação sobre o que restou dos alagados, e eles atolavam na lama para chegar até os focos maiores. Terceiro, porque não era possível chegar de carro aos focos, apenas de helicóptero ou a pé, por quilômetros e mais quilômetros. Tinham de calcular bem o consumo de água e de comida, porque eles sabiam a hora que saíam para o combate, mas não tinham a menor ideia de quando voltariam para a base de apoio. O calor acima dos 35 graus, a baixa umidade, as dificuldades no terreno irregular eram exaustivos. Um brigadista do Piauí me contou que sentiu mais calor no Pantanal do que na Caatinga, e que a primeira vez que viu uma anta foi a que ele ajudou a resgatar do fogo. Seu maior sonho era voltar e conhecer o Pantanal verde e preservado que ele via nas reportagens que eu fazia para a TV. O calor era tanto que até a nossa equipe, acostumada a gravar no Pantanal, sofreu muito. Vertigem, falta de ar, sonolência. Intoxicação pela fumaça e uma tristeza que parecia não ter fim. O fogo subterrâneo era uma dificuldade a mais. Por causa das cheias e secas dos anos anteriores, o solo em algumas regiões do Pantanal é composto de camadas de matéria orgânica e muitas raízes. Aquele solo queima embaixo da terra sem que ninguém perceba. Quando todo o fogo parece ter sido apagado, surge uma fuma-cinha exalando nos campos, e em minutos as chamas ressurgem, dando novamente ignição; se não forem apagadas na hora, tornam-se de novo um grande incêndio... Isso aconteceu diversas vezes.

Para quem vive no Pantanal, ver tanto fogo de uma só vez era como perder um ano de vida a cada campo queimado. Os pescadores e ribeirinhos nascidos e criados na região viveram momentos de pânico quando as chamas chegaram aos quintais das suas casas. A falta de um programa público de evacuação de populações em áreas de risco durante incêndios florestais ressaltou ainda mais a condição de abandono que dezenas de famílias pantaneiras enfrentam há décadas. Elas não tinham para onde ir e ficavam em suas casas de madeira na beira do rio respirando aquela fumaça e vigiando o fogo. Alguns pediram abrigo em casas de parentes, outros ficavam expostos à própria sorte. Ouvi histórias de ribeirinhos que fugiram à noite e entraram nos barcos para se proteger das chamas dentro do rio enquanto o fogo cercava tudo. As equipes de brigadistas e bombeiros não eram suficientes, mas ainda assim se empenhavam em socorrer os moradores das comunidades pantaneiras.

Em uma das viagens para acompanhar a situação a pedido do *Fantástico*, encontrei, na Serra do Amolar, a família do pescador Ricardo Dias. Eles moram há mais de quarenta anos no mesmo barranco de rio. Jamais tinham presenciado um incêndio como o de 2020. Ricardo disse que o fogo chegou tão rápido que em uma noite tudo em volta da casa foi consumido pelas chamas, até a pequena horta de subsistência que a família mantinha. A casa de madeira não queimou porque os brigadistas chegaram a tempo de resfriar o solo e apagar o fogo. Algumas ações eram feitas para preservar as comunidades. Aceiros, que são linhas abertas na terra para impedir a passagem do fogo, foram escavados em volta das casas, protegendo as construções. Quando o incêndio foi contido, a imagem era de desesperança. Um mês depois, já tinha chovido e alguns brotos estavam aos poucos tingindo de verde a paisagem destruída. Mas o Ricardo apontou para o outro lado do canal onde os troncos carbonizados formavam um cenário de horror e lamentou. Com os olhos marejados, num misto de dor e revolta, ele disse: “Verde que você vê que é só mato rasteiro, se for olhar, prestar atenção mesmo na vegetação, árvore, árvore aí com trinta anos, queimou tudo. Tudo... Acabou. Olha aí! Isso daí, na minha opinião, só daqui uns dez anos pra voltar a ser o que era o Pantanal, e olhe lá...”.

A cada dia de combate, situações inesperadas e desafiadoras precisavam ser vencidas. Um brigadista viu uma onça-pintada cambaleando na beira do rio Paraguai, na Serra do Amolar. Não uma, eram duas onças que se esconderam em uma casa abandonada na margem do rio, aos pés da serra. Elas escaparam feridas das chamas, mas não tinham forças para continuar a fuga e se refugiaram nas ruínas da construção. A equipe do Instituto Homem Pantaneiro e do Grupo de Resgate Técnico foi ao encontro dos animais, magros, com queimaduras pelo corpo e quase sem vida.

Quem já teve a honra de um dia avistar uma onça-pintada no Pantanal vai se lembrar de como o maior felino das Américas é lindo. O olhar confiante de quem sabe que é o mais poderoso carnívoro, topo de cadeia que reina absoluto nas florestas, hipnotiza e até assusta. Nem de longe aquelas onças foragidas dos incêndios lembravam essas que a gente já filmou tantas vezes e que atraem milhares de turistas de todo o mundo para vivenciar a experiência de vê-las em seu hábitat. Acuada pelo fogo, intoxicadas de tanto inalar fumaça, as onças eram o retrato do que o Pantanal estava sofrendo. A vida se esvaía e estavam no limite da exaustão. Ali mesmo, na margem do rio, os biólogos e médicos veterinários fizeram o primeiro atendimento e usaram um estrado velho de cama como maca para colocar as onças no barco e levar até a sede da Fazenda Acurizal. Os batimentos cardíacos estavam tão baixos que a preocupação era de os animais não resistirem ao transporte. Um avião da Força Aérea pegou as onças na Serra do Amolar e as levou para o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres em Campo Grande. Aguardávamos angustiados pela chegada dos animais na pista da base aérea, com medo de que não resistissem à viagem

Já nos primeiros exames a constatação dos médicos veterinários foi assustadora: as duas onças-pintadas estavam com projéteis alojados no corpo; em algum momento tinham sido alvejadas por tiros, e ainda assim resistiram. Escaparam de caçadores meses antes de o fogo chegar, mas foram pegas pelas chamas. Uma delas estava com queimaduras nas patas e com o aparelho respiratório comprometido por ter inalado muita fumaça, teve pneumonia e não resistiu. Apenas o jovem macho batizado de Joujou sobreviveu.

A bióloga e médica veterinária Paula Santa Rita, da UCDB, que coordenou os trabalhos do grupo de resgate técnico e animal nos incêndios no Pantanal sul, confessou ter vivido durante os incêndios experiências tão marcantes que as cenas ainda estão vívidas na mente. “Eu não consigo pensar em somente uma. Teve uma anta tentando desesperadamente achar um aguado para poder minimizar suas dores de queimaduras. Um casal de pescadores idosos que mora na beira do rio viu nosso barco. Eles tinham uma quirela de arroz dentro de uma panelinha. Em meio ao caos, eles pararam a nossa embarcação que eles sabiam que era de monitoramento e de resgate de fauna e o senhorzinho falou: ‘Olha, a gente não tem muito mas a gente pode dividir o almoço’. Porque era a única forma deles ajudarem com o nosso trabalho.”

O choque de ver a vegetação carbonizada, de encontrar uma onça, uma anta, tamanduás queimados é muito grande, mas uma infinidade de animais, pequenos roedores, cobras, anfíbios, insetos, que ela chama de invisíveis num evento de incêndio florestal, foi dizimada sem sobrar carcaças, esqueletos ou sinais da existência deles. O mais chocante, depois do fogo, era o silêncio. Não se ouvia o canto de pássaros, o farfalhar dos animais, nada. Tamanha devastação compromete a longo prazo o equilíbrio nas áreas queimadas, porque cada espécie tem a sua função, principalmente na Serra do Amolar, que é o mais importante corredor natural de ligação entre diferentes regiões pantaneiras. A pesquisadora resumiu as consequências dos incêndios na biodiversidade da região: “As espécies são singulares, aqui, por ser um lugar geograficamente blindado pela cadeia de montanhas que forma a Serra do Amolar. A genética local fica fragilizada quando se perdem muitos indivíduos da mesma espécie de uma só vez”.

Os efeitos dos incêndios no Pantanal em 2020 ainda estão sendo avaliados e serão percebidos nos anos que estão por vir. O biólogo do Instituto Homem Pantaneiro, Sérgio Barreto, nos levou até uma região às margens do rio Paraguai e nos mostrou como o incêndio foi devastador. O fogo tinha sido apagado havia mais de um mês, e o chão era só areia e cinza. Ele arrastou a botina e mostrou que os efeitos vão além do que os nossos olhos conseguem ver. “Com a intensidade desse fogo,

o banco de sementes que fica aqui em uma região rasa, a aproximadamente 30, 40 cm de profundidade, não resistiu, as sementes acabaram cozinhando e não rebrotam.”

A população de ariranhas, a maior de todas as lontras, ficou ainda mais vulnerável. São mamíferos semiaquáticos que vivem em locais, buracos escavados nas margens dos rios. O fogo chegou justamente no período reprodutivo. O monitoramento feito pelas pesquisadoras do Projeto Ariranhas no rio São Lourenço em Poconé, depois do fogo, reencontrou praticamente todos os grupos, mas não encontrou filhotes. O estresse dos incêndios pode ter interrompido a reprodução, ou simplesmente muitos filhotes morreram sufocados ou queimados nas locais. A ariranha mantém os filhotes por mais de três meses dentro da toca, para só depois começar a ensiná-los a nadar e pescar.

Quanto aos tatus-canastra e tamanduás, os pesquisadores sequer conseguem dimensionar quantos morreram. O tamanduá, com o pelo grosso e espesso, é altamente inflamável, e ouvi relatos de brigadistas contando que viram muitos correndo em chamas pelos campos, como tochas vivas. E, quando tentam se salvar do fogo, acabam levando as chamas sem querer para campos ainda secos. Já os tatus-canastra passam a maior parte do tempo nas tocas embaixo da terra. Com o fogo, calor e fumaça, possivelmente morreram asfixiados.

Na época dos incêndios, um grupo de pesquisadores de diferentes instituições se reuniu para fazer o inventário das mortes de animais. Eles saíam a campo 24 ou 48 horas depois que o fogo tinha sido apagado, faziam uma varredura contando cada carcaça de animal vertebrado encontrado queimado nos campos. Essa força-tarefa gerou artigos científicos publicados no mundo todo. O pesquisador da Embrapa Pantanal Walfrido Tomas foi um dos coordenadores desse estudo. Os números são impressionantes: mais de 17 milhões de animais vertebrados foram encontrados queimados nos campos pantaneiros em 2020 imediatamente após a passagem das chamas. Mas os pesquisadores sabem que a devastação foi bem maior. Walfrido disse que “os números são assustadores. Nossa estimativa é de que mais de 120 mil primatas tenham morrido; o número de sucuris mortas está perto de 20 mil. Então, considerando os grupos, os números assustam muito e

indicam o desmantelamento imediato de toda uma cadeia no ecossistema. Foram queimados desde a biota no solo, os microrganismos responsáveis pela manutenção dos nutrientes e fundamentais para garantir a regeneração de muitas espécies nativas da vegetação pantaneira, até milhares de insetos responsáveis pela polinização das plantas e que também servem de alimento a animais de pequeno porte que também são fundamentais na cadeia alimentar”.

Outra constatação perturbadora dos pesquisadores: os incêndios de 2020 foram tão intensos que as chamas atingiram temperaturas altíssimas, afetando até as camadas mais profundas do solo onde ficam os bancos de sementes. Uma espécie de poupança natural guardada no frescor e na umidade do subsolo para um dia rebrotar, garantindo a regeneração natural da flora pantaneira. Em muitas regiões, o solo ficou praticamente estéril depois da passagem do fogo; a capacidade de regeneração do bioma ficou comprometida. Ainda serão necessários anos de pesquisa para saber quais espécies conseguiram sobreviver a esses incêndios. Um ano depois do fogo, em 2021 o Pantanal estava verde, mas o pesquisador explicou que “está verde, é lindo mas está pobre, perdeu boa parte da fauna, as plantas que estão aqui não são as mesmas que deveriam estar, está mudando, quando muda a vegetação começa a mudar a fauna, a flora e a biodiversidade como um todo”.

A biodiversidade, antes protegida e em equilíbrio, foi afetada, e os eventos repetidos de incêndios e estiagens podem transformar o Pantanal que o mundo conhece em uma outra paisagem, mais seca, parecida com as savanas africanas.

O ano de 2021 também chegou mais seco, com pouca chuva. De novo algumas regiões que queimaram em 2020 voltaram a ser devastadas pelos incêndios no Pantanal. A diferença foi o tempo de resposta das equipes de combate. Em 2020 os brasileiros acompanharam as notícias dos incêndios no Pantanal chocados com as imagens devastadoras, cenas que rodaram o mundo e chamaram a atenção da comunidade internacional para o bioma. Acompanhar a agonia dos animais queimados, as imagens da devastação, despertou em milhões de pessoas a vontade de ajudar. Uma gigantesca onda de solidariedade resultou em milhões de reais doados para ONGs e institutos de pesquisa que atuaram diretamente no

combate aos incêndios. O Instituto SOS Pantanal percorreu o Pantanal de norte a sul doando equipamentos e caminhões pipas para montar, ao longo dos rios e estradas, brigadas voluntárias equipadas para fazer o primeiro combate. A Ecoa (ONG Ecologia e Ação) e o IHP também usaram os recursos para equipar e treinar brigadistas que agora moram no Pantanal. Os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas, Projeto Tatu Canastra e Iniciativa Nacional para a Conservação da Anta Brasileira conseguiram doações dos patrocinadores das pesquisas e equiparam, treinaram e instalaram a primeira brigada dos proprietários de fazendas e seus funcionários. É a Brigada Baía das Pedras, que atende pelo menos seis fazendas no coração da Nhecolândia.

A solidariedade também chegou às famílias ribeirinhas, que tiveram alimentação garantida pelas cestas básicas doadas.

Um ano depois do fogo, os grupos de pesquisa e monitoramento ainda espalhavam frutas e legumes nos campos que foram queimados para alimentar os animais silvestres, porque a onda de fome e predação foi a segunda grande tragédia que ainda assola o Pantanal atingido pelos incêndios em 2020. Foram as doações que possibilitaram a implantação de inúmeros projetos: desde a construção de recintos e pontos de recepção de animais feridos no Pantanal à compra de veículos para monitoramento, financiamento de pesquisas e principalmente a estruturação e treinamento de dezenas de brigadas voluntárias, que em 2021 atuaram preventivamente para evitar uma nova catástrofe e combateram muitos focos que mais uma vez surgiram no Pantanal.

Outro alento foi ver, em março de 2021, a onça-pintada Joujou, resgatada com queimaduras graves na Serra do Amolar, ser devolvida à natureza completamente recuperada. A onça Amanaci, que teve as patas queimadas e hoje vive sob os cuidados dos pesquisadores do NEX, um centro de estudo no interior de Goiás, teve filhote, mesmo em cativeiro, um indicativo de que ela está bem e suas crias poderão um dia, quem sabe, voltar a viver livres no Pantanal. Outras dezenas de animais recuperados depois de meses de tratamentos também ganharam a liberdade.

Ainda hoje, quando visitamos a Fazenda Caiman atingida pelos incêndios de 2019, encontramos árvores com os troncos enegrecidos

pelas chamas. Embora em 2020 o fogo não tenha atingido a propriedade, em 2021 as chamas mais uma vez assustaram a todos, mas as equipes preparadas e treinadas conseguiram conter os estragos.

O ano de 2021 foi marcado por um avanço na legislação. O Manejo Integrado do Fogo foi autorizado, e o poder público aprovou o projeto de queima de vegetação seca antes de a estiagem chegar em 2022. Esse é um dos caminhos oficiais para reduzir o combustível natural nos campos e evitar grandes incêndios no Pantanal. Mas só pode ser aplicado com autorização dos órgãos ambientais e seguindo as regras e as técnicas que os analistas ambientais do Prevfogo Márcio Yule e Alexandre Pereira divulgaram exaustivamente em palestras e visitas feitas em dezenas de fazendas pantaneiras. Foi o primeiro ano em que o conhecimento tradicional do uso do fogo e as técnicas de controle para que a queima não se transforme em incêndio florestal foram tratados como complementares na busca pela conservação do Pantanal. Sem esse cuidado, sem conhecer o comportamento do fogo, a melhor hora e onde é indicado fazer a queima prescrita, novas catástrofes podem acontecer. Atear fogo na vegetação pantaneira sem autorização é crime. Por isso os especialistas só apoiam a queima que pode ser controlada, o chamado fogo bom. Como o Pantanal tem espécies do Cerrado que precisam da queima para germinar, o fogo bom é aquele eventual, prescrito e controlado. A campanha lançada em 2021, #nãoponhafogoPantanal, é justamente para as pessoas saberem que não podem queimar quando e como quiserem. Que fogo só pode ser usado eventualmente e com autorização e controle dos órgãos ambientais.

Ainda há muito a fazer; as leis estaduais regulamentando o manejo integrado do fogo já estão em vigor, mais investimentos foram feitos nas equipes de combate a incêndios florestais, o reconhecimento da importância do conhecimento científico para definir ações de conservação e prevenção aumentou, e o maior envolvimento da sociedade nas ações no Pantanal, também.

Mas as ameaças a esse bioma único ainda estão longe de acabar.

NUVEM QUE ENGOLE GENTE

Estávamos em outubro de 2020, dez meses de combate aos incêndios no Pantanal, todos exaustos. Nas mensagens que eu recebia das minhas fontes, o tom já não era só de desespero. Uma sensação de raiva, impotência e indignação minava o ânimo de todos. Militares, brigadistas, pesquisadores, ribeirinhos, funcionários das fazendas. Diante da imensidão da devastação, a gente se perguntava: até quando?

Dessa vez o fogo estava destruindo as reservas e fazendas na Serra do Amolar. A editoria do *Jornal Nacional* me pediu duas reportagens especiais em parceria com o repórter André Trigueiro. Junto com a editora Laura Nonohay, definimos os locais de gravação. Queríamos mostrar a catástrofe em andamento e a dificuldade de combater as chamas. Fiz as reportagens de campo, visitando os locais atingidos, e o Trigueiro gravou, no Rio de Janeiro, entrevistas com especialistas sobre as alterações no clima e os impactos da estiagem. Fechamos os textos das reportagens a seis mãos, mesclando a situação no campo com as explicações dos pesquisadores.

Ariovaldo Dantas, André Salles e eu fomos gravar na Serra do Amolar. Brigadistas do Prevfogo tinham vindo de Pernambuco, Piauí e Bahia pra se juntar aos que já estavam no local. A base das operações foi montada na sede da RPPN Acurizal, do Instituto Homem Pantaneiro, uma antiga fazenda transformada em área de pesquisa que compunha a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, que unia num corredor natural treze reservas privadas e fazendas em volta do Parque Nacional do Pantanal. Uma área de 276 mil hectares estava quase toda ardendo em chamas havia semanas.

A viagem até lá é longa. Saímos de Corumbá de barco, numa subida de quase seis horas pelo rio Paraguai até a divisa dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nossa equipe permaneceu a maior parte

da viagem em silêncio, chocada em ver que as margens daquele caminho percorrido tantas vezes estavam irreconhecíveis. Nada de verde, somente galhos queimados e cinzas, e o horizonte encoberto pela fumaça deixava a imagem ainda mais enigmática e sufocante. A fuligem deixava o ar pesado, o calor e o cheiro de vegetação queimando dificultavam a respiração, além do mal-estar físico. Nenhuma ave voando, nenhum jacaré no rio, nada. Silêncio e desolação. Por diversas vezes senti as lágrimas escorrerem pelo meu rosto, num misto de revolta e tristeza. Nada nos preparou para o que encontramos.

Em cada parada, as conversas com os ribeirinhos eram ainda mais angustiantes. Pantaneiros nascidos e criados ali na beira do rio Paraguai contavam momentos de terror ao ver o fogo avançando sem que pudessem fazer muita coisa. Muitos tiveram de sair às pressas, porque o risco que corriam em casas de madeira era iminente, e ser resgatados pelas equipes. Alguns saíram em seus barcos, muitas vezes de madrugada, e ficaram no meio do rio esperando o fogo passar.

Chegamos na sede da Fazenda Acurizal e encontramos um ritmo frenético de brigadistas, barcos e helicópteros. Era tanta gente no combate que não tinha lugar para acomodar todo mundo. O Ariovaldo Dantas, o André Salles e eu fomos dormir num barco-hotel cedido pelos empresários de Corumbá. O desespero de meses a fio de combate levou a população a organizar ajuda. Muita gente doou dinheiro, mandou carregamentos de água, frutas, empresas doaram barcos, motores, numa corrida que estava sendo vencida pelo fogo.

Naquela manhã, tínhamos acompanhado bombeiros de Santa Catarina no trabalho de monitoramento e rescaldo de uma área que já tinha queimado, mas que ainda não estava livre do fogo. O solo de turfa, formado por diversas camadas de raízes e matéria orgânica acumuladas durante anos de cheias e secas, queimava embaixo da terra. Esse é o incêndio mais difícil de apagar. Na superfície parece que não há mais chamas, só cinzas, mas o fogo subterrâneo se mantém vivo nas brasas e, de repente, brota uma fumaça do chão e as chamas ressurgem. O campo estava incandescente e fumegante, e era difícil saber por onde começar. Os militares estavam monitorando justamente para lançar

água nesses focos, e depois, com a enxada, escavavam a terra pra chegar às brasas e extinguir o fogo de uma vez.

No caminho até uma das baías secas e cercada de vegetação queimada, passamos por leitos de córregos esturricados, que mais pareciam estradas atravessando o campo de cinzas. Só dava pra saber que aquilo tinha sido um córrego devido ao relevo sinuoso, que nos lembrava por onde a água um dia passou. Esse trecho da reserva era coberto por um lindo e imenso acurizal. As palmeiras de acuri dão cachos de cocos que alimentam araras e uma diversidade de animais. Dessa vez, só encontramos troncos carbonizados. Nenhuma folha, nenhum cacho, nenhuma vida.

A intensidade do fogo era tamanha que víamos montes de cinzas brancas no chão, desenhando a silhueta do que um dia havia sido uma árvore. Parte da vegetação foi completamente calcinada, e não era possível sequer identificar as espécies de plantas que estiveram ali antes de as chamas passarem.

O calor estava acima dos 40 graus, e a umidade do ar não passava dos 15%. A fumaça encobria o sol e o abafamento nos dava a sensação de estar numa estufa. O Ariovaldo começou a se sentir mal e precisou se encostar num tronco com galhos queimados e secos. Não tinha uma sombra. Ele parou de gravar e tivemos de esperar um tempo para ele se recompor.

A imagem do lugar era tão impressionante que parecia cenário de ficção científica, de quando uma bomba devasta tudo. Três bombeiros caminhando com todo o equipamento de proteção no meio daquilo tudo para apagar as brasas ainda fumegantes era uma cena desanimadora. Nós paramos embaixo do que um dia foi uma pequena árvore na tentativa de amenizar o calor naquele fragmento de sombra. Foi quando olhei para o chão e vi cascas de ovos de algum passarinho. Eram vários... O fogo queimou o galho e o ninho; os ovinhos caíram e também foram queimados.

Era assim por toda parte. No meio do bosque carbonizado jazia um veado carbonizado. Um bicho que corre em grande velocidade pelos campos não tinha conseguido escapar. Era impressionante ver que o fogo foi tão rápido que os animais morriam em pé, agarrados em

galhos ou caídos no chão, como esculturas grotescas que imortalizavam uma catástrofe.

Dias antes, os brigadistas pararam o combate para tentar salvar uma anta imensa, atolada no que restara de lama num alagado. Exausta e com queimaduras pelo corpo, ela não se mexia e mal respirava. Os brigadistas chamaram o veterinário do Instituto Homem Pantaneiro, que atestou que o estado do animal era crítico. Com um peso de mais de 150 quilos, durante a corrida suas patas afundaram no solo de turfa – que também ardia em brasas. Ela queimou as patas a ponto de perder os cascos. O couro da barriga e de parte do dorso estava tão queimado que os brigadistas temiam que pedaços da carne se soltassem quando ela fosse erguida. Conseguiram colocar a anta na carroceria da caminhonete pra levar até a sede. Um helicóptero da Marinha foi acionado e decolou de Ladário para fazer o resgate. Infelizmente ela não resistiu aos ferimentos e, dias depois, morreu no centro de reabilitação de animais silvestres em Campo Grande. Centenas de antas morreram queimadas assim, no que já chamamos de Grande Incêndio do Pantanal.

Era tudo tão devastador que ninguém falava nada; a gente gravava as imagens e entrevistas e silenciava, digerindo as cenas, lidando com os sentimentos. Cada imagem de drone trazia uma dimensão assustadora do que já tinha sido destruído, e apagar as chamas não tinha sabor de vitória, mas de preocupação com o próximo foco. E ele surgia. Em alguns momentos, a dimensão do incêndio era tão grande que não tinha muito o que fazer. Era esperar passar e fazer o rescaldo.

Voltamos à sede e ainda precisávamos gravar mais cenas. As equipes estavam em outras áreas, a uma meia hora de barco rio Paraguai abaixo.

Chamei o Fabio, o nosso piloto, a minha equipe, o Mineirinho, um guia e brigadista, e pegamos o barco para ir até o local onde o incêndio avançava. Descemos o rio e logo nos deparamos com imensos bancos de areia: a margem tinha avançado sobre as águas e deixou apenas o canal do rio para navegarmos. Em mais de vinte anos de Pantanal, eu nunca tinha visto o rio Paraguai assim tão seco e soterrado pela areia.. Paramos para gravar essa situação.

O Ariovaldo desceu do barco com a câmera e eu desci com o celular pra fazer pequenos vídeos para as redes sociais. O céu estava cinza de tanta fumaça, mas naquele ponto a vegetação na margem ainda não tinha sido engolida pelo fogo. O mato estava muito seco, num verde desbotado pela falta de água e excesso de calor. Ao longe ouvíamos o crepitar e os helicópteros do Ibama riscando o céu levando combatentes. As cortinas de fumaça subiam, mas os focos de incêndio pareciam estar bem distantes. De repente, um vento trouxe faíscas que logo se transformaram em chamas e chegaram até essa mata ciliar, que imediatamente começou a queimar.

O barulho do fogo é assustador. Em segundos as labaredas alcançaram mais de dez metros de altura, criando uma imagem hipnotizante. Pareciam seres sobrenaturais alaranjados, dançando ao sabor do vento e avançando em nossa direção. Os óleos essenciais de algumas espécies de plantas potencializavam o fogo, e os estalos das folhas queimando criavam uma trilha sonora dos horrores. Estávamos gravando uma passagem, com foco na margem em chamas. O fogo avançou muito rápido, e uma onda de calor intenso nos envolveu. Sabe quando abrimos um forno e vem aquela lufada de ar quente? Foi essa sensação elevada à milésima potência.

Eram mais ou menos quatro e meia, cinco da tarde. O restante da equipe – o técnico André, o brigadista Mineirinho e o piloto Fábio – tinha ficado no barco, que estava apoiado num banco de areia no meio do rio. Quando viram o avanço do fogo, começaram a acenar para que eu e o Ariovaldo voltássemos pro barco. Nós não tínhamos percebido o risco. Desesperado ao ver que não tínhamos percebido, o André gritou para a gente sair dali que o fogo estava chegando. O Mineirinho deu o ultimato: “Temos de sair AGORA!”. Cheguei a gritar para eles esperarem um pouquinho, porque a imagem do avanço do fogo estava impressionante e era bem didática. A velocidade do vento aumentou e piorou ainda mais a qualidade do ar. Eu estava de costas para o rio quando ouvi o alerta dos colegas; virei-me e vi uma imensa nuvem cinza-escura avançando rapidamente em nossa direção. Parecia aquelas nuvens de areia que a gente vê em filmes sobre o deserto; vinha acompanhada de um bafo quente e muita fuligem. Ari e eu corremos para o barco e só

deu tempo de o André desatolar o barco da areia e o Fábio engatar a ré. Saímos apressados, navegando pelo rio.

Em minutos o dia virou noite. A gente só queria sair dali, mas a nuvem nos engoliu, e não dava pra enxergar um palmo adiante da proa. O vendaval trazia calor, fuligem, areia e cinzas. O cheiro forte de fumaça era sufocante, secava a garganta e os olhos. Molhei uma toalha e coloquei sobre o rosto, na tentativa de aliviar o mal-estar. O André e o Ariovaldo também se protegiam com máscaras. Abrir os olhos era impossível, porque a areia arranhava e embaçava a visão, e também sentíamos a fuligem entrar pelas narinas e engasgávamos ao respirar.

Era tudo breu. O Fábio, um dos mais experientes pilotos de barco daquela região, conhecia o rio Paraguai como poucos, mas depois ele nos confessou que, naquele momento, não conseguia saber onde estávamos nem para qual direção ir. Não conseguíamos identificar onde estavam as margens. E, mesmo navegando lentamente, sabíamos do perigo de bater em um banco de areia, na margem ou em outra embarcação. Foi o que aconteceu: sentimos um baque brusco, a proa do barco encaixou num banco de areia e o impacto nos sacolejou violentamente. Por pouco não fomos arremessados. Nós nos olhamos em silêncio, conferimos se todos estavam bem, desatolamos o barco e seguimos navegando às cegas.

A regra básica de navegação em rios é jamais navegar à noite e não enfrentar tempestades, mas como encostar o barco se ouvíamos o crepitar das chamas bem perto? Até cogitamos parar, mas onde? Mesmo se soubéssemos onde estavam as margens, decidimos continuar no rio, porque os animais desesperados corriam perto da água e tínhamos receio de algum pular no barco – uma onça, principalmente.

Da sede da fazenda até o banco de areia onde tínhamos gravado era meia hora de barco. Só que já estávamos navegando no meio daquela nuvem por mais de uma hora sem encontrar a curva que nos levaria para a base de combate em segurança. Acender a luz da câmera não adiantava, porque as cinzas pareciam milhares de pequenos insetos batendo na claridade e diminuía ainda mais a visibilidade. De repente o Ariovaldo constatou: “Estamos navegando em círculos. Minha labirintite deu sinal no ouvido e estou meio zozzo”. Foi difícil acreditar que não tínhamos percebido.

A nuvem gigantesca não se dissipava, e já tinham se passado mais de duas horas desde que saímos daquele banco de areia nas margens do rio. Nós nos olhávamos apreensivos. Tentávamos identificar as entradas dos braços do rio que a gente conhecia tão bem, ou as curvas, mas não enxergávamos nada.

Na sede da fazenda, a nuvem gigantesca primeiro foi recebida com alívio, porque parecia nuvem de chuva. Mas quando aquela parede de cinzas, fuligem e areia chegou mais perto, espalhou o pânico. Militares, brigadistas, pesquisadores, todos correram e buscaram abrigo nas casas. Os vídeos gravados pelo coronel Rabelo flagraram esse momento. É possível ouvi-lo ao fundo, perplexo: “Estou vendo aqui umas imagens assustadoras, os pássaros fugindo, meu Deus!”.

A nuvem encobriu a base de operações e por pouco não derrubou um helicóptero do Ibama que sobrevoava a serra no momento em que o fenômeno avançou sobre a região. O piloto registrou o fenômeno numa foto e fez um pouso de emergência no meio do campo pra não ser derribado pelo vento cinza. Ele conseguiu escapar; nós, não.

No rio, sem visibilidade alguma, eu não conseguia deixar de me impressionar com a força da natureza, com seu poder de mudar tudo em segundos e de nos mostrar como somos frágeis e pequenos. Fiz minhas orações silenciosamente, pedindo a Deus que nos protegesse e nos permitisse sair daquela situação. Logo meu devaneio se esvaneceu e deu lugar ao nervosismo. A tensão nos fazia opinar sobre qual rumo seguir; cada um dava um palpite e ninguém chegava a um acordo. Um vulto era suficiente para alimentar a ilusão de que tínhamos encontrado a curva do rio que nos levaria até a sede.

Nosso medo era errar o caminho e chegar às baías Gaíva ou Uberaba. Nessas grandes lagoas, com mais de vinte quilômetros de extensão cada uma, formam-se emaranhados e labirintos de canais que ligam pequenos braços de rio até as águas do rio Paraguai. Entrar ali poderia ser trágico, porque nas tempestades as lagoas ficam turbulentas, com ondas enormes, igual mar em dia de ressaca.

Por mais desesperadora que fosse a situação, eu sentia que sairíamos ilesos. Não consigo explicar de onde vinha essa certeza; eu apenas sentia isso. Foi quando o Ariovaldo lembrou que tinha baixado no

celular um mapa no GPS que não precisava de internet para funcionar. Eis o que nos salvou: o aplicativo mostrou onde nosso barco estava e qual era o traçado do rio Paraguai. Já estávamos perdidos havia mais de três horas, e o bendito GPS nos guiou no meio daquela escuridão. O André conseguiu visualizar a luz verde da sinalização náutica que a Marinha instala ao longo da hidrovia no rio Paraguai e identificou a curva do rio que nos levaria de volta.

Quatro horas depois de sermos engolidos pela nuvem, finalmente vimos as luzes do barco-hotel na margem já perto da sede da Acurizal. Fomos recebidos pelo coronel Rabelo, que, preocupado, já reunia pilotos e brigadistas pra sair à nossa procura – uma operação que seria arriscada, porque estava fácil de se perder naquelas condições críticas.

Quando a velocidade do vento diminuiu e a nuvem se dissipou, uma imensa nata de cinzas cobria quilômetros do leito do rio numa massa gosmenta sobre a água. Nossa aparência assustou a todos: parecíamos saídos de uma mina de carvão, a pele coberta de fuligem, roupas cobertas de cinzas e areia. Naquela noite, ao tomar banho e assoar o nariz, expeli camadas e camadas de uma secreção escura. Tinha fuligem até no meu ouvido. Do meu cabelo saiu uma água preta difícil de tirar.

Enfrentamos a nuvem sem imaginar que estávamos presenciando um fenômeno raríssimo, inédito no Pantanal, que acontece durante grandes incêndios florestais e erupções vulcânicas. Chama-se *pirocumulonimbus*, quando o solo superaquecido emana calor, a intensidade do fogo deixa a terra exposta depois de queimar tudo, e as correntes de ar se encontram, formando essa nuvem gigantesca, que se move muito rapidamente e pode ter quilômetros de altura e extensão.

Depois do susto, começamos a pesquisar na internet e descobrimos que os ventos passaram dos 60 quilômetros por hora. O piloto do Ibama, surpreendido em pleno voo, contou que teve tempo apenas de pousar, fixar a ancoragem e amarrar o helicóptero no chão. Correu para uma casa em ruínas que encontrou no campo e passou a noite ali, esperando o dia amanhecer para decolar em segurança rumo à base de combate.

As equipes, assustadas, queriam falar com as famílias para avisar que todos estavam bem. Mandeí uma mensagem ao meu filho e contei o

susto que tinha vivido. A insegurança diante de mais uma demonstração de força da natureza potencializou nossa preocupação e aumentou a certeza de que estava tudo muito fora de qualquer padrão já vivenciado até pelos pantaneiros mais antigos. Prova disso é que outras nuvens de fumaça, fuligem e areia semelhantes se formaram nos dias que se seguiram e chegaram até Corumbá, a mais de seis horas de barco dos locais dos incêndios.

PANTANEIROS DE CORPO E ALMA

Se os dias estão estressantes na cidade, ir ao Pantanal é como mergulhar no mar e deixar nas ondas todo o cansaço.

Existe um grupo de pessoas que descansa e se revigora no mesmo lugar onde trabalha. Pode parecer contraditório, mas é só mais um dos muitos efeitos que o Pantanal provoca em quem planta o coração naquele lugar.

Uma das cenas mais incríveis é ser presenteada pela revoada das aves num fim de tarde ou amanhecer pantaneiro. É um espetáculo a exibição e a barulheira que a passarada faz. Os ninhais parecem condomínios, com todas as características de um lugar onde rola disputa por espaço, fofocas, intrigas e até tragédias.

“Shhhhh! Não fale alto pra não espantar os colhereiros!”

Com essa chamada, o pesquisador da UFMS me deu a primeira lição de como me comportar diante daquele espetáculo. O cheiro forte de guano e a barulheira dos diferentes resmungos dos pais e filhotes deixavam o ar ainda mais pesado; a cabeça latejava. Estávamos às margens do rio Vermelho, em cima de uma pequena plataforma de madeira de uns dez metros, que nos deixava cara a cara com aquelas dezenas de ninhos amontoados nos galhos. Ali era o lugar de reprodução de algumas das mais lindas aves pantaneiras, e os pesquisadores estavam observando o comportamento das espécies e contando os ninhos com filhotes.

Giba, José Reinaldo e eu estávamos hospedados na fazenda com o mesmo nome do rio para gravar esse ninhal e contar sua história no *Jornal Nacional*, mostrando ao mundo por que o Pantanal é reconhecido como um dos mais importantes centros naturais de reprodução de animais silvestres do Brasil. O calor estava intenso como sempre, mas naquele dia fomos surpreendidos por uma situação quase inacreditável.

Estávamos desde o início da manhã gravando as aves quando um funcionário da fazenda chegou e pediu que eu voltasse à sede, porque uma senhora chamada Jô Mazzarolo havia ligado querendo falar comigo. A Jô, na época, era a chefe da mesa rede, a função na redação da Globo Rio que produzia e pensava nas pautas para o *Jornal Nacional*. Achei estranho, porque ela nunca ligava quando eu estava em campo, mas desci da plataforma de observação e voltei de caminhonete com o funcionário.

Liguei de volta para a redação no Rio. A Jô se desculpou, porque sabia que aquela ligação poderia ter me preocupado, mas me avisou que era importante. Ela tinha recebido a informação de que o então presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Valentín Iglesias, tinha vindo dos Estados Unidos para conhecer o Pantanal e decidir se assinaria ou não um contrato liberando mais de 400 milhões de dólares para investir, durante oito anos, em projetos de infraestrutura sustentável na região: coleta e tratamento de esgoto nas cidades, monitoramento da qualidade das águas dos rios, pesquisas de conservação e produção, geração de emprego e renda a comunidades tradicionais, enfim, diversos projetos interligados que previam uma imensa iniciativa, coordenada e financiada pelo poder público a longo prazo.

Era uma fortuna naqueles idos de 1999 – e ainda é hoje em dia. Os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador Zeca do PT estavam alinhados e muito animados com a vinda do banqueiro e com a possibilidade desse recurso, que seria administrado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelos órgãos ambientais estaduais. Muitos projetos estavam prontos e precisavam do dinheiro para execução. O Brasil daria contrapartidas em cada fase.

A Jô me pediu que ficasse atenta e averiguasse se o Iglesias não estava por perto. Expliquei a ela que no Pantanal não existe perto... são milhares de quilômetros, encontrar uma pessoa ao acaso é praticamente impossível. Desanimada, ela disse então para eu continuar as gravações da reportagem dos ninhaiis e, quando voltasse a Campo Grande, tentar descobrir se e onde o presidente do BID tinha ido, para ao menos noticiar no *Jornal Nacional*.

Desliguei o telefone e voltei ao ninhal. Naquele mesmo dia aconteceu o impossível.

Estávamos voltando para o almoço quando ouvimos um avião sobrevoando a fazenda, algo bem comum no Pantanal; mas o som estava aumentando e nos surpreendemos com o pouso na pista perto da sede. O João Dittimar, proprietário da fazenda, pegou o carro e foi receber os visitantes na pista. Minha equipe e eu fomos junto, porque não era comum alguém pousar na pista assim, sem mais nem menos, no meio do Pantanal.

A porta do pequeno bimotor se abriu e o primeiro a descer foi o governador, Zeca do PT, seguido de um senhor sorridente, de meia-idade. Gravamos. Ao se aproximar da gente, o Zeca me olhou um tanto irritado e perguntou: “Gaigher, o que você está fazendo aqui?”. Respondi: “Estou há dois dias gravando a reprodução das aves no ninhal do rio Vermelho”. Ele sorriu e falou: “Pra ser repórter não basta ter talento, tem que ter sorte...”. Fiquei intrigada, mas ele logo chamou e me apresentou ao senhor ali mesmo, na pista. “Gaigher, este é o senhor Enrique Iglesias, presidente do BID. Ele e mais dois assessores vieram conhecer o Pantanal para finalmente assinar o contrato e dar início ao Projeto Pantanal!” O Seu Enrique, muito sorridente, apertou minha mão.

Eu não acreditava naquilo, nem a equipe. O tal banqueiro tinha quase 200 mil quilômetros quadrados de fazendas pantaneiras para escolher, e foi pousar justamente onde eu estava gravando. Dei um sorriso e caminhamos até a sede para almoçar. De pronto perguntei ao governador e ao banqueiro se podia acompanhá-los e gravar entrevistas sobre essa visita. Acabou que abandonei a pauta do ninhal e passei a tarde com eles ali, lado a lado.

O inusitado da situação nos deixou mais descontraídos e sem precisar cumprir protocolos comuns nas coberturas em que autoridades estão presentes. Consegui tudo para um belo furo de reportagem. O Iglesias passeou de barco, chegou perto dos jacarés, foi ao ninhal e, encantando, deu entrevista falando sobre a emoção de conhecer o Pantanal, e a certeza de que aquele lugar único tinha de ser conservado para que o mundo todo pudesse desfrutar da emoção que ele estava vivenciando. E confirmou a assinatura do contrato.

Eles decolaram de volta no fim da tarde e eu corri ao telefone para ligar para a redação da Globo Rio e anunciar que tinha uma entrevista e uma reportagem exclusiva com o presidente do BID. A Jô pensou que eu estava brincando e deu uma gargalhada quando contei tudo que tinha acontecido.

Naquela época a internet não estava tão difundida, e não havia tantos *sites* ou redes sociais pra divulgar fotos e nos “furar”. Tive tempo de ir a Campo Grande de avião no dia seguinte cedinho e demos a reportagem no *Jornal Nacional* com exclusividade. Meus colegas ficaram intrigados e queriam saber como eu tinha descoberto a fazenda onde o banqueiro estaria. Quando eu falei que o encontro acontecera por acaso, a maioria não acreditou... O presidente do BID ali, à minha disposição, gentilmente noticiou o que o Brasil estava negociando havia tempos.

Infelizmente, por mudanças de políticas de governo e demora por parte do Brasil para colocar em prática o que o projeto previa, o contrato foi suspenso anos depois, e muito do que o projeto anunciou não saiu do papel. O dinheiro foi liberado pelo BID, mas nosso país não honrou a contrapartida, e tudo que esperávamos acontecer não se concretizou.

O Pantanal tem dessas coisas. Tudo acontece – aprendi logo no primeiro ano como repórter por aqui, quando gravei as araras-azuis. Era um fevereiro muito quente e a bióloga Neiva Guedes estava com o César, seu assistente de campo, e o restante da equipe instalando caixas-ninhos nas árvores. A arara-azul é a maior de todas as araras. Só faz seu ninho numa árvore chamada manduvi. O problema é que essa árvore está em extinção, e os casais estavam ficando sem lugar para botar os ovos. Por isso a iniciativa pioneira mostrou ser, ao longo dos anos, uma imensa contribuição para que a espécie tivesse onde se reproduzir. E essa foi a primeira de dezenas de reportagens que fiz ao longo de 23 anos acompanhando o Projeto Arara-Azul, um dos mais antigos e impressionantes do Pantanal.

A Neiva começou a pesquisar araras-azuis nos anos 1980. Não existiam trabalhos científicos aprofundados, e pouco se conhecia sobre a espécie. Sem recursos, a Neiva ia para as fazendas pantaneiras de carona. Naquela época, a arara-azul estava sob risco de extinção por causa do tráfico de animais silvestres. Milhares delas eram retiradas

de seu hábitat e vendidas no mercado ilegal de aves mundial. Restavam aproximadamente 1.500 indivíduos, e a extinção parecia iminente. “Quando eu comecei a percorrer as fazendas no Pantanal e entender a dinâmica da espécie, achei que era lenda a ocorrência de araras-azuis por aqui. Porque em cada fazenda que eu chegava e perguntava se tinha arara-azul ali, os funcionários diziam: ‘já teve’, ‘já teve’, ‘isso tinha’. Então eu não sabia por que tinha acabado.”

Estávamos gravando em uma propriedade no Pantanal da Nhecolândia, bem perto da estrada-parque, onde décadas atrás viviam muitas araras-azuis, mas os grupos tinham diminuído e estavam desaparecendo. Encontramos árvores com pequenas tábuas pregadas nos troncos, como uma escada – era assim que retiravam os filhotes dos ninhos –, vestígios de um tempo em que o tráfico quase levou à extinção a mais linda de todas as araras.

A volta da Neiva à mesma fazenda onde iniciara a pesquisa foi emocionante. Ela estava acompanhada dos biólogos Luciana Ferreira, do Mato Grosso, e Tiago Guimarães, do Tocantins, que estavam aprendendo as dinâmicas nos campos para implantar o braço de pesquisa do Projeto Arara-Azul nesses dois estados. Hoje existem pesquisas coordenadas ou orientadas pela Neiva nos estados do Maranhão, Amazonas e Minas Gerais, e também no Paraguai, Bolívia e Argentina. Lugares e países onde as araras-azuis estavam localmente extintas hoje começam a celebrar o ressurgimento da espécie.

Não são só as araras-azuis que estão voltando a se reproduzir nessas regiões. Na Argentina, Neiva colabora com o imenso desafio de restaurar um ambiente onde as araras foram extintas. Em Iberá, ela e os pesquisadores argentinos conseguiram dar condições para os casais de araras se reproduzirem e repovoarem aquele ecossistema, que é semelhante ao Pantanal. Aos poucos os primeiros casais reintroduzidos estão fazendo a postura, e no futuro as araras estarão voando e tingindo os céus argentinos.

Hoje parece fácil, mas o caminho foi árduo.

Estranhei quando acompanhei pela primeira vez o monitoramento em campo. Uma bióloga que estuda araras usando estilingue? Ela lançou uma cordinha amarrada a um peso que passou por um galho da

imensa árvore. Essa foi a técnica das pesquisadoras para preparar as cordas e escalar a árvore. Sim, para estudar arara tem de fazer rapel em árvores! Elas sobem presas às cordas e chegam até o oco da árvore pra procurar os filhotes.

A surpresa é quando a gente ouve o casal gritando e voando em volta. É sinal de que ali tem uma cria e eles estão defendendo o ninho. Delicadamente os pesquisadores retiram o filhote do ninho, pesam, coletam sangue, instalam nele uma anilha numerada ou uma plaquinha e anotam cada detalhe: tamanho da asa, das penas, do bico, das garras. É uma verdadeira consulta médica, e a cada semana o desenvolvimento da ave vai sendo monitorado.

E ainda tem um chip que é instalado sob a pele do bichinho! Neiva me explicou como a tecnologia de rastreabilidade ajuda a proteger os filhotes de araras-azuis: “O chip é como se fosse a certidão de nascimento dele. Se for capturado, encontrado machucado, a gente vai saber onde ele nasceu, quanto tempo viveu. Se traficante pegar, com leitor óptico a gente sabe quem ele é e de onde foi retirado”. E como se não bastasse, ao longo dos anos ela conseguiu, com a ajuda de parceiros, mapear parte do genoma das araras. Com as amostras de sangue coletadas em campo, elas comparam os DNAs e são capazes de saber exatamente em qual região aquela arara-azul nasceu.

Com seu jeito delicado e confiante, Neiva conseguiu o que poucos acreditavam ser possível: os donos das fazendas pantaneiras abrirem as porteiras à pesquisa. Os peões e funcionários passaram a admirar a bióloga e seus assistentes de campo, que, incansáveis, se embrenham no Pantanal para procurar ninhos e mapear áreas de ocorrência. O cuidado chegou ao ponto de numerarem as árvores com plaquinhas, para voltar ano após ano e acompanhar a evolução dos casais e os períodos reprodutivos.

O assistente de campo César Queiroz era também um profundo conhecedor de mecânica. Tiveram, então, uma ideia. Eles percorriam os campos pantaneiros com uma Toyota Bandeirante bem velha, e a Neiva decidiu escrever para a fábrica da Toyota e pedir apoio em troca de relatórios mensais sobre o desempenho do veículo nos alagados. Não deu outra: a empresa aceitou a proposta e nasceu ali uma parceria que

já dura quase três décadas. A Toyota fornece as caminhonetes, o projeto as utiliza e relata o desempenho.

Os anos foram passando e o Projeto Arara-Azul ganhou o mundo. As descobertas científicas da bióloga Neiva Guedes revelavam ano a ano como a maior de todas as araras é uma espécie incrivelmente delicada. O casal passa a vida inteira junto e os filhotes levam de sete a oito anos pra chegar à maturidade sexual e encontrar o parceiro – mas antes disso se rebelam, largam os pais depois de um ou dois anos de convivência e se unem aos bandos *teens* pra curtir a vida antes de encontrar a cara-metade. Fazem a postura sempre no mesmo ninho e têm no máximo dois filhotes por ano reprodutivo. Alimentam-se quase exclusivamente de cocos de acuri, e o casal se reveza nos cuidados parentais por mais de três meses no ninho, até que o filhote emplume e tome coragem de se lançar em voos.

As araras-azuis são territorialistas, vivem num raio de 50 quilômetros e não se espalham muito. Os efeitos das alterações climáticas no planeta já atingem a espécie. Mudanças bruscas de temperatura são uma preocupação constante, pois matam os filhotes, e o fogo também requer atenção, pois a predação aumenta. O sucesso reprodutivo das araras-azuis nos últimos anos de grandes incêndios só aconteceu porque os pesquisadores intensificaram a instalação de caixas-ninhos.

Gravamos também o monitoramento em outras fazendas. Hoje, os proprietários abrem as porteiras e até gostam quando os pesquisadores do Projeto Arara-Azul chegam. Anos de cuidado conseguiram mudar o perfil de relacionamento dos peões, moradores e fazendeiros com as araras-azuis. Eles se tornaram olheiros e ajudam a identificar e proteger os grupos, reduzindo o tráfico durante décadas, o que permitiu que a espécie se recuperasse. Em pouco mais de trinta anos de estudos, o número de araras-azuis passou de 1.500 para mais de 5 mil, graças à presença ininterrupta das pesquisadoras do Projeto Arara-Azul. Nesse período, Neiva formou, com apoio da equipe, mais de duzentos biólogos que estão pelo mundo estudando psitacídeos, e já orientou dezenas de mestrandos e doutorandos.

Os estudos começaram pela arara-azul, mas hoje agregam mais de uma dezena de espécies de aves, insetos e até mamíferos que

interagem com ela. Eu mesma pude testemunhar e noticiar os avanços dessa pesquisa impressionante nos últimos 23 anos. Aprendi e aprendo muito com a dedicação da Fernanda Fontoura, Kefany Ramalho, Larissa, Lucas e tantos outros biólogos, veterinários e assistentes de campo que são parceiros no dia a dia de monitoramento das araras. Confesso que não me canso de admirar cada novidade que eles trazem.

Boas notícias vieram: a arara-azul saiu da lista de animais ameaçados de extinção no Brasil, graças ao trabalho da Neiva e equipe. No entanto, os incêndios, o uso de agroquímicos, o avanço das lavouras e a volta do tráfico têm reduzido as populações, o que voltou a tirar o sono das pesquisadoras. Quando algumas araras-azuis foram encontradas mortas no Pantanal, a equipe do Instituto coletou amostras de órgãos das aves mortas, fez a necrópsia e a análise em laboratórios de universidades de São Paulo e do Mato Grosso do Sul e detectou envenenamento. O artigo científico publicado na revista *Scientific Reports* confirmou que as mortes dessas araras-azuis foram por intoxicação por organofosforado, um tipo de pesticida.

Não são só as araras-azuis que sofrem com o uso excessivo de agroquímicos. A premiada engenheira florestal Patrícia Medici, do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), pesquisa as antas brasileiras há mais de 25 anos, sendo reconhecidamente a maior autoridade em antas do mundo. Em 2016, acompanhei o início de uma pesquisa da Iniciativa Nacional para a Conservação da Anta Brasileira (Incab) nas rodovias e regiões de Cerrado em Mato Grosso do Sul. Na época, a pergunta era: com tanta lavoura e poucas áreas de reserva nativa, como estaria a saúde das antas?

A resposta chegou em julho de 2021, quando a Patrícia, coordenadora do estudo, me ligou e falou que os resultados eram assustadores. As antas do Cerrado vivem dez anos menos que as do Pantanal, e estão perdendo a luta contra os agrotóxicos. Fizemos a reportagem para o *Jornal Hoje*.

Os testes podiam detectar 38 produtos químicos usados em lavouras e pastagens. Em 40% das amostras, coletadas de 116 antas, os exames confirmaram a presença de pelo menos um tipo de agrotóxico.

Amostras de sangue, dentes, ossos, pele e conteúdo estomacal foram coletadas de antas capturadas em armadilhas espalhadas por áreas de lavoura e reservas de Cerrado e também retiradas de carcaças de antas atropeladas, encontradas às margens das rodovias. O mais preocupante é que essas antas não se alimentavam das lavouras, e sim da vegetação nativa, e também estavam contaminadas. A Patrícia conversou comigo e alertou: “Nós encontramos antas com um dedo a mais, uma unha a mais, alguns animais tinham protuberâncias em partes do corpo, grandes verrugas. Encontramos nas amostras treze agroquímicos, quatro metais pesados e nove pesticidas – um deles é o Audicarb, proibido no Brasil pela Anvisa desde 2012. Se as antas, que são sentinelas, animais imensos e robustos, com mais de 200 quilos, estão sendo afetadas pelos agrotóxicos, o que pode estar acontecendo com o organismo das pessoas que vivem nas mesmas regiões?”.

De tanto acompanhar o dia a dia no campo, aprendi com essas pesquisadoras o verdadeiro significado das palavras profissionalismo e dedicação. Elas são apaixonadas pelo que fazem e incansáveis na busca de conhecimento e de caminhos para salvar as espécies. Aliás, nesses anos todos, o Pantanal se transformou num laboratório a céu aberto, com muitos exemplos de competência da parte dos nossos cientistas, a maioria mulheres.

Outra pesquisa que me encanta é a do Projeto Ariranhas. A maior de todas as lontras ocorria no Pantanal, Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, mas, segundo o ICMbio, a população sofreu uma redução drástica, caindo pela metade. Hoje, sabe-se que existem grupos isolados de ariranhas no Cerrado e na Mata Atlântica, mas os maiores estão na Amazônia e no Pantanal, no que os pesquisadores chamam de populações geneticamente viáveis (compostas por indivíduos de diferentes idades, que não são parentes próximos e que conseguem se reproduzir anualmente, com abrigo e comida suficientes para que os filhotes cresçam e formem novos grupos ou repovoem locais com poucos indivíduos). Só que, como o número de integrantes dos grupos vem decaindo, a endogamia, cruzamento entre parentes próximos, já começa a enfraquecer a espécie. Por isso, a ariranha é classificada como ameaçada de extinção.

Nos anos de 1960 a 1980, a caça para retirada de pele, a perda de hábitat e até os grandes empreendimentos de hidrelétricas sumiram com as ariranhas de várias regiões brasileiras. O avanço das lavou-
ras, o uso de agroquímicos, a movimentação de barcos, a construção de barragens, tudo isso muda a dinâmica nos rios, gerando barulho, poluição, redução de pescado. Sensíveis, as ariranhas são as primeiras a desaparecer de locais alterados, porque a espécie precisa de água limpa, fartura de peixes e lugares preservados para viver.

Conheci a bióloga Caroline Leuchtenberger há mais de dez anos, quando eu gravava um *Globo Repórter* no Pantanal e ela estudava as ariranhas no rio Vermelho e no rio Negro no mestrado. Acompanhei sua pesquisa e me apaixonei por essa espécie também. É lindo ver a curiosidade das ariranhas quando se aproximam dos barcos e levantam o corpo na água para espiar e saber quem são os intrusos.

E os barulhos que elas fazem? São divertidos demais. A Carol conseguiu identificar pelo menos dez tipos de vocalizações das ariranhas do Pantanal. Tem o grito de alerta, o bufo, o grunhido, a bronca nos filhotes. O som mais impressionante é um rosnado de ataque, pra defesa do grupo. Já vi um bando surfar velozmente na água, atacando um indivíduo que tinha invadido a área delas, e também já presenciei um ataque a uma onça-pintada que tentara roubar um filhote para o almoço. As ariranhas adultas se uniram e avançaram na onça, que bateu em retirada sem matar o filhotinho. Ariranhas, um; onça-pintada, zero!

Observar as ariranhas é uma diversão à parte; são animais muito inteligentes. Vivem em grupos de dez, vinte indivíduos e seguem uma disciplina interessantíssima. Moram sempre na mesma região, ocupando um espaço de alguns quilômetros. O rio Negro, no Pantanal da Nhecolândia, tem a maior densidade de ariranhas do mundo. No passado, elas ocorriam da Venezuela ao norte da Argentina, mas hoje se resumem aos grupos na bacia Amazônica e no Pantanal – a espécie perdeu 40% de sua área de ocorrência.

O fogo alterou a taxa de mortalidade dos filhotes. O estresse provocado pelos incêndios pode ter gerado inclusive uma alteração hormonal nas ariranhas, que não entraram no período reprodutivo. As pesquisadoras constataram que nenhum grupo monitorado no Pantanal

teve filhote. Além disso, as mortes por causa da seca prolongada, que se estende desde 2019, já resultam em redução no número de filhotes nos rios pantaneiros. A Patrícia explicou: “Apenas um casal do grupo se reproduz, e apenas uma vez ao ano. Os outros integrantes auxiliam na criação dos filhotes. Para uma espécie que tem um filhote por ano, com taxa de 50% de sobrevivência, cada morte influencia na manutenção dessa espécie”. Foi a primeira vez que as pesquisadoras registraram um ano sem filhotes de ariranhas no Pantanal.

Os filhotes ficam em locas nos barrancos das margens dos rios por mais de três meses. Dependem dos pais e parentes para tudo; não nascem sabendo nadar nem pescar. Só saem da loca no período da seca, quando começam a ter aulas intensivas de pesca, natação e defesa com os mais velhos do grupo.

Segundo a Carol, o Pantanal é um dos únicos lugares no mundo onde se pode observar e aprender sobre o comportamento das ariranhas. Abriga grupos relativamente grandes, mas é um dos últimos redutos da espécie, sendo o limite sul de seu território. Num universo estimado em 1.500 indivíduos se reproduzindo, o Pantanal é também o bioma onde elas têm a menor variabilidade genética. São todas parentes, e a pouca diversidade de genes é perigosa, porque o grupo enfraquece e um único evento de contaminação ou doença pode matar todos os integrantes. Nas décadas de 1970 e 1980, a caça quase extinguiu a ariranha no Pantanal, e esse foi um dos fatores que levaram à redução da variabilidade genética da espécie – quando a caça foi finalmente controlada, o repovoamento ocorreu a partir de poucos indivíduos.

Um dos grandes nomes na pesquisa sobre a ariranha é um médico brasileiro. Idealista, apaixonado pelas ariranhas e pelo Pantanal, Seu Jorge Schweizer foi pioneiro na observação e descrição dos hábitos das ariranhas. Seu livro *Ariranhas no Pantanal*, de 1992, é umas das mais completas publicações sobre a espécie no Brasil, na qual compartilha anos de observação, com um texto delicioso. Batizou indivíduos e os acompanhou anos a fio, relatando seus comportamentos e as consequências das alterações no regime de chuvas. Apaixonei-me pelas aventuras do Zezão, um dos machos descritos na obra.

Seu Jorge observou as ariranhas na região do rio Negro, principalmente na Fazenda Barranco Alto. Com alma de grande naturalista, foi um autodidata e produziu conhecimentos até hoje considerados preciosos por quem estuda a espécie. Posso dizer que tive o privilégio de conhecê-lo, de passar horas conversando com ele às margens do rio Negro. Sua filha, Marina Schweizer, tornou-se uma das minhas melhores amigas. Nunca consegui entrevistá-lo. Ele preferia papear e dar boas risadas, contar aventuras e histórias pantaneiras. Generoso, estava sempre compartilhando seu conhecimento.

Caroline também o conheceu e nutre a mesma admiração e gratidão. Ela é hoje uma das maiores autoridades no assunto e também está participando do projeto de restauração de Iberá, na Argentina, onde as ariranhas foram extintas e serão reintroduzidas – assim como as onças-pintadas. O trabalho incansável de Carol e suas parceiras no Projeto Ariranhas é encantador. Elas deixam as famílias, os filhos, se embrenham no Pantanal por semanas e, com muitas dificuldades e poucos recursos, conseguem observar e monitorar os animais e orientar as populações tradicionais e os fazendeiros.

Falei das araras-azuis e das ariranhas, mas ainda tem os tamanduás pesquisados pela equipe da Flávia Miranda, as antas monitoradas pelo grupo coordenado pela Patrícia Medici. Tem até o tatu-canastra – o Pantanal é o maior reduto desse gigante, que passa mais de 70% do tempo escondido em locas embaixo da terra.

Minha vida de repórter no Pantanal me permitiu conhecer um universo de pesquisas, de animais e de pessoas que não só ampliam conhecimentos, mas também mostram quanta gente engajada e dedicada trabalha para que o mundo conheça e se apaixone pela região. O maior desafio de todos é despertar nos brasileiros o orgulho de termos lugares e espécies tão especiais, além de produção científica de alto nível. Encante-se e movimente-se para ajudar as pessoas que se lançam na aventura que é se dedicar à conservação e à pesquisa ambiental.

ELES BELISCAM!

Levei um susto quando os lambaris se aproximaram e me deram mordidinhas na pele. Foi no meu primeiro mergulho na Baía Bonita, em Bonito. Era a primeira reportagem que eu fazia por ali.

Foi amor à primeira vista, ou melhor, ao primeiro mergulho.

As águas translúcidas nos permitem experimentar sensações únicas. É como se estivéssemos em um imenso aquário onde os cardumes não se importam com aquelas figuras estranhas com roupas de neoprene e máscaras ali olhando para eles.

O silêncio embaixo da água é algo tão profundo que os batimentos cardíacos e o ir e vir da respiração nos levam a um transe. Eu, pelo menos, me desligo de tudo e consigo me conectar àquele lugar como se estivesse em outra dimensão. É surpreendente ver como são os rios, como a vida subaquática é tão diversa e as paisagens submersas são tão coloridas, surpreendentemente povoadas e intrigantes.

Mergulhar nos rios da Serra da Bodoquena é uma experiência transformadora. Ninguém sai da água como entrou. A gente passa a ver os rios com outros olhos depois que tem a oportunidade de conhecer a vida embaixo d'água. A maioria dos rios brasileiros não têm essa visibilidade, e as águas são misteriosas, até assustadoras. Mas na Serra da Bodoquena a natureza parece ter decidido oferecer um aperitivo para a humanidade, deixando a gente experimentar a beleza e a riqueza dos rios.

Meu amigo José Sabino, professor e pesquisador, sempre diz que os rios da Serra da Bodoquena são uma janela para saber como são esses ecossistemas subaquáticos, e quem tem a chance de mergulhar em um rio com água transparente nunca mais olha um rio do mesmo jeito, e com toda razão. Há mais de 25 anos estudando os peixes e os ambientes aquáticos da região, Sabino já descreveu espécies desconhecidas pela ciência, e é meu parceiro em muitas reportagens pela região.

Conseguir chegar pertinho de um imenso dourado e encará-lo é um privilégio. Observar que ele tem toda uma estratégia de conquista para se aproximar das fêmeas e fecundar os óvulos. O dourado massageia a barriga da fêmea, faz a corte. Inacreditável.

E os peixes jardineiros, que pulam para fora da água pra comer frutos e saem pelos rios espalhando sementes? A piraputanga e o pacu são mestres nessa arte!

Tem os peixes faxineiros, que ficam pastando algas no fundo do rio e, ao revirar a areia em busca de micro-organismos para se alimentar, acabam limpando o rio. As corimbas fazem isso, e eu adoro ficar ali submersa observando suas bocas afoitas recolhendo porções de areia e liberando água limpa pelas guelras... Os cascudos também são faxineiros: ficam roendo os troncos e deixam a superfície lisinha, lisinha.

A vida nos rios de Bonito e Jardim me lembra os contos de Monteiro Lobato que falavam do mundo encantado dos rios. Sinto-me assim, transportada para esse universo paralelo.

Certa vez eu estava no Refúgio Ecológico Rio da Prata gravando imagens dos cardumes com o Luciano Candisani para um *Globo Repórter*. Eu já tinha visto, mas nunca registrado, uma anta nadando. Queria porque queria aquela imagem. Começamos a mergulhar bem cedo e eu pedi ao Lu: “Concentra na minha anta...”. Mas ele, com olhar de poesia e cabeça de artista, não resiste a um rabo de dourado balançando pra ele. Passou um cardume e ele foi atrás.

Naquele mesmo instante, no lado oposto ao em que ele estava gravando, mergulhei e vi uma movimentação embaixo d’água. A água translúcida ficou com um pouco de sedimento, como se alguém tivesse pisado no fundo e levantado uma terra com folhas acumuladas. De repente me virei e vi uma cena impressionante: uma anta enorme mergulhou a menos de um metro e meio de onde eu estava. Com os olhos abertos e respiração suspensa, o imenso mamífero nadava como se fosse um submarino. Impressionante ver as perninhas levantadas impulsionando lentamente aquele corpanzil de mais de cem quilos suavemente dentro d’água. Ela passou raspando em mim e eu mentalmente gritei de euforia. Emiti uns grunhidos embaixo d’água na vã tentativa de chamar a atenção do Luciano. Por instinto, ele se virou e começou a nadar contra a correnteza

embaixo d'água para tentar filmar a anta submersa. Só conseguiu pegar o bicho já de costas, saindo do rio, mas fiquei com aquela cena gravada na alma. Tão impensável quanto linda: uma anta com um fôlego danado, mergulhando e nadando ao meu lado num rio em Jardim.

Esses rios têm a água tão transparente por causa das rochas calcárias, que filtram os sedimentos deixando uma visibilidade de muitos metros. Tem-se embaixo d'água a mesma visibilidade de fora. Por isso mergulhar nos rios de Bonito e Jardim é viver uma experiência de se sentir um peixe.

E ainda tem as cavernas, dezenas delas. Com rios subterrâneos também de águas translúcidas. No lago Azul, os pesquisadores encontraram fósseis de preguiça gigante, tigres-dente-de-sabre, ossadas de tamanduás que viveram ali milhares de anos atrás. Algumas espécies de peixes e camarões só são encontradas nessas cavidades inundadas da região.

Por isso a Serra da Bodoquena é um lugar tão importante para a conservação. Ali fiz o meu primeiro mergulho em caverna e descobri um mundo surreal, repleto de espeleotemas pontiagudos que mais parecem lanças petrificadas prontas a nos perfurar.

No abismo Anhumas, o rapel de 92 metros leva até as entranhas da terra para nos presentear com um templo natural, onde os espeleotemas emolduram o teto e as paredes, construindo, a cada pinga percolado pelo solo durante milênios, esculturas naturais nas mais variadas formas. Do Buda ao guardião, da cachoeira petrificada às pérolas de rocha protegidas pelas nervuras delicadas na rocha.

Ali eu aprendi que as cachoeiras crescem. Por causa do acúmulo de carbonato de cálcio, as tufas calcárias são aquelas formações que encontramos nas quedas-d'água em Bonito e região. Vão se depositando ali sobre folhas, troncos e pedras, e ao longo do tempo, calcificam e crescem.

Certa vez, gravando uma reportagem nos campos de Jardim, o pesquisador brincou comigo: “Sabia que você está caminhando sobre um tipo de rocha que mais parece um queijo suíço?”. Achei engraçada aquela comparação e ele complementou: “cuidado onde pisa, o chão pode afundar e te levar para o centro da Terra!”.

Eu dei risada e levei na brincadeira. É o bom humor dos ignorantes. Ele estava falando sério e eu só compreendi quando cheguei na

imensa dolina do Buraco das Araras. Um lugar onde o chão afundou e abriu um buraco no meio do campo, com dezenas de metros de profundidade, com paredão de rocha avermelhada que se tornou morada de muitos casais de araras-vermelhas. Elas se reproduzem nos buracos no paredão de arenito, e as revoadas são um espetáculo à parte.

Depois dessa, passei a olhar o solo da região com outros olhos.

Ali tem o que os geólogos chamam de relevo cárstico. Um relevo que se forma pela dissolução química da rocha que acontece por causa da presença de carbonato de cálcio e outros minerais. Eu queria entender melhor por que tantas grutas e tantos rios cristalinos. A explicação que recebi dos cientistas é que nessa região, quando a água se infiltra no solo e na rocha, o carbonato de cálcio se dissolve; por isso a água tem gosto forte de salobra. É a presença de magnésio, cálcio, e dá dor de barriga se bebermos muito.

Mas na natureza essa combinação de fatores cria paraísos de águas transparentes, porque, com o pH mais alcalino, os sedimentos em suspensão dentro da água dos rios se assentam mais rapidamente no fundo mantendo a água límpida. Essa particularidade na rocha também fez da região o paraíso das cavernas. São muitas grutas, dutos subterrâneos, sumidouros e ressurgências de águas.

E o toque final nesse mosaico natural veio com a vegetação. Ali estão os últimos remanescentes de Mata Atlântica do interior do Brasil.

Era o início dos anos 2000 e eu estava fazendo reportagens sobre carvoarias e corte ilegal de aroeiras, árvore ameaçada de extinção e com corte proibido no Brasil. Estávamos gravando com a Polícia Militar Ambiental e fiscais do Ibama nas fazendas em Bonito. O desmatamento ilegal avançava, e na operação de combate ao desmatamento o grupo tinha acabado de encontrar um local onde os fazendeiros tinham cortado muitas árvores e enterrado as toras para tentar escapar da fiscalização. Acompanhamos o flagrante e mostramos em rede nacional os tratores desenterrando aquelas toras cortadas ilegalmente da Mata Atlântica no interior de Mato Grosso do Sul.

Estávamos exatamente no período em que fazendeiros, pesquisadores e ambientalistas discutiam a futura criação de uma unidade de

conservação em Bonito. Mais uma vez, a reportagem revelou ameaças que o ambiente estava sofrendo.

Depois que a reportagem foi ao ar, o ministro do Meio Ambiente na época, José Sarney Filho, assinou o decreto criando o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

No início dos anos 2000, eu também acompanhei um trabalho que ainda hoje é referência em ações de conservação e atuação do Ministério Público Estadual. O então promotor Luciano Loubet mapeou as margens do rio Formoso, o mais importante de Bonito, e descobriu muitas áreas sem mata ciliar, desvios de água para encher piscinas em atrativos turísticos. O rio estava ameaçado. Foi quando começou o Projeto Formoso Vivo. Todos os proprietários de terras às margens do rio foram chamados e, onde existia degradação, era assinado um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, para replantio, desativação de piscinas e fechamento de drenos para fazer o rio voltar ao normal. Mostrei várias vezes esse projeto e seus resultados em reportagens nacionais e locais. Foram praticamente dez anos acompanhando cada avanço, o que hoje permite a todos conhecer o rio Formoso no vigor da sua beleza.

Mas nem tudo são boas notícias. Por volta de 2006, 2007, acompanhei a fiscalização do Ibama a uma fazenda onde o produtor desviou o curso do rio para encher um açude na área de lazer nas terras dele. A ação ilegal secou um braço do rio e cachoeiras antes visitadas pelos turistas. A denúncia levou os fiscais a usar um trator para arrebentar as margens do açude e abrir de novo o caminho para a água correr pelo leito natural. O produtor foi multado e assinou um TAC no Ministério Público doando alguns hectares da área para serem anexados ao Parque Nacional. Mas dois anos atrás, para minha surpresa, recebi de novo a mesma denúncia. O tal produtor mais uma vez desviou o curso do rio no mesmo lugar e encheu o açude da fazenda. Fui investigar e ele conseguiu, via recursos na Justiça e nos órgãos ambientais, não cumprir o termo assinado décadas atrás. Não pagou um tostão de multa e ainda cometeu o mesmo crime ambiental. Continua sem punição.

Coisas que acontecem e a gente não entende por quê...

Nos últimos anos, a região de Bonito e Serra da Bodoquena tem sido imensamente modificada. Por onde a gente passa tem lavouras e mais

lavouras avançando. Segundo levantamento do MapBiomass, em 2010 as lavouras de soja ocupavam 14 mil hectares, representando 2,6% da ocupação dos territórios de Bonito. Em 2020, a área plantada atingiu 56 mil hectares, ocupando 10,4% de Bonito.

E foi em 2019 que eu vivi uma das mais desagradáveis, tensas e desafiadoras experiências profissionais. As chuvas fortes estavam levando toneladas de terra para os leitos dos rios em Bonito e Jardim. As imagens assustaram os brasileiros que assistiram às reportagens que fiz com a equipe da TV Morena para o *Jornal Nacional*.

A situação só se agravava. O rio da Prata de translúcido se tornou um rio de lama vermelha. O lugar onde os mergulhadores tinham visibilidade de mais de cinco metros embaixo d'água estava coberto por água barrenta.

Eu estava preparando uma reportagem especial para o *Fantástico*, mostrando que o problema da turbidez das águas tinha começado muitos anos atrás com a abertura de drenos no meio do banhado do rio da Prata, uma espécie de brejo que retém água da chuva e funciona como uma esponja distribuindo essa água ao longo dos meses de seca e filtrando essa vegetação. Os drenos, mais de 40 quilômetros de canais, estavam sendo abertos para secar a área e plantar soja. O Ministério Público Estadual já estava investigando, com a ajuda da Polícia Militar Ambiental, multas de mais de dez milhões de reais foram aplicadas, mas os produtores tiveram suas multas perdoadas pelo órgão ambiental estadual, e os drenos continuavam lá...

Durante as gravações, fui intensamente atacada pelas redes sociais, inclusive por servidores públicos estaduais do alto escalão do governo. O movimento de apoio veio dos guias, empresários, produtores conservacionistas, pesquisadores. Foram dezenas de manifestações nas redes sociais em apoio ao meu empenho em denunciar que as lavouras estavam avançando e o desmatamento destruindo regiões frágeis, que eram responsáveis pela manutenção de nascentes e rios com águas cristalinas. Um dos parceiros de sempre foi o produtor e empresário Eduardo Coelho, e sua esposa Simone Coelho e outros produtores que se preocupam em manter uma produção sustentável, que não coloque em risco os rios e ecossistemas da região, também

vieram me dar força e ajudar na composição da reportagem. Eu não estava conseguindo entrar nas fazendas de produção para mostrar as lavouras, e nenhum produtor quis me dar entrevista. Na reportagem que fiz junto com o repórter cinematográfico Chico Gomes, denunciei a falta de planejamento e manutenção das estradas que eram abertas na terra sem qualquer preparação para reter água da chuva, que acabava escoando o barro para o leito dos rios. Em vários momentos durante as gravações no campo, constatamos que estávamos sendo observados e seguidos a distância.

A situação foi tão tensa que professores e pesquisadores de diferentes instituições do Brasil começaram a publicar em suas redes vídeos de apoio ao meu trabalho, explicando que tudo o que eu estava mostrando nas reportagens era a realidade, e que a região estava imensamente ameaçada pela forma como os produtores e empresários estavam usando o solo e os rios. Jamais esquecerei o vídeo do geólogo e professor da USP, Ivo Karmann, me apoiando nessa empreitada de levar ao Brasil a realidade do que estava acontecendo em Bonito e na região. Ele confirmou tudo o que eu vinha dizendo, que “várias pesquisas feitas na Serra da Bodoquena ao longo das décadas revelaram que grande parte dela se desenvolve sobre rochas calcárias, carbonáticas e dolomitas. São rochas com drenagens subterrâneas que se comunicam por dutos que levam a água de um lado a outro e que não conseguem filtrar contaminantes que sejam despejados no solo. Então o que se faz sobre esse solo, seja uso de agrotóxicos ou de produtos químicos, pode contaminar essas águas subterrâneas, e as atividades econômicas têm que ser muito bem planejadas e fiscalizadas para que isso não aconteça”.

Mas de lá pra cá algumas medidas de conservação foram tomadas. Muitos produtores e empresários estão preocupados, mas são em menor número do que os que pensam apenas em colher rendimentos imediatos. Hoje existe um grande movimento para monitorar a qualidade da água e buscar o meio-termo, conversando com produtores e poder público para definir regras e limites para a exploração das terras na região. Mas os avanços são muito lentos. Basta visitar a região e se surpreender com os quilômetros de lavouras que atravessam os mesmos caminhos que levam aos principais atrativos turísticos...

EPÍLOGO

Minha conexão com este lugar me remete aos mais lindos e intensos sentimentos. Aqui tudo se descortina. O impacto de estar no Pantanal é tão violento que há os que não resistem e querem voltar para a bolha. É demais pra quem não se prepara. Tudo no Pantanal é superlativo: uma das maiores planícies alagáveis do planeta, cortada por um dos maiores rios do Brasil, o Paraguai, que só no Pantanal percorre mais de 1.300 quilômetros num traçado sinuoso, num relevo tão plano que há quem brinque que até a água por aqui não tem pressa de encontrar o mar...

Soberana, neste lugar a natureza se impõe do jeitinho pantaneiro: imprevisível. Dias dramáticos de ventanias e trovoadas, a tal chuva de manga que nos surpreende, o fogo avassalador e depois a brisa mansa e a água quente dos rios – esta, como que nos convidando pra mais um café...

O Pantanal é um convite. Mergulhar em nós mesmos e nos abrir para a força deste lugar. Não me canso de estar aqui. Cada encontro tem gosto de primeira vez, e aquele frescor de amor à primeira vista.

Meu coração escolheu e pulsa ao som da passarada, acelera na ansiedade de chegar e se entristece ao sair. É como se o tempo voasse e escoasse mais rápido de tão bom que é experimentar e experienciar as dádivas da terra das águas.

E quando me dispo das armaduras, é aqui que eu me lavo, me lambuzo e me revigoro. Deixo a correnteza do rio Negro levar o meu cansaço e desatar os nós da minha alma. Sou feliz aqui. Terra encantada, de extremos de calor e frio, dos encontros inesquecíveis... com lambaris ou pernalongos e com muitas vozes se declarando, mesmo quando os olhos teimam em disfarçar. O pacto de amor muitas vezes se sela com lágrimas ou caipirinha de bacupari. Depende do momento e da companhia.

MUITO ALÉM DAS REPORTAGENS

Do alto da pista de concreto eu vejo a sombra de um Pantanal do passado...

Do tempo em que o sobe e desce das águas ditava o ritmo de vida pantaneiro. A cheia sempre vinha; era um evento esperado e cercado de preparativos.

Antes das chuvas de verão, a boiada parecia saber que enfrentaria uma longa jornada. Os pantaneiros também sabiam: ficariam ilhados por uns meses. O isolamento faz parte de quem vive nesta planície alagável. Desafiador, mas natural. E pronto: carro não passava e tinha de esperar os campos secarem para o alagado voltar a ser estrada.

O terreno é tão plano que foi preciso fazer um aterro e depois construir sobre ele a estrada de terra batida. Sempre achei as pontes pantaneiras altas demais para os filetes de água que passavam embaixo... Mal sabia eu que, meses depois, aqueles filetes se tornariam rios caudalosos e profundos.

Levei tempo para entender que tantas pontes foram construídas porque no meio do caminho havia vazantes. Mais uma expressão pantaneira que aprendi de supetão: vazante, o caminho aberto pela água para sair dos campos inundados e encontrar o rio mais próximo. São como pequenos córregos. Ou nem tão pequenos assim. Tem vazante com mais de 200 quilômetros de extensão, e eu jurava que era um rio! Minhas certezas enfraqueceram quando voltei ao mesmo lugar, meses depois, e passei de carro por onde antes eu navegava e pescava. Coisas do Pantanal...

A tal sombra me revelou a insistência do homem em domar a planície. Um monumento ao domínio.

A charmosa ponte de toras de aroeira foi erguida na altura ideal para permitir a travessia durante a cheia, mas não tinha espaço

suficiente para grandes barcos de pesca passarem por baixo e chegarem aos preciosos recantos onde os cardumes se reproduzem no tempo das águas fartas.

Sabedoria dos antigos. E esse povo também tem imaginação fértil e uma capacidade incrível de batizar os lugares com nomes impensáveis.

Entrar no Buraco das Piranhas e chegar até o Paço do Lontra, povoado de pescadores às margens do rio Miranda, se tornou um rito de passagem para me embrenhar no Pantanal mais isolado. É onde fica a última vendinha pelas próximas quatro horas de viagem. (E é isso mesmo, o nome do Buraco é esse porque tem poções cheios de piranhas no rio e cardumes nos alagados.)

Os novos donos das terras têm pressa. Querem encurtar distâncias e levar a boiada em grandes carretas. Assim o concreto chegou às pontes pantaneiras, e o cheiro de diesel queimado também.

A estrutura com um imenso e altíssimo vão central destoa na paisagem, como um gigante na terra dos duendes. A nova ponte sempre me pareceu aqueles personagens de contos de fadas. O monstro se finge de pedra e abre a boca pra fazer de conta que é uma caverna... Você nem percebe, entra e se estrepa!

Foi o que pensei quando avistei lá de cima, nas águas do rio Miranda, a sombra da agora frágil e cansada ponte de aroeira.

Aos poucos suas toras foram arrancadas e ela foi sendo esartejada lentamente.

Não serve mais. Os carros não passam mais sobre ela. Esquecida e bamba, sem manutenção ou cuidados, a senhora do caminho não aguentou os arroubos da correnteza numa das tradicionais cheias e desmontou. Jogou-se desesperada nas águas turvas do rio Miranda e hoje seus troncos e pranchas são escombros servindo de esconderijo para jaús e pintados no fundo do rio.

Um retrato da sombra que o Pantanal está se tornando. Drenos, barragens no planalto, lavouras chegando nos campos lineares transformam a paisagem.

O delicado e frágil equilíbrio já foi alterado.

A velha ponte de madeira não existe mais. A gigante de concreto é o anúncio de novos tempos.

Os barcos grandes de turismo e pesca, que paravam na centenária e baixinha ponte de aroeira, agora não têm mais impedimentos. Está fácil chegar na barra do rio Aquidauana, no rio Touro Morto, e ver nas águas antes pouco exploradas os berçários dos cardumes pantaneiros.

Virão pontes-filhotes de ferro e cimento sobre as vazantes?

Pelas bandas do rio Nabileque, as estruturas imensas de concreto já estão prontas na ilha. Logo, logo as estradas cascalhadas podem ceder lugar às rodovias.

No Porto Murtinho, já estão em construção os braços do novo porto para escoar soja e mercadorias que dizem que virão pela Rodovia Transoceânica. Construídos dentro do Pantanal, em nome do progresso. Navegar em qual rio? O Paraguai hoje é um espectro do que foi esse imenso rio.

Para que obras tão grandes num dos lugares mais distantes do Pantanal? Seria porque algum dia aquela estrada também será refeita? Será porque ali as fazendas planas ocupadas com gado podem ser transformadas em áreas de cultivo de grãos?

Por falar em obras que parecem sem conexão – mas que se complementam, se observarmos com olhos mais apurados –, nas áreas de Cerrado, os rios que deveriam correr para o Pantanal estão sendo represados. Na bacia do Alto Paraguai já foram instaladas 47 hidrelétricas de diferentes portes. Fazem parte de um grande projeto que prevê a instalação de mais 133 Pequenas Centrais Hidrelétricas, e ainda tem mais seis PCHs a serem construídas no rio Cuiabá que já deram entrada com pedido de outorga na Agência Nacional de Águas.

Não precisa ser cientista para saber que um bioma como o Pantanal, completamente dependente das águas que nascem e formam rios no Cerrado, pode ser seriamente afetado por esses represamentos. Isso porque, segundo a Embrapa Pantanal, 99% dos peixes que ocorrem na bacia pantaneira são espécies que fazem a piracema, sobem os rios para se reproduzir. Subir como, se estarão represados? Mais do que isso, a sinergia entre as espécies, o pulso de inundação, que é o sobe e desce das águas, é o que viabiliza a existência do Pantanal. Se o homem mais uma vez interfere nesse ciclo de cheias e secas, o Pantanal, que já

está sofrendo com a perda de áreas alagáveis por falta de chuvas, pode secar ainda mais rápido.

O que querem extrair deste lugar?

A natureza se assusta com o vaivém de carretas boiadeiras e caminhonetes velozes levantando poeira, afastando e atropelando a bicharrada nas estradas e rodovias. Na estrada-parque, o peso das carretas soterrou locas das famílias de ariranhas que costumavam viver naqueles barrancos, antes silenciosos e protegidos.

Vi pouquíssimos bichos em uma semana de viagem pela estrada: alguns jacarés, capivaras, dois tuiuiús, alguns carcarás e só. A onça deixou pegada mas se escondeu enquanto pôde.

Amo este lugar e me entristeço com tanta mudança. A sombra da ponte do passado assombra o meu presente. Eu me pergunto: até quando o Pantanal resistirá? Essa pergunta ecoa na cabeça de quem conhece a região há muito tempo.

Em 2019, ao passar pela estrada que leva à Fazenda Nhumirim, da Embrapa Pantanal, na região da Nhecolândia, estranhei: a estrada que eu conhecia era de areia branca e fina, com atoleiros de areia que desafiavam o mais habilidoso dos motoristas. Agora a areia branca foi substituída pela terra vermelha, trazida de Corumbá para compactar o aterro e cascalhar a estrada. Parece até um tapete de terra dura, e os caminhões boiadeiros passam a toda velocidade sem ameaça de atolar no caminho. A travessia está livre.

No Pantanal do Nabileque, mais mudanças me surpreenderam. Depois dos incêndios de 2019 e 2020, algumas pontes de madeira que queimaram foram reconstruídas. Outras foram apenas esquecidas, restando os buracos que marcam onde estavam fincadas.

Minha amiga e fonte Eronildes Cândida, que começou como funcionária de fazendas e hoje é pecuarista, dona de algumas propriedades e de um belo rebanho, sempre me manda as informações. Ela, que conheceu a região quando as grandes cheias deixavam as pastagens submersas por meses, me alertou que ano após ano tem vindo menos água. O Pantanal não encheu de novo, então os atalhos abertos no terreno ao lado das pontes queimadas já se tornaram estradas.

Seriam aquelas obras de infraestrutura já o prenúncio de mudanças no uso do solo na região?

No delta do rio Salobra, em Miranda, os refúgios ainda existem, mas basta subir o drone pra ver que muitas lavouras de grãos se avizinham.

Em 2021, o rio Verde, que deságua no rio Paraguai, secou logo após a ponte em Corumbá. Eu nunca tinha visto esse rio seco.

Nem foi preciso andar muito na BR-262 pra ver os milhares de caminhões e carretas viajando em comboio para escoar grãos da Bolívia e minérios de Corumbá. O asfalto já dá sinais de que não foi projetado pra suportar tanto peso.

E a quantidade de animais silvestres atropelados? Tamanduás, onças, capivaras, jacarés... Os acostamentos da BR se transformaram em cemitério de bichos.

É inaceitável onças contaminadas por mercúrio de garimpos, araras-azuis e antas intoxicadas e mortas pela exposição a agrotóxicos. É o Pantanal! A maior planície continental alagável do planeta! Maior centro natural de reprodução de inúmeras espécies ameaçadas de extinção!

Em meados de 2020 fui procurada pela equipe de pesquisa e produção do Projac da TV Globo para ajudar na pesquisa e estruturação do então projeto de regravar a novela. Foram inúmeras conversas e videoconferências até eu fechar com a Luciana Monteiro, gerente de produção da novela, um roteiro para a gente viajar de carro por duas semanas pelo Pantanal sul.

O Bruno Luperi, autor da nova versão, viria conosco para conhecer o lugar, conversar com moradores, funcionários das fazendas, peões, mulheres pantaneiras, e traçar os perfis dos personagens com base nas mudanças nos 32 anos que separam as duas versões da novela. O colaborador do autor, Lucas Ohara, e o diretor, Rogério Gomes, o Papinha, que queria conhecer as fazendas, escolher locações e sedes, vieram junto.

Levei o grupo para conhecer os “meus” lugares, fazendas de amigos onde gravei muitas reportagens, tomamos banho de rio, tereré, encontramos o Almir Sater e a família. A viagem foi inspiradora e produtiva.

O Pantanal do rio Negro é a região de planície mais conservada do Pantanal. Fica no coração do bioma e é como se fosse uma arca de Noé,

na qual todas as espécies pantaneiras vivem livres e protegidas. Foi nesse lugar que as gravações da novela foram feitas.

Ainda assim, tamanha amplitude e beleza podem ser dramáticas. O Bruno, que cresceu ouvindo as histórias do avô no Pantanal, estava ali pela primeira vez e me disse: “Eu carregava na minha bagagem a lembrança do Pantanal idílico de trinta anos atrás, que já não existe. Vi uma outra coisa, tão bonita quanto, mas com uma carga dramática muito grande, esse grito, esse berro, tem um desespero muito forte no ar”.

É exatamente isso: exuberante e desesperado. É assim que venho sentindo a energia do Pantanal. O bioma parece querer mostrar sua capacidade de impacto, e por isso não podemos destruir um lugar tão especial.

Jamais me esquecerei de outra frase do Bruno: “Estamos, enquanto sociedade, enquanto mundo, crescendo como população e descuidando das fontes que geram comida, vida, ar, água. Ninguém consegue ver que essa conta não vai fechar no final e que as pessoas vão sofrer?”.

Os relatórios do MapBiomas, nos quais pesquisadores de diferentes institutos analisam milhares de fotos de satélites, revelam que nos últimos 35 anos o Pantanal perdeu mais de 60% da sua cobertura de água, e que o desmatamento vem avançando de uma forma silenciosa, sem fiscalização e controle.

Lembro-me do amigo Francisco Anselmo de Barros, o Francelmo. Ambientalista, jornalista e marido da também amiga Iracema Sampaio, o Francelmo estava angustiado ao ver que em pleno início dos anos 2000 se discutia uma possível autorização para criação de lavouras de cana no entorno pantaneiro. O projeto de lei estava quase sendo aprovada pelos deputados estaduais do Mato Grosso do Sul. No dia 12 de novembro de 2005, num protesto dramático, Francelmo se imolou. Ateou fogo no próprio corpo na calçada da rua Barão do Rio Branco, no centro de Campo Grande, e morreu queimado. Foi seu protesto diante da iminente destruição do Pantanal, tão traumático que o projeto de lei foi arquivado. A então ministra do Meio Ambiente Marina Silva veio à cidade e fomos até a casa da viúva Iracema levar nosso carinho à família.

Fiz a reportagem para o *Jornal Nacional* no dia dessa tragédia. Ainda hoje passo no local e sinto o estômago revirar. Anos depois, 12 de

novembro foi o dia escolhido pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) para ser o Dia do Pantanal, em homenagem ao ambientalista.

O que o Francelmo diria se visse o Pantanal de novo sendo tão desrespeitado? Precisamos que mais alguém lhe dê a vida?

Tenho todas essas dúvidas que somente o tempo vai esclarecer. Mas se a estiagem e a falta de cheias podem afetar o equilíbrio do bioma, por outro lado oferecem oportunidades para usar áreas planas que antes não tinham muita serventia além de ser pasto para gado acostumado a viver sobre alagados. Isso é o que mais assombra as pessoas: aproveitar o momento de seca para mudar o uso da terra e implantar novas atividades no Pantanal.

As mudanças que vejo acontecer ano a ano começam a ser destacadas em imagens de satélite.

Em 2021, numa viagem pela estrada do Carandazal, estávamos em busca dos bosques que tínhamos visto queimar nos dois anos anteriores. Encontramos as palmeiras com os troncos carbonizados, mas suas copas estavam refeitas com muito verde. Ficamos chocados ao subir os drones e ver que tudo tinha sido derrubado pra dar lugar a pastos. A imagem é perturbadora porque a imensidão nativa já não existe mais. E, nas bordas que não alagam, áreas de soja já começaram a adentrar.

Primeiro a área é convertida em pastagens, mas o fim é outro. As lavouras de grãos já foram autorizadas e estão chegando. Tem soja na região mais alta e avançando na planície. É desesperador.

Ainda tenho esperança quando vejo grupos de empresários investindo em pesquisa, criando reservas e corredores naturais para garantir a conservação de parte do Pantanal. A maior reserva particular contínua do Brasil está sendo estruturada por investidores na região do Pantanal da Nhecolândia. Mais que conservar, eles sabem que, num futuro próximo, a produção de natureza será um ativo econômico mundialmente valorizado.

Ver ONGs e institutos se mobilizando para conseguir verba, cuidando de importantes áreas, viabilizando pesquisas a longo prazo; ver comunidades tradicionais e indígenas buscando conhecimento com pesquisadores – tudo isso aquece o coração como uma luz no início da jornada.

Mas ainda é pouco. O mosaico dos onze pantanais demonstra que, apesar de o Pantanal ser o bioma mais preservado do país, é também o mais frágil, devido à interdependência com outros biomas, como Cerrado e Amazônia. Enquanto esses biomas não forem pensados e cuidados como um sistema integrado, não haverá avanço.

E não falo apenas do Pantanal. A Serra da Bodoquena, hoje sitiada e cercada de lavouras, é também uma região única, de solo calcário e rios translúcidos que encantam o mundo. Mas a mudança do uso do solo já revelou a que veio: plantio. Produzir é preciso, mas sem água limpa, sem solo bem aproveitado, sem matas conservadas, sem condições sustentáveis, não há ambiente que resista.

Mais do que fazer reportagens, tenho vivido experiências. E minha maior missão é levar a informação correta e, de alguma forma, promover melhorias às pessoas e ao meio ambiente. É trazer mais gente para pensar junto e encontrar alternativas para que as futuras gerações possam se encantar com tantos lindos lugares e histórias que a minha profissão me permitiu conhecer.

AGRADECIMENTOS

“Vai, filha. Voa!”

São tantos anos longe da minha terra que toda vez que visito minha família no Espírito Santo é dolorido dizer “até logo”, porque sempre tenho medo de que seja um adeus. Eu choro todas as vezes. Vou embora e deixo um pedacinho de mim. E foram tantos pedacinhos nesses anos todos que já não sei se estou inteira lá ou cá.

Por isso sou tão grata aos meus pais, Tharcísio e Neuza Gaigher, aos meus irmãos Tharcísio Júnior e Guilherme, às minhas cunhadas, aos sobrinhos que cresceram longe. Eles sempre foram a minha referência e me ajudaram e ajudam até hoje, incentivando, ouvindo, acariciando e dando colo.

Um agradecimento especial à minha sogra Irani Brun Bucker, porque sem o apoio dela cuidando do meu filho eu não poderia ter feito muitas das viagens a trabalho. À minha comadre Mareliza, que tantas vezes cuidou do meu filhote para eu trabalhar tranquila. Agradeço de novo à minha mãe pelas dezenas de vezes que saiu do Espírito Santo pra ficar em Campo Grande por semanas, meses, me dando suporte em casa pra que eu pudesse me lançar nas produções que exigiam longas viagens.

Em todos esses anos trabalhando no Centro-Oeste, em mais da metade eu tive como companheiro o pai do meu filho, Marcelo Brun Bucker. Mesmo com as sofridas ausências impostas pela minha profissão, ele sempre me incentivou a correr atrás dos meus sonhos e realizar meus projetos. Sem esse apoio eu jamais teria conseguido. Não somos mais um casal, mas sou grata por ter seu suporte sempre.

Existem pessoas que chegam para ficar por muitas existências ao nosso lado. Minhas queridas Marri Todesco, Andréa Peres, Viviane Oliveira, Pamela Ávila, Ellen Genaro, Flávia Leingruber, Camila Dib,

Mariana Kotscho, Marina Schweizer e Geisa Couto são essas amigas que a vida em Mato Grosso do Sul me presenteou. Estão sempre me apoiando, sendo críticas e incentivadoras, sabendo o que dizer para que eu acreditasse e seguisse adiante. Obrigada pelos anos de parceria, pelos rios de lágrimas, pelas milhares de risadas e horas de papo. Sem vocês eu não sou eu.

Também agradeço demais pelo apoio, pelo compartilhamento de vida e de conhecimento às pesquisadoras Neiva Guedes e Caroline Leuchtenberger, que de entrevistadas se tornaram amigas e irmãs de alma para todos os momentos. Obrigada pelas horas e mais horas de conversas, pelo carinho de sempre, pela generosidade em compartilhar conhecimentos e a vida comigo.

Agradeço aos meus colegas da Rede Gazeta no Espírito Santo, onde comecei a minha carreira, e agradeço à família Zahran, a Seu Ueze, que me faz muita falta. Mais que um patrão, um querido que tinha muito respeito pelos seus funcionários e vibrava com cada conquista da gente. Agradeço aos meus gestores, que nesses anos compartilharam o dia a dia de redação e me permitiram realizar grandes reportagens. Aos meus amigos repórteres cinematográficos da TV Morena, técnicos, editores e todos os colegas que compartilharam esses anos de trabalho comigo, em especial Argemiro Barros, José Reinaldo, Ariovaldo Dantas, Chico Gomes, Marcus Vinnícius, André Salles, João Carlos Correa, Ronaldo Balla e Osvaldo Dias.

Aos pantaneiros que sempre abriram as porteiras das suas fazendas para me acolher e nas horas de conversa me ensinaram e ensinam muito sempre. Rita e Dóio, Guilherme Rondon, Eronildes Silva, Armando Lacerda, Almir Sater e tantos funcionários das fazendas que sempre me recebem com sorrisos e boa prosa. Aos queridos Eduardo e Simone Coelho e todos da região de Bonito que me mantêm informada e me ajudam a entender as transformações na região. Aos queridos José Marengo do Cemaden e Tarso Araújo do MapBiomass, que me socorrem quando preciso de dados comparativos ou decifrar gráficos e estatísticas.

Aos pesquisadores Paulo Boggiani, Gilson Martins, Walfrido Tomas, Zilca Campos, William Sallun Filho, Patrícia Médici, Arnaud Desbiez,

Ivan Bergier, Felipe Dias, Edna Dias e Geraldo Damasceno, pelas infindáveis conversas e consultas que muito me ajudaram nas reportagens e nos textos deste livro. Alguns leram os textos preliminares, corrigiram informações e sugeriram alterações. Muito obrigada também às minhas fontes nos órgãos públicos, que sempre se mostraram disponíveis para me atender e me informar, mesmo quando a pauta era pesada, com notícias amargas.

Em minha carreira, muita gente generosa me ensinou e abriu caminho para que eu pudesse chegar aonde cheguei como profissional. Na TV Globo, Silvia Sayão, que por décadas dirigiu o *Globo Repórter* e com quem aprendi muito sobre jornalismo, sobre como escrever um texto que traga as pessoas para viajar comigo na reportagem. Generosa, Silvia sempre com muito carinho me acolheu e me deu muitas oportunidades de realizar grandes reportagens pelo Brasil. Também agradeço e muito a Meg Cunha, Lilian Cavalheiro, Monica Barbosa, Mariana Sabino, Jorge Ghiaroni, Ângela Garambone, Saulo de la Rue, Claudia Guimarães, Francesca Terranova, Ana Dornelles e todos os editores e produtores do *Globo Repórter* que, durante mais de vinte anos, compartilharam pautas, viagens, textos e programas comigo.

Na equipe de rede nacional, impossível não fazer um agradecimento especial ao Rogério Nery, meu amigo amado que começou na Rede Globo junto comigo, praticamente. Hoje, nossos cabelos já não são os mesmos, mas a voz do coração soa alto na admiração e gratidão. Nery coordena a mesa rede e a CGAE, Central Globo de Afiliadas. Sou muito grata à equipe do *Jornal Nacional*, William Bonner, Cristiana Sousa Cruz, Dagoberto Souto Maior, Leopoldo Long e todos os editores e produtores que nesses anos têm sido grandes parceiros nas reportagens. À Regina Alves, editora e produtora do *Jornal Hoje*, e a todos os profissionais da Globo São Paulo que comigo trilharam e fecharam muitas reportagens. Agradeço aos queridíssimos Luizinho Nascimento e Eugenia Moreyra, que por anos dirigiram respectivamente o *Fantástico* e a GloboNews, onde tive muito apoio e espaço pra fazer grandes e importantes produções. A Celso Lobo, Gustavo e Cadu, chefes de produção do *Fantástico* que também foram importantes portos seguros nesses anos de carreira. Agradeço aos amigos já aposentados que

foram generosos e me ensinaram muito sobre o que é ser jornalista e como fazer reportagens para TV, Renê Astigarraga, Daise Diuana, Malu Guimarães. Agradeço também a Silvia Farias, Ali Kamel e Carlos Henrique Schroeder, que, como diretores, sempre me permitiram apresentar projetos e executá-los sem ter de sair da afiliada pra fazer grandes produções para a Rede Globo.

Aos também amigos e parceiros Roberto Klabin, Alexandre Bossi e Mario Haberfeld, que sempre me apoiaram com ideias de pautas, logística e muitas conversas nessa caminhada pelo jornalismo ambiental. Aos meus amigos pantaneiros, que sempre abriram as portas de suas fazendas para minha equipe e eu nos hospedarmos e gravar pelo tempo que fosse necessário. Agradeço à minha querida Marina Schweizer pelos anos de convivência e aprendizado sobre Pantanal, conservação, filhos, vida. Uma amiga que muito me faz falta no dia a dia. Ao meu parceiro e “sherpa” Luciano Candisani, sempre ao meu lado pensando em meios de levar o assunto conservação ao dia a dia das pessoas, encarando viagens e perrengues para captar a melhor imagem. Agradeço muito aos amigos e colegas que encontrei pelo caminho, em todas as pautas que fiz.

Minha gratidão ao pessoal do IHP e ao Coronel Ângelo Rabelo, companheiro de tantas pautas e de tantas conversas, que sempre me apoiou e incentivou, acreditando nos projetos e ajudando a viabilizar as reportagens. Conhecedor profundo do Pantanal, generoso, sempre compartilhando e acrescentando conhecimento nas minhas buscas profissionais e pessoais.

Agradeço a Teresa Bracher, Mônica Guimarães e Heloisa Vasconcellos. A toda a equipe do Documenta Pantanal, que entendeu as minhas dificuldades, os meus momentos de aflição, e me apoiou desde o início da ideia de escrever um livro com as histórias de repórter.

Claro, agradeço ao meu filho Pedro por ser esse cara tão especial. Desde bebê, parecia compreender o motivo das ausências da mãe e me recebia com sorrisos e abraços a cada retorno. Na adolescência, era o parceiro de conversas e desabafos, de risadas e buscas de assuntos. De viagens e descobertas no Pantanal e no mundo. E, quando adulto, se mostra todos os dias como o meu maior incentivador e conselheiro;

tem me ensinado a ser uma pessoa melhor a cada dia, a confiar que é possível, sim, realizar sonhos, a acreditar no legado que estamos construindo, a dar voz a quem não consegue se defender e ser ouvido.

Agradeço a você, que decidiu ler as minhas histórias e que me assiste na TV. Sem você minhas palavras não reverberam, minhas reportagens não têm sentido. Somos mais fortes juntos.

NOTAS DE FIM

VENI, VIDI, VICI

- (1) BRAZIL, Maria do Carmo. O rio Paraguai e a guerra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 8. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313075762_ARQUIVO_MARIADOCARMO-BRASIL_TEXTO_COMPLETO_ST_76_Versao_Agosto_2011.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.
- (2) AZARA, Félix. Carta ao ao vice-rei da Espanha enviada de Assunção em 19 de janeiro de 1793. In: **Correspondencia oficial e inedita sobre la demarcación de límites entre el Paraguay y el Brazil**. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836. p. 44. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/correspondencia-oficial-e-inedita-sobre-la-demarcacion-de-limites-entre-el-paraguay-y-el-brasil--o/html/>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (3) DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. p. 26-27, 37-38, 40-41. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

UMA MÃO PRÉ-HISTÓRICA

- (1) ARDELEAN, C. F. *et al.* Evidence of human occupation in Mexico around the Last Glacial Maximum. **Nature**, London, v. 584, n. 7821, p. 87-92, Jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2509-0>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (2) FIGUEIRÓ, Henrique V. *et al.* Genome-wide signatures of complex introgression and adaptive evolution in the big cats. **Science Advances**, Washington, DC, v. 3, n. 7, Jul. 2017. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.1700299>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (3) SOUZA, Jonas Gregorio de *et al.* Reassessing the role of climate change in the Tupi expansion. **Journal of the Royal Society Interface**, London, v. 18, n. 183, Oct. 2021. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rsif.2021.0499>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (4) PEIXOTO, José Luis dos Santos *et al.* **Arqueologia**. Embrapa Pantanal, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.cpap.embrapa.br/agencia/borda_oeste/paginas/arqueologia_texto.htm. Acesso em: 2 maio 2022.
- (5) MARTINS, G. R.; KASHIMOTO, E. M. **12.000 anos: arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life, 2012.
- (6) SOARES BRITO, H. Bruna; KASHIMOTO, E. M. O acervo arqueológico do sítio Alto Sucuriu 12: processamento laboratorial de patrimônio cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2014. p. 2.

Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/anaistc.php?menu=5>.

Acesso em: 2 maio 2022.

NA TERRA DAS ÁRVORES TORTAS

- (1) ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 36ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 66.
- (2) LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957. p. 168.
- (3) ROSA, João Guimarães, *op. cit.*, p. 461.
- (4) *Idem*, p. 15.

MEU POETA

- (1) ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 437.

JEITO PANTANEIRO DE SER

- (1) VIÉGAS, Izabel de Arruda. **Pantanal, reminiscências de nossas vidas**. Campo Grande: Alvorada, 1997. p. 77.
- (2) *Idem*, p. 89-90.

A CIDADE PERDIDA

- (1) COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente**. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 89.
- (2) *Idem*, p. 90.
- (3) *Idem*, p. 89.
- (4) PRESOTTI, Thereza Martha. A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos Paiaguá (1719-1748). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206573-f8489ed18c60bab3c49ofe5769a39egd.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

TUDO ACONTECE NO MATO GROSSO DO SUL

- (1) MATOS, Marco José dos Santos. **Os Guató pelo olhar de Hércules Florence**. Cáceres: Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/582529/3/PRODUTO%20MARCO.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (2) VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969. p. 373.
- (3) BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. São Paulo: Edusp, 1975. p. 118.

(4) ROSA, João Guimarães. **Um certo vaqueiro Mariano**. Rio de Janeiro: Hipocampo, 1952.

SE ARREPIAR, É O MÃOZÃO

- (1) RIBEIRO, Renato. **Taboco 150 anos** – Balaio de Recordações. 2. ed. revista e ampliada. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010. p. 48.
- (2) *Idem*, p. 49.

CATADORAS DE ISCAS

- (1) SILVA, Aguinaldo. **Geomorfologia do Megaleque do rio Paraguai, quaternário do Pantanal Mato-Grossense, Centro-Oeste do Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2010. p. 18. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102884/silva_a_dr_rcla.pdf?sequence. Acesso em: 2 maio 2022.

PROIBIDO VENDER CORDAS, BEBIDA ALCOÓLICA E VENENO

- (1) PREZIA, Benedito. **Marçal Guarani** – A voz que não pode ser esquecida. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 9-10. Disponível em: <https://osbrasis.trgbr.com/wp-content/uploads/2018/07/Marcal.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.
- (2) *Idem*, p. 33.
- (3) *Idem*, p. 34.



[POSFÁCIO]

A MAIOR INTERLOCUTORA DA CIÊNCIA NO PANTANAL

Conheci Cláudia Gaigher no começo deste século. Eu já trabalhava com as araras-azuis e ela estava chegando em Campo Grande, começando a fazer matérias no Pantanal. A empatia foi imediata e, além do Projeto Arara-Azul, passei uma série de contatos de pesquisadores para ela. Em sua primeira matéria, foi me pegar de avião lá no meio da Nhecolândia e me trouxe à Caiman para falarmos sobre a reprodução das araras-azuis. Desde o início, ela foi conhecendo, entendendo e traduzindo de uma forma muito natural e peculiar a informação científica para o público.

Curiosa, interessada e querendo aprender tudo, Cláudia perguntava bastante. E eram perguntas boas! Ouvia a resposta e logo depois dizia: “Veja se posso falar assim”. Então ela repetia, mas de outra forma, mais clara, objetiva, para que as pessoas comuns pudessem entender. Eu achava isso o máximo, pois a maioria dos repórteres e jornalistas não aceitava interferências. Geralmente os estrangeiros é que pedem correções de falas, revisão do texto. No Brasil, isso não é comum até hoje.

Muitas vezes, as perguntas dela nos faziam pensar... e sempre tinham começo, meio e fim. Dessa forma, ela foi ganhando não só a minha confiança, mas a de dezenas de pesquisadores, que começaram a ter voz nos trabalhos de Cláudia. Assim, ela se tornou nossa embaixadora, nossa porta-voz, e amplificou nossos resultados por este mundão afora. Eu ia para aqueles locais mais remotos da Amazônia e alguém vinha perguntar se era eu que estava num *Globo Repórter*. Isso facilitava o nosso trabalho, pois a pessoa já tinha ouvido falar, sabia que era sério, e cada vez mais gente se envolvia na conservação. Falando de

espécies ameaçadas, do homem, da flora, das belezas ou das tragédias, Cláudia Gaigher ajudou a melhorar e a multiplicar o conhecimento sobre meio ambiente, Pantanal e Cerrado.

Tive o privilégio de estreitar essa amizade, conviver com sua família, ver nossos filhos nascerem e crescerem. E, de vez em quando (porque as duas estão sempre trabalhando muito), temos a oportunidade de nos encontrar sem compromisso para simplesmente conversar, trocar informações e experiências, ser um ombro amigo e saber que uma sempre poderá contar com a outra.

Agora, sobre este livro, li apenas um pequeno trecho – o suficiente para pedir que seja publicado logo, pois a Cláudia escreve de uma forma envolvente, com muito conteúdo, história e ambientação. Seu texto tem vida, e tenho a certeza de que vai contribuir ainda mais para a missão que ela abraçou no dia em que chegou aqui: divulgação e envolvimento da comunidade para a conservação.

Neiva Guedes

Graduada em Biologia pela UFMS (1987), mestra em Ciências Florestais pela Esalq/USP (1993) e doutora em Zoologia pela Unesp (2009). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Uniderp. Coordenadora dos projetos Arara-Azul e Aves Urbanas – Araras na Cidade, este executado na cidade de Campo Grande (MS). Presidente do Instituto Arara-Azul e integrante do board da Parrots International, com sede em Los Angeles (EUA)

UMA PROFISSIONAL DA NATUREZA

Trazer a público os graves problemas que ameaçam nosso meio ambiente tornou-se prática corrente da competente Cláudia Gaigher.

Minha história no Pantanal, marcada pela trajetória na Polícia Florestal e, hoje, no Instituto Homem Pantaneiro, me permitiu conhecê-la logo na sua chegada, nos anos 1990. Éramos, na rotina

operacional, uma pauta diária: caça, pesca predatória, desmatamentos. Foi possível estabelecer uma relação de respeito e parceria, especialmente pela dedicação, disponibilidade e profissionalismo da Cláudia. Sua trajetória profissional permitiu que vários temas delicados viessem a público e provocassem importantes tomadas de decisões, a exemplo das ameaças à região da Bodoquena e ao Pantanal. Sua simpatia, sinceridade e compromisso com a verdade permitiram a construção de uma importante rede de amigos e fontes, composta pelos melhores da ciência e pelos personagens da história, que asseguram a riqueza do conteúdo e a veracidade dos fatos. Essa marca, sem dúvida, a fez ganhar o respeito da sociedade e dos seus pares em rede nacional.

Vivemos inúmeras passagens juntos, a exemplo da subida na Serra do Amolar, no rio Paraguai, mas não posso me esquecer do dia da tempestade de areia e cinzas no fogo de 2020 – quando, confesso, tive a sensação de tê-la perdido. Foram pelo menos três horas de aflição, no meio do escuro da tempestade, até o seu reaparecimento. O resultado foram imagens surpreendentes e uma matéria que repercutiu em toda a mídia.

Essa é a profissional dedicada e competente que tem um papel importante na proteção do meio ambiente e na elaboração de importantes políticas públicas, tanto ao longo destes 25 anos de trajetória como no futuro, para as próximas gerações.

Meu respeito e carinho.

Ângelo Rabelo

Presidente do Instituto Homem Pantaneiro

UMA JORNALISTA MAIS QUE JORNALISTA

Tive a oportunidade de conviver e trabalhar com vários jornalistas, mas sem dúvida a Cláudia se destacou, tanto pelo seu profissionalismo como pela pessoa que é. Ficamos amigos.

Questionadora, buscando entender de fato, procura formas de tornar mais compreensível o que poderia soar difícil para o grande público, mudando palavras, frases. É uma verdadeira comunicadora.

Sempre agradei pelas oportunidades de participar de matérias; afinal, é indiscutível a importância do jornalismo para a democracia e a divulgação científica. Mas a história a seguir exemplifica que a Cláudia sempre supera e se supera.

Estávamos em meio ao processo de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, por volta do ano 2000. Os proprietários da Serra e demais fazendeiros propunham que, no lugar do parque, fosse instituída uma Área de Proteção Ambiental. A pedido deles, o decreto de criação do parque, que estava pronto para ser assinado, foi suspenso. Iniciaram-se audiências públicas nos municípios envolvidos e na Comissão de Meio Ambiente no Congresso Nacional, com forte pressão política.

Em meio ao caloroso embate, Cláudia se encontrava em Bonito, cobrindo uma edição do Festival de Inverno. Recebeu a denúncia de que um fazendeiro enterrava troncos de aroeira para que secassem e fossem serrados como madeira caída – única forma autorizada para tal. Ou seja, se não tinha aroeira caída... faziam cair. Esse era o comprometimento de parte dos proprietários que declaravam proteger as florestas da região. E que, nessa mesma linha, diziam não haver necessidade de um parque...

Lembro-me das imagens chocantes de tratores, sob a ordem de fiscais do Ibama, puxando com corrente os troncos enterrados. Chocante, revoltante, justamente porque a mobilização pela criação do parque era para proteger o que restou de floresta na Serra da Bodoquena.

A matéria foi veiculada no *Jornal da Globo*, à noite. No dia seguinte, o decreto de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi assinado, deixando todos surpresos, ambientalistas e fazendeiros da região.

Essa é a Cláudia Gaigher, inquieta e que faz acontecer.

Eu a conheci vendo-a na TV, quando questionava um político influente em Mato Grosso do Sul sobre manter animais silvestres em seu jardim – o que é proibido por lei. Claro que ninguém nunca teve coragem de questioná-lo. Ela teve.

Muitas histórias para contar, muito para conhecer da Serra da Bodoquena, da Serra do Amolar, da Serra de Maracaju, que coroam o Pantanal que ela tanto ama... e que fez, também, muitos brasileiros se apaixonarem. Mas isso ela mesma conta aqui, neste livro, que retrata sua história.

Paulo César Boggiani

Graduado em Geologia pela USP, mestre e doutor em Geociências (Geologia Sedimentar) pela mesma instituição. Em 2010, obteve seu título de livre-docência com um estudo de sedimentação autigênica neoproterozoica e mineralizações associadas

JORNALISMO E CIÊNCIA

Mato Grosso do Sul é um estado brasileiro de geografia multifacetada, limítrofe com outros cinco estados e dois países. Assim também é sua natureza, sua história e suas culturas, algumas milenares. A Cláudia Gaigher, atuando por anos no local, percorreu e conhece como poucos esse mosaico de paisagens. Neste livro, fica registrada com profundidade e singular observação poética a sua vivência encantada com a diversidade ambiental e cultural sul-mato-grossense.

Gilson Rodolfo Martins

Bacharel em História e doutor em Arqueologia pela USP. Foi diretor do Museu de Arqueologia e professor titular de Arqueologia Pré-histórica, ambos na UFMS. Foi presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira de 2003 a 2005

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Jônatas *et al.* Tailed giant Tupanvirus possesses the most complete translational apparatus of the known virosphere. **Nature Communications**, v. 9, n. 749, Feb. 2018. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41467-018-03168-1>> Acesso em: 2 maio 2022.
- AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de *et al.* Alcinópolis – Pinturas e gravuras da pré-história de Mato Grosso do Sul. Docplayer, Alcinópolis, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/10197364-Alcinopolis-pinturas-e-gravuras-da-pre-historia-de-mato-grosso-do-sul.html>>.
- BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira** – Crônicas da sua história. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998. p. 53-54.
- BARROS, Abílio Leite de. **Pantanal pioneiros**: álbum gráfico e genealógico de pioneiros na ocupação do Pantanal. Brasília: Senado Federal, 2008.
- BRANCO, Pércio de Moraes. Breve história da Terra. **Serviço Geológico do Brasil**, [s. l.], 2016. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Canal-Escola/Breve-Historia-da-Terra-1094.html>>.
- BRAND, Antônio Jacó *et al.* Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2003. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.077.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- BRAND, Antônio Jacó *et al.* Território e sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2005. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372-97be2a-8f58968e833ef2016f9baodcia.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- BRAND, Antônio Jacó. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 1, n. 1, p. 67-88, out. 2001. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/5/7>>. Acesso em: 2 maio 2022.

- BRASIL. **Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882.** Concede permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Província do Mato-Grosso. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8799-9-dezembro-1882-546038-publicacaooriginal-59643-pe.html>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943.** Cria a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/delei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Forte Coimbra celebra o Dia da Padroeira, Nossa Senhora do Carmo, e relembra as manifestações da santa em dois episódios decisivos para a garantia da soberania brasileira no século XIX. **Noticiário do Exército**, jul. 2020. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/11844728. Acesso em: 2 maio 2022.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil – Folhas Corumbá, Aldeia Tomázia e Porto Murtinho.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/plgb/corumba/corumba_geologia.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CORDAN, Umberto G. História do Cráton Amazônico. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 15., 2017, Belém. **Anais [...]**. Belém: Sociedade Brasileira de Geologia Núcleo Norte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/1e997bd6-d6ab-4971-9fba-b35ff7345522/2877945.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CORES nas lagoas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 192, fev. 2012. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/cores-nas-lagoas>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- CORRÊA, Hudson. Mais uma criança indígena morre de desnutrição em MS. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 37, n. 28.651, 12 set. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u327635.shtml>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- DESNUTRIÇÃO NAS ALDEIAS. **Jornal Hoje**, Globo, Rio de Janeiro, 7 abr. 2005. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornalhoje/o,,MUL1147626-16022,-00-DESNUTRICA0+NAS+ALDEIAS.html>>. Acesso em: 2 maio 2022.

FACINCANI, Edna Maria; DOURADO, Gustavo Facincani. A importância do controle estrutural e da neotectônica na gênese e evolução do Megaleque do Aquidauana, borda sudeste da bacia do Pantanal Sul Mato-Grossense. *In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL*, 7., 2018, JARDIM (MS). **Anais [...]**. Jardim: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2018. Disponível em: <<https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/Anais-Geopantanal/pdfs/p55.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.

FIGUEIREDO, Milene Freitas. **Químioestratigrafia das rochas ediacarianas no extremo norte da faixa Paraguai, Mato Grosso**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44141/tde-19032007-083041/publico/MFF.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.

FIORAVANTI, Carlos. Sob a força dos Andes – Mapa expõe uma visão abrangente do relevo da América do Sul, agora dividido em 35 unidades. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 246, ago. 2016. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/sob-a-forca-dos-andes>>. Acesso em: 2 maio 2022.

GARNELO, Luíza; PONTES, Ana Lúcia (org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC/Unesco, 2012. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

GERMS, Gerard J. B. New shelly fossils from Nama Group, South West Africa. **American Journal of Science**, v. 272, n. 8, p. 752-761, Oct. 1972. Disponível em: <https://www.ajsonline.org/content/272/8/752>. Acesso em: 2 maio 2022.

MARTINS, Elemir Soare. Reserva de Caarapó: as tentativas passadas e atuais de retekoharizar o espaço. **Movimentação** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, v. 4, n. 6, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/145427612-Reserva-de-caarapo-as-tentativas-passadas-e-atuais-de-retekoharizar-o-espaco-1.html>>. Acesso em: 2 maio 2022.

MARTINS, Elisângela Rosemeri Curti. **Tipologia de lagoas salinas no Pantanal da Nhecolândia (MS)**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012013-172446/publico/2012_ElisangelaRosemeriCurti-Martins.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

- MAY JÚNIOR, Joares A. *et al.* Mercury content in the fur of jaguars (*Panthera onca*) from two areas under different levels of gold mining impact in the Brazilian Pantanal. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 90, n. 2, suppl. 1, Aug. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aabc/a/rnwZfHj6tYV7nZ7z4fdrjVt>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**. Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – Cand (1943-1960). Dourados: UFGD, 2014. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/marqueei-aquele-lugar-com-o-suor-do-meu-rosto-os-colonos-da-colonia-agricola-nacional-de-dourados-cand-1943-1960-suzana-batista-naglis-3.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- OLIVEIRA, Simone Almeida de. **Discursos da imprensa douradense: demarcações de terras indígenas e a retomada do Panambizinho pelos Kaiowá (1995-2009)**. Dissertação (Mestrado em História, Região e Identidades) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/05/SIMONE-ALMEIDA-DE-OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- PIVETTA, Marcos. A última peça do Gondwana: antigo oceano que isolava a Amazônia dos demais blocos da América do Sul secou há 520 milhões de anos. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 173, jul. 2010. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-%C3%BAltima-pe%C3%A7a-do-gondwana>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- PIVETTA, Marcos. Há 30 mil anos nas Américas: caverna mexicana sugere presença mais antiga do homem no continente e reforça importância de evidências fornecidas por sítios brasileiros. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 294, ago. 2020. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/ha-30-mil-anos-nas-americas>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- POTT, Arnildo *et al.* Plantas úteis à sobrevivência no Pantanal. *In*: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. Disponível em: <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/Arnildo-Pott.PDF>. Acesso em: 2 maio 2022.
- RIBEIRO, Darcy. **Religião e mitologia Kadiuéu**. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1950. Disponível em: <<http://etnolinguistica.wdfiles.com/local->

- files/biblio%3Aribeiro-1950-religiao/Ribeiro_1950_ReligioMitologiaKadiweu_CNPI%20106_ocr.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.
- RIBEIRO, Paulo. O livro que surgiu de um encontro entre Guimarães Rosa e Manoel de Barros. **São Paulo Review**, São Paulo, 2022. Disponível em: <<http://saopauloreview.com.br/o-livro-que-surgiu-de-um-encontro-entre-guimaraes-rosa-e-manoel-de-barros>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MOURA, Gabriele Rodrigues de. “De diversas linguas de la Guarani”: as representações sobre Guarani e Macro-Jê nas reducciones do Guayra. In: PORTUGAL, A. R.; HURTADO, L. R. (orgs.). **Representações culturais da América indígena**. São Paulo: Unesp, 2015. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/yp857/pdf/portugal-9788579836299-07.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- SAMORA, Roberto. Tribo de Dourados pode invadir área. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 79, n. 25.213, 5 dez. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0512199910.htm>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- SOARES, Bruna Hanime Brito; KASHIMOTO, Emilia Mariko. O acervo arqueológico do Sítio Alto Sucuriú 12: processamento laboratorial de patrimônio cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Bruna%20Hanime%20Brito%20Soares%20&%20Emilia%20Mariko%20Kashimoto.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- TOMAZELA, José Maria. Tensão entre índios e fazendeiros também cresce em MS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 125, n. 40.260, p. A10, 9 jan. 2004. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/39800>>. Acesso em: 2 maio 2022.
- ZORZETTO, Ricardo. A vida protegida por armaduras. Norte do Paraguai pode abrigar a maior diversidade de fósseis dos primeiros animais com esqueleto. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 199, set. 2012. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/a-vida-prottegida-por-armaduras/>>. Acesso em: 2 maio 2022.

(c) 2022 Cláudia Gaigher / Documenta Pantanal.
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução
total ou parcial sem autorização da autora.

Coordenação Geral

Documenta Pantanal – Mônica Guimarães

Projeto gráfico

Luciana Facchini

Ilustrações de capa e miolo

Rafaela Pascotto

Preparação

Laura Moreira

Revisão

Jonathan Busato

Coordenação Editorial e Produção gráfica

Heloisa Vasconcellos

Diagramação

Spress

documentapantanal.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(EDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Gaigher, Cláudia, 1970-

G137d

Diário de uma repórter no Pantanal / Cláudia Gaigher.

São Paulo, SP: Documenta Pantanal, 2022.

360 p. : il. ; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-996829-2-9

1. Literatura brasileira – Crônica 2. Ensaios brasileiros

I. Título

CDD B869-.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

fontes **Silva e Bayard**
papel **Pólen Soft 80 g/m²**
impressão **Bartira**
tiragem **2000 exemplares**

“TUDO NO PANTANAL É SUPERLATIVO: UMA DAS MAIORES PLANÍCIES ALAGÁVEIS DO PLANETA, CORTADA POR UM DOS MAIORES RIOS DO BRASIL, O PARAGUAI, QUE SÓ NO PANTANAL PERCORRE MAIS DE 1.300 QUILOMETROS NUM TRAÇADO SINUOSO, NUM RELEVO TÃO PLANO QUE HÁ QUEM BRINQUE QUE ATÉ A ÁGUA POR AQUI NÃO TEM PRESSA DE ENCONTRAR O MAR.

SOBERANA, NESTE LUGAR A NATUREZA SE IMPÕE DO JEITINHO PANTANEIRO: IMPREVISÍVEL. DIAS DRAMÁTICOS DE VENTANIAS E TROVOADAS, A TAL CHUVA DE MANGA QUE NOS SURPREENDE, O FOGO AVASSALADOR E DEPOIS A BRISA MANSA E A ÁGUA QUENTE DOS RIOS – ESTA, COMO QUE NOS CONVIDANDO PRA MAIS UM CAFÉ...

O PANTANAL É UM CONVITE. MERGULHAR EM NÓS MESMOS E NOS ABRIR PARA A FORÇA DESTE LUGAR. NÃO ME CANSO DE ESTAR AQUI. CADA ENCONTRO TEM GOSTO DE PRIMEIRA VEZ, E AQUELE FRESCOR DE AMOR À PRIMEIRA VISTA.”

ISBN: 978-65-996829-2-6

